

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO E SISTEMAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO

AGRIPINO ALVES LUZ JUNIOR

PROJETO “VIVA EDUCAÇÃO”:

entre a promessa de autonomia e emancipação e a realidade das classes do
Telensino de escolas públicas estaduais do Maranhão

Florianópolis

2007

AGRIPINO ALVES LUZ JUNIOR

PROJETO “VIVA EDUCAÇÃO”:

entre a promessa de autonomia e emancipação e a realidade das classes do
Telensino de escolas públicas estaduais do Maranhão

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial à obtenção do grau de Doutor em Engenharia de Produção, área de concentração: Mídia e Conhecimento.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria Luiza Belloni.

Florianópolis

2007

AGRIPINO ALVES LUZ JUNIOR

PROJETO “VIVA EDUCAÇÃO”:

entre a promessa de autonomia e emancipação e a realidade das classes do
Telensino de escolas públicas estaduais do Maranhão

Tese apresentada à banca examinadora como requisito para obtenção do grau de Doutor em Engenharia de Produção e Sistemas, área de concentração: Mídia e Conhecimento, defendida no Programa de Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina, por Agripino Alves Luz Junior, sendo julgada e aprovada nesta data.

Florianópolis, 28 de março de 2007.

Prof. Antonio Sérgio Coelho, Dr.
Coordenador do Programa

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Maria Luiza Belloni
(Orientadora)

Prof^o. Dr. Giovani de Lorenzi Pires
(Moderador)

Prof^o. Dr. César Augusto Castro
(Examinador Externo)

Prof^a. Dra. Auristela de Lima Moser
(Examinadora Externa)

Prof^a. Dra. Dulce Márcia Cruz
(Membro Interno)

Prof^o. Dr. Antonio Renato Pereira Moro
(Membro Interno)

À **força criadora do universo**, pela presença constante em minha vida, e uma das muitas provas disso é a realização deste trabalho.

A minha mãe (Mulher de Verdade), **Amélia Pereira da Silva Luz**, pelo cuidado e paciência.

Ao meu Pai (Herói), **Agripino Alves Luz**, pelo apoio incondicional.

Vocês sempre fizeram a diferença!

AGRADECIMENTOS

À professora **Maria Luiza Belloni**, pela orientação segura e competente, confiança e cuidados demonstrados durante todo o percurso deste estudo.

Aos professores e professoras **Edel Ern, Dulce Cruz, Lucídio Bianchetti e Maurício Silva**, pelas contribuições e apontamentos no exame de qualificação.

Ao Professor Giovani de Lorenzi Pires, por ter aceitado, de bom grado, a responsabilidade de moderador da Banca Examinadora, substituindo a orientadora deste estudo por motivos alheios à sua vontade desta.

Às **alunas e alunos** do Projeto “Viva Educação” que têm direito a um ensino de melhor qualidade.

Às **Professoras e Professores** – Orientadores(as) de aprendizagem do Projeto “Viva Educação” que merecem meu afeto, admiração e melhores condições de trabalho.

Às pessoas tão queridas que, com tesão e sonho participaram, de algum modo, na construção e apoio à defesa deste trabalho, em especial: **Ana Márcia, Elenor Kunz, Maria do Carmo, Astrid Baeker, Hermmann Müller, Iara Damiani, Maria Denis, Alexandre Vaz, Alex Fraga, Silvana Goelner, Fábio Pinto, Lucia Costa, Célia Baptista, César Castro, Luciene Amorim, Leonel Torres, Maurício Silva, Raimundo Viana, Izolina Borges, Izidoro Neto e Silvana Araújo.**

Aos amigos **Abraão, Danielle, Luane, Marcelo, Netto e Eltonio**, pelo incentivo à defesa deste estudo.

Aos amigos e ex-alunos **Dilson Belfort**, pela transcrição das entrevistas e **Marconi Neto** pela ajuda no escaneamento das matérias vinculadas nos jornais.

Às instituições: **UFSC**, pela acolhida e as atenções; **COLUN/DEF/UFMA**, pela concessão ao afastamento; **FAPEMA**, pelo apoio dedicado à defesa deste estudo; A **APRUMA** e ao **GEPPEF**, pelo incentivo, apoio e compartilhamento de utopias.

Àqueles e Àqueles que trilharam comigo esta caminhada, e que acreditaram nas minhas utopias, em especial:

A **“Cristiano” e “Ladson”**, que entre ilusões e desilusões, uma certeza: histórias vividas – apesar de tudo ou apesar de nada.

A **Danielle Matos**, pelos muitos afetos trocados e pelas horas lindas que passamos juntos – a nossa história não acabou!

Enfim, a **“Luciana & Ronaldo”**, que têm muito da minha admiração, da minha amizade e do meu amor.

“Cada vez mais, a experiência chega em pequenos fragmentos. Vídeos despejam imagens; telespectadores pulam de canal em canal. As sinfonias tornam-se temas empacotados. A arte se transforma em colagens de ingredientes. Turistas compram cópias de partes de monumentos. As teorias estéticas dissolvem textos em amontoados de frases e palavras. Os computadores calculam em bytes, os políticos em pequenas e sórdidas mordidas. A comida vem em rações processadas em microondas, fornecidas através de janelas em mostradores automatizados. Especialistas tratam pequenas partes de doenças, localizadas em corpos-mentes como um todo. Os estudantes da “geração MTV” mostram uma capacidade notoriamente decrescente para acompanhar ou formular uma argumentação sistemática e evidenciam uma cegueira para a história, que não é apenas ignorância do passado, mas a perda total de um senso de conexão histórica”.

Donald Levine

RESUMO

O objeto de análise deste estudo é o Projeto “Viva Educação” – desenvolvido sob a forma de Telensino – adotado como uma estratégia de política educacional, com vista a corrigir, num período mínimo de um ano e meio, o fluxo de atendimento a jovens e adultos, em todo o Estado do Maranhão. Teve como objetivo, principal, examinar o processo de implantação e implementação do referido projeto e a sua contribuição na promoção da cidadania de jovens e adultos, pela educação, que não tiveram acesso ou que estavam atrasados em sua escolaridade. O estudo foi realizado em cinco escolas públicas, sendo quatro situadas Ilha de São Luís e uma na cidade de Alcântara. Buscou respostas para a questão norteadora da pesquisa que visava saber se o Projeto “Viva Educação” configurou-se como instrumento político-pedagógico formador de sujeitos autônomos e protagonistas de emancipação. Neste sentido, para situar o olhar sobre a realidade concreta onde o projeto estava sendo implementado, foi desenvolvida uma metodologia de abordagem qualitativa, sendo utilizada para a coleta de dados advinda do trabalho de campo, instrumentos tais como: observação, entrevista e questionário, além da técnica de análise documental. O diálogo estabelecido entre a teoria revisitada e a realidade investigada permite expressar as seguintes conclusões: a) insuficiência na infra-estrutura das teles salas; b) problemas legais relacionados com a matrícula de jovens de 15 a 17 anos no sistema; c) evidência de uma política de substituição do ensino médio regular por ensino supletivo e de professores especializados por Orientadores (as) de Aprendizagem (O.A.) ditos polivalentes; d) problemas nas relações comunicacionais nas telessalas; e) problemas de indisciplina gerada por não compreensão das dinâmicas desenvolvidas; f) prática dissonante dos (as) O.A. com o texto oficial que legalizou o funcionamento do Telensino, quando estes(as) confundem suas responsabilidades com aquelas que caracterizam as funções de professores(as) de sala de aula convencional; g) problemas decorrentes da centralização do controle dos tempos e dos conteúdos. Em decorrência dessas fragilidades pedagógicas e da lógica inerente à proposta, pode-se apontar que o Projeto “Viva Educação” não se configurou como um instrumento político-pedagógico capaz de formar cidadãos autônomos e emancipados. Contribuiu muito mais para a deterioração da imagem da escola pública no que concerne à sua qualidade.

Palavras-chave: Política educacional. Educação. Projeto “Viva Educação”. Telensino. Jovens e adultos. Cidadania. Autonomia. Emancipação.

ABSTRACT

The objective of analysis of this study is the project “Viva Educação” – developed under the form of video-education – adopted as a strategy of educational politics, with sight to correct, in a minimum period of one year and half, the flow of attendance to adult and young people, in all the State of Maranhão. It had as objective, main, to examine the process of implantation and implementation of the related project and its contribution in adult and young people on promotion of, through the education, that had not had access or that they were been late in them school time. The study it was carried through in five school public being four situated in the São Luis Island and one in the city of Alcântara. It searched answers for the main question of the research that it aimed at to know if the project “Viva Educação” was configured as politician-pedagogical instrument of construction independent citizens and protagonists of the emancipation. In this directions, to point out the look on the concrete reality where the project was being implemented a methodology of qualitative boarding was developed, being used, for the collections of data happened of the field work. Instruments such as: observation, interview and questionnaire, beyond the documentary technique of analysis. The dialogue established between the revisited theory and the investigated reality allows expressing the following conclusions: a) Insufficiencies in the infrastructure of video class rooms; b) related legal problems with the school registration of young’s of 15 and 17 years in the system; c) evidence of one politics of substitution of regular secondary school for compacted education and of professors specialized for said O.A. multipurpose; d) problems in the relations of communication in video class rooms; e) problems of indiscipline generated for not understanding of the developed dynamic; f) practical opponent of the O.A. with the official text that legalized the functioning of video education, when these confuse its responsibilities with that they characterize the functions of professors of the conventional classrooms; g) decurrently problems of the centralization of the control of the times and the contents. In result of these pedagogical fragilities and the inherent logic the proposal, can be pointed that the project “Viva Educação” was not configured as a politician-pedagogical instrument capable to form independent and emancipated citizens. Is contributed much more for the deterioration of the image of the public school in that in concerns to the quality.

Keywords: Educational politics. Education. Project “Viva Educação”. Vídeo education. Yong and adult. Citizenship. Autonomy. Emancipation.

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice A	Termo de consentimento livre e esclarecido à Gerência Adjunta para Educação – GDH/MA	134
Apêndice B	Termo de consentimento livre e esclarecido aos participantes da investigação (orientadores de aprendizagem e alunos)	135
Apêndice C	Termo de consentimento livre e esclarecido à Fundação Roberto Marinho/MA	136
Apêndice D	Roteiro de observação/diário de campo	137
Apêndice E	Guia de entrevista aos orientadores (as) de aprendizagem	139
Apêndice F	Guia de questionário aos alunos (as)	140

LISTA DE ANEXOS

Anexo A	Projeto Viva Educação: exposição de motivos	142
Anexo B	Parecer Técnico e Justificativa de Preço	148
Anexo C	Contrato nº 033/2000 de prestação de serviços entre o Governo do Estado do Maranhão celebrado com a Fundação Roberto Marinho	151
Anexo D	Processo nº 7416/2000 – GDH/ Dispensa de licitação	158
Anexo E	Ajudiciação nº 409/2000 - CPL	160
Anexo F	Dispensa de Licitação – Diário Oficial do Estado do Maranhão.....	161
Anexo G	Extrato de Dispensa de Licitação.....	162
Anexo H	Projeto de implantação do Telecurso 2000 no Maranhão.....	164
Anexo I	Modelo de gestão do corpo de Orientadores de Aprendizagem do Projeto “Viva Educação”	174
Anexo J	Aluno denuncia ineficiência do Telensino	176
Anexo K	Doutor em Didática garante que Telensino é um crime contra os maranhenses	177
Anexo L	Contrato com a Fundação Roberto Marinho é um negócio das Arábias para a Globo	178
Anexo M	O Tele-ensino no Maranhão: fraude contra a educação e a sociedade. Vamos reagir?	179
Anexo N	Informe JP Viva Educação.....	180
Anexo O	Tele-ensino não é a maravilha que o governo do Estado alardeia ..	181
Anexo P	Roseana deixa de realizar concurso para professor e contrata o ensino da Globo.....	182
Anexo Q	Professores da rede estadual serão substituídos por ensino da Globo	183
Anexo R	Governadora diz que Estado mantém escolas de 2º grau em apenas 60 cidades.....	184
Anexo S	Roseana admite que seu governo não tem política educacional	185

Anexo T	Educação para propaganda.....	186
Anexo U	MP aberta a cooperativa do Telensino	187
Anexo V	Confissão Pública	188
Anexo W	Professores protestam contra o tele-ensino e vaim o vice-governador José Reinaldo	189
Anexo X	Roseana anuncia o tele-ensino e sindicatos se mostram indignados.....	190
Anexo Y	Fundação Roberto Marinho começa a se desentender com o governo Roseana.....	191

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABT	- Associação Brasileira de Tecnologia Educacional
ANPED	- Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
APRUMA	- Associação de Professores da Universidade Federal do Maranhão
BIRD	- Banco Internacional para a Reconstrução e ao Desenvolvimento
CEMA	- Centro de Ensino do Maranhão
CNI	- Confederação Nacional da Indústria
CONED	- Congresso Nacional de Educação
EaD	- Ensino a Distância
FAT	- Fundo de Amparo ao Trabalhador
FETEMA	- Federação dos Trabalhadores em Educação no Estado do Maranhão
FGV	- Fundação Getúlio Vargas
FIESP	- Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FMI	- Fundo Monetário Internacional
FRM	- Fundação Roberto Marinho
GDH	- Gerência de Desenvolvimento Humano do Estado
LDB	- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MP	- Medidas Provisórias
NTIC	- Novas Tecnologias de Informação e Comunicação
OA	- Orientadores de Aprendizagem
PIB	- Produto Interno Bruto
PROCAD	- Programa de Capacitação de Docentes
SAEB	- Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica
SBPC	- Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SEFOR	- Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional
SESI	- Serviço Social da Indústria
SI	- Sociedade da Informação
TIC	- Tecnologias de Informação e Comunicação
UEMA	- Universidade Estadual do Maranhão
UFC	- Universidade Federal do Ceará
UFMA	- Universidade Federal do Maranhão
UNESCO	- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	CAMINHOS TRILHADOS: delineando o quadro teórico- metodológico	34
2.1	Sobre a opção teórica	34
2.2	Sobre a opção metodológica	39
2.2.1	O modo de fazer deste estudo	39
2.2.2	A escolha das cidades	46
2.2.2.1	<i>Um breve histórico sobre as cidades escolhidas</i>	46
2.2.3	A escolha das escolas	51
2.2.3.1	<i>A aproximação e a entrada no campo</i>	51
2.2.3.2	<i>Os modos de compreender a realidade (ou técnicas de pesquisa).</i>	52
2.2.3.3	<i>A saída e o afastamento do campo</i>	58
3	REFORMAS ESTRUTURAIS, EDUCAÇÃO E NOVAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO: subsídios para uma crítica	59
3.1	Políticas de ajustes e a educação	59
3.2	Os meios tecnológicos e os processos pedagógicos de ensinar e aprender	68
4	“PROGRAMA VIVA EDUCAÇÃO”: das intenções às ações - possibilidades e limites da proposta	79
4.1	No princípio era o verbo (ou de onde tudo partiu: do Telensino/Telecurso 2000 ao Projeto “Viva Educação”)	80
4.2	... E o verbo se fez carne (ou sobre o que ficou evidenciado no cotidiano do Programa “Viva Educação”, nas telessalas). ...	91
4.2.1	Sobre as observações sistemáticas das aulas	91
4.2.1.1	<i>Aula 01 (O.A. 1/ Telesala 1)</i>	92
4.2.1.2	<i>Aula 02 (O.A. 2 / Telesala 2)</i>	95
4.2.1.3	<i>Aula 03 (O.A. 3 / Telesala 3)</i>	97
4.2.1.4	<i>Aula 04 (O.A. 4/ Telesala 4)</i>	98
4.2.1.5	<i>Aula 05 (O.A. 5 / Telesala 5)</i>	100

4.2.2	Outras observações possíveis realizadas no ambiente das telessalas (O.As. 1/2/3/4/5)	102
4.2.2.1	<i>Sobre o espaço destinado às aulas e a metodologia/dinâmicas empregadas</i>	102
4.2.2.2	<i>Sobre as responsabilidades docentes dos(as) Orientadores(as) de Aprendizagem</i>	104
4.2.2.3	<i>Sobre a visão dos/as alunos/as em torno da Teleaula</i>	105
4.2.3	As entrevistas realizadas com os/as orientadores (as) de aprendizagem.....	106
4.2.4	Dos questionários aplicados aos alunos e alunas	114
5	CONCLUSÕES	119
	REFERÊNCIAS	126
	APÊNDICES.....	133
	ANEXOS	141

1 INTRODUÇÃO

“É por isso que a humanidade só levanta os problemas que é capaz de resolver e assim, numa observação atenta, descobrir-se-á que o próprio problema só surgiu quando as condições materiais para o resolver já existem, ou estavam, pelo menos, em vista de aparecer”.

K. Marx.

A sociedade contemporânea é cada vez mais organizada. Tudo que deve ser produzido tem que ser planejado, medido, racionalizado. Não há dúvida de que essa organização tem como fundamento uma racionalidade instrumental que extrapola o mundo do trabalho e invade a vida privada dos seres humanos, mulheres e homens.

Essa organização é regida por meio de regras técnicas, operacionais que gradativamente substituem o ambiente natural, habitado por seres vivos, pelo ambiente técnico, onde os seres humanos estão cada vez mais cercados de objetos tecnológicos. Isto vai ter efeitos nos modos de pensar, de perceber, de compreender e de sentir, pois as habilidades e aptidões fundamentais para operar as máquinas diferem fundamentalmente daquelas necessárias para viver num ambiente natural, para relacionar-se com a natureza.

Tudo isso tem conseqüências diretas sobre os processos de transmissão da cultura e sobre os modos de socialização de novas gerações. Pode-se dizer que duas grandes idéias de formação humana decorrem dessa sociedade e nos conduzem a percebê-la via processos pedagógicos de ensinar e aprender: uma que forma aqueles/as cujo modo social, cultural e educativo os/as impõem a serem manipulados/as, explorados/as, alienados/as e definidos/as como consumidores/as apenas; outra que, a partir de um horizonte centrado na idéia de direito subjetivo de cada ser humano, constrói - cidadão/ãs sujeitos da história, autônomos/as e protagonistas da emancipação humana.

O processo educativo dessa segunda maneira de formação humana, segundo Gramsci (apud BUFFA; ARROYO; NOSELA, 1995, p. 88-90), é oposto à pedagogia burguesa, pois,

[...] será sobretudo um processo de crítica, de polêmica, de 'negação da negação'. [...] será sobretudo um processo prático e participativo. [...] Trata-se de uma educação essencialmente prática e historicista. [...] Trata-se, ainda, de um processo educativo antiautoritário, essencialmente aberto e criativo.

Os modos de utilização, nos processos educacionais, de algum tipo de meio de comunicação como apoio à ação do/a educador/a em sua interação com os/as alunos/as pode, em consonância com essas idéias, corroborar para um ou outro tipo de formação. Do ponto de vista da educação, a pedagogia e a tecnologia sempre foram elementos fundamentais e inseparáveis como, também, são os processos de socialização e linguagem.

Desse modo, a sala de aula pode ser considerada uma "tecnologia" com pretensões de formar seres humanos da mesma forma que a televisão e o vídeo são considerados ferramentas pedagógicas capazes de realizar a mediação entre o conhecimento e o/a aluno/a com pretensão de educar.

Com as facilidades de comunicação oferecidas pelas tecnologias de informação e comunicação (TIC) o ensino multimeio a distância desenvolvido a partir dos anos 1960 e disponível aos estudantes e professores(as), especialmente a TV/Vídeo, aumentam ou diminuem as possibilidades de uma educação cujo ideal a construir seja um/a cidadão/ã autônomo/a? Esse tipo de mediação fornece elementos que sirvam aos interesses de emancipação e bem-estar humano que fazem de qualquer homem/mulher indivíduos livres?

Perguntas como essas não podem e não devem ser respondidas sem que, antes, seja problematizado o processo de colonização que vem sofrendo, desde algum tempo, o espaço político-educacional brasileiro via projeto pedagógico dominante que vincula a educação a uma pedagogia de formação do cidadão mínimo¹ que os conduzem ao imediatismo mercado de trabalho.

Assim, se torna fundamental considerar, reconhecer e analisar as conseqüências das políticas globais, neoliberais e neoconservadoras, receitas aos países periféricos e as formas como estas se rearticulam no nível local e ainda como propõe Belloni (1998, p. 144), "buscar, nas raízes do projeto humanista da modernidade, a significação das duas maiores conquistas do homem moderno: o

¹ Caracteriza-se a partir da lógica da exclusão progressiva dos direitos, tanto os chamados direitos humanos quanto os direitos civis, via adestramento de homens e mulheres a uma perspectiva de educação básica geral simplificada, com objetivo de formação de um cidadão/ã fácil de manipular e de explorar.

direito à educação (universal, igualitária, democrática) e o direito à comunicação (livre e plural)”.

Nesse sentido, entende-se que se a educação permitiu a homens e mulheres conhecerem os saberes e as técnicas produzindo determinado conhecimento e hoje temos uma perspectiva de automação, esta possibilidade advém de um acúmulo histórico construído pela humanidade. O caráter diabólico ou divino dos usos desse conhecimento não está nele, mas a ele imbricado indiscutivelmente.

Diante disso, as TIC podem tanto ser utilizadas como instrumentos para consolidação de um poder dominante, como podem estar a serviço de indivíduos que lutam pela democracia; podem colaborar na criação de uma sociedade mais ou menos igualitária. Podem ser, como adverte Belloni (1998, p. 160), meios muito úteis para

construir e difundir conhecimentos sem risco de desumanizar o ser humano. Tudo depende do modo como as utilizamos: se nos apropriamos de seu potencial pedagógico e comunicacional e as colocamos a serviço do homem ou se, ao contrário, nos deixamos dominar por elas, transformando-nos em consumidores de gadgets concebidos para um mercado de massa planetário.

Nesse contexto, o debate sobre os usos das novas tecnologias (de informação, de entretenimento e comunicação, de reestruturação do mundo do trabalho e do lazer) é marcado por dois olhares: a visão dos *tecnófilos* e dos *tecnófobos*. Os primeiros fazem uma total apologia às novas tecnologias, considerando-as ferramentas que estão à disposição dos usuários para maximizar suas performances. Os tecnófobos, ao contrário, são céticos e vêem as novas tecnologias como privilégio de alguns que controlam, autônoma e autoritariamente, todas as formas da vida social.

Acredita-se que a tecnologia tem gerado, pelo menos, um desassossego social que se percebe na forma de mitos e superstições. No entanto, parece ser unânime entre os estudiosos, a despeito das divergências de opiniões sobre esta questão, a concordância de que esse fenômeno advém de certos discursos e práticas que vêm se afirmando no bojo do atual estágio social em que vive a

sociedade, marcada pela condição de “Sociedade da Informação”², traço característico da sociedade pós-industrial.

Para analisar esse fenômeno, entende-se ser relevante, primeiro, identificar os motivos das críticas e as possibilidades e condições de êxito vislumbradas por quem o defende. Mas antes, parece legítimo situar a questão no âmbito dos efeitos perversos do processo de globalização e suas repercussões nas políticas educacionais.

A constatação, efetiva e sistemática, de certas políticas públicas mal sucedidas em âmbito mundial, seja por questões de formulação ou mesmo por erros de condução implementada por diversos governos, inclusive brasileiros, ao longo dos anos, e as estratégias de dominação utilizadas por forças políticas dominantes têm mantido uma grande parte da população em níveis extremos de miséria.

No bojo desse quadro, a educação vem se configurando no limite dos confrontos sociais e políticos,

[...] ora como um dos instrumentos de conquista da liberdade, da participação e da cidadania, ora como um dos mecanismos para controlar e dosar os graus de liberdade, de civilização, de racionalidade e de submissão suportáveis pelas novas formas de produção industrial e pelas novas relações sociais entre os homens (BUFFA, 1995, p. 36).

Do mesmo modo, as intempestivas mudanças nas maneiras de organização da sociedade ocasionadas pela profunda crise do sistema capitalista, de caráter mundial, e o descontrolado processo de reestruturação produtiva, aliada a outros problemas decorrentes destes, tais quais *a exclusão ou inclusão precária, marginal e perversa* (MARTINS, 1997), que se situam como pano de fundo do sistema político econômico neoliberal, evidenciam, legitimam e oficializam os índices alarmantes da realidade social, com destaque especial para o quadro educacional, que tem privilegiado mais as leis do mercado em detrimento do ser humano enquanto uma referência histórica e ontológica.

Nessa conjuntura, é possível identificar, cada vez mais, a existência, em determinadas regiões do globo, de desigualdades sociais extremadas, tal como se pode identificar na maioria dos países do Terceiro Mundo, em especial aqueles cuja

² Designação atribuída pelo sociólogo norte-americano Daniel Bell, ainda nos anos 60. Para Assman (1998), sociedade da informação (SI) é a sigla ainda predominante nos documentos da União Européia, mas ela denota um certo ranço de apego tecnicista ao código binário (bits). Sociedade do conhecimento é terminologia mais rica. O conhecimento – e não simples dados digitalizados.

situação se pode comparar ao norte e nordeste brasileiro, onde a miséria econômica e social constitui um cenário bastante evidente dos efeitos perversos das políticas públicas.

No âmbito desse contexto de miséria, a situação atual do Maranhão, como se pode constatar por meio dos dados estatísticos³, evidencia um quadro por demais conturbado e contraditório, principalmente quando se tem como referência o campo educacional⁴, mas que também poderia ser estendido a outros tipos de serviços públicos.

Isto, de certa forma, se opõe ao projeto de marketing que foi veiculado pela mídia televisiva, durante o período que antecedeu as campanhas políticas eleitorais de 2002, que buscaram construir uma imagem bastante positiva do Estado do Maranhão e de seus governantes, com a intenção clara de angariar a aprovação e simpatia da sociedade, que fosse sólida e pudesse transmitir confiabilidade e segurança à população, elevando o conceito desses governantes frente à opinião pública.

Para compreendermos o caráter ideológico, político, ético, moral e pedagógico articulado nesse contexto, de acentuação das desigualdades sociais e de abismo entre regiões desenvolvidas e subdesenvolvidas, é preciso situá-los no âmbito do processo de internacionalização do capital e da globalização da ideologia neoliberal que marca o atual mundo do trabalho e da produção, incluindo neste as transformações do trabalho pedagógico, insere-se na investida “global” de mercantilização ininterrupta das condições sociais, expressa numa dimensão temporal caracterizada pelas agitações e incertezas permanentes.

As dificuldades que têm os indivíduos de conceber essas transformações, em curso, perpassam por sentimentos de angústia e medo do desconhecido e revelam, também, o sustentáculo ideológico do processo de globalização contido no neoliberalismo. Mais do que necessário se faz reafirmar a célebre frase que Marx e

³ O Maranhão tem hoje a maior parcela da população (62,37%) vivendo abaixo da linha de miséria de acordo com o Mapa da Fome da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística apontam que o número de famílias que vivem com até meio salário mínimo aumentou 37%, enquanto no resto do País diminuiu 22%. Desde 1985, os dados deste mesmo instituto revelam o pior Produto Interno Bruto (PIB) per capita do País, crescimento da mortalidade infantil e evasão escolar, sem falar nos dados contidos no Censo 2000 os quais indicam que o Maranhão está no mesmo patamar de miséria de nações africanas como Gana e Congo.

⁴ No relatório do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), o Maranhão ocupa o trágico 24º lugar.

Engels (1996, p. 14) expressam no Manifesto Comunista, ou seja: “Tudo o que é sólido, se desmancha no ar”.

Nesse contexto, a educação passa a se configurar como uma questão central, na medida em que se inverte, sobremaneira, o sentido que esta deveria ter, transformando-a num apêndice direto da empresa capitalista, onde, por meio de certas práticas e políticas sociais, as desigualdades sociais são cada vez mais aprofundadas.

Na linha de frente dessas práticas, situam-se algumas modalidades de ensino, entre elas, o Telensino, que tem como base de sustentação os princípios do modelo econômico fordista⁵ de educação de massa onde “ensinar’ [...] é, também, um processo industrial de trabalho [...]” (BELLONI, 2001a, p. 107). A presença de modalidades educacionais que utilizam certos meios tecnológicos, especialmente a Televisão e o Vídeo, tem provocado impactos, sobretudo nas ações pedagógicas que passam a exigir profissionais cada vez mais preparados com maior rapidez e agilidade, atendendo ao princípio da “flexibilidade” e “equidade” inerentes à lógica do mercado⁶, embora, nem sempre, correspondam a essas expectativas.

Portanto, em face desses impactos, está lançado, mais que nunca, aos profissionais da educação, o desafio de fazer “a integração de dois campos culturais: a *educação* e a *comunicação*, ambas estruturadas como espaços de luta entre grupos e interesses contraditórios, ambas importantes no processo de criação e transmissão da cultura” (BELLONI, 1998, p. 152, grifo nosso).

Existem, evidentemente, algumas iniciativas internacionais e nacionais que buscam analisar e compreender o fenômeno do uso das tecnologias de informação e comunicação na educação, dada a complexidade do discurso instaurado no campo educacional, em face da aproximação destes com o paradigma industrial. Dessas iniciativas, destacam-se os estudos de Peters (1983); Belloni (1984; 2001); Evans e Nation (1992); Campion e Renner (1992); Perriault (1996); Libâneo (1999); Bodião (2000); e Bianchetti (2001); entre outros/as.

⁵ Fordismo é um sistema de produção industrial caracterizado por um elenco limitado de produtos padronizados; método de produção de massa; automação usando máquinas dedicadas à produção de um produto determinado; força de trabalho segmentada, responsável por tarefas fragmentadas e especializadas; controle centralizado; e organização hierárquica e burocrática. A relação positiva de custo/eficiência deriva das economias de escala obtidas através de longos ciclos de produção, da quase uniformidade de serviços e de reduções nos custos do trabalho (RAGGATT, 1993, p. 23).

⁶ Sobre essa caracterização, consultar o artigo publicado no Jornal da Adunicamp, outubro 2000, de autoria da Profª Maria da Graça N. Bollman.

Adverte-se, portanto, para o fato de que as mudanças no quadro econômico, desde meados dos anos 1970, advindas de uma perspectiva neoliberal, imposta aos países periféricos, já estão interferindo na política educacional desses países e têm alterado, consideravelmente, a organização do trabalho pedagógico.

Esse quadro se confirma com as políticas de ajuste, a desregulamentação, a privatização e a descentralização da ação estatal no setor das políticas sociais, particularmente na área da educação, mostrando que este é um dos setores afetados por instrumentos necessários à reorganização econômica, política e social e a orientação do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial. Assim, as políticas educacionais que vêm sendo implementadas

[...] caracterizam-se, entre outras coisas, pela introdução de parâmetros mercantis e de competição, pela descentralização das decisões e pela 'demonização' da esfera pública, que passa a ser caracterizada como um espaço intrinsecamente incompetente (GANDIN, 2003, p. 54).

E resulta das políticas globais que necessitam que a educação atenda à demanda das mudanças na formação da força humana de trabalho necessária para apoiar as alterações na base material da produção capitalista.

É verdade que a ordem neoliberal por meio das políticas educacionais de órgãos multinacionais, tais como o Banco Mundial e o FMI, tem ditado e orientado as políticas educacionais dos países periféricos, mas também é essencial enfatizar que este processo, segundo Gandin (2003), não se dá por uma via de mão única, que pode ser identificado como uma mera transposição das políticas globais. É preciso dizer que há nesse processo contradições e renegociações nos níveis regionais e locais capazes de promover novas rearticulações nos discursos hegemônicos em educação.

Nesse sentido, muitas questões político-pedagógicas e socioculturais capazes de contribuir para a autonomia do indivíduo podem passar despercebidas e deixar de ter sentido, obrigando muitos a se preocuparem com uma questão fundamental: onde e como vou aplicar esses conteúdos? Que serventia esses conteúdos têm para a minha formação profissional e enquanto cidadão? Tais conteúdos servirão para a minha autonomia e emancipação?

O dramático é que, nesse contexto, as políticas educacionais que vêm sendo, há alguns anos, implementadas no Brasil, especialmente aquelas contidas nas Diretrizes e Estratégias para a Política Educacional do Estado do Maranhão

relacionadas ao período de 1999 a 2002 evidencia objetivamente, conforme Martins (1997), já citado anteriormente, o quadro de *exclusão* ou *inclusão precária, marginal e perversa* de uma parcela cada vez maior da população em políticas supostamente sociais e públicas, cujos resultados apontam para o seguinte quadro de miséria:

O Maranhão entrou o ano 2000 com uma taxa de analfabetismo, de pessoas de 15 anos para cima, equivalente à taxa brasileira em 1970 (33,6%).

Estão fora da rede de ensino, no Maranhão, cerca de 100.000 crianças, na faixa etária de 7 a 14 anos.

A matrícula inicial na pré-escola vem caindo a cada ano. Em 1997, totalizava 247.436; em 1998, baixou para 224.642 e, em 1999, caiu para 205.877 matrículas.

As maiores quedas, por dependência administrativa, estão na rede estadual com 14,3%, entre 97/98, e 19,9%, entre 98/99.

As matrículas iniciais nas classes de alfabetização caíram 53,5% de 97 para 98, e 27,4% de 98 para 99, nada menos que 80,9% em três anos.

Dos 334.930 alunos, que entraram na 1ª série em 1991, apenas 2,3% concluíram a 8ª série, havendo uma evasão de 97%.

A educação infantil contou, em 1998, com um número de alunos matriculados menor do que os egressos em 1991. Em 1991, eram 211.671 alunos, enquanto, em 1998, contavam-se, apenas, com 183.345 crianças matriculadas.

O número médio de anos de estudo de pessoas, de 10 anos para cima, no Maranhão é de três anos, enquanto que, no Brasil, corresponde ao dobro (seis anos).

Cerca de 100.261 matrículas deixam de ser feitas por falta de vagas nas áreas rurais do Maranhão; 52 municípios do Maranhão não possuem, em suas redes de ensino, vagas de 5ª a 8ª série na zona rural (MARANHÃO, 2001).⁷

Apesar disso, no Maranhão, a Gerência de Desenvolvimento Humano do Estado (GDH) defende que a Educação assume, hoje, uma visão estratégica para o desenvolvimento do Estado, cabendo ao Ensino Médio, em virtude de constituir-se como etapa final da educação básica, oferecer um ensino, de modo a fazer com que o jovem exercite papéis sociais diversificados, instrumentalizando-o para atender as exigências do mundo do trabalho (MARANHÃO, 2000b).

Nesse sentido, para aproximar o Maranhão da universalização do acesso ao ensino, foi implementado o programa de aceleração de estudos no ensino básico, fazendo com que um número considerável de alunos concluísse mais rapidamente a 8ª série.

Para viabilizar, no ensino médio, uma demanda dita reprimida, de distorção idade/série, baixa produtividade e insuficiente e inadequada formação, o

⁷ Pronunciamento da Deputada Helena Barros Heluy realizado na Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão em 12.03.2001, apoiados no relatório do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB).

Estado, pelas razões anteriormente justificadas, ou seja, de aceleração dos estudos, implantou e implementou o programa Telensino, denominado Projeto Viva Educação, nome dado ao Telecurso 2000 no Maranhão, cuja metodologia foi aplicada em larga escala no sistema público, em nível de ensino médio, a exemplo do Rio Grande do Norte e Ceará, além de outras experiências em desenvolvimento em desenvolvimento em alguns estados do norte do Brasil.

Na década de 70, a lógica da educação aberta e à distância, conforme explicitam Perriault (1996), Belloni (1998) e Libâneo (1999), estava condicionada às amplas extensões territoriais, à carência de quadros docentes e as limitadas disponibilidades financeiras.

Na atual conjuntura, esta lógica se constitui uma maneira “aberta” e “flexível”, de trabalho, supostamente mais adequada às novas exigências sociais, desejáveis para atender às novas demandas educacionais decorrentes das mudanças na nova ordem econômica mundial.

Nessa lógica de “massificação do conhecimento”, e para combater o estado de precariedade da educação no Maranhão, é que o “Projeto Viva Educação, através da Teleducação, na modalidade supletiva, pretendeu corrigir, num período mínimo de um ano e meio, o fluxo de atendimento a jovens e adultos, em todo o Estado do Maranhão, nos seus 217 municípios” (MARANHÃO, 2000c).

Diversos autores e autoras, entre esses Idevaldo Bodião (2000), Maria Cavalcante (1998), Mônica Façanha (1997), Isabel Farias (1997), Kátia Braga (1997), entre outros/outras, sugerem, em seus estudos, que sejam revistos alguns aspectos que emergem dessa problemática, visto que se trata de uma questão de suma relevância social e epistemológica. É, pois, um problema de pesquisa, que por suas características deve, portanto, fazer emergir várias questões. Então, a escolha por esse objeto sugere que se façam algumas indagações, tais como: O que é/foi o *Programa Viva Educação* (Telensino)? Qual sua concepção pedagógica? Que objetivos pretendeu alcançar? Que disciplinas compuseram o seu currículo e que conteúdos foram desenvolvidos? Qual o espaço destinado às aulas e a metodologia/dinâmicas empregadas? Quais as responsabilidades docentes dos/as Orientadores(as) de Aprendizagem? Qual a visão dos/as aluno/as sobre o Telensino?

Dessas indagações, elaboradas a partir de algumas reflexões que se manifestam em torno dos documentos oficiais e extra-oficiais existentes, buscou-se

construir um recorte empírico que fosse relevante ao processo de conhecimento e de desvelamento da realidade que ora se apresenta como problema.

Feito este recorte, e tendo acompanhado o processo de implantação do Projeto Viva Educação, foi possível constatar, inicialmente, que em fevereiro de 2001, 3.750 Orientadores(as) de Aprendizagem (OA), em quase todo o Maranhão, iniciaram a implementação do mesmo.

O Projeto, conforme documentos oficiais do Estado, erivou de um convênio assinado pelo Governo do Estado Maranhão e pela Fundação Roberto Marinho/Rede Globo no valor de R\$ 102.575.354,00 (cento e dois milhões, quinhentos e setenta e cinco mil e trezentos e cinqüenta e quatro reais) oriundo da receita do Estado supracitado (MARANHÃO, 2000b).

A partir de uma Metodologia Supletiva do Telecurso 2000⁸, o Projeto visou obter a correção idade-série no âmbito da rede pública de ensino médio, no período de quinze meses.

Se, por um lado, a universalização dessa proposta, na rede estadual, permitiu a ampliação das matrículas, por outro expõe, de forma objetiva, algumas fragilidades dessa modalidade de ensino, que segundo Bodião (2001) estão relacionadas com: 1) Administração do tempo para cumprir as agendas propostas; 2) Práticas cotidianas contraditórias; 3) limitado domínio dos conteúdos das disciplinas; 4) processo de avaliação inadequado.

Este pesquisador classifica, ainda, o Programa Telensino como “um perigo que vem se alastrando pelo país” (BODIÃO, 2001, p. 5), pois condensa o ensino médio, antigo 2º grau, em apenas um ano.

Apesar de esse Programa ser, já em âmbito nacional, considerado uma alternativa como modalidade supletiva de jovens e adultos e, conforme justificativa oficial do Governo do Estado do Maranhão, o mesmo permitirá a aceleração dos estudos daqueles/as alunos/as que se encontram cursando o ensino médio, mas que possuem idade superior à recomendada, o aumento dos índices de oferta de educação pública e a melhoria da qualidade do ensino ofertado.

Mesmo assim, fontes extras oficiais, tais como: jornais, artigos e materiais provenientes de sindicatos afirmam que o referido Projeto, na prática, vem aos

⁸ Conforme a Fundação Roberto Marinho (2001) o método utilizado pelo Telecurso 2000 é denominado de “Sessões de Aprendizagem”. Estas são apresentadas em vídeo e apoiadas por um Orientador de Aprendizagem, que acompanha os exercícios dos livros dos alunos.

poucos substituindo a oferta do ensino regular em nível médio por um ensino que na sua essência já é uma perda, e não poderia se realizar com alunos do ensino médio regular, já matriculados, que são deslocados para essa modalidade.

Além do mais, o Projeto adota um padrão homogêneo das aulas, segundo o qual a metodologia de ensino obedece sempre a um determinado roteiro: 1) motivação/problematização; 2) exibição do vídeo; 3) leitura de imagem; 4) livro texto; 5) atividades complementares (FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO, 2001).

Esta metodologia de ensino, na prática, parece esgotar as possibilidades pedagógicas no trato com o conhecimento, visto que na sua concepção, estrutura e planejamento, considerados elementos essenciais para garantir um trabalho dito de qualidade, vem desconsiderando os valores culturais de cada região, fundamentalmente os elementos constitutivos da cultura popular maranhense. Sobre essa questão, Libâneo (1999, p.20) comenta que “os educadores precisariam acompanhar de perto e criticamente propostas de formação de professores e de programas tipo ‘ensino a distância’”.

Outro motivo de preocupação que tem sido constante refere-se à troca de professores (as) habilitados(as) por aparelhos de TV e Vídeo que têm, em última instância, transformado tais profissionais da educação, em destaque para o ensino regular, em meros orientadores(as), polivalentes, desqualificando em muito o processo ensino-aprendizagem.

A efetivação do projeto implicou a aquisição de 150.000 “Kits Tecnológicos”, isto é, uma televisão de 20 polegadas, um vídeo cassete, um jogo de fitas com aulas do tele-curso 2000, livros do tele-curso, mapas, dicionários, lápis, papel, caneta, pincel atômico, giz, cera, comprados pelo Estado, sem licitação, na Fundação Roberto Marinho e Rede Globo, conforme consta no documento oriundo da Gerência de Desenvolvimento Humano⁹.

Cabe destacar que, apesar das críticas já desenvolvidas, não nos opomos às inovações. Acredita-se que é importante utilizar, em todos os graus de ensino, as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). A Televisão e o Vídeo, entre outros meios, podem e devem se constituir em ferramentas de mediação pedagógica, mas são, apenas, instrumentos auxiliares do processo ensino-

⁹ Sobre esse documento, consultar o processo nº 7416/2000-GHD/Maranhão.

aprendizagem. Não devem substituir o(a) professor(a) como, também, não poderão fazê-los os(as) Orientadores(as) de Aprendizagem (OA).

Dessa forma, pode-se pensar, igualmente, que quaisquer medidas no sentido de ampliação do número de vagas no ensino médio são desejáveis. Não deve ser apenas, objeto de manipulação, como não pode servir como maquiagem dos índices sociais.

Devem, portanto, ser construídas a partir de amplos debates críticos e estudos prévios com a participação da sociedade, sobre a pertinência do referido projeto, pois o processo educativo não pode, simplesmente, se limitar à mera vinculação de informações, mas sim, a uma interação humana do educador com seus aprendizes, no qual a reflexão e a crítica sejam elementos permanentes do processo ensino-aprendizagem, como ensinou o mestre Paulo Freire.

A partir dessas constatações iniciais, e levada em consideração que em função da implantação e implementação do projeto “Viva Educação”, pode-se estar operacionalizando, no Maranhão, uma experiência “modelo”¹⁰ com possibilidades de ser utilizada como padrão pedagógico para precariedades semelhantes àquelas experimentadas pelas redes públicas precárias nordestinas¹¹, é que proponho a seguinte questão norteadora do problema de pesquisa: **O Projeto “Viva Educação” se configurou como um instrumento político-pedagógico formador de sujeitos autônomos, protagonistas de emancipação?**

Em decorrência dessa reflexão acerca da hipótese contida na questão acima formulada urge, portanto, responder a, pelo menos, três questões que orientaram o processo de construção desta pesquisa:

- a) Que fatores determinaram a implantação e implementação do Programa Viva Educação pelo governo do Estado do Maranhão?
- b) Quais representações foram articuladas, por professores(as) e alunos(as), sobre o processo de ensinar e aprender, no contexto do Programa “Viva Educação”?
- c) Que contribuições esta modalidade de ensino propiciou aos alunos(as) na construção de sua autonomia e emancipação?

¹⁰ No sentido de ser algo capaz e suficiente de solucionar problemas até, então, não resolvidos.

¹¹ Com essas mesmas desconfiâncias foi realizado, no Ceará, um estudo em uma escola da rede pública estadual onde funcionou o sistema Telensino, entre setembro de 1996 e junho de 1997. O referido trabalho foi desenvolvido pelo Prof. Idevaldo da Silva Bodião (2000).

Apesar de já existirem vários estudos, de diversos autoras e autores, relacionados com a questão sobre o qual se pretende investigar, destacando-se entre esses os trabalhos de Almeida (1978), Arena et al. (1997), Braga (1997), Farias (1997), Cavalcante (1998), Bodião (2001) e Oliveira (2002), penso que este estudo é importante, pois analisa o capital e a relação com as mídias e a sala de aula, além de justificar-se pela sua contribuição para a crítica ao movimento de educação a distância existente atualmente no país.

Pelo esforço de observação, registro e reflexão dos aspectos acima mencionados, que se pretendeu realizar a partir do Projeto Viva Educação, implantado e implementado no Maranhão, o estudo poderá vir a fornecer alguns elementos para uma compreensão mais geral sobre os problemas enfrentados no campo educacional.

Nesse sentido, essa investigação poderá ser útil a outros estudos que, porventura, abordem a temática, pois em se tratando de um aspecto da realidade ainda não investigado, no Estado do Maranhão, poderá fazer avançar, de algum modo, o conhecimento sobre uma área que se encontra em expansão no território nacional, como é o caso do Telensino.

Do que já foi dito, explícita ou implicitamente, sobre o sentido político-pedagógico da escolha e da delimitação da problemática em evidência, é que se coloca a relevância não só acadêmica, mas, sobretudo social, desta investigação, pois poderá contribuir para a compreensão e intervenção numa realidade vivida cotidianamente à margem dos controles do Estado – a realidade maranhense.

Na busca de possíveis respostas às questões foram, então, delineados os seguintes **objetivos**:

Geral:

Compreender o processo de implantação e implementação do Projeto Viva Educação e a sua contribuição na construção da autonomia e emancipação de jovens e adultos, em escolas públicas da Ilha de São Luís e da cidade de Alcântara no Maranhão.

Específicos:

- a) Caracterizar o contexto sócio-político-educacional do Estado do Maranhão, no qual foi implantado o Projeto Viva Educação.
- b) Verificar as concepções políticas e educacionais que fundamentam as Novas Tecnologias de Comunicação e Informação (TIC),

especificamente aquelas que dão sustentação ao Telensino, na qual se insere o Projeto Viva Educação.

- c) Identificar e analisar as representações dos(as) Orientadores(as) de Aprendizagem e dos(as) alunos(as) acerca do cotidiano das aulas, em seus diferentes aspectos, vivenciados no Projeto Viva Educação.

A seguir, serão apresentadas algumas reflexões, em forma de capítulos, as quais se pensa constituírem aspectos importantes do processo de sistematização deste trabalho.

O Capítulo I aborda a opção e caminhos teórico-metodológicos. Objetivou-se articular pressupostos teórico-conceituais fundamentadores a uma intervenção crítico-superadora frente à problemática a investigada.

O Capítulo II faz uma discussão em torno das seguintes problemáticas: 1) a implementação, em âmbito mundial, das políticas de ajustes estruturais definidas no campo das principais estratégias do processo de reestruturação econômica neoliberal; 2) as transformações sociais ocasionadas pela introdução das inovações tecnológicas, especialmente as TIC, alicerçada nos valores de consumo, cuja concepção de mundo e de homem estão diretamente referidas ao modo de ser dos países capitalistas avançados; e 3) os impactos, dessas duas ordens, no campo da educação.

O Capítulo III apresenta a pesquisa de campo nos seus constituintes: o Telensino e Projeto “Viva Educação”, os relatos, as discussões e algumas reflexões sobre as possibilidades e os limites do programa.

Por fim, apresentam-se as conclusões onde se reiteram as posições expressas no decorrer do trabalho, apontando algumas proposições no viés de um embate, em curso, que prossegue pela construção de um projeto político pedagógico que seja formador de sujeitos autônomos, protagonistas de emancipação.

- **Definições/reflexões conceituais**

Os escritos que antecederam este item contêm alguns termos/expressões que necessitam de esclarecimentos sobre os sentidos e significados que são empregados no decorrer da argumentação que será desenvolvida no texto.

Palavras como **Educação**, **Telensino**, **Cidadão** e **Cidadania**, **Autonomia** e **Emancipação** e **Expressões** como **Políticas Públicas**, **Tecnologia de**

Informação e Comunicação necessitam de reflexões e este momento de introdução é, assim, utilizado para tal fim.

Neste sentido, torna-se imprescindível discorrer sobre os mesmos, com a intenção de mediar o diálogo ocorrido entre a teoria e a realidade apreendida, e, também, facilitar a leitura do texto.

a) Educação

O esclarecimento sobre o conceito de Educação é algo complexo. Dá-se para além do contexto da educação escolar e da concepção estritamente pedagógica da prática educativa. O processo de educação perpassa, desse modo, todo um corpo social e não apenas instituições específicas.

Sem desejar retomar aqui estudos e reflexões já bastante difundidos a respeito da acumulação teórica sobre os conceitos de educação, pode-se dizer, em linhas gerais, que existe uma educação que acomoda, controla, molda e ajusta, e outra que liberta e que emancipa.

Uma consulta ao dicionário informa que a Educação é, pois, um “Processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral [...] do ser humano em geral, visando a sua melhor integração individual e social [...]” (FERREIRA et al., 1986, p. 619).

Ainda que seja possível caracterizá-la de um ou outro modo, entretanto, a Educação é um processo dialético, porque existem forças contrárias que se movimentam.

A argumentação que se é a favorável neste texto pressupõe uma

Educação que desenvolva a consciência crítica, isto é, aquela que examina os fatos com profundidade, que aceita as mudanças da realidade, que busca os princípios causais autênticos, que testa, revisa, é livre de preconceito, repele posições acomodadas, aceita responsabilidade, é indagadora, investiga, força, ama e nutre-se do diálogo e aceita o novo, assim como o velho, na medida em que são válidos (TELES, 1992, p. 18).

Assim, o autoritarismo, a opressão, a coerção e a verticalidade nas relações educativas castram a originalidade do “sujeito” que passa a ser objeto, vez que tem como fundamento o ajustamento à ordem imposta.

b) Telensino

A história da Teleducação/Telensino no Brasil inicia-se com esforços isolados dos idealistas que se lançaram à aventura de colocar os meios de comunicação a serviço da educação de adultos.

O Sistema Telensino, também conhecido como projeto de Educação Supletiva por Multimeios, começou a circular em todo o Estado de São Paulo em 1978, assinado pela Fundação Roberto Marinho (FRM) e pela Fundação Anchieta. A primeira ligada à iniciativa privada; a segunda, uma entidade estadual.

Em pouco tempo, ainda em 1978, o Sistema Telensino, na forma de Telecurso de 2º Grau, estendeu-se a outros estados, inicialmente a Brasília e Goiânia, Rio de Janeiro, Sul e Nordeste do país e, por fim, a todo o Brasil. Segundo a Fundação Roberto Marinho (1981, p. 54), o mesmo pode ser definido como

Sistema de produção e distribuição de programas educativos com caráter de suplência e suprimento. Como suplência, destina-se a adolescentes e adultos que estão fora do sistema regular de ensino. Na função de suprimento, destina-se ao público em geral no suprimento de educação permanente, e ao público de ensino regular, como apoio e recurso didático auxiliar. Como sistema de multimeios, vale-se da televisão, de material impresso [...] para atingir uma clientela de características sócio-econômico-culturais peculiares.

Hoje o Telensino, conhecido como Telecurso 2000, propaga a idéia de ser um projeto de imensas possibilidades para a formação e qualificação profissional de jovens e adultos que, por razões diversas, não concluíram ou tiveram de interromper os seus estudos.

Conforme comenta a Fundação Roberto Marinho (2001, p.11), o Telecurso 2000

É a expressão de uma prática educativa que compreende educação como estratégia básica para a formação humana, voltada para o 'aprender a aprender', saber pensar, refletir, criar, inovar, construir conhecimento e participar ativamente da vida social.

Alguns elementos se apresentam na proposta pedagógica do Telecurso 2000/Telensino:

1. Processo de ensino-aprendizagem mediatizado;
2. Sistema de comunicação bidirecional;
3. Sistema de estudo que exige a utilização de materiais e recursos tecnológicos;
4. Sistema de aprendizagem que exige uma organização de apoio.

Assim, o objetivo do Telensino/Telecurso 2000 é “desenvolver os conteúdos programáticos, as habilidades básicas, as questões de cidadania e a

capacidade empreendedora de cada cidadão” (FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO, 2001, p. 11).

c) Cidadão(ã)/Cidadania

Para a reflexão sobre o conceito de cidadão/ã e cidadania, julga-se necessário lembrar o tempo da Educação e Cidadania Burguesas, por entender que aquelas palavras (cidadão e cidadania) fazem retomar as famosas declarações dos Direitos do Homem e do Cidadão. Tais declarações têm como fundamento o cidadão pleno, forjado na imagem do proprietário burguês, surgidas no processo da Revolução Francesa do século XVIII.

Os direitos do cidadão/ã, tanto os denominados direitos humanos (a vida, a saúde, a educação, a moradia) quanto os direitos civis (liberdade, igualdade jurídica, justiça) foram proposições desenvolvidas por países capitalistas que foram progressivamente assumidos no interior da democracia burguesa.

Mesmo assim, a maioria dos países capitalistas, especialmente o Brasil, ainda não atingiu os ideais burgueses de cidadania e de cidadão/ã pleno/a. A realização do capital, sujeito do capitalismo, tem sido conquistada à custa da marginalização da maioria.

A educação enquanto direito humano do cidadão/ã constitui-se numa rede precária ficando fora da escola milhões de indivíduos que são excluídos de maneira precária e perversa do gozo dos direitos civis políticos do Estado. A vinculação entre educação, cidadão/ã e cidadania só é compreendida por uma minoria que detém espaços políticos – os “educados”.

É necessário captar a lógica inerentes aos projetos políticos burgueses, ditos sociais. Cada implantação e implementação segue etapas de construção da desigualdade, camufladas num discurso pedagógico burguês que esconde essa mesma desigualdade dos indivíduos por trás de uma suposta igualdade jurídica.

Grandes são então as dificuldades para definir o que venha a ser cidadão/ã e cidadania. Sem desconhecer alguns conceitos existentes, opta-se pela idéia de que existem propostas de educação para aqueles e aquelas que denominaríamos de proprietários/as, os/as cidadãos/ãs e uma outra educação para os não-proprietários/as, para os/as cidadãos/ãs de uma outra qualquer categoria.

Assim, para uma melhor reflexão sobre os conceitos de cidadania acompanharemos o raciocínio de Arroyo (1995, p. 61), quando destaca que

[...] o reducionismo da questão da cidadania a educação para o bom convívio não é apenas um desvio, mas um obstáculo a compreensão da questão da cidadania. Deslocando a questão da cidadania da questão do poder, sua construção se esvazia e se reduz a um moralismo e pedagogismo estéreis. O pensamento pedagógico somente colocará o problema no devido lugar se superar esse modelo de equilíbrio estático e moralista e partir da visão real da sociedade como uma construção histórica trespassada por conflitos, antagonismos e lutas, onde a questão do poder está sempre presente, exigindo ser equacionado e socializado.

d) Autonomia/Emancipação

“O indivíduo autônomo, consciente de seus fins, está em extinção, em desaparecimento. É ele que deve ser recuperado” (MATTOS, 1997, p. 55). Mas, recuperar esse tipo de indivíduo exige uma pedagogia. Qual?

Freire (1997, p.65), em *Pedagogia da Autonomia*, aponta para uma reflexão sobre a prática educativa necessária em favor da autonomia. Para ele, essa reflexão diz respeito à

[...] inconclusão do ser que se sabe inconcluso – é o que fala do respeito devido à autonomia do ser do educando. [...] O respeito à autonomia e a dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros. Precisamente porque éticos podemos desrespeitar a rigorosidade da ética e resvalar para sua negação, por isso é imprescindível deixar claro que a possibilidade do desvio ético não pode receber outra designação senão a de transgressão.

Uma pedagogia em favor da autonomia e emancipação nessa perspectiva, enquanto princípios fundamentais éticos de nossa existência pauta-se, segundo este estudioso, no respeito “à curiosidade do educando, o seu gosto estético, a sua inquietude, a sua linguagem, mais precisamente, à sua sintaxe e à sua prosódia” (FREIRE, 1997, p.66). Ao contrário, o autoritarismo cerceia o direito à liberdade, à independência moral ou intelectual.

Assim, “a emancipação não é possível em termos gerais. Só há emancipação do indivíduo na medida em que é nele que se concentra o conflito entre a autonomia da razão e as forças obscuras e inconscientes que invadem essa mesma razão” (MATTOS, 1997, p. 58).

A autonomia e emancipação, no viés dessa reflexão, devem ser colocadas como tarefa fundamental da educação e de uma pedagogia crítica, que sempre serão um processo onde se desenvolvem interações dialéticas.

Portanto, pretende-se aqui denominar de autonomia e emancipação um processo de libertação dos seres humanos das condições que limitam o uso da

razão crítica e com isso todas as suas ações sociais que se realiza pela educação e pela pedagogia opressora que acomoda, controla, molda e ajusta os indivíduos. Como muito bem lembra Eagleton (1991 apud PELLANDA, 1993, p. 238)

O mais eficiente opressor é aquele que convence seus subordinados a amar, a desejar e a se identificar com o seu poder, e, qualquer prática de emancipação, portanto, envolve aquilo que é mais difícil entre todas as formas de libertação, liberar nós mesmos de nós mesmos.

2 CAMINHOS TRILHADOS: delineando o quadro teórico-metodológico

“Os filósofos se limitaram a interpretar o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo”.

K. Marx

“Nenhuma corrente de pensamento existe se desenvolve independente das questões práticas que lhe coloca a realidade”.

C. Minayo

2.1 Sobre a opção teórica

Ao optar pelo significado que representa esta reflexão inicial, e considerando a amplitude dos objetivos que este estudo compreende, necessário se torna que, a seguir, seja desenvolvida uma análise articulando a uma teoria do conhecimento que orienta o pensamento na investigação, os acontecimentos sociais e políticos em evidência no atual contexto.

Quando se fala em orientação do pensamento na investigação, estamos evidenciando a perspectiva teórica que nos possibilita o entendimento do mundo e das pessoas em face aos acontecimentos.

Esse modo de pensar exige uma análise de ordem política e econômica, no âmbito internacional, perpassadas nas políticas educacionais locais, tendo em vista as conseqüências da nova forma de integração do Brasil aos organismos internacionais e à inserção deste no contexto de transformações das sociedades contemporâneas globalizadas, das novas demandas sociais e das tendências das leis do mercado que se configuram, também, no campo da educação neste século.

Nesse sentido, uma reflexão que aborde os fundamentos teóricos, relacionados à política desenvolvimentista, expressa de modo objetivo a influência que têm tido os organismos internacionais, especialmente o Banco Mundial, sobre os países em desenvolvimento.

Esses organismos, na elaboração e implementação de suas políticas, exercem um papel, não só econômico, mas, sobretudo, intelectual, de inculcação ideológica, da nova ordem, instalada mundialmente. Esse dado pode ser identificado quando os projetos propostos e as pesquisas desenvolvidas por esses organismos são, sobretudo, realizados por consultores, especialmente contratados para esse

fim. A partir desse viés é que o Banco Mundial, por exemplo, vem, de forma sistemática, impondo uma política neoliberal, através do seu rápido e crescente envolvimento com o setor educacional.

A reflexão sobre a política educacional que responda à demanda dos países em desenvolvimento, em especial às demandas da sociedade brasileira por uma escola pretendida pelos educadores, ou seja, a escola democrática, tem levado os profissionais desse campo a discutirem amplamente nos principais eventos¹² científicos da área, os projetos do Banco Mundial que propõem, entre outras medidas, a retomada do modelo escolar de formação polivalente exigida atualmente, nesta fase de acirramento do capitalismo.

No Brasil, as políticas que têm sido implementadas pelos governos que se sucederam, aos poucos têm criado condições favoráveis para a inserção do país na nova ordem mundial defendida pela burguesia internacional, assegurando assim o acúmulo e reprodução do capital.

Em decorrência dessa política, têm-se as desigualdades sociais, a miséria e o desemprego, em estado avançado, cujos índices superam, atualmente, as estatísticas até então conhecidas historicamente no país.

A tentativa de compreensão dos fenômenos políticos, sociais e econômicos, de ordem internacional e nacional, certamente não foi uma tarefa simples. Toda essa problemática teórica da questão do Estado na sociedade capitalista é, pois, no mínimo, uma questão em aberto. O conjunto de forças que orientam e dão sentido à estrutura e a dinâmica estatal, tem sido abordado sob diferentes aspectos e nem por isso, hoje, o assunto se esgotou.

Assim foram revisados alguns conceitos sobre a integração das tecnologias de informação e comunicação aos processos educacionais mais diretamente relacionados com o objeto deste estudo. Isto implicou a adoção de uma abordagem teórica que possibilitasse examinar, de forma crítica, uma compreensão que superasse o enfoque funcionalista do pensamento oficial.

Para melhor entender os princípios que orientaram esta reflexão, tomou-se como base teórica a proposta sugerida por Belloni (2001b, p. 11) na qual “a integração das TIC à educação [...] só faz pleno sentido se realizada em sua dupla dimensão: como ferramentas pedagógicas e como objeto de estudo”.

¹² Congresso Nacional de Educação (CONED), Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) e Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

Sobre esta maneira de pensar a integração das TIC à educação, Belloni (2001b, p. 12) em seu livro, *O que é mídia-educação*, destaca que

Esta é a perspectiva de um novo campo de saber e de intervenção, que vem se desenvolvendo desde os anos de 1970 no mundo inteiro: a educação para as mídias, cujos objetivos dizem respeito à formação do usuário ativo, crítico e criativo de todas as tecnologias de informação e comunicação.

Esta preocupação é, também, percebida por outros estudiosos, entre os quais Masterman (1993) e Soares (1999) que têm demonstrado certa preferência por esta abordagem - educação para as mídias.

Além destes pesquisadores, identificou-se, também, que alguns especialistas da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) têm compartilhado dessa idéia na qual,

A noção de educação para as mídias abrange todas as maneiras de estudar, de aprender e de ensinar em todos os níveis [...] e em todas as circunstâncias, a história, a criação, a utilização e a avaliação das mídias enquanto artes práticas e técnicas, bem como o lugar que elas ocupam na sociedade, seu impacto social, as implicações da comunicação mediatizada, a participação e a modificação do modo de percepção que elas engendram, o papel do trabalho criador e o acesso às mídias (UNESCO, 1984, p. 56).

Nessa mesma direção, Jacquinot (1996) aponta que somente se considerando uma abordagem integradora dessas dimensões é que se pode dar conta da complexidade em que se insere a problemática, e é através das mesmas que se pode propiciar ao professor(a) e aluno(a) uma apropriação ativa e criativa das tecnologias.

Refletindo-se, mais especificamente, sobre a Teleducação enquanto uma modalidade da educação que utiliza as tecnologias de informação e comunicação, no contexto do que foi descrito acima, pode-se inferir que muitos são os trabalhos a eleger, como objeto de estudo, essa temática.

No entanto, cabe destacar um fato que não tem se convertido em objeto de preocupação de muitos estudiosos:

O aumento da adequação e da produtividade dos sistemas educacionais vai exigir, neste século, a integração das novas tecnologias de informação e comunicação, não apenas como meios de melhorar a eficiência dos sistemas, mas principalmente como *ferramentas pedagógicas* efetivamente a serviço da formação do indivíduo autônomo (BELLONI, 2001b, p. 24, grifo nosso).

Esta autora pensa, ainda, que quaisquer modalidades de ensino, inclusive o Ensino a Distância (EaD) só poderá ser entendida se se considerar o seu desenvolvimento histórico a partir do quadro de mudanças sociais e da sua base de sustentação.

Nesse sentido, a referida autora enfatiza, também, que muito do que se escreveu, disse e fez, nas últimas décadas, em educação através das mídias

baseava-se em modelos teóricos oriundos da economia e da sociologia industriais, sintetizados nos 'paradigmas' fordismo e pós-fordismo. A importância deste debate é crucial, já que estes modelos (criados para descrever formas específicas de organização da produção econômica) têm influenciado não apenas a elaboração dos modelos teóricos, mas as próprias políticas e práticas [...] no que diz respeito tanto às estratégias desenvolvidas como à organização do trabalho acadêmico e de produção de materiais pedagógicos (BELLONI, 2001b, p. 9).

Este pensamento, sobretudo nos anos 70/90, relacionava-se fundamentalmente com os problemas de regulação social emergentes durante o processo de sedimentação do modelo fordista após a segunda guerra mundial.

Belloni (2001b), nos seus estudos sobre mídia-educação, deixa perpassar uma idéia, bastante relevante, de que as reformas educacionais se colocam, sempre, no sentido de uma suposta modernização¹³ das instituições escolares, contribuindo para a regulação social em determinado momento histórico, no qual se realiza uma mudança social decorrente da transição de regimes de acumulação do modo de produção capitalista. Dessa forma, "o avanço tecnológico aparece como elemento-chave que concretiza a crise do paradigma fordista e a necessidade de reestruturação dos processos de produção industrial e modo capitalista" (BELLONI, 2001b, p. 11).

Para melhor compreensão do que está em jogo nesse espaço de intervenção, permeado por modelos teóricos oriundos de campos do saber tais como a sociologia, economia, psicologia, entre outros, alguns estudiosos têm, em suas sistematizações, recorrido à crítica aos pressupostos administrativos-eficientistas dos governos neoliberais, ou seja, à promoção de ajuste e às reformas institucionais, enquanto mecanismos de regulação social.

¹³ Adaptação aos novos processos sociais, entre esses, as descobertas científicas, as revoluções da indústria e os movimentos de massa, impulsionado, em última instância, pelo mercado capitalista.

Sobre esse modo de regulação da sociedade, Popkewitz (1994, p.26) faz o seguinte comentário:

[...] la ecología de la reforma está relacionada con las pautas de regulación social de la escolarización, La escolarización de masa constuyó una reforma fundamental de la modernidad, institucionalizada durante los últimos años, cuando el Estado moderno asumió las tareas de socialización y educación en respuesta a las rupturas habidas en las pautas de producción y reproducción. La significación social: la pedagogía vinculada a las preocupaciones administrativas del Estado con el autogobierno del sujeto. Las formas de conocimiento en la escolarización encuadran y clasifican el mundo y la naturaleza del trabajo que, a su vez, tiene el potencial para organizar y configurar la identidad individual.

A respeito do contraste que se dá entre a organização social e produtiva do Fordismo e da acumulação flexível, Harvey (1992, p. 168-169) indica, na síntese a seguir, algumas tendências observadas no contexto das reformas do Estado capitalista:

desregulamentação/regulamentação;flexibilidade;divisão/individualização, negociações locais ou por empresa; privatização das necessidades coletivas e da seguridade social; desestabilização internacional; crescentes tensões geopolíticas; descentralização e agudização da competição inter-regional/interurbana; aquisição; políticas regionais 'territoriais' [...].

Os conceitos relacionados à integração das tecnologias de informação e comunicação aos processos educacionais oriundos das reformas do Estado capitalista que se converteram, aos poucos, em princípios consubstanciados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) são, pois, os mesmos das tendências de orientação neoliberal, da nova ordem mundial, que faz prevalecer o caráter ideológico da lei disfarçado em sua retórica. A formulação desses conceitos e diretrizes evidenciadas em princípios carrega, em seu bojo, a idéia de privatização generalizada do ensino, especialmente quando se volta para o campo da teleeducação, dada a sua relação com a educação conduzida por entidades privadas. Aqui se situa o espaço privilegiado para que sejam inseridas, no trabalho pedagógico, as novas tecnologias de informação e comunicação (NTIC), por meio da implantação e implementação exacerbada de programas de educação à distância, enquanto modalidade de ensino, que se apresenta como mecanismo potencial na produção de uma mudança social revolucionária na sociedade.

Assim, tendo como ponto de partida a concordância com esse viés da política educacional e com todos os mecanismos do processo de globalização, a

educação tem, aos poucos, ocupado o seu lugar de destaque na *aldeia global*, incorporando, desse modo, o discurso do pensamento neoliberal, de aplicação imediata da lógica das leis do mercado ao ensino, que se expressa nos seguintes ditos: redução significativa dos custos e aumento de eficiência.

A retomada desse debate, a posteriori, constituirá o marco fundamental da discussão a respeito das dimensões que serão tratadas neste estudo mais adiante, tais como: a) o contexto histórico em que vem sendo utilizadas as novas tecnologias de comunicação e educação; b) os conceitos que foram e estão sendo formulados pelos estudiosos dessa área, os quais têm tornado possível o reconhecimento da noção de educação através das mídias, e o relacionamento entre dois campos do saber: a educação e a comunicação; c) o conteúdo político, ideológico, científico e pedagógico que poderá emergir dessa problemática.

2.2 Sobre a opção metodológica

2.2.1 O modo de fazer deste estudo

O *modo de fazer* deste estudo, decorrente da reflexão inicial, pressupõe que a construção da vida e da ciência necessita substancialmente de uma realidade e de um questionamento.

Reconstruir a realidade objeto desta investigação, ou seja, a utilização da TV/Vídeo, no contexto escolar e das políticas educacionais que configuraram a implantação e implementação do Projeto “Viva Educação”, no Estado do Maranhão, não poderia ter sido, antes, um objeto de estudo se não fosse, primeiramente, um problema decorrente da prática cotidiana de professores e professoras.

Esse modo de pensar delineou e deixou uma marca registrada em todo o processo de conhecer, embora tenha sido mais fundamental quando se estava realizando a etapa de descrição do fenômeno.

Certamente não se trata, aqui, de uma mera descrição de fenômenos, alheia às determinações sociais. Mais que isso, se pretendeu articular, a esta análise, dois elementos: a visão de mundo e de sociedade do pesquisador e dos sujeitos envolvidos no estudo e as ideologias que sustentam o Projeto Viva Educação.

Lembre-mo-nos do fato de que o processo de construção do conhecimento que aqui foi concebido foi, pois, a de um processo dinâmico, que permitisse uma interação entre os sujeitos envolvidos. Portanto, a posição que se tomou neste trabalho, foi a de sujeito ativo, que deixa na produção do conhecimento sua marca registrada. Nesta direção, vale rememorar o trecho seguinte:

O sujeito que conhece “fotografa” com a ajuda de um mecanismo específico, socialmente produzido, que dirige a “objetiva” do aparelho. Além disso, “transforma” as informações obtidas segundo o código complicado das determinações sociais que penetram no seu psiquismo mediante a língua em que pensa, pela mediação da sua situação de classe e dos interesses de grupo que a ela se ligam, pela mediação das suas motivações conscientes ou subconscientes e, sobretudo, pela mediação da sua prática social sem a qual o conhecimento é uma ficção especulativa (SCHAFF, 1995, p.19).

Assim, considerando-se que todo trabalho, acadêmico ou não, tem uma base teórica, um arcabouço de conceitos, um conjunto de valores e de princípios, e meios técnicos que o norteiam, por essa razão optou-se pelo conceito de metodologia, elaborado por Minayo (1994, p. 16), isto é, “o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade”.

Ora, se se pensa dessa maneira, então é pertinente dizer o que já disse Freire (1997, p. 6): “Não temos outro caminho, senão viver plenamente a nossa opção”. Este modo de pensar, no campo da teoria do conhecimento, identifica-se com uma concepção metodológica que baliza nossa opção pelo materialismo histórico e dialético como uma forma coerente e rigorosa de perquirir a realidade, cujo fundamento, como explicita Bazarian (1988, p. 67-68),

[...] ensina que, para estudar acertadamente os processos da natureza e da sociedade, é preciso considerá-los em sua conexão, em seu condicionamento recíproco, em seu movimento e em sua transformação; é preciso compreender o desenvolvimento não como um simples crescimento quantitativo, mas como um processo em que mudanças qualitativas se transformam necessariamente, em certa etapa, em modificações qualitativas radicais; é preciso partir do fato de que o conteúdo interno do desenvolvimento e da transição da qualidade antiga à qualidade nova é a luta dos contrários, entre o novo e o velho.

A investigação pautou-se num trabalho qualitativo enquanto abordagens complementares. Detendo-nos mais em explicar a dimensão qualitativa, apoiamo-nos em Bogdan e Bicklen (1994, p. 16), quando afirmam que esse tipo de abordagem “agrupa diversas estratégias de investigação que partilham determinadas características. Os dados recolhidos são designados por qualitativos,

o que significa ricos em pormenores descritivos relativamente a pessoas, locais e conversas, e de complexo tratamento estatístico”.

Para melhor explicitar o método que será empregado neste estudo - o qualitativo - segue abaixo algumas características a ele relacionadas, tais como apresenta Minayo (1994, p. 21-24):

- a) A linguagem utilizada, por esse método, é desenvolvida a partir de significados e representações simbólicas, incluindo os elementos culturais e afetivos;
- b) O método descreve os dados a partir dos fenômenos;
- c) A subjetividade constitui-se na essência desse método, por isso não busca generalização;
- d) Esse método busca compreender o fenômeno, no seu contexto social, a partir de pressuposições, não necessitando testá-las nem apresentar conclusões;
- e) É um método indutivo e trabalha com categorias;
- f) A qualidade é um fator importante ao se trabalhar com esse método, por isso adotam-se pequenas amostras;
- g) O método busca ultrapassar o visível e atingir os significados latentes, por isso, não é linear;
- h) É um método bastante apropriado na investigação de processos dialéticos.

Assim, pelas características que os métodos qualitativos de pesquisa apresentam e a necessidade de maior rigor na investigação da problemática aqui colocada, parece que esta abordagem é bastante oportuna e apropriada ao estudo realizado, pois através dela se tornou possível contrapor-se ao que parecia óbvio, natural e legítimo.

Entre outros tipos de estudo, de caráter mais teórico, utilizado nesse processo investigativo, foi necessária a realização de um trabalho empírico, do tipo exploratório, em escolas de ensino médio da rede pública estadual, escolhidas de forma intencional, com objetivo de se abordar as contradições existentes entre o que é proposto pelo Projeto Viva Educação e o que de fato acontece na prática.

O referido estudo afirma-se, a partir das asserções de vários estudiosos da investigação qualitativa, entre esses, Bogdan e Bicklen (1994) e Minayo (1994),

como sendo um estudo de caso do tipo multicaso, segundo o qual busca retratar a realidade de forma objetiva e profunda.

Não se pretende, a partir dos dados coletados, realizar generalizações, pois se entende que a realidade se apresenta de maneira multifacetada, sendo impossível conhecê-la por inteiro, conforme resume Kosik (1995, p. 32):

Na realidade, totalidade não significa todos os fatos. Totalidade significa: realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer (*classes de fato, conjuntos de fato*) pode vir a ser racionalmente compreendido. Acumular todos os fatos não significa ainda conhecer a realidade; e todos os fatos (reunidos em seu conjunto) não constituem ainda a totalidade. Os fatos são conhecimentos da realidade se são compreendidos como fatos de um todo dialético. A dialética da totalidade concreta não é um método que pretenda ingenuamente conhecer todos os aspectos da realidade, sem exceções, e oferecer um quadro 'total' da realidade, na infinitude de seus aspectos e propriedades; é uma teoria da realidade e do conhecimento que dela se tem como realidade. A totalidade concreta não é um método para captar e exaurir todos os aspectos, caracteres, propriedades, relações e processos da realidade; é a teoria da realidade como totalidade concreta.

Neste sentido, o trabalho de investigação foi desenvolvido, concomitantemente, em duas frentes: 1) a dos documentos oficiais – onde se fez a análise documental que possibilitou o delineamento provisório do estudo (Anexos A a I), e 2) a do trabalho de campo, realizado nas telessalas das cinco escolas estudadas (Anexos J a Y).

Em se tratando da *primeira frente* de trabalho, desse processo investigativo, foi necessário, inicialmente, recolher alguns dados para que fossem tomadas as decisões acerca dos objetivos do trabalho, dos procedimentos e das possibilidades de o mesmo vir a se realizar.

Assim foram realizadas várias leituras que concorreram para uma análise apurada do conteúdo manifesto nos documentos, sobretudo nos oficiais, relacionados com o Projeto Viva Educação.

À medida que se aprofundava a investigação, foram, também, consultados outros materiais bibliográficos, tais como: livros, teses e artigos, além de outros documentos, produzidos e publicados em jornais, pela mídia local, em função do processo de implantação e implementação do referido programa.

Revisitaram-se, ainda, algumas teorias relacionadas com os seguintes tópicos: a) Reestruturação neoliberal, políticas de ajustes estruturais e as orientações para o campo educacional, b) Educação e Tecnologia, cuja reflexão privilegiou o processo de integração das novas tecnologias de informação e

comunicação nos processos educacionais, em sua dupla dimensão: como ferramentas ou suportes pedagógicos e como objeto de estudo e c) Comunicação educacional, para pensar a convergência dos dois campos teóricos, a comunicação e a educação.

Os documentos relacionados com o Projeto “Viva Educação” foram fornecidos pela Gerência de Desenvolvimento Humano, Gerência Adjunta para Educação, Fundação Roberto Marinho e Associação de Professores da Universidade Federal do Maranhão (APRUMA - S. Sindical) após uma solicitação do pesquisador, que os disponibilizou para consultas. Abaixo estão relacionados os documentos:

- Ofício nº 316/00/GAE/GHD – solicita a dispensabilidade de licitação para contratação da Fundação Roberto Marinho na execução do Programa Viva Educação;
- Exposição de motivos para a dispensa de licitação;
- Autorização da dispensa de licitação;
- Parecer Técnico e Justificativa de Preço do Projeto Viva Educação;
- Proposta de implantação do Telecurso 2000 no Estado do Maranhão;
- Contrato de prestação de serviços celebrado entre o governo do estado do Maranhão, por intermédio da Gerência de Desenvolvimento Humano (GHD) e a Fundação Roberto Marinho;
- Diário Oficial de 01/dez/2000 onde foi publicado o extrato de contrato;
- Modelo de gestão do corpo de orientadores de aprendizagem do projeto “Viva Educação”;
- Processo nº 7416/2000 GDH – objeto: Dispensa de Licitação para contratação da FRM;
- Ajudicação Nº 409/2000 – CPL (Dispensa de Licitação);
- Extrato de Dispensa de Licitação;

A *segunda frente de trabalho* teve início com os contatos que foram estabelecidos com as Gerências de Estado relacionado com o objeto de estudo, para a obtenção da autorização que possibilitasse o processo de entrada no campo, na condução do processo investigativo que fora planejado.

Nesta etapa, buscou-se trabalhar, sobretudo, no sentido de conquistar a aceitação da instituição e dos sujeitos para que os objetivos da investigação fossem

alcançados. Iniciou-se de maneira informal, por meio de contatos com a Fundação Roberto Marinho/MA e algumas escolas onde estava sendo realizada a experiência com o telensino – pode-se dizer que essa etapa se constituiu num momento exploratório de reconhecimento da realidade.

Sendo assim, foi feito um levantamento preliminar das possíveis instâncias administrativas, referentes à educação, no Estado do Maranhão, que pudessem autorizar oficialmente a entrada no campo, entre as quais: 1) Gerência de Estado de Desenvolvimento Humano; 2) Gerência de Estado de Desenvolvimento Humano Adjunto para a Educação, e 3) Gerência de Desenvolvimento Regional de São Luís. Nenhuma destas gerências pôde concretizar tal esforço, como ficou evidente no esclarecimento prestado, via telefone, pela Gerente Adjunta de Desenvolvimento Humano para a Educação.

As telessalas são terceirizadas, então quaisquer tentativas de entrada nas mesmas para quaisquer motivos, além dos alunos, orientadores de aprendizagem e a supervisão, só poderão ser viabilizadas mediante solicitação, por escrito, à empresa cooperadora, que no caso é a Fundação Roberto Marinho. Sugiro que você entre em contato com a Gerente de Educação da Fundação Roberto Marinho, aqui em São Luís, nos altos do Banco do Estado do Maranhão, no São Francisco.

Após várias tentativas de contato, via telefone, com a Gerente de Educação da Fundação Roberto Marinho, em São Luís, fui informado por esta que seria necessário, antes, uma conversa com a Gerente Geral de Educação da FRM, no Rio de Janeiro, para que a mesma pudesse autorizá-la a emitir tal documento.

Cumprindo com a hierarquia e burocracia, foi feito, imediatamente, o contato com a Gerente da FRM, no Rio de Janeiro, que nos solicitou, através de sua secretária, um documento onde deveria constar o título da pesquisa, os objetivos e a metodologia que seria utilizada.

Somente desse modo tornou-se possível obter o acesso ao campo, ou seja, às cinco escolas onde se realizou o estudo. Mesmo assim, foi necessário o acompanhamento de uma consultora da FRM, numa posição de muito controle sobre o tempo e espaço de mobilidade no âmbito da investigação. Coube a esta consultora, também, o papel de mediadora quando da nossa apresentação às diretoras dos estabelecimentos de ensino, aos supervisores de Telensino e aos Orientadores de Aprendizagem.

Esse complicado percurso durante o processo de viabilização da autorização já era, por nós, esperado. Bem antes de tudo fui informado, por uma pesquisadora, que para a mesma obter autorização de acesso a esse mesmo campo fora necessário um mandato judicial.

Em função dessas dificuldades em prosseguir com o trabalho de pesquisa, pude constatar que, para a obtenção formalizada de uma autorização, o pesquisador deve ser “persistente [...], flexível [...], e criativo [...]”, tal qual aconselha Bogdan e Bicklen (1994, p.121).

Já no campo de investigação, com a autorização em mãos, foi possível começar o trabalho com empenho, mas antes, com a consultora da FRM foi necessário definir os Centros de Ensino Médio a serem estudados e o cronograma de visitas a serem realizadas a estes estabelecimentos, como pode ser visto em anexo.

O primeiro momento no campo se caracterizou como uma etapa de aproximação com os sujeitos do estudo, tal qual é descrito por Patrício (1995, p. 81)

Foi uma forma de ‘namoro’. Através desse momento, nos fizemos conhecer, colocamos nossas necessidades e expectativas, apresentamos a proposta de trabalho, iniciamos os compromissos éticos, solicitamos a participação dos sujeitos, e combinamos os detalhes dos próximos encontros.

Esta etapa do trabalho de campo possibilitou a construção de uma visão panorâmica da problemática estudada, na tentativa de refletir sobre o processo de seleção das classes e das estratégias e procedimentos de coletas de dados que fossem necessários.

Entre as estratégias de coletas e registros de dados mais representativos utilizados neste estudo, destacam-se a observação, a entrevista e os estudos e análise de documentos vários.

Além destes, utilizou-se, também, o *questionário*, aplicado a todos os alunos e alunas das cinco salas estudadas, uma vez que se fossem feitas entrevistas com todos estes sujeitos, isto demandaria um esforço muito grande, no tempo e no espaço, quando do registro, da transcrição e da análise dos dados.

Uma outra estratégia pensada para esse processo, foi a filmagem, o que não se tornou possível, uma vez que necessitaria um novo processo de solicitação de liberação, como pode ser identificado na fala da gerente de educação da FRM de São Luís. “Sobre a liberação para filmagem [...] ah, esta tem que ser solicitada

diretamente à Gerência de Comunicação da F.R.M. no Rio de Janeiro. Isto requer um outro processo de pedido de liberação [...] é mais lento, e sem isso ninguém poderá registrar nada que envolva imagem e áudio”.

2.2.2 A escolha das cidades

De forma intencional, o campo de realização da pesquisa ficou constituído por cinco escolas, sendo quatro localizadas na ilha de São Luís e uma na parte continental do Estado. Entre as quatro escolas localizadas na ilha, uma se situa na capital, as outras três ficam localizadas nos municípios São José de Ribamar, (01), Paço do Lumiar (1), e Raposa (1). A quinta escola pertence ao município de Alcântara e, mesmo não estando situada na ilha, ainda assim, é considerada pela Gerência de Desenvolvimento Humano e pela Gerência Regional de Educação de São Luís, razão pela qual optamos por incluí-la na presente investigação.

2.2.2.1 *Um breve histórico sobre as cidades escolhidas*

O histórico que será apresentado, a seguir, sobre as cidades escolhidas para a realização da pesquisa constitui-se em apenas informações gerais. Não tem a pretensão de aprofundar sobre o conhecimento do potencial produtivo e humano e sobre aspectos culturais, de infra-estrutura, economia, saúde, e potencialidades subjacentes.

Convém ressaltar que as cidades abaixo referidas, do ponto de vista educacional, apresentam uma demanda ampliada de matrículas no ensino médio, falta de infra-estrutura adequada, de acervos para realização de pesquisas, de materiais didáticos para professores(as) e alunos(as), de projetos educativos e de gestão escolar. A ausência de um programa de formação e valorização permanente do docente é um dos maiores problemas que afetam essas cidades.

- **São Luís – Capital do Maranhão**

Sua fundação confunde-se com o ponto de partida da colonização deste Estado. Como narra a história, desembarca na ilha de Upaon-Açu (Ilha Grande para os indígenas), em 1612, o navegador francês Daniel de La Touche, mais conhecido pela alcunha *Sr. de La Ravardière*, decide, no dia 8 de setembro daquele mesmo

ano, fundar nesta ilha a cidade que, em homenagem ao rei Luis XIII, ficou denominada de **São Luís** (a única capital brasileira fundada por franceses).

Com este ato, o Senhor de La Ravardière iniciava a fundação de uma colônia francesa no Mundo Novo, a França Equinocial. Posteriormente, São Luís seria invadida por holandeses em 1641, mas novamente reconquistada pelos portugueses, desta vez definitivamente, em 1644.

São Luís representa, através de seus sobrados e azulejos portugueses do centro histórico, dos seus tambores, de sua culinária típica com seus restaurantes aconchegantes, de sua musicalidade e dos trejeitos e sotaques das pessoas que aqui nasceram, toda a diversidade cultural que pulsa em seus becos estreitos, suas ladeiras e janelas.

Outrora disseram ser São Luís a Atenas Brasileira, devido ao português correto falado pelos seus habitantes e, também, aos grandes poetas e escritores que aqui nasceram ou por aqui viveram. Hoje denominada a "Jamaica Brasileira", numa alusão ao país criador do reggae, a cidade fervilha com suas danças e ritmos, como bumba-meu-boi e o tambor de crioula, numa alegria contagiante e mágica, como as estórias e lendas conservadas entre gerações.

Além do centro histórico, com seus pontos turísticos formados por museus, fontes, casario e centros artesanais, São Luís conta ainda com belíssimas praias ligadas entre si, num sem fim de dunas brancas que formam um dos mais bonitos litorais do país.

- **São José de Ribamar**

Sede de um dos quatro municípios que integram a Ilha de São Luís, está situada no extremo leste da Ilha, de frente para a baía de São José, ficando acerca de 32 quilômetros da capital maranhense.

São José de Ribamar atrai romeiros e visitantes de um modo geral, que podem passear pela cidade tranqüilamente, além de desfrutar a brisa que vem do mar, saboreando o principal prato, o peixe-pedra.

É uma cidade festiva. No domingo seguinte à quarta feira de cinzas acontece o Carnaval do Lava-Pratos; no período junino é grande a animação e já se tornou tradição o encontro dos Bois, que tem como anfitrião o Boi de Ribamar. O evento acontece no domingo, depois do dia de São Marçal (30 de junho). Na cidade, acontecem ainda os Festivais do Peixe-Pedra e do Côco d'Água.

- **Raposa**

Rancho da Raposa é o marco onde se originou a cidade, que só posteriormente passou a ser denominada de Raposa, tão grande era a quantidade de raposas, animais nativos, que habitavam a região.

Outrora, a Raposa era apenas um povoado pertencente ao município de São José de Ribamar. Mais tarde, com o desdobramento deste, passou a ser vinculada ao município de Paço do Lumiar e somente em 09 de junho de 1994, por meio da Lei 6.132 que permitiu a criação de novos municípios no Maranhão, ocorreu uma consulta plebiscitária, através da qual foi criado o município Raposa.

O município localiza-se a 37Km da cidade de São Luís, capital do Maranhão. Desenvolveu-se entre as praias do Carimã (ao leste) e do Cocal (a oeste), assumindo uma direção geral Nordeste-Sudeste. Situa-se à sua frente a Ilha de Curupu.

A cidade pode ser definida como uma comunidade basicamente pesqueira, visto que a vida dos seus moradores gira em torno dessa tarefa que exerce influência até mesmo sobre o horário escolar de jovens e crianças que, de algum modo, estão envolvidos com essa atividade no seio familiar.

Alguns desses jovens têm como tarefa auxiliar no desembarque da produção de peixe logo que o barco chega de alto-mar, outros cuidam da limpeza da embarcação e do material pesqueiro.

A colônia de pescadores da Praia da Raposa, cerca de dez anos atrás, era uma das principais fornecedoras de pescado para o mercado de São Luís. Hoje depara-se com a concorrência acirrada de grandes empresas, intervenção de mecanismos estatais que buscam baratear o pescado, tanto quanto a entrada da produção pesqueira de outras regiões. Isto tem provocado a diminuição no preço da produção e, conseqüentemente, a desvalorização do trabalho dos pescadores.

Todos os conhecimentos sobre a vida no mar foram trazidos para a localidade, por imigrantes cearenses.

A maioria dos habitantes de Raposa são cearenses, que começaram a ocupar esta praia a partir de 1950, vindos de vários povoados próximos a Acaraú no Ceará. O povoado atingiu as praias pesqueiras do Município como Amofala, Coaçu, Córrego da Forquilha, Ilha do Rato, Curral Velho e Serrote, de onde viveram os atuais moradores da Raposa.

O município da Raposa não vive apenas da Pescaria. Destaca-se também o trabalho desenvolvido pelas mulheres rendeiras que confeccionam, ainda, belas rendas e outros artefatos artesanais.

Apesar de essa atividade ter sido, há tempos atrás, de grande importância econômica para a localidade, a freqüente diminuição do turismo e a possibilidade de importação dessas mercadorias, diretamente de outros pólos produtores, tem desestimulado a dedicação das mulheres rendeiras raposenses. Hoje são poucas as rendeiras que trabalham com recursos próprios, produzindo desde caminhos de mesa, blusas, camisetas, vestidos, saída de praia, até outros trabalhos artesanais, como cestas, balaios, tapetes, bolsas e chapéus.

Atualmente, o setor que mais emprega no município, como regra dos municípios maranhenses, é a Prefeitura. A distribuição dos funcionários públicos se faz nas áreas da saúde, educação, abastecimento de água e limpeza pública. Todavia, o comércio informal é predominante na cidade.

Bem antes de sua emancipação já havia, na Raposa, pequenos núcleos educacionais, entre esses se destaca o Centro de Ensino do Maranhão (CEMA), primeira escola instalada na localidade, onde funcionava o sistema de telesala. A sua estrutura contava com uma diretora, uma supervisora e uma professora, além de professoras leigas - orientadoras de aprendizagem.

Hoje, o CEMA, na Raposa, é mais conhecido como Unidade Escolar Professor Machadinho. Atualmente, pode-se contar com a existência de algumas escolas públicas, municipais e estaduais e aproximadamente duzentos professores, sendo 80% habilitados e 20% leigos.

- **Paço do Lumiar**

Já existia a posse de uma légua de terra no sítio chamado Anindiba em nome do jesuíta Luís Figueira que, por escritura pública, lhe fora doada por Pedro Dias e sua mulher Apolônia Bustamante, quando o Governador Francisco Coelho de Carvalho chegou à Capital da Província do Maranhão, em 22 de maio de 1625.

Em virtude da Carta Régia de 11 de junho de 1761, o Governador Joaquim de Melo e Póvoas deslocou-se, no ano seguinte, para aquela povoação que passou à categoria de Vila, e foi, então, denominada de Paço do Lumiar, dada a sua semelhança com uma localidade de idêntica denominação em Portugal.

Com a intenção de promover o engrandecimento da Vila, o Governador mandou para o local grande número de homens brancos que viviam nas proximidades e algumas famílias de índios que não haviam sido distribuídos e que viviam dispersos e ociosos pelas “vilas” e “lugares” em que se haviam transformado as antigas Missões, já que se negavam a servir seus antigos senhores, após o advento da Lei de 6 de junho de 1755 que lhes concedera a liberdade.

Todas essas ocorrências foram comunicadas pelo Governador, em 25 de fevereiro de 1762, ao Ministro do Estado Francisco Xavier de Mendonça Furtado. A 9 de junho de 1764, foi criada a Freguesia, sob a invocação de Nossa Senhora da Luz que é, até hoje, a Padroeira do Município.

No ano de 1835, referida Vila foi confirmada pela Lei Provincial n.º 7, de 29 de abril. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município de Paço do Lumiar aparece composto de quatro distritos. Suprimido pelo decreto n.º 47, de 27 de fevereiro de 1931, foi seu território anexado ao município de São Luís.

No quadro anexo ao Decreto-Lei Estadual n.º 45, de 29 de março de 1938, o distrito de Paço do Lumiar permanece no município de São Luís. Pelo Decreto-Lei Estadual n.º 159, de 6 de dezembro de 1938, o distrito de Paço do Lumiar foi extinto, sendo seu território anexado ao distrito de São José de Ribamar, também pertencente, na época, ao município de São Luís. Restabelecido o município de São José de Ribamar, pela Lei n.º 758, de 24 de setembro de 1952, Paço do Lumiar passa a distrito do referido município, situação que permaneceu até a data de sua criação.

Depois de pertencer ao município de São Luís e ao de São José de Ribamar, Paço do Lumiar foi desmembrado deste último pela Lei n.º 1890, de 7 de dezembro de 1959, e instalado a 14 de janeiro de 1961.

- **Alcântara**

Em sua origem, moravam por lá, em uma pequena aldeia denominada Tapuitapera, os índios Tupinambás. Com a fundação de São Luís, por lá também estiveram os franceses. Algum tempo depois os portugueses tomaram conta do lugar, erguendo casas e igrejas.

Em 1648, o povoado foi elevado à categoria de vila, que ficou denominada de Santo Antônio de Alcântara. A partir daí, inicia-se o processo de

enriquecimento econômico, com a instalação de engenhos de cana de açúcar, transformando a cidade na quarta maior potência da colônia.

Depois dessa fase áurea, Alcântara não consegue acompanhar o ritmo de desenvolvimento e começa a entrar em decadência, por volta de 1865. Até mesmo confiscos (ou saques) patrocinados pelo Governo da República atingem a cidade.

Hoje em Alcântara convivem a mais alta tecnologia e as históricas ruínas que teimam em não esconder seu passado. É uma das cidades mais apreciadas, tão importante é o seu acervo arquitetônico, que foi tombado pelo Patrimônio Histórico Nacional. Alcântara, paradoxalmente, abriga a mais moderna base de lançamento de foguetes da América Latina, devido à sua posição geográfica estratégica.

2.2.3 A escolha das escolas

Priorizou-se como *locus* de investigação as seguintes escolas: 1) Centro de Ensino Médio Paulo Freire; 2) Centro de Ensino Médio São José de Ribamar; 3) Centro de Ensino Médio Professora Zoé Cerveira; 4) Centro de Ensino Médio Professor Solano Rodrigues; e 5) Centro de Ensino Médio Dr. João Leitão. Com exceção do primeiro, escolhido pela FRM os demais Centros de Ensino foram escolhidos conforme a posição de destaque que estas ocupam em cada um dos municípios escolhidos.

2.2.3.1 A aproximação e a entrada no campo

O primeiro contato com o campo, nas escolas estudadas, foi realizado através de visitas. Nessas pude reconhecer o contexto em que os Centros de Ensino se situam: os espaços físicos existentes, os materiais disponíveis, os projetos em desenvolvimento, os/as dirigentes, os/as professores(as) e os/as alunos(as). Pude, também, identificar, de algum modo, a estrutura administrativa e pedagógica adotadas.

Em todas as escolas visitadas, acompanhou-me uma consultora da Fundação Roberto Marinho, cuja tarefa foi a de me apresentar às Diretoras das respectivas escolas, às Supervisoras e orientadoras das telessalas.

Nas visitas seguintes, conforme cronograma que ficou estabelecido realizou-se as observações do contexto de aula propriamente dito. Nelas foi possível

registrar as primeiras impressões relacionadas com as atividades do ensino pela TV/Vídeo, no Projeto Viva Educação. Isto foi percebido, *in loco*, a partir das situações vivenciadas pelos sujeitos do processo ensino-aprendizagem.

2.2.3.2 *Os modos de compreender a realidade (ou técnicas de pesquisa)*

a) A análise documental

O trabalho de campo, fundado nesse instrumento, possibilitou o acesso à perspectiva oficial e não oficial. Vários documentos foram facilmente obtidos, inclusive aqueles produzidos internamente no interior das gerências do Estado, de posse de sindicatos. Trata-se, aqui, do Projeto Viva Educação, dos pareceres técnicos, dos mapas estatísticos, do contrato celebrado com a FRM, do cronograma de aquisição de material, da publicação em diário oficial, do projeto de implantação do telecurso 2000 no Estado do Maranhão e de vários documentos da FRM. solicitados pela Promotoria de Defesa do Patrimônio Público (Anexo A a Y).

Isto demandou um mapeamento da configuração dos conteúdos manifestos nesses documentos e favoreceu o estabelecimento de parâmetros e de itens importantes na constituição do corpus analisado.

Além disso, este procedimento também evitou a dispersão dos itens mais relevantes do discurso sobre a política educacional, adotada pelo governo, bem como as variáveis explicativas e determinantes do contexto político e sócio-econômico.

Em função do rigor e da profundidade que esse instrumento exige, no processo de interpretação dos dados, isto é, a “descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos, indo além das aparências do que está sendo comunicado” (GOMES, 1974 apud MINAYO, 1994, p. 74), foi que se utilizou esse instrumento na análise das leis, programas, projetos, relatórios, atas, entre outros, sobretudo, no momento da articulação destes com os dados obtidos nas fases anteriores, com base no feixe de contradições detectadas nas idas e vindas entre o trabalho com os textos e o trabalho de campo realizado com os sujeitos, nas entrevistas e nos questionários.

b) A Entrevista

Optou-se por esse procedimento na coleta de dados, por ser uma das técnicas de pesquisa mais rica e flexível conforme sugerem Ludke e André (1986),

Bogdan e Bicklen (1994), Gil (1995), Triviños (1995). Também, porque se trata de um componente importante, tal como a observação participante, na realização de pesquisas do tipo qualitativa.

Segundo Minayo (1994, p. 57), essa técnica

é o procedimento mais usual no trabalho de campo. Através dela, o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais. Ela não significa uma conversa despretensiosa e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos-objetos da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada.

Constituída a partir das palavras, entre e vista, que denotam uma estreita relação entre as pessoas, o termo entrevista refere-se ao ato de perceber realizado entre duas pessoas, portanto, aqui é interpretada como um diálogo, conversa a dois, com propósitos bem delineados.

As entrevistas conforme seu grau de diretividade são geralmente classificadas como sendo “estruturadas e não estruturadas” (MINAYO, 1994, p. 58). No entanto, ao se refletir sobre as possibilidades objetivas e subjetivas de obtenção de dados, bem como das atitudes e opiniões dos sujeitos entrevistados frente ao assunto, objeto do diálogo, preferiu-se optar por uma terceira maneira que fosse possível articular os dois tipos acima identificados, caracterizando-se, tal qual foi feita, como entrevista do tipo *semi-estruturada*.

Com esse olhar, pôde-se refletir acerca das variáveis estudadas que interferiram no processo de ensino-aprendizagem relacionadas com a base teórica do telensino, quais sejam:

- Proposta pedagógica do programa – recursos humanos, materiais/meios, estratégias, conteúdos, organização;
- Implementação do programa – abrangência (nº de escolas, municípios, alunos), equipamentos (instalações físicas), convênios, avaliações, dados (evasão, repetência, aproveitamento);
- Uso da TV/Vídeo nas telessalas;
- Contexto político e sócio-econômico – variáveis explicativas e determinantes.

Essas questões constituíram apenas indicativo por onde foi conduzida a investigação. No decorrer do processo podê-se, inclusive, trilhar novos rumos que possibilitaram outras configurações quando da análise das variáveis.

Triviños (1995) denomina esse intento de “questionamentos básicos”, e Ludke e André (1986), de “esquema básico”, e servem de algum modo, para orientar o processo de pesquisa, pois permitem ao pesquisador fazer as adaptações que julgue necessária. Foi com esse espírito investigativo que este estudo foi realizado.

Em cada entrevista realizada buscou-se, sempre, no seu início informar o sujeito sobre o objetivo da mesma e garantir-lhe de que tudo que ficará registrado do diálogo será tratado confidencialmente.

Somente uma das entrevistas foi realizada no interior da telesala, mas sem outros sujeitos presentes. Geralmente foram realizadas fora do espaço escolar, inclusive algumas aconteceram na própria residência do entrevistado. Isto funcionou positivamente, visto que se pode perceber uma maior descontração e maior estímulo para o estabelecimento do diálogo.

As entrevistas foram registradas em fita cassete e, conforme o grau de envolvimento com o entrevistado, durou cerca de aproximadamente 40 minutos. Às vezes, foi necessário repetir algumas perguntas, como também, explicá-las, e até refazê-las de outro modo, numa tentativa de compreender a perspectiva das respostas do entrevistado.

Este procedimento de investigação foi realizado com professores e professoras (Orientadores de aprendizagem) a partir de um roteiro pré-elaborado, constando dos seguintes aspectos: 1) Situação trabalhista; 2) Formação profissional; 3) Trabalho docente (Apêndice E).

c) A Observação

Este procedimento se realizou através do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado, na obtenção dos dados.

As informações foram obtidas, por essa técnica, a partir da relação estabelecida entre o observador (pesquisador) e o contexto observado, e se efetivou, *in loco*, no próprio espaço físico da escola, mais especificamente, no interior das telessalas (Apêndice D).

A esse respeito, Minayo (1994, p. 60), comentando sobre essa técnica, afirma que sua importância “reside no fato de podermos captar uma variedade de situações ou fenômenos que não são obtidos por meio de perguntas, uma vez que, observados diretamente na própria realidade, transmitem o que há de mais imponderável e evasivo na vida real”.

Optou-se por esse procedimento considerando que o mesmo tem sido adotado, nos processos investigativos, como uma estratégia complementar à técnica de coleta de dados por entrevista, técnica que, também, foi adotada neste estudo.

O tipo de observação que aqui se realizou: *observação participante* teve como prioridade, somente, a observação de algumas dimensões do processo ensino-aprendizagem. O papel do pesquisador não ficou, aqui, caracterizado como *participante observador*, mas como *observador participante*, pois houve, de algum modo, certo distanciamento de participação da vida do grupo e ocorreu de forma rápida e superficial.

Os dados obtidos por esse procedimento foram registrados num diário de campo, no formato de notas contendo informações sobre o lugar, data, hora, orientador, títulos das notas, questões postas, esquemas, palavras e frases chaves. Geralmente, foram feitas *in loco*, mas em alguns momentos os acontecimentos foram mais bem descritos, isto é, com mais riqueza de detalhes, numa outra oportunidade, mais logo após a sessão.

Num primeiro momento, a observação foi realizada de forma assistemática, à medida que ocorriam os fatos. Refiro-me ao momento de entrada em campo, onde “as capacidades de empatia e de observação por parte do investigador e a aceitação dele por parte do grupo são fatores decisivos nesse procedimento metodológico, e não alcançados através de simples receita” (MINAYO, 1994, p. 60-61).

Somente depois foi possível determinar, para as próximas observações, alguns aspectos que possibilitaram um pré-planejamento. Assim, as demais observações desenvolveram-se de forma sistemática no sentido da busca de respostas para os propósitos preestabelecidos, obedecendo ao seguinte roteiro: 1) as aulas; 2) os princípios filosóficos; 3) os(as) Orientadores(as) de Aprendizagem; 4) os(as) alunos(as); 5) a emissão dos conteúdos; 6) percepções e aprofundamentos; 6) realização de exercícios.

d) O Questionário

Considerando a natureza do método que esta pesquisa priorizou: o recorte qualitativo, este instrumento, mais usualmente empregado nas pesquisas do tipo quantitativas, foi elaborado e aplicado de maneira cuidadosa aos docentes e

discente, considerando-se dois tipos de estruturas, isto é, perguntas “fechadas” e “abertas”.

Mesmo estando ciente da opinião de Angel (1990, p.21, grifo nosso) de que “os questionários pertencem a um estilo de investigação cujos pressupostos básicos são diametralmente opostos à [...] *pesquisa qualitativa*”, sua utilização, aqui, se tornou um elemento metodológico relevante no processo investigativo, pois possibilitou a obtenção de um significativo número de informações de uma parte, razoavelmente ampla, dos sujeitos da pesquisa: alunos e alunas.

Outro aspecto que justifica a sua adoção, especialmente nos questionários de perguntas abertas, ao contrário daqueles formulados de forma fechada, foi a possibilidade dos sujeitos de justificar sua opção, além de realizar críticas e propor sugestões.

Seguindo, ainda, esta linha de argumentação pode-se dizer, também, que a estratégia de elaboração deste instrumento assegurou uma maior confiabilidade nas respostas.

A aplicação dos questionários (Apêndice F) foi realizada de forma direta pelo próprio pesquisador, estratégia esta que possibilitou, aos sujeitos, o esclarecimento de quaisquer dúvidas.

Este instrumento foi elaborado com base nos seguintes elementos: 1) identificação de dados do(a) aluno(a); 2) dados dos pais; 3) sobre a escolaridade do(a) aluno(a); 4) sobre o Telensino.

O delineamento geral da análise foi feito a partir do desenho investigatório que busca a partir de grandes categorias, abranger as dimensões e instâncias em que os conceitos e práticas educativas são desenvolvidos no interior do Projeto Viva Educação, de onde decorrem algumas reflexões relacionadas com o objeto de estudo realizadas no decorrer do estudo.

A interrogação sobre a autonomia e emancipação pressupõe uma interrogação acerca das políticas públicas que são implantadas e implementadas por instituições públicas e privadas, gestores de educação e secretarias de educação, e ofertadas a uma população alvo, preferencialmente, de jovens e adultos que por meio de processos educativos, de ensinar e aprender, utilizando suportes tecnológicos, tais como o Telensino “Projeto Viva Educação”, pretende equacionar a relação entre educação e cidadania.

A figura abaixo quer apresentar a rede de inter-relações que se evidenciam através de oito categorias: Políticas Públicas; Jovens e Adultos; Educação; Processo Ensino-Aprendizagem; Telensino; Tecnologias de Informação e Comunicação; Cidadania; Autonomia e Emancipação.

Em síntese, dos caminhos trilhados em busca de respostas para as questões priorizadas nesse estudo, não se pretendeu reconhecer todos os aspectos, propriedades, relações e processos relacionados com o objeto de pesquisa na forma em que o mesmo foi delineado, pois, se incorreria num erro, desconhecer que o movimento dialético nunca se dá pela soma das partes, através de fatos lineares, mas se processa num movimento de correlação nos quais todos os conceitos são recíprocos e mutuamente se elucidam.

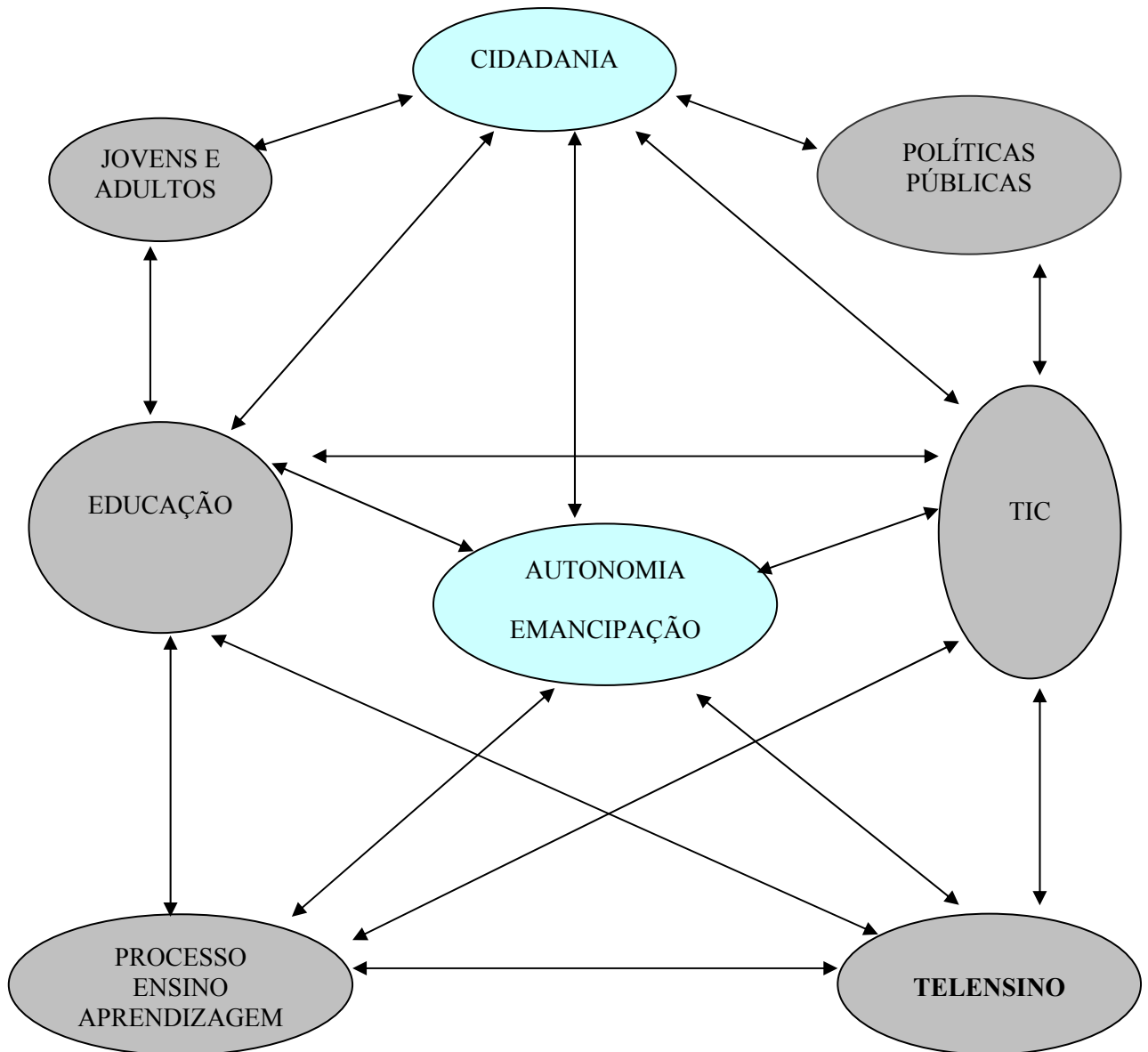


Figura 1- Desenho investigatório sobre o Projeto “Viva Educação”

Essas categorias conceituais de análise funcionaram como temas geradores de categorias empíricas relacionadas à pergunta de pesquisa, a partir das técnicas de observação, entrevista, questionário e leitura reflexiva dos documentos oficiais e extra-oficiais referentes ao Projeto Viva Educação, dando maior visibilidade ao objeto de estudo e norteando o processo de análise-reflexão-síntese.

2.2.3.3 A saída e o afastamento do campo

O processo de saída e afastamento do campo realizou-se com a diminuição gradual dos contatos, concomitante à validação das impressões geradas pelo processo de análise e interpretação final dos dados, não havendo uma despedida formal, mas um afastamento gradual.

Após a defesa deste estudo, realizar-se-á o processo de devolução dos dados através de apresentação-comunicação em congressos, seminários e em outras instâncias onde se fizer necessária sua divulgação.

A apresentação dos resultados expressa a descrição da realidade encontrada e o exercício de análise que integrou o conteúdo empírico das grandes categorias contidas no desenho investigatório, por meio de uma reflexão apoiada no referencial teórico de entrada e em outros(as) autores(as) pertinentes aos temas emergentes.

3 REFORMAS ESTRUTURAIS, EDUCAÇÃO E NOVAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO: subsídios para uma crítica

“É inegável que a sociedade da informação decorre das grandes transformações em curso resultantes das tecnologias de informação e comunicação. Mas a forma que ela está assumindo não é um mero fato tecnológico separável das formas políticas e econômicas de organização das sociedades. Supor isso significaria cair no enfoque tecnicista. Precisamente por estar inscrita numa opção econômico-política determinada – a da mundialização do mercado – a sociedade da informação, além de ser um fenômeno tecnológico, se apresenta como consubstanciada com um determinado projeto político”.

H. Assman.

3.1 Políticas de ajustes e a educação

Um início necessário para a discussão que fundamenta este capítulo leve-me, nos limites da abrangência deste trabalho, a tecer considerações de duas ordens.

A primeira, mais geral, busca compreender algumas características que delineiam os fenômenos políticos, sociais e econômicos mais relevantes no processo de globalização¹⁴, e como estas características se relacionam com as reformas implantadas e em implementação nos Estados nacionais, em particular no Brasil, enfocando o aspecto de políticas públicas e, dentro delas, a questão da reforma da regulamentação estatal da educação brasileira.

A segunda, relacionada mais especificamente com o processo de desenvolvimento tecnológico, representa um desafio para os estudiosos da área de convergência educação e comunicação na conjuntura atual. Estamos a falar das possibilidades de uso e aplicação educativa das TIC, tendo como base de reflexão as suas duas dimensões: objeto de estudo e reflexão e ferramenta pedagógica e didática.

¹⁴ Apesar das diferentes abordagens teórico-epistemológicas e das várias denominações utilizadas, este processo, é um fenômeno, em curso, de integração das economias mundiais, por isso também denominado, por alguns, de processo de mundialização. Consiste num movimento e num momento do modo de produção capitalista a demarcar o espaço de racionalidade onde devem ser compreendidos os fenômenos locais. Sobre suas características, causas e conseqüências ver mais em Teorias da Globalização de Otávio Ianni (1995).

Não se trata de uma tarefa fácil, qual seja o caráter aberto e flexível adotado nas muitas formas de linguagens e modalidades de expressão presentes nas diversas abordagens e procedimentos de pesquisa que atentam em analisar as possibilidades de integração, na educação, das tecnologias de informação e comunicação.

Neste sentido, o esforço, primeiro, a que se destina este trabalho é fazer uma compreensão, necessária, do capitalismo dos últimos vinte anos que vem passando por um processo de aceleração continuada e de radicalização de suas características, a saber:

- a) O aumento da exploração do trabalho, via novas tecnologias e novos processos de gerenciamento da força de trabalho e a desregulamentação de direitos trabalhistas;
- b) A oligopolização em âmbito mundial, propiciando uma concentração de capital jamais visto;
- c) O aumento da distância entre pobres e ricos;
- d) A primazia do capital financeiro flutuante em detrimento do capital destinado à produção¹⁵, na qual a educação aliada aos meios de comunicação, torna-se um poderoso agente de mudanças, afetando o comportamento dos indivíduos e das sociedades não só em âmbito local, como também mundial. Conseqüência imediata do processo de globalização que se espalha de maneira rápida do qual fazem parte as políticas internacionais impostas aos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento.

A implementação, em âmbito mundial, das políticas de ajustes estruturais, definidas no campo das principais estratégias do processo de reestruturação econômica neoliberal¹⁶, que vêm sendo impostas aos países em desenvolvimento, constitui-se num dos pontos centrais da atual conjuntura internacional, de interesse exclusivo do grande capital financeiro especulativo¹⁷.

¹⁵ Para melhor entender esse último aspecto consultar Chesnais (1996, p. 17).

¹⁶ Segundo Gentili (1994, p. 48) a reestruturação neoliberal “[...] expressa uma saída política, econômica, jurídica e cultural específica para a crise hegemônica que [...] atravessa a economia do mundo capitalista como produto de esgotamento do regime de acumulação fordista iniciado a partir do fim dos anos 60 e começo dos 70”.

¹⁷ Os agentes financeiros internacionais, Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, constituem os principais agentes deste interesse. Os Estados Unidos são a principal nação imperialista interessada nesses ajustes, juntamente com outras potências industrializadas, tais como: Inglaterra, França, Alemanha, Japão, Itália, Canadá e Rússia.

O impacto do movimento da globalização dos capitais financeiros e as sucessivas crises econômicas pelos quais vêm experimentando, desde há alguns anos, os Estados Nacionais no âmbito de suas políticas públicas, vêm impondo a necessidade de tomada de posição frente a toda essa ordem.

No caso da América Latina, debilitada em sua posição por endividamento junto aos agentes de controle das finanças, o impacto dessa nova configuração do capitalismo global, face ao quadro desalentador de transformações sociais apontado, sugere o desenho de um novo paradigma que se faz sentir de forma imperativa na reestruturação da economia dos Estados nacionais, das políticas públicas e, principalmente, da educação.

Segundo Mattos (1997, p. 85-86), é possível identificar pelo menos cinco características centrais do processo de reestruturação econômica em curso:

- 1) Nova fase da internacionalização do capital – a busca da integração dos mercados sob o controle das economias capitalistas mais tradicionais;
- 2) Desindustrialização – a redução da participação do setor industrial nas economias capitalistas desenvolvidas;
- 3) Transformações tecnológicas e nas relações de trabalho – a diminuição da oferta de emprego e a mudança no perfil de qualificação da força de trabalho com estímulo à polivalência;
- 4) Mudanças na composição da classe trabalhadora - as novas e precárias formas de contratação decorrentes da terceirização, as alterações no nível de qualificação e o desemprego estrutural;
- 5) Alterações no papel do Estado – a diminuição da participação do Estado na regulação do mercado e o ataque aos benefícios sociais já conquistados.

Em tempo de reestruturação global da economia, o mundo do trabalho ainda procura respostas para as mudanças pelas quais os trabalhadores estão passando com a implantação e implementação de novas técnicas de gestão de trabalho, de novas tecnologias e com o crescente desemprego estrutural.

Assim, o quadro de transformações sociais delineados pelos avanços tecnológicos, ou caminhos pelos quais a sociedade humana foi, e é, conduzida à necessidade de medida, de padronização, ordem e racionalização, é um quadro de desalento, marcado por processos crescentes de desordem econômica, ecológica e

social. A tecnologia tornou-se desse modo fator fundamental num contexto em que a competitividade e a produtividade se tornaram dogmas absolutos e sinônimos de luta pela sobrevivência no mundo dos negócios.

As transformações sociais ocasionadas pelos avanços tecnológicos vivenciados pela URSS¹⁸, nas décadas de 50 e 60, constituem-se num exemplo clássico desses processos, e provocou, paralelo ao aumento da produção, um aumento, também, das relações de exploração e exclusão em escala mundial, evidenciados nos altos índices de desemprego e na diminuição do poder aquisitivo e da qualidade de vida das grandes massas populares, principalmente entre a população dos países periféricos, chamados de países do Terceiro Mundo.

Mas, o avanço tecnológico também propiciou um período de prosperidade do capital, que se refletiu no avanço das forças produtivas, e presenteou os grandes países capitalistas com uma superprodução de bens de consumo e um indesejável crescimento, também, do desemprego estrutural, fatos que demarcaram as bases de mais uma crise do sistema construído sobre a economia de mercado.

A crise que se configurou no início dos anos 70 teve sua origem no enfraquecimento das estratégias utilizadas para solucionar a crise do capital que explodiu nos anos 30. Essa crise representa a quebra do Estado de Bem-Estar-Social, que durante 40 anos sustentou, através do fundo público, o acúmulo do capital privado, com grandes investimentos no setor tecnológico e com o financiamento da reprodução da força de trabalho, possibilitada pelas políticas sociais executadas pelos governos.

Continuar bancando os lucros dos senhores do mercado e a manutenção das políticas sociais para os trabalhadores, tornou-se uma prática insustentável para tais governos, fato que explica a decretação da falência do Estado de Bem-Estar-Social.

A saturação dos mercados internos e dos bens de consumo durável demarcou os limites do Estado de Bem-Estar-Social e a crise econômica que se agravou na década de 70. Nesse contexto, ganha força um conjunto de idéias gestadas em meados dos anos 40, então denominadas de políticas neoliberais cujo objetivo fundamental é salvar o sistema capitalista da falência.

¹⁸ Avanços tecnológicos ocasionados principalmente pelo lançamento do primeiro "Sputnik".

Assim, a destruição do patrimônio público, dos serviços públicos e a desresponsabilização do Estado para com as políticas sociais é consequência principal e imediata desse processo, cujos efeitos sociais, precários e perversos, provocados por reformas impostas pelos agentes financeiros internacionais, para proteger interesses econômicos, acentuam, ainda mais, as desigualdades sociais existentes, onde a grande parcela de excluídos perde, cada vez mais, os direitos e benefícios essenciais à vida humana, especialmente aqueles, relacionados com a saúde e a educação. A imposição dessas políticas, de medidas privatizantes¹⁹ e de retirada de direitos e conquistas históricas da classe trabalhadora, pode ser facilmente identificada, especialmente no Brasil, nos Programas de Desestatização, nas propostas de reformas (Administrativa, Previdenciária e Fiscal), nas leis complementares, emendas à Constituição, medidas provisórias (MP), e nas políticas de governos para o campo educacional.

Esta nova ordem mundial, ensejada pelo capital, a construção (imposição) de uma nova hegemonia e a produção de consensos em torno das reformas em andamento só têm se tornado possível graças a um violento processo, denominado por Soares (1996), de “assalto às consciências” ou “amoldamento subjetivo”, no qual a perda de direitos sociais à cidadania pelo convencimento de que se produzirá um mundo tecnologicamente mais desenvolvido tem se constituído numa palavra de ordem.

A análise da atual política educacional no Brasil, por exemplo, demonstra grande semelhança entre as decisões dos gestores do sistema e as propostas de formação de professores presentes nos documentos dos organismos internacionais, em especial o Banco Mundial²⁰, tais como: aligeiramento no processo de formação, priorização da formação continuada, desprezo da formação inicial, e uso, em grande escala, do Ensino a Distância (EaD).

As contradições desse processo merecem exame, visto que o papel fundamental dessas propostas é o de, no atual estágio do capitalismo, integrar o trabalhador a uma nova ordem mundial do mercado, onde o discurso da qualificação defendido para esse “novo” trabalhador é, também, o mesmo discurso que acompanha as novas tecnologias e o desenvolvimento da ciência.

¹⁹ Medidas advindas do processo de privatização em curso que entrega as ações do Estado à iniciativa privada, e mais do que isso o público passa a funcionar à semelhança do mercado.

²⁰ Ver mais sobre o assunto em: De Tommasi, Warde e Haddad (1996) e Torres (1998).

Nesse contexto, as classes dirigentes dos países pobres e em desenvolvimento, incluindo aqui o Brasil, com a idéia de assegurar novos empréstimos e bases para a negociação de suas dívidas, iniciaram a execução de políticas governamentais atreladas aos interesses e orientações dos organismos financeiros internacionais, principalmente do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Internacional para a Reconstrução e ao Desenvolvimento (BIRD).²¹

Estas políticas que atendem aos interesses dos países capitalistas mais ricos do planeta e que garantem a implementação do receituário neoliberal de combate à crise do capital, trata-se da recomposição dos mecanismos de reprodução do capital, ou seja, transformar os benefícios sociais em novas mercadorias possíveis de comercialização, abrindo espaço para um novo mercado, entre essas, destaca-se, especificamente, as ações e investimentos do Banco Mundial (BIRD) no setor educacional.

Nessa perspectiva,

a introdução de uma inovação tecnológica na estrutura de produção dos países subdesenvolvidos não escapa à lógica do sistema capitalista, baseado na concentração e na centralização. O que significa que a tecnologia é produzida nos centros hegemônicos e exportada para os países periféricos que, para comprá-la endividam-se junto aos bancos internacionais, fechando o círculo do capital monopolista (BELLONI, 1984, p. 32).

Assim, as novas tecnologias de informação e comunicação, nos países subdesenvolvidos, acompanham as condições de produção do discurso tecnocrático que apontam para duas vertentes consideradas crenças, conforme indica Belloni (1984, p. 34) isto é:

a afirmação, fundamentada 'cientificamente', que a tecnologia pode resolver os problemas do subdesenvolvimento, possibilitando 'queimar etapas' na ascensão à classe dos países desenvolvidos; e a 'neutralidade' e a excelência do trabalho "técnico" especializado, em oposição às decisões e ações políticas baseadas no consenso (consideradas como não racionais).

Essa idéia está vinculada a um tipo de sociedade, alicerçada nos valores de consumo, cuja concepção de mundo e de homem estão diretamente referidas ao modo de ser dos países capitalistas avançados, "e que tem muito a ver com o racionalismo e o pragmatismo dos países do Ocidente" (BELLONI, 1984, p. 34).

²¹ Organismos criados no período pós-guerra (II Guerra Mundial), com objetivo de promover a reconstrução das economias devastadas pela referida guerra, financiar a industrialização do Terceiro Mundo, e servir como mecanismo de oposição ao regime socialista.

O discurso instaurado sobre o desenvolvimento da ciência e das novas tecnologias, que privilegia, hoje, a *informação* e o *conhecimento* como elementos-chave para o processo de racionalização do capital, constituem um fenômeno social típico do mundo contemporâneo, neste momento da história intitulado ora de *sociedade pós-moderna, pós-industrial, pós-capitalista ou pós-mercantil*, ora de *modernidade tardia*, pois que está tatuado pelos avanços na comunicação e na informática e por outras tantas transformações tecnológicas e científicas. Indústria e ciência selam, nesse discurso, uma aliança ideológica cujos reflexos incidem sobre os trabalhadores que passam a ser valorizados muito mais por suas habilidades intelectuais.

Nessa perspectiva é que a educação passa a se configurar, para os organismos financeiros internacionais, especialmente o BIRD, como um importante mecanismo na qualificação desse novo trabalhador necessário a essa nova ordem mundial do mercado. Qualificação esta, cuja ausência, conforme avaliação desse organismo tem sido a principal causa do desemprego e da miséria que se perpetua nos países pobres e em desenvolvimento.

A participação do Banco Mundial, hoje, é quase exclusiva em relação aos outros órgãos internacionais definidores de políticas para o campo da educação, como, por exemplo, a UNESCO. Sabe-se que ele é o financiador direto das políticas, mas, além disso, tem também o papel de assessoramento e planejamento educacional como enfatizam De Tommasi, Warde e Haddad (1996, p. 196)

De fato, mesmo se o total dos empréstimos do Banco chegam a somar somente cerca de 0,5% do total dos gastos em educação dos países em desenvolvimento (Banco Mundial, 1995b: XXIX), através dos financiamentos o Banco visa influenciar as políticas educativas desses países, em particular impulsionando mudanças nas formas de gestão e na alocação dos recursos.

Não é por acaso que o Banco Mundial tem demonstrado grande interesse, a partir de 1980, nas questões da educação e exercido pressões sobre os Estados, inclusive condicionando empréstimos e acesso ao mercado de capitais à aceitação de seus diagnósticos e análises em planejamento educacional.

Para que as propostas de globalização em curso tenham eficácia plena, torna-se necessário que os seres humanos (homens e mulheres) estejam preparados para enfrentar este novo mundo que se encontra em gestação e o

campo da educação é, entre outros fatores, certamente estratégico nessa nova configuração.

Mas a nova ordem que hoje está instaurada no planeta não aceita qualquer tipo de educação. É preciso que se crie um tipo de “cidadão educado” capaz de realizar as operações demandadas pelo sistema produtivo, que responde às necessidades do capitalismo globalizado e onde todas as variáveis implicadas para a obtenção do produto sejam pensadas como insumos, inclusive professores e alunos.

Torres (1998, p. 134) deixa bem claro este modo de pensar quando diz que

a qualidade educativa, na concepção do BM, seria o resultado da presença de determinados insumos que intervêm na escolaridade. Para o caso da escola de primeiro grau, consideram-se nove fatores como determinantes de um aprendizado efetivo, nesta ordem de prioridades, segundo a percentagem de estudos que revelariam uma correlação e um efeito positivos [...] (1) bibliotecas; (2) tempo de instrução; (3) tarefas de casa; (4) livros didáticos; (5) conhecimentos do professor; (6) experiência do professor; (7) laboratórios; (8) salário do professor; (9) tamanho da classe. Desses pontos, deriva o BM suas conclusões e recomendações aos países em desenvolvimento sobre os insumos a priorizar em termos de políticas de alocação de recursos. Desse modo, ao mesmo tempo que desestimula a investir nos três últimos – laboratórios, salários docentes e redução do tamanho da classe -, recomenda investir nos primeiros e, especificamente em três deles. [...].

Dessa forma, o Banco Mundial, para os educadores e analistas que têm acompanhado a evolução de suas propostas para a educação, tem de fato intenções políticas e programas de ajuste estrutural para a educação em âmbito planetário, inclusive fazem parte dessas políticas as orientações para a reforma da regulamentação estatal da educação brasileira.

Nos documentos do Banco Mundial, há um discurso duplo que, por um lado, dá às comunidades locais possibilidades de implantar um currículo regional mas, por outro, dita as disciplinas que são mais adequadas à formação de qualquer cidadão, em qualquer parte do mundo.

Esses reajustes, a princípio destinados à reformulação das regulações estatais na economia, seja através do controle da inflação nos países subordinados, do déficit público e da regulamentação do mercado de trabalho, estão alicerçados numa metodologia da economia neoclássica, concebida como um conjunto de

orientações baseadas na relação custo-benefício²², que pressupõe certa margem de flexibilidade e que encerra, também, o entendimento de que, neste novo mercado mundial, a educação é a principal mercadoria a ser produzida e comercializada em escala global.

As tecnologias de informação e comunicação (TIC), aplicadas ao campo educacional, carregam consigo as mesmas características desse processo, no qual certos atributos, tais como o raciocínio lógico e imediato, a capacidade de comunicação e resolução de problemas e o poder de decisão e aprendizado constante, são considerados elementos fundamentais no desempenho dos novos papéis sociais com vistas à inserção do “cidadão” no mercado de trabalho.

Nesse sentido, as discussões sobre esse processo não devem se restringir somente ao aspecto técnico da implementação e utilização dos meios no processo ensino-aprendizagem. Deve, sobretudo, acompanhar as transformações sociais e econômicas vivenciadas pela sociedade no contexto atual, de uma intensa reestruturação do capitalismo.

Em tal contexto muitas idéias e pontos de vista precisam ser examinados, repensados e, até mesmo redefinidos, tal seja a rapidez pelo qual operam os processos de desenvolvimento tecnológico.

Nessa perspectiva, os educadores devem refletir e, também, estar atentos para as novas formas de aprendizagem que têm se apresentado, desde algum tempo, como alternativas de um processo de comunicação mediado pela tecnologia, pois este é um campo no qual os conceitos e definições transitam, freqüentemente, por um terreno onde a precisão teórica traz em si constantes desconstruções, estranhamentos e reelaborações.

Assim, a utilização de certos recursos tecnológicos, bem como as possibilidades de intervenção, a partir de propostas ditas “inovadoras”, exigem o enfrentamento de sérios desafios, dos quais uma mudança de postura seria algo, no mínimo, desejado.

Com esse espírito, a seguir, pretende-se contribuir para o esclarecimento de algumas questões, especialmente as de ordem conceitual, que se impõe de

²² No Parecer Técnico e Justificativa de Preço do Projeto Viva Educação, feito pela Gerência de Desenvolvimento Humano do Estado do Maranhão, a categoria custo/benefício é considerado elemento fundamental, e é bastante enfatizado como mecanismo de regulação para a correção da distorção série/idade.

forma bastante freqüente, nas diferentes temáticas de um campo de conhecimento considerado emergente: o campo da comunicação/educação.

Nesse sentido, Belloni (2002) identifica no texto “Mídia-educação ou comunicação educacional? Campo novo de teoria e de prática”, pelo menos duas abordagens que tentam explicar diferentes aspectos da interseção entre essas áreas.

Segundo esta autora, uma dessas perspectivas diz respeito à pedagogia dos meios e é por esta denominada de educação-para-os-meios ou mídia-educação. Esta abordagem tem como preocupação central “[...] a influência, o papel socializador exercido pelas mídias na socialização das novas gerações, isto é, na formação dos indivíduos” (BELLONI, 2002, p. 28), e está na base das preocupações de alguns comunicadores.

A outra abordagem, apontada por Belloni (2002), que particularmente nos interessa, refere-se ao uso dos audiovisuais na escola e diz respeito, portanto, aos meios na pedagogia.

A aplicação das tecnologias de informação e comunicação nos processos educacionais, em suas formas contemporâneas, marcadas pelo avanço técnico é, pois, uma perspectiva de inquietação de alguns educadores e se constitui na análise desse capítulo que pretende, a seguir, tecer alguns comentários.

3.2 Os meios tecnológicos e os processos pedagógicos de ensinar e aprender

A influência dos meios técnicos sobre a humanidade não é somente parcial. Ela se expande de acordo com o que é utilizado pela sociedade. A especificidade tecnológica e expressiva dos meios e as especificidades de seus usos sociais causam efeitos que independem dos conteúdos que transmitem nas sociedades onde interferem.

Sobre a influência e a especificidade dos meios técnicos McLuhan e Fiore (1967, p. 26) e Ferrés (1996, p. 262) fazem os seguintes comentários, respectivamente:

Todos os meios nos atingem completamente. Eles são tão penetrantes em suas conseqüências pessoais, políticas, econômicas, estéticas, psicológicas, morais, éticas e sociais que não deixam nenhuma parte de nós intocada, sem modificações e inalterada. O meio é a mensagem. Nenhum entendimento de mudança social e cultural é possível sem um conhecimento sobre como os meios funcionam como ambientes.

Cada meio e cada linguagem exercem sobre a mente efeitos diferentes, porque lhe impõem atividades e processos diferentes. Cada meio e cada linguagem levam inscritos os seus efeitos porque impõem algumas formas específicas de uso.

O estudo sobre o quadro evolutivo da contribuição dos meios nos processos pedagógicos de ensinar e aprender deve considerar alguns aspectos:

- a) A história que deu origem ao processo de inclusão desses meios no âmbito do ensino;
- b) As concepções de ensino/aprendizagem que possibilitaram o delineamento das matrizes conceituais referente aos meios;
- c) As diversas denominações adotadas ao longo dos tempos;
- d) As propostas de uso desses meios.

Inicialmente, é preciso esclarecer o significado do termo “Meio”. Esta não tem sido uma denominação dada, de forma mais comum, à aplicação das TIC, denominação hoje recorrente, nos processos educacionais.

Nos cursos de licenciaturas e nas salas de aula se ouve mais freqüentemente o termo audiovisual, visto que alguns autores consideram como sendo este um termo mais exato.

O processo de construção desse termo e a constituição do seu conceito sucedem há muito tempo, desde o século XVII, quando alguns educadores, especialmente Comênio, estabeleceram como princípio epistemológico do processo de ensinar e aprender, a ênfase na experiência sensorial oriunda da matriz teórica empirista²³ de Bacon e Locke, que ainda nos dias de hoje perpassa o pensamento de um grande número de autores, como se pode ver nos dados apresentados por Norbis (1971, p. 15), quando este se refere ao modo como aprendemos. Diz ele: “1% mediante o gosto, 2% mediante o tato, 1,5% mediante o olfato, 3,5% mediante a audição, 83% mediante a visão”. Dados estes que têm justificado, em muito, o uso de imagens na sala de aula.

Mas a construção do conceito de Meio só se tornou possível com a eclosão de um movimento de contraposição ao modo de como a escola se estrutura e como esta privilegia o método de ensino e aprendizagem por meio do excessivo verbalismo.

²³ Essa matriz teórica dá ênfase na idéia de que o conhecimento é decorrente de experiências concretas e diretas que apelam para os sentidos.

Esse movimento ficou conhecido pela denominação de “realismo pedagógico” e foi provocado por educadores alinhados à idéia de que os sentidos são as vias pelas quais se torna possível o processo de conhecimento.

Além de Comênio, considerado o precursor do “moderno ensino audiovisual”, outros educadores mais recentes, tais como: Rosseau, Pestalozzi, Herbart e Maria Montessori se constituem, também, nos principais representantes dessa visão, embora acreditem ser a experiência sensorial apenas um momento de passagem ou uma etapa a ser cumprida no processo de construção do conhecimento.

Com a preocupação de tornar concreto o processo de ensinar e aprender esses educadores, principais representantes da corrente intuitiva²⁴ estabeleceram as bases teóricas para a utilização dos audiovisuais que têm sido, desde a década de 50, temas-chave e assuntos de interesses de diversos autores que sistematicamente vêm estudando e publicando suas propostas didático/metodológicas.

Outra dimensão a ser levada em conta quando falamos dos meios no processo pedagógico diz respeito às denominações adotadas ao longo dos tempos. Cabe reconhecer que as diversas terminologias, que vão desde os audiovisuais à multimídia, conforme aponta a literatura, estão sustentadas por determinadas concepções, teorias e modelos subjacentes às preocupações institucionais de cada época e de cada momento histórico.

Por essa razão, cabe enfatizar o que diz Subtil e Belloni (2002, p. 51, grifo do autor):

Os *audiovisuais* sofreram muitas mudanças [...]. Na bibliografia relativa à área, das décadas de 1970 e meados dos anos 1980, aparecem várias denominações: material audiovisual, técnicas audiovisuais, recursos audiovisuais, auxiliares do ensino, recursos de ensino, meios de comunicação, técnicas pedagógicas, recursos plurissensoriais, *mass media*, recursos intuitivos. A partir da segunda metade da década de 1980 e especialmente na década seguinte, serão enfatizadas outras denominações mais amplas e mais próprias à disseminação social do avanço técnico: tecnologias educacionais, meios de comunicação educacionais, mídias, multimídias, novas tecnologias educacionais, tecnologias de informação e comunicação (TIC), embora muitos autores mantenham o termo *audiovisuais*.

²⁴ A corrente intuitiva diz que a intuição é, apenas, uma etapa sensorial que parte das sensações para chegar às operações mais elaboradas, tais como: memória, inteligência e juízo. Sobre essa idéia, consultar Parra (1977).

As denominações utilizadas na década de 70 estão mais relacionadas com o modelo tecnicista e correspondem aos princípios adotados pelas reformas do ensino básico implementadas nessa década.

Este modelo baseia-se na orientação teórica do estilo fordista, produção industrial aplicada à educação de massa, em que a eficiência do processo de ensino-aprendizagem depende do uso adequado e planejado das técnicas e métodos instrucionais oriundos do avanço tecnológico que,

pela sua própria natureza, construiu um sistema especial de instrução, [...] um sistema novo que difere do convencional, incorporando novos elementos do processo de ensino-aprendizagem, modificando funções de docente e discente, e necessitando de metodologia própria de acordo com o meio utilizado (ALMEIDA, 1978, p. 6).

A educação exerce, desse modo, um papel fundamental em qualquer esforço pelo desenvolvimento. A preparação da mão-de-obra e a criação de corretas aspirações de consumo acham-se na base do sistema de produção, condicionando-o em suas perspectivas econômicas. Assim, é na educação geradora de *know how* que repousa todo e qualquer fundamento do desenvolvimento e do progresso social, típicos da política instaurada na década de 70.

Uma vez dito isso, não se pode deixar de citar a Reforma Educacional no Brasil, implementada no final da década de 60 e início de 70, ao amplo quadro das reformas dos aparelhos políticos, administrativos e ideológicos do Estado Brasileiro promovidas no mesmo período, após o movimento militar de 1964, tal como resume Arena et al. (1977, p. 8): “Centralização administrativa, reforma política, reorganização dos partidos, reforma cambial, tributária, reforma fiscal, fortalecimento do aparelho de segurança, reforma educacional, etc.”.

Essa política de reformas buscava alterar, através da modernização, a estrutura administrativa de diversos órgãos, objetivando aumentar ou melhorar a sua produtividade e racionalidade. No caso específico da política educacional, o papel a ser cumprido seria o de aumentar a sua eficácia em decorrência do uso adequado dos novos elementos instrucionais incorporados ao ensino.

As denominações presentes a partir da segunda metade da década de 80, especialmente aquelas mais utilizadas hoje, vêm num contexto globalizado explicitar as novas tendências e os novos avanços obtidos pela tecnologia onde há uma penetração das “máquinas inteligentes” em todas as esferas da vida social.

Outras denominações utilizadas a partir da segunda metade da década de 80 até os dias atuais estão inseridas num contexto mais amplo e globalizado e marcam um novo momento pelo qual passa o processo de avanço tecnológico.

Nesse novo momento, ouve-se muito falar dos termos “mídia” e “multimídia”, inclusive nos processos educacionais. Isto merece uma atenção redobrada sobre o que significa este termo e que dimensão comporta.

Assim, pode-se dizer que o termo “mídia” advém do aportuguesamento de uma outra expressão latina “médica”, que é a forma plural de *médium*, que significa “meio”. Mídia passa então a ser entendida, pelo senso comum, como “meios de comunicação de massa”, versão em português da expressão “*mass media*”, traduzida como “veículos” de comunicação. O rádio, o jornal, a televisão, o vídeo, os outdoors, entre outros, servem como exemplos desses veículos. Mas este é apenas um aspecto reduzido da noção de mídia enquanto

entidade complexa e multidimensional, a mídia também tem uma dimensão social, manifestada estruturalmente em sua institucionalização. A tecnologia necessária à veiculação dos produtos da mídia não existe isolada da sociedade, ela se insere na sua estrutura através de instituições, como indústrias (que fornecem equipamentos e tecnologia), governos (que regulam as relações entre mídia e sociedade), universidade (que fornecem quadros profissionais para as instituições) além das próprias empresas de comunicação, que operam (no Brasil) sob concessão do governo, utilizando equipamentos e profissionais oriundos de outras instituições, inserindo-se assim de modo complexo na estrutura institucional da sociedade. Uma outra dimensão da mídia que deve ser levada em conta é a condição de ‘bens culturais’ dos seus produtos, constituindo uma ‘cultura de massa’ (GASTALDO, 2001, p. 56).

Assim, toda produção capitalista, de bens vendidos como mercadorias que geram lucros para os proprietários, pode ser, aqui, utilizada como analogia para os processos resultantes da mídia. No entanto, convém que se faça uma diferenciação fundamental; ou seja, que os bens produzidos pela mídia são de outra ordem, são os chamados “bens culturais”, que “vendidos” a um público que se sente atraído por estes, produzem uma “audiência”.

Este fenômeno relacionado com a produção de bens culturais mediatizados pela produção industrial representa uma preocupação de dois filósofos, Adorno e Horkheimer, cujos esforços teóricos levaram a cunhar a expressão “indústria cultural” (ADORNO, 1978), ponto de partida da idéia de que todos os produtos veiculados pela mídia utilizam linguagens próprias, articulam significados e criam representações, que ao serem consumidas pela sociedade

perpassam, ocultam, incorporam e ampliam muitos significados em que se manifesta o caráter ideológico da mídia. Nesse sentido, a mídia torna-se um elemento poderosamente eficaz na constituição de ordem dominante na cultura de um determinado grupo social ou de toda a sociedade.

Para além desses pressupostos frankfurtianos, Debord (1997), ao analisar criticamente a moderna sociedade de consumo, globalizada e desigual, não só chama atenção para o papel desempenhado pela indústria do entretenimento, do espetáculo ou simplesmente indústria cultural, como um setor fundamental para a expansão de mercadorias, mas também, como um mecanismo poderoso de produção da consciência, coletiva e individual. Tal como ele diz:

O princípio do fetichismo da mercadoria, a dominação da sociedade por 'coisas supra-sensíveis embora sensíveis', se realiza completamente no espetáculo, no qual o mundo sensível é substituído por uma seleção de imagens que existe acima dele, e que ao mesmo tempo se faz reconhecer como o sensível por excelência (DEBORD, 1997, p. 28).

Hoje, mais que nunca, diversas propostas de uso das tecnologias educacionais, nos seus processos pedagógicos, experimentam através dos meios de comunicação educacionais, mídias, multimídias, novas tecnologias educacionais, tecnologias de informação e comunicação (TIC), um mundo novo povoado de imagens, num circo espetacularizado, onde numerosas questões de grande complexidade se colocam. Cabe, então, alertar aos profissionais da educação que reflitam sobre uma possibilidade de conceberem os audiovisuais, termo mantido por muitos autores, como propõe Dieuzeide (1994, p. 17 apud SUBTIL; BELLONI, 2002, p. 55), ou seja: como ferramentas pedagógicas.

O termo ferramenta, que foi escolhido, implica a utilização individual e responsável pelo professor, mestre das práticas de sua aula. Por natureza, a utilização da ferramenta é inteiramente compreensível por aquele que a maneja, ao contrário da maquinaria industrial que especializa o trabalhador e automatiza os processos. A abordagem pela ferramenta coloca as NTIC numa perspectiva de atividade criativa e de iniciativa do professor. Sua utilização se situa no cruzamento dos caminhos de duas disciplinas irmãs (e rivais): a pedagogia, que se esforça para racionalizar e otimizar os processos de aprendizagem (por exemplo, o comportamento de uma classe), e a didática, que busca assegurar a transmissão ótima dos conhecimentos definidos pelos objetivos e conteúdos de cada disciplina.

Mesmo com esse chamamento, ainda é possível localizar nos dias de hoje, outras expressões que vêm sendo utilizadas, desde tempos muito distantes.

Trata-se de três termos que evocam mesmos sentidos e significados: teleducação, telensino, telecurso.²⁵

O verbete *tele*, de composição grega, segundo Cunha (1992) significa “longe, ao longe, longe de”. Isto justifica a utilização de certos compostos, tais como: telégrafo (1813), telescópio (1844), telegrama (1874), dentre outros, introduzidos na língua portuguesa.

Os termos teleducação, telensino e telecurso, sob o ponto de vista etimológico, significam, portanto, a educação e o ensino que decorrem da utilização, à distância, de determinados meios. Nesse caso, utiliza-se a Televisão e o Videocassete, descritos a seguir, de acordo com Oliveira (apud KRAMER et al., 1999, p. 50-51).

Televisão – é um meio que permite transmitir a distância sons e imagens por meio de cabos ou sinais de rádio. Uma imagem contém muito mais informações do que uma palavra. A tendência atual é de se reunir diversos meios eletrônicos de telecomunicações em uma única rede digital de serviços integrados, apoiada em fibras ópticas com excepcional capacidade de transmissão. Assim sendo, sinal de voz, dados e imagens podem ser convertidos em formas digitais complexas, comprimidas, transmitidas e recuperadas ao lado da recepção. Estas redes servirão como apoio para realização de tarefas como reuniões a distância, entretenimento interativo, teleinformação e Educação a Distância. A televisão vem se constituindo em um meio de comunicação de grande relevância no processo de transformação cultural. Ela exerce grande influência na população, influência psico-social em crianças, jovens e adultos. A televisão, em Educação a Distância, pode ser transmitida em circuito aberto ou circuito fechado. Não apresenta grandes possibilidades de controle, sendo necessário incluí-lo no planejamento da utilização. É também, meio unidirecional, devendo como no caso do rádio, ser utilizado com outros meios complementares, para que haja integração entre emissão e recepção.

Videocassete – o videocassete é um meio que permite as mais diversas formas de utilização, indo da utilização individual até a coletiva. [...]. As vantagens quanto ao seu uso no processo ensino aprendizagem: fidelidade de informação; possibilidade de visão imediata das tomadas, podendo essas serem apagadas ou regravadas e indicadas para o ensino do grupo. A fita de vídeo é de fácil reprodução, possibilitando a edição de imagens e sons em conjunto permitindo ao usuário repeti-la por diversas vezes, anotando e memorizando melhor o que vê, ouve e interpreta. O potencial educativo do vídeo poderá ser aproveitado no todo mediante a consideração de critérios de uso, coerentes com uma concepção adequada do meio.

A televisão e o vídeo, como já foram descritos em suas características, utilizam ao mesmo tempo a linguagem conceitual, falada e escrita, mais formalizada e racional. Imagem, palavra e música se integram dentro de um contexto

²⁵ Associado a esse ponto de vista está o telecurso 2000 da FRM.

comunicacional afetivo, de grande impacto emocional, que facilita e predispõe a conhecer mais favoravelmente.

Televisão e vídeo combinam a multiplicidade de imagens e ritmos com uma grande variedade de falas, de música, de sons, de textos e escritos. A combinação desses meios permite que órgãos dos sentidos sejam acionados, desenvolvendo formas sofisticadas de comunicação sensorial multidimensional, de superposição de linguagens e mensagens, que facilitam a aprendizagem e condicionam outras formas e espaços de comunicação.

A eficácia de comunicação dos meios tecnológicos, em particular da televisão e do vídeo, se deve a essa capacidade de superposição e de combinação de linguagens - imagem, fala, música e escrita - totalmente diferenciadas, além da narrativa ser fluída, com lógica pouco delimitada, gêneros, conteúdos e ética pouco precisos. Estas características permitem interferências por parte de concessionários, produtores e consumidores.

Uma das limitações da televisão é que ela é vinculada ao tempo, aos minutos e segundos. Tudo quanto produz é cronometrado, advindo daí a instantaneidade que caracteriza a sua linguagem. Os programas não podem ser longos e a agilidade da linguagem televisiva impõe aos telespectadores a mesma rapidez de percepção e acompanhamento, não atendendo, portanto às diferenças individuais dos telespectadores. Em face dessa multiplicidade de fatores convém perguntar: como trabalhar com a televisão e o vídeo na escola?

O grande apelo pedagógico da TV e Vídeo residem no fato de se fundamentarem nas habilidades naturais de processamento de informação humanas. Os olhos e ouvidos, em conjunto com o cérebro, compõem um sistema para transformar dados sem sentido em informação, mas dando-lhes um significado.

O fato de serem considerados, a TV e o Vídeo, uma janela aberta para o mundo do conhecimento, isso tem por fundamento a idéia de que a mediação na televisão aparentemente não existe, pois, “não há intermediação nem discurso, porque não há símbolos, mas realidades. Essa ilusão de verossimilhança aumenta, então, a impressão de que a televisão é uma tecnologia neutra, transparente, que se limita a reproduzir a realidade como ela é” (FERRÉS, 1996, p. 47). Dessa maneira, a TV e o Vídeo inspiram uma confusão entre aquilo que se vê e o que realmente é, ou seja, entre a imagem e a realidade.

Toda essa objetividade que se pode observar nos programas televisivos é uma falácia, pois, segundo o Ferrés (1996, p.48), “Toda informação é discurso, opinião. Por mais objetiva que possa parecer, ela envolve ideologia e produz ideologia”.

É possível, no entanto, desenvolver um trabalho na escola a partir desses meios (TV e Vídeo) de maneira criativa e complexa. A incorporação desses meios inclui, portanto, trazer o meio para a escola e ligar a escola ao meio. Mas para isso é necessário que o trabalho docente tenha como base três princípios: a preparação do espírito crítico, a formação técnico-expressiva e um conhecimento dos mecanismos dos meios.

Sobre esses aspectos, Ferrés (1996, p. 80) entende que:

Uma abordagem crítica da TV deve ser feita a partir da interação que é o resultado do encontro de duas realidades, do espectador e do emissor, condicionados por seus desejos e contextos. São os sentimentos que essa interação provoca que vão se revelar uma forma de entender o meio e uma forma de entender a realidade. A formação técnica (princípios técnicos, códigos expressivos, estética própria) é o complemento para uma atitude reflexiva e crítica sobre o veículo. Não pode haver competência comunicativa sem o domínio dos códigos da expressão audiovisual. O ideal seria que os alunos não fossem capazes apenas de compreender os códigos em profundidade, mas também conseguir expressar-se por meio deles. Para isso, é fundamental saber como são os mecanismos internos de produção da televisão. Conhecer como são feitos os programas ou os truques que são usados ajudará o estudante a desmistificar o meio, a distanciar-se, a adotar uma atitude mais madura diante dele.

Para empreender esse trabalho, o(a) professor(a) deve adquirir conhecimentos considerados elementos fundamentais na incorporação da mídia na escola. Demo (1998, p.173) defende que “o professor é condição intrínseca da aprendizagem do aluno. Não no sentido de poder substituir o esforço do aluno, mas naquele de orientador e avaliador deste esforço”.

Em “Questões para Teleducação”, o professor Pedro Demo mostra algumas características que podem vir definir o perfil do(a) professor(a) atual que pensamos ser ideal para aquele(a) que vai atuar na escola tendo a Televisão e o Vídeo como meios:

- a) O professor precisa aprender a pesquisar;
- b) O professor precisa saber elaborar com mão própria;
- c) O professor precisa saber teorizar sua prática;
- d) O professor carece de atualização permanente;

- e) O professor precisa saber produzir e usar instrumentação eletrônica a serviço da educação;
- f) O professor precisa avançar na direção da interdisciplinaridade;
- g) O professor precisa rever sua teoria e prática da avaliação.

Mas para que o(a) professor(a) possa passar por essa transformação, é preciso que sejam conquistadas muitas condições. Além de salários justos e condições adequadas de trabalho, que não estão ainda garantidos para todos os profissionais do Brasil, é necessário garantir-lhes uma preparação básica para os novos meios. Fursari (1994, p.44) reafirma que “o trabalho comunicacional com a multiplicidade de mídias presentes no mundo contemporâneo não pode ser improvisado e nem desarticulado de uma proposta educativa que contribua para a democratização dos saberes socialmente significativos, produzidos e em produção pela humanidade”.

Considerada do ponto de vista de sua contribuição para a inovação dos processos pedagógicos, pode-se dizer que a televisão e o vídeo têm introduzido modificações tanto relacionado aos conteúdos disciplinares como ao processo de ensino-aprendizagem.

A socialização dos/as alunos/as na sala de aula e o exercício da responsabilidade, a ênfase dada à dinâmica de grupo e ao papel de Orientador de Aprendizagem são aspectos que chamam a atenção imediata quando se visita uma telesala, mas é fundamental pôr em xeque as condições atuais para aprendizagem tanto do(a) professor(a) quanto dos(as) alunos(as). É necessário que existam condições mínimas no uso das tecnologias de informação e comunicação em sala de aula, isto é: infra-estrutura, experiência, apoio e intercâmbio.

Por essa e outras razões, a utilização da televisão em função do ensino é, hoje, generalizada, encontrando-se tanto em países desenvolvidos como nos subdesenvolvidos. No Japão, há centenas de estações de televisão educativas; nos Estados Unidos, França, Inglaterra, como em outras grandes nações, as experiências teleducativas se multiplicam. Na América Latina, em países da África e da Ásia, também a televisão está a serviço do desenvolvimento, especialmente pelo viés da educação.

Neste sentido, as inovações educacionais decorrentes da utilização dos mais avançados recursos técnicos para a educação (o que inclui as tecnologias de informação e comunicação, mas também as técnicas de planejamento inspiradas

nas teorias de sistemas, por exemplo) constituem um fenômeno social que transcende o campo da educação propriamente dito, para se situar no nível mais geral do papel da ciência e da técnica nas sociedades industriais e modernas.

Como já se sabe, o Telecurso-2000 constitui-se uma dessas heranças, decorrentes das inovações na educação, possibilitado pelas práticas sistemáticas de planejamento da educação que foram sendo construídas subordinadas aos planos de desenvolvimento econômico concebidos pela alta tecnoburocracia estatal.

É nesse contexto que o “Programa Viva Educação” se instaura como o discurso oficial do governo de um Estado oligárquico que tem sido o Maranhão e que incorpora de maneira sutil muitas das demandas presentes nas lutas pela democratização e melhoria da qualidade da educação, mas que permeia um modelo de modernização conservadora, em que certos interesses, arcaicos, são conciliados com os modernizantes (FERNANDES, 1981; DEBRUN, 1983; IANNI, 1986).

4 “PROJETO VIVA EDUCAÇÃO”: das intenções às ações – possibilidades e limites da proposta

“Pesquisa prática é aquela destinada a intervir diretamente na realidade, a praticar teorias e teorizar prática, a produzir alternativas concretas”.

P. Demo

Tanto na introdução como nos capítulos anteriores, empreenderam-se esforços para situar e compreender o cenário e as implicações sócio-políticas subjacentes ao conteúdo de uma política educacional, adotada no Maranhão na forma de telensino.

Nesse sentido, objetivou-se articular pressupostos teóricos-conceituais fundamentadores a uma intervenção crítica superadora, autônoma e emancipada, tendo em vista o problema da demanda ampliada de matrículas no ensino médio maranhense.

No presente, passa-se a descrever o projeto e a apresentar os dados/relatos das experiências realizadas através da pesquisa de campo. Isto possibilitou a compreensão em torno da perspectiva oficial da implantação dessa política. Ocorre, porém, que paralelo à opção do trabalho de campo vários outros documentos de expressão popular, veiculados em manifestações contra tal política educacional, foram examinados, o que nos permitiu ao mesmo tempo descrever, indagar e refletir sobre tal proposta, de modo concomitante.

Ainda que o processo de análise dos dados de uma pesquisa de campo se inicie durante o período das vivências e observações do ambiente de investigação, existem momentos em que há necessidade de se proceder a esforços analíticos mais intensos e concentrados; constituem-se nos difíceis momentos, em que é preciso escolher e reorganizar um grande número de informações.

Nunca se deve, portanto, reduzir o trabalho científico, ainda que correta e coerente apresentação de dados, é importante estar atento para um texto acadêmico que, no geral, implica modificações ou complexizações das concepções do pesquisador sobre o tema estudado.

Mais do que uma extensiva e detalhada descrição de eventos, acontecimentos, falas, entre outros aspectos, a importância da pesquisa de campo

reside na elaboração das interpretações e, principalmente, na análise dos significados dos registros de campo.

É necessário que o(a) pesquisador(a) tenha a compreensão de que a análise do material, na sua concepção mais ampla, se inicia muito antes da intenção consciente deste(a). Ela está presente, como já foi dito, anteriormente, desde as interações com o ambiente de estudo, uma vez que todo fato considerado relevante para registro, para ser considerado como tal, deverá ser selecionado.

Neste sentido, estando as observações impregnadas pelas concepções do(a) pesquisador(a), e não apenas pelas contribuições dos referenciais teóricos, é preciso que se redobre a atenção para garantir ao texto em construção uma certa credibilidade e suficiente rigor acadêmico.

Nessa perspectiva, o presente capítulo apresenta-se dividido em dois tópicos: i) **No princípio era o verbo ...** – descrição e reflexão sobre o Projeto Viva Educação; ii) a seguir, **... e o verbo se fez carne** – onde empreenderam-se esforços para construir um diálogo entre a teoria revisitada, as evidências empíricas registradas no campo e as reflexões delas decorrentes.

4.1 No princípio era o verbo (ou de onde tudo partiu: do Telensino/Telecurso 2000 ao Projeto “Viva Educação”)

O Projeto “Viva Educação” é um nome dado pelo Governo do Estado do Maranhão juntamente com a Fundação Roberto Marinho, ao tão conhecido Telecurso 2000 (Sistema Telensino), veiculado pela Rede Globo, nacional e internacionalmente e que constituiu-se numa política de Educação do referido Estado com vistas a resolver o problema da demanda ampliada de matrículas no ensino médio.

O Projeto se definiu como uma estratégia fundamental para o enfrentamento da correção série/idade, pelo qual é justificado. Foi implementado através de um programa de teleeducação supletiva²⁶, com recepção organizada em telessalas para o atendimento das demandas de jovens e adultos e formação continuada de professores.

²⁶ De acordo com Norma Bravo, o “Projeto Viva Educação – Telecurso 2000” se insere na modalidade de Teleeducação supletiva, termo este mais adequado para esta consultora da FRM.

Segundo justificativa do referido projeto, o mesmo permitiria uma oferta, a jovens e adultos, de um atendimento supletivo que garantisse a terminalidade do ensino médio com qualidade, em um menor espaço de tempo, facilitando, dessa maneira, o ingresso e a permanência no mundo do trabalho àqueles que não tiveram acesso à escolarização, ou dela ficaram alijados prematuramente.

Tal projeto, segundo o Governo do Maranhão, se afirmou pela sua vital importância e sintonia com o processo de desenvolvimento auto-sustentável do Estado. Este pretendeu contar com a participação de diferentes atores sociais, tais como: prefeituras municipais, organizações não-governamentais, representações de classe, além da comunidade em geral, que num esforço conjunto, buscarão mobilizar espaços em escolas e ambientes alternativos para atendimento de qualidade ao “cidadão maranhense”.

Nessa perspectiva, a implantação do Projeto Viva Educação, enquanto uma política governamental, buscou reverter alguns indicadores educacionais do ensino médio, conforme os seguintes aspectos:

- taxa de escolarização líquida de 17%, significando que um expressivo contingente de jovens, na faixa de 15 a 17 anos, não teve oportunidade de acesso ao ensino médio;
- 69% dos alunos que se encontram freqüentando o ensino médio apresenta defasagem série/idade acima de dois anos;
- grande concentração de atendimento no turno noturno (62%), cuja clientela constitui-se tipicamente de alunos adultos;
- distribuição irregular da matrícula entre as diferentes regiões do Estado e, principalmente, entre as zonas urbana e rural, dada a falta de condições de oferta;
- 60% dos docentes com atuação no ensino médio, sem habilitação exigida para o exercício da função docente, principalmente nas escolas municipais.²⁷

Diante desses indicativos, de demanda reprimida, distorção série/idade, baixa produtividade e insuficiente e inadequada formação docente, o Governo do Estado, em maio de 2001, aumentou em 51% a oferta anteriormente existente, com o Projeto Viva Educação. O Viva I - teve início no dia 12 de fevereiro de 2001, com duração de 15 meses e previsão para abranger 217 municípios do Estado e atingir 150 mil alunos/as, distribuídos em 2.500 tele salas.

O Projeto Viva Educação, de fato, iniciou em 2001, e totalizou 138.736 alunos, conforme publicou o jornal O Estado do Maranhão em 15/10/03, através da

²⁷ Estes indicadores constam na exposição de motivos do Projeto Viva Educação.

criação de 3.500 telessalas. Na verdade eram salas de aulas convencionais e funcionavam na maioria dos casos no turno noturno, em espaços e horário ociosos das escolas de ensino fundamental.

Segundo Rosar e Cabral (2004, p. 186)

Esse programa propagava o objetivo de resgatar os alunos que estavam em defasagem idade-série, com oferta de ensino em caráter de suplência. As aulas eram monitoradas por um único professor, denominado de orientador de tele-sala, sem qualquer vínculo empregatício com o Estado, que lhe garantisse seus direitos trabalhistas. Os professores foram organizados em uma cooperativa chamada COODESCOP.

O Projeto Viva Educação

constituiu-se numa proposta de caráter inovador, o qual contemplava alternativa metodológica diferenciada, de modo a ofertar o ensino médio de qualidade adequado a uma clientela heterogênea, viabilizando a institucionalização da Escola Jovem e o atendimento diferenciado aos alunos retardatários” (MARANHÃO, 2000c, p.5).

Entre os diferenciais pontuados, como alternativa metodológica do Projeto Viva Educação, constam:

- Material didático elaborado por mais de 100 especialistas de diversas universidades brasileiras;
- Relação tempo/escolaridade do aluno;
- Metodologia específica;
- Relação interativa professor/aluno;
- Formação continuada de professores em metodologias de multimeios;
- Professor como mediador, coordenador e dinamizador de aprendizagem com enfoque principal em “aprender a aprender”;
- O aluno como sujeito ativo do processo ensino-aprendizagem (MARANHÃO, 2000c, p. 5).

Este projeto foi proposto pela Fundação Roberto Marinho ao Governo do Estado do Maranhão, como estratégia metodológica de ensino, ao mesmo tempo em que foi aceito, por este Governo, como uma das estratégias políticas de educação para o referido Estado.

Constituiu-se, segundo esta Fundação, numa alternativa capaz de oferecer meios para que todos alcancem uma formação condizente com a sua cidadania, pois que prioriza a formação e qualificação de jovens e adultos que, por razões diversas, não concluíram seus estudos na época própria.

O custo aluno/ano do Telecurso foi estimado em aproximadamente 709,44 contra 544,80 no sistema convencional de ensino. Sob esta ótica, o telecurso

sai 30,22% mais caro. Entretanto, o diferencial é que, no sistema de telecurso o aluno leva apenas quatorze meses para concluir o ensino médio, enquanto que no convencional esse prazo é de três anos, elevando o custo total para 1.634,40 contra 827,68 no sistema telecurso.

No valor proposto pela Fundação Roberto Marinho estão incluídos equipamentos e materiais didático-pedagógicos necessários, os quais teriam de ser custeados pelo Estado e/ou pelos alunos.

O “Projeto Viva Educação”, de acordo com as argumentações utilizadas pelo Governo do Maranhão, propiciará um grande benefício social para um número bem maior de pessoas no Estado, com o ensino médio concluído. São pessoas que, hoje, em sua maioria, estão à margem do mercado de trabalho, mas que, a partir da metodologia proposta, assim se comenta, brevemente, estarão aptas a adentrá-lo.

Na opinião desta Fundação, o projeto “Viva Educação” como integrante do projeto “Telessalas 2000”²⁸ tem garantia de um elevado padrão, tal é a forma e o conteúdo das teleaulas veiculadas pelo método de ensino supletivo Telecurso 2000. Por essa razão, a seguir, serão descritos alguns elementos do método Telecurso 2000, tal qual informa a FRM (2001)²⁹.

O Telecurso 2000 é um método de ensino supletivo (fundamental e médio), antigos 1º e 2º graus, desenvolvido pela Fundação Roberto Marinho e pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). Segundo estas instituições, o referido método prepara o aluno para prestar os Exames Supletivos oferecidos pelas Secretarias Estaduais de Educação que periodicamente divulgam o calendário de provas e abrem inscrições para os exames.

Seu objetivo é aumentar a escolaridade do trabalhador brasileiro, e a meta é atender a 75.000 alunos que não tiveram oportunidade de concluir os estudos de forma regular. O Telecurso 2000 assume, desse modo, um papel estratégico em relação ao crescimento econômico de cada região, do Estado e do

²⁸ O Projeto Telessalas tem como objetivo a implantação de 3000 novas salas de aula na Amazônia Legal e nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Serão 1000 telessalas em cada uma dessas localidades, onde os trabalhadores poderão concluir o 1º e 2º graus pelo método de educação a distância Telecurso 2000. É desenvolvido com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e é uma parceria entre o Ministério do Trabalho e Emprego, através da Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional (SEFOR); a Confederação Nacional da Indústria (CNI), através do Serviço Social da Indústria (SESI); a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP); o Canal Futura e a Fundação Roberto Marinho. Site <http://www.telecurso2000.org.br>.

²⁹ Descrição feita com base nas informações públicas fornecidas pela Fundação Roberto Marinho, através da Websolution por Muiraqitã Comunicação Global. Site: <http://www.telecurso2000.org.br>.

município e, principalmente, ao bem-estar de sua população e do próprio indivíduo, uma vez que há um enorme contingente de trabalhadores com dificuldade crescente para ingressar no mercado de trabalho ou manter-se nele.

Para estudar por esse método, o aluno poderá utilizar duas alternativas:

1) Comprar, em bancas de jornais e revistas, livrarias ou diretamente na FRM, os livros do Telecurso 2000 para acompanhar as aulas pela televisão em sua própria residência; 2) Acompanhar as aulas em uma Telesala. Neste caso, o aluno assistirá às aulas com outros colegas e terá o acompanhamento de um Orientador de Aprendizagem.

A proposta do Telecurso 2000 foi adotada pelo Projeto Viva Educação e integra conteúdos do Ensino Médio. Segundo essa proposta, “É um programa de educação a distância que utiliza multimeios com a finalidade de discutir o mundo do trabalho e a construção da cidadania” (FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO, 2001, p.15).

De acordo com o Telecurso 2000, os princípios que regem sua proposta são: educação para o trabalho; ensino contextualizado e aprendizado de habilidades básicas, tais como: o uso eficiente dos recursos; o uso de informações; regras básicas de funcionamento dos sistemas; a aplicação do conhecimento científico e tecnológico para identificar e resolver problemas concretos; o desenvolvimento da capacidade de ler e escrever, e sua aplicação a situações da vida cotidiana; a comunicação por escrito e oral, em situações de estudo, trabalho e lazer; a participação produtiva em grupos de trabalho e/ou estudo; construção das atitudes de cidadania.

A Telesala, segundo a FRM (2001), se constitui num espaço físico onde os meios estão disponíveis para os alunos. Esta não precisa ser um lugar especial; pode ser uma sala comum ou adaptada. Deve estar equipada com TV, videocassete, quadro de giz, carteiras e materiais didáticos diversos, como:

- Coleção completa das fitas de vídeo com as aulas do Telecurso 2000 1° e/ou 2° grau;
- Livros-texto do Telecurso 2000;
- Bibliografia de apoio (dicionários, livros de literatura...);
- Mapas;

- Recomenda-se a assinatura de um jornal diário e de uma revista de circulação mensal.

O material didático utilizado pelo Telecurso 2000 e Projeto Viva Educação é composto de fitas de vídeo e livros. Cada capítulo dos livros apresenta e desenvolve o conteúdo de uma teleaula. Para estudar o Ensino Médio, o aluno deve acompanhar 60 fitas e 19 livros e assistir 459 aulas. Conforme quadro abaixo:

DISCIPLINA	QUANTIDADE DE LIVROS	QUANTIDADE DE FITAS	QUANTIDADE DE AULAS
Biologia	02	07	50
Física	02	07	50
Geografia	02	05	40
História	02	05	40
História Geral	01	05	36
Inglês	02	05	40
Língua Portuguesa	03	10	80
Matemática	03	09	70
Química	02	07	50
TOTAL	19	60	456

Fonte: Fundação Roberto Marinho (2001).

Quadro 1- Material didático utilizado pelo Telecurso 2000/Projeto Viva Educação

Os programas de Televisão mobilizam, motivam os alunos. Os livros são auto-instrucionais, correspondem às aulas na TV e têm papel de máxima importância na educação a distância: a linguagem é simples e objetiva; traduzem ilustrações, gráficos e tabelas, apresentam sugestões de atividades e de exercícios de fixação, revisão e avaliação.

Segundo a Fundação Roberto Marinho (2001) tanto o método quanto as sessões de aprendizagem são agradáveis e dinâmicas, apresentadas em vídeo e apoiadas por um/uma Orientador (a) de Aprendizagem (OA), que orienta e acompanha os exercícios dos livros dos alunos.

Os trabalhos e debates em grupo ajudam a entender a matéria do dia e o(a) Orientador(a) sempre pode tirar as dúvidas dos conteúdos das aulas já dadas, atendendo individualmente a todos os alunos e alunas.

Se acompanhado adequadamente pelos professores e supervisores, o método possibilitará, aos alunos e às alunas, uma melhor aprendizagem. Constitui-se, pois, num espaço, supostamente, de emancipação de sujeitos.

O trabalho na telesala, conforme a abordagem metodológica do Projeto Viva Educação e Telecurso 2000, combina o uso de multimeios com procedimentos dinâmicos e se baseia nos seguintes conceitos:

- O aluno é sujeito da sua aprendizagem;
- Interdisciplinaridade;
- As pessoas têm ritmos diferentes de aprendizagem;

Na telesala, para alcançar os objetivos da proposta pedagógica, as aulas foram estruturadas em diversos momentos. Cada um deles mantém relação com os outros, embora sistematize determinados aspectos específicos. São eles:

- Problematização/motivação;
- Exibição da teleaula;
- Leitura da imagem;
- Livro-Texto e Atividades Complementares;
- Socialização das aprendizagens;
- Avaliação.

A metodologia da telesala propõe a divisão da turma em equipes que têm como objetivos permitir que os alunos e alunas desenvolvam categorias cognitivas específicas a sua escolaridade, habilidades básicas e atitudes de cidadania. São 04 as equipes: Socialização; Coordenação; Síntese e Avaliação.

O professor(a), denominado de OA, é indispensável na telesala. Ele/ela funciona como um mediador entre os alunos e os meios utilizados, auxiliando na leitura crítica dos conteúdos, buscando o bom andamento das atividades individuais e em grupo. O professor, de acordo com a proposta metodológica, deve reunir as seguintes características:

deve aceitar desafios, ser sensível às mudanças, ter disponibilidade, iniciativa e criatividade, gostar de estudar e pesquisar, ser pontual, assíduo, organizado e ativo, ser comunicativo e saber lidar com as pessoas, usando linguagem simples e clara, gostar de trabalhar com jovens e adultos, ter interesse no trabalho e compromisso com os resultados e ter disponibilidade para participar de capacitações, seminários e reuniões técnicas (FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO, 2001, p. 27).

Ainda, sobre o perfil e competência do Professor(a) ou Orientador(a) de Aprendizagem, o Telecurso 2000 e Projeto Viva Educação apresentam como suas funções:

1. Conhecer o conteúdo e o material de todo o curso e de cada aula;
2. Planejar as atividades que vão ajudar o aluno a apreender o conteúdo das aulas;
3. Organizar e planejar semanalmente as aulas, de modo que a elas possam ser incorporadas novas situações e as avaliações feitas no dia-a-dia;
4. Adequar conteúdos trabalhados no material didático ao cotidiano do aluno e complementar sempre que possível;
5. Aplicar, periodicamente, instrumentos de avaliação;
6. Identificar necessidades de correção e reforço.

Ao se admitir de maneira simples e ingênua essas proposições, que pensamos ter relação direta com a forma e o conteúdo das teleaulas a serem veiculadas, pode-se incorrer num erro: o de se aceitar, no mínimo, que os instrumentos de mídia, TV e Vídeo, mediadores do processo ensino-aprendizagem, serão capazes de dar conta do processo de transmissão dos saberes/conteúdos escolares em sua inteireza, o que não é possível, caso se considere pelo menos dois aspectos que são apontados por Santaella (1996), ou seja:

1. A limitação característica dos instrumentos midiáticos, e
2. As funções específicas que cumprem cada um desses instrumentos.

Isto significa pensar na possibilidade de que os conteúdos escolares serão sempre mediados por certos pontos de vista interessados, desde a concepção de organização curricular, das maneiras possíveis de apresentar e relacionar os tópicos a serem desenvolvidos, até a sequenciação dos conteúdos.

A TV/Vídeo, considerados, entre tantos outros meios, como aqueles que se constituem por elementos lingüísticos variados transformam-se, assim, em instrumentos ideologicamente capazes de “absorver e devorar todas as outras mídias e formas de cultura” (SANTAELLA, 1996, p. 42).

Por essa razão, a TV/Vídeo, mesmo sendo considerados por muitos como um meio privilegiado de linguagem valoriza, em muito, a imagem e o som - linguagem audiovisual, em detrimento da palavra. A forma passa, então, a ser elemento de destaque, o conteúdo, apenas, um motivo superficial.

Desse modo, a TV/Vídeo, pelo uso da linguagem audiovisual maximizado, exerce, cada vez mais sobre o telespectador um certo poder que se expressa de forma sutil num discurso emotivo e menos racional, característico dessas mídias. Em decorrência, são (re)produzidos, apenas, alguns eventos superficiais, fragmentados e descontextualizados em oposição aos processos que geralmente são mediados pela cultura letrada.

Diante deste conjunto de descrições e reflexões, obtido via oficial, parece justo comentar, também, sobre as percepções dos movimentos que se organizaram em torno do processo de implantação e implementação do Projeto Viva Educação.

A literatura a respeito do tema mostra o oposto ao que apresenta os documentos oficiais, um cenário de preocupação. São vários os textos produzidos por professores sobre a questão. Eis alguns:

- O Tele-ensino no Maranhão: Fraude contra a educação e a sociedade. Vamos reagir? (Prof. Paulo Rios – Universidade Estadual do Maranhão - UEMA);
- Faz-de-conta que existe...”novos tempos” (Prof. Durval Cruz Prazeres – Universidade Federal do Maranhão - UFMA);
- Carta de Imperatriz (Federação dos Trabalhadores em Educação no Estado do Maranhão – FETEMA);
- Educação: a vergonha de um estado (Deputada Helena Barros Heluy);
- O Telensino: que didática é essa? (Prof. Idevaldo da Silva Bodião - Universidade Federal do Ceará - UFC);

Além destes artigos, podem-se identificar, ainda, várias matérias veiculadas em jornais locais, tratando da questão:

- Professores protestam contra o tele-ensino e vão ao vice-governador José Reinaldo (Jornal Pequeno, p. 10, expressão, 10/02/2001);
- Professores protestam contra o telensino (O Debate, p. 3, política, 16/02/2001);
- O convênio entre governo do MA e Rede Globo para criação de tele-salas, é tido como uma revolução no ensino, mas alguns professores não concordam (O imparcial, p.8, cidade, 22/11/2001);

- Ministério Público aperta cooperativa do telensino: há suspeita de irregularidade na contratação de professores, COODESCOOP nega o fato (O imparcial, Grande São Luís, 15/08/2001);
- Aluno denuncia ineficácia do telensino (Jornal Pequeno 20/06/2001);
- Concurso vai substituir o telensino (A Hora, política, 31/10/2001);
- Ministério Público arquiva processo contra Telensino (O Debate, p. 2, política, 05/09/2001);
- Fundação Roberto Marinho começa a se desentender com Governo Roseana (O Debate, p.2, política, 24/08/2001);
- Tele-ensino não é a maravilha que o governo do Estado alardeia (Pequeno, p.2 Atos, fatos e baratos, 16/02/2001);
- Doutor em didática garante que tele-ensino é um crime contra maranhenses (Pequeno, p.3, 18/02/2001);
- Tele-ensino combate “atrasados” no ensino médio (Atos e Fatos, p. 2, 22/11/2000);
- Professores de São Luís são treinados em tele-salas (O Estado do Maranhão, p. 2, cidade, 24/01/2001).

Diante desse quadro, pode-se dizer que o esclarecimento, em algumas camadas da população, ainda permanece vivo, pois duas condições necessárias, suficientes e intercambiáveis para existir também estão, ainda, presentes na realidade humana: a crítica e a razão.

Com este raciocínio, a seguir, serão citadas na íntegra as resoluções do I Seminário da FETEMA³⁰, democraticamente aprovadas na plenária final que congregou professores e professoras de vários municípios maranhenses, inclusive aqueles objeto de investigação deste estudo.

1. Seguindo o modelo neoliberal do presidente Fernando Henrique Cardoso – FHC, com o apoio do Fundo Monetário Internacional – FMI, e do Banco Mundial, o governo da Sr^a Roseana Sarney e da grande maioria dos municípios maranhenses, vêm aplicando uma política educacional privatista e excludente, que tem como resultado a suspensão de novos investimentos no PROCAD/UEMA tanto pelo governo estadual como vários governos municipais, para que o processo de habilitação dos seus professores do ensino fundamental fosse mantido com um caráter público e gratuito e não através da cobrança de mensalidades; a não construção de escolas de segundo grau; o abandono completo das bibliotecas das escolas públicas, que estão depredadas e sem livros; a

³⁰ As resoluções deste seminário estão no documento Carta de Imperatriz da Federação dos Trabalhadores da Educação do Estado do Maranhão (FETEMA).

ausência de materiais e novos recursos didáticos no interior das escolas; a manutenção da precarização das relações de trabalho no âmbito do magistério, com a não realização do concurso público; a permanência de uma prática autoritária na relação governo-escola, tendo em vista a não adoção da democracia na comunidade escolar, com as eleições diretas para diretor da escola.

Esta resolução diz muito sobre a situação atual da educação no Maranhão, que também é nacional. Leva-nos a refletir sobre os efeitos das influências do processo de globalização e suas ideologias perpassadas nas políticas educacionais de ajustes estruturais em curso, e duvidar seriamente da eficiência e da eficácia de nossas instituições de ensino nesse cenário.

2. Esta ausência de uma política educacional séria e condizente com os anseios maranhense, está claramente identificada na adoção autoritária e ilegal do sistema de ensino supletivo do Telecurso 2000, da Rede Globo/Fundação Roberto Marinho, no lugar do sistema seriado, com professor habilitado por disciplina, conforme determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB. Ao substituir um professor habilitado por uma TV-Vídeo, de forma permanente, o governo da Sr^a Roseana Sarney comete crime de responsabilidade, ao condenar cerca de 150 mil jovens filhos da classe trabalhadora a uma educação sem qualidade, supletiva, que os tornará ainda mais excluídos da sociedade do conhecimento, que exige novas habilidades e conteúdos e não apenas a expedição de diplomas, chancelados pelo governo estadual.

Na resolução 3 fica evidente a quem, de fato, esse sistema interessa e o que propõe, como se pode ver:

3. Esse sistema leva à alienação e ao desinteresse do alunado. Ao contrário da propaganda oficial, esses 150 mil jovens não encontrarão vez no mercado, mas apenas subempregos, percebendo o salário mínimo e praticamente sem chances de aprovação em vestibulares e concursos.

Essas são, em síntese, as críticas feitas pelos movimentos de professores que propuseram, no dia 06 de março de 2001, uma paralisação de suas atividades em desobediência civil e boicote ao Tele-supletivo de Roseana Sarney e Fundação Roberto Marinho/Rede Globo.

Fora isso, o Viva Educação, como afirmam Rosar e Cabral (2004, p. 186)

que somente deveria matricular alunos que apresentavam defasagem idade-série, em muitos municípios substituiu o ensino médio regular, constituindo-se como única alternativa de matrícula para os adolescentes e jovens de 15 a 17 anos, de quase todo o estado, que foram privados de seus direitos de acesso legal, em escola com oferta de matrícula para cursos com sistema regular de funcionamento, previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Pode-se concluir, a partir dessa descrição, que a partir da imposição dessa política governamental para o ensino médio, no Estado do Maranhão, a LDB³¹ foi atingida do ponto de vista legal, pois os alunos/as da faixa etária correspondente ao ensino médio que deveriam ser matriculados no ensino regular, mas por falta de escola, os concludentes do ensino fundamental tiveram dificuldade de continuar seus estudos, pois não havia escolas onde se matricular, obrigando-se a concluírem seus estudos no sistema telensino – “Projeto Viva Educação”.

4.2 ... E o verbo se fez carne (ou sobre o que ficou evidenciado no cotidiano do Programa “Viva Educação”, nas teleaulas)

O conjunto de dados coletados na realidade investigada, através dos procedimentos mencionados no capítulo I, possibilitou algumas reflexões. Sem perder de vista o sentido de totalidade e, por conseguinte, sem pretender reduzir a complexidade que se evidencia tanto pelos dados empíricos quanto pela estrutura conceitual elaborada, serão adotados alguns recursos operacionais para efeito de organização da racionalidade interna do texto que compõe o tópico.

Assim, será proceder-se-á à subdivisão das análises em itens que contemplam, preferencialmente, informações decorrentes do protocolo de observação utilizado, para registro da realidade observada nas escolas objeto de estudo.

Em cada uma dessas subdivisões, será buscado o diálogo entre os dados empíricos e aspectos da base teórica, visando superar percepções parciais que poderão decorrer de interpretações realizadas em apenas uma ou outra das duas instâncias: a empírica e a conceitual.

4.2.1 Sobre as observações sistemáticas das aulas

Foram observadas, no total, cinco teleaulas, sendo uma em cada Centro de Ensino Médio. A seguir, apresentam-se a descrição e comentários dessas aulas, além de reflexões realizadas com os/as O.A e alunos/as no espaço das observações como dados complementares a esse momento.

³¹ Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

4.2.1.1 Aula 01 (O.A. 1/ Telesala 1)

- **A descrição**

Os alunos conversam entre si. A orientadora de aprendizagem tenta, com um dos alunos, pôr o vídeo em funcionamento. Não conseguindo realizar esta tarefa, outros alunos se aproximam com o intuito de ajudá-los. Enquanto tentam pôr em funcionamento o vídeo, a orientadora inicia a aula propondo aos alunos uma espécie de “sensibilização” ao tema que posteriormente seria apresentado e desenvolvido no decorrer da teleaula.

O tema tratado diz respeito às leis da eletrostática ou força elétrica. A referida temática corresponde a um dos conteúdos da matéria de Física. A tarefa proposta para iniciar a aula é desenvolvida a partir de uma dinâmica de grupo. A orientadora solicita aos alunos o seguinte: “andem pela sala como se estivessem passeando. Ao encontrar com um colega cumprimente, abrace e beije...”.

Enquanto acontece a atividade a orientadora indaga aos alunos: “Algum dos meninos abraçou ou beijou outro menino? Não?... Só mulheres? Por que isto ocorreu? Isto tem a ver com a matéria? com a Física? Pois bem, vocês acabaram de descobrir a força da eletrostática.... abraçaram apenas meninas! Foi? Isso se deve ao fato de que os opostos se atraem... Isto deve, também, ter acontecido com as meninas.... não foi? Em seguida, após o cumprimento da tarefa, a orientadora exemplificou a lei de atração e repulsão. Neste momento, é colocado o vídeo que em seguida foi repetido devido ao barulho ocasionado por uma forte chuva.

Na próxima tarefa, a orientadora solicita que os alunos escrevam, numa folha de papel, uma palavra relacionada com os conceitos apresentados na teleaula. Também pede que os alunos resgatem, à medida que as palavras forem apresentadas, o que viram, ouviram e sentiram com as imagens e sons percebidos no vídeo.

- **Os comentários**

Através das atividades realizadas, pude observar que o principal recurso metodológico utilizado no contexto do processo ensino-aprendizagem é a cenatexto. A partir dela, deveriam sentir-se motivados, tanto orientadores quanto alunos, para juntos construir o processo de conhecimento relacionado com o tema

apresentado. No entanto, isso não parecia ser uma tarefa fácil, ou pelo menos não se constituiu numa tarefa cumprida.

Por um momento pensei que deveria indagar sobre os fatos acontecidos, mas sabia que questionar seria, nesse contexto, algo muito perigoso, responder não. Uma única pergunta poderia ser mais explosiva que mil respostas.

Refiro-me às decepções dos alunos, o constrangimento da orientadora, as tentativas, frustradas, de explicações e entendimentos. Alunos decepcionados, orientadora e supervisora constrangida, e eu? Eu via e ouvia com grande interesse tudo o que se apresentava diante dos meus sentidos, mas também, com certa preocupação e um tanto quanto cético.

Nesse meu primeiro contato, deparei-me, de modo tão precoce, com situações inusitadas para não dizer complicadas e confusas. Mas, se se espera de um pesquisador que seja alguém cujo objetivo é descobrir o desconhecido, que não desiste, que busca incansavelmente chegar ao conhecimento, então, o fato de saber tão pouco não era nada confortante, mas também não se tornara um problema, afinal alguém já tinha dito que “mais inteligente é aquele que sabe que não sabe”.

Para ser mais preciso, nesse momento estive pensando naqueles professores e nos sabichões que ou estão satisfeitos com o pouco que sabem, ou então vivem se gabando de que sabem um monte de coisas das quais na verdade não fazem a menor idéia.

No entanto, agora era mais importante encontrar um alicerce seguro, que possibilitasse o entendimento das questões que ora se colocava. Isto só seria possível se pudesse distinguir entre o certo e o errado nesse contexto.

Pelo menos acreditava que os alunos não estavam suficientemente sensibilizados com a metodologia adotada pela orientadora, pois, segundo as informações por mim recebidas da Fundação Roberto Marinho, esta era padrão em todas as telessalas. Tinha certeza que a mesma não tinha despertado, nos alunos, uma reação que possibilitasse aos mesmos uma modificação nos seus comportamentos frente ao conteúdo apresentado.

Por outro lado, pensei que era muito complicada a exposição da orientadora frente aos alunos, sem que a mesma tivesse certo domínio do conteúdo sobre o tema tratado. Isto ficou bastante explícito quando foi explicada, pela orientadora, a lei de atração e repulsão.

Em outras palavras, ela, a orientadora, apesar de utilizar uma dinâmica de grupo bastante interessante, mesmo assim não apresentava conhecimentos básicos sobre os princípios da eletrostática, como também, ao “ensinar”, ela assumia uma posição de professor tradicional. Não dialogava nem discutia, ao contrário, apresentava um parecer sobre o problema posto.

Se as questões feitas para os meninos fossem dirigidas às meninas, a resposta talvez não fosse a mesma. Muitos abraços e beijos aconteceram entre elas. O que explicaria este fato? Não seria uma questão de gênero? Pessoas do mesmo sexo não podem se abraçar e beijar? Os princípios da física interfeririam, com efeito, nos sentimentos dos seres humanos, homens e mulheres. A experiência a que os alunos se submeteram na verdade nada tinha a ver com o conteúdo da aula. Os próprios alunos concluíram sobre tal equívoco cometido pela orientadora no momento em que teceram comentários sobre a referida experiência.

Com efeito, vimos, então, que, diante de tal situação-problema, o orientador deveria se alguém muito capaz de promover a mediação do processo de ensino com competência, mas para isso torna-se fundamental, porém, a aquisição de competências que pressuponha saber fazer, articular teoria e prática, estabelecer princípios e processo, e ter domínio do saber crítico e sistematizado, e “cuja ação esteja alicerçada em processo científico, capaz de submeter o aluno à exposição cultural, mas com domínio dos aspectos técnico-pedagógicos dos currículos e da metodologia” (NISKIER, 1993, p. 147).

Nesse sentido é que Evans e Nation (1992, p. 199) afirmam que “‘coisas’ tecnológicas não fazem sentido sem o ‘saber-como’ (know-how) usá-las, consertá-las, fazê-las”.

Sendo assim, o discurso de promoção, via televisão, da 1) aceleração dos estudos daqueles alunos que se encontram cursando o ensino médio, cuja idade seja superior à recomendada; 2) melhorar os índices de oferta de educação pública, e 3) possibilitar a melhoria da qualidade do ensino ofertado tendo como princípio a substituição de professores especializados por orientadores polivalentes, é um discurso oscilante e, por vezes, contraditório.

Mesmo que tal estratégia permita, em muito, a ampliação das matrículas, pode-se identificar, por outro lado, uma exposição, de forma objetiva, do profissional dessa modalidade de ensino, quando o mesmo apresenta um limitado domínio dos

conteúdos das disciplinas. Isto vem desqualificar, ainda mais, o processo de ensino-aprendizagem.

Então, não seria este, mais um ato de violação aos direitos humanos? Não seria, também, uma maneira de apostar que na escola nada se aprende?

4.2.1.2 Aula 02 (O.A. 2 / Telesala 2)

- **A descrição**

Primeiramente, o grupo de síntese faz comentários sobre as atividades desenvolvidas na aula anterior, cujo tema foi “News from today”. Comentaram que na referida aula foi falado sobre textos informativos que aparecem em jornais. Disseram que na cena da história contada aparecia um personagem chamado Tom lendo um jornal...

A seguir, observava-se troca de olhares entre os componentes do grupo e um silêncio que é quebrado pela fala da professora que faz algumas perguntas sobre o que acontece na cena. Alguns respondem que aparece uma legenda da foto e que Tom estava lendo, outros dizem que aparece o dia e o preço do jornal.

Então, a O.A. solicita ao grupo de avaliação que se pronuncie em torno da qualidade da aula, apontando se a mesma foi boa, regular, ótima ou ruim. A resposta da maioria do grupo é que foi boa.

A O.A. pede, pois, que o grupo de socialização realize as atividades de integração e motivação. Como o referido grupo não se encontrava na sala a orientadora imediatamente passa para o momento de exibição do vídeo. Nesse momento, sabe-se que a chave do cadeado do suporte de TV foi perdida, com isso foi necessário buscar uma TV e Vídeo de outra telesala. A Orientadora liga os equipamentos, mas não consegue fazer os mesmos funcionarem, solicitando de um dos alunos para ver se consegue, mas o mesmo sugere que chame o supervisor para solucionar o problema. Enquanto isso, a professora informa o título da aula de Hoje: “I went to the beach last weekend” comentando que existem dois tipos de verbos – regulares e irregulares – e que neste módulo iam se ver os últimos – os verbos irregulares. Na aula de nº 32 seriam vistas as formas afirmativa, negativa e interrogativa do passado, com verbos irregulares.

...Já se passam aproximadamente uns 15 min. E nada de ser solucionado o problema da TV e do Vídeo, mesmo com a ajuda do supervisor; enquanto isso, os alunos “batem papo”.

Funcionando a TV e o Vídeo, após alguns minutos a mais, a O.A. re(introduz) o tema, lê junto com os alunos o título da aula e em seguida passa o vídeo cuja história inicia com a chegada de Tom na oficina de Washington, onde encontra Diana – esse é o momento de assistência ao vídeo.

Após o vídeo a Orientadora faz um rápido comentário sobre a aula 31 e logo passa a aula de nº 32, cujo título é “How was your weekend?” onde foi apresentado como fazer as formas afirmativa, negativa e interrogativa do passado com verbos irregulares.

Ao terminar o Vídeo, os/as alunos/as se organizaram nos grupos de avaliação, coordenação, síntese e avaliação para realizar a tarefa de leitura de imagem a ser apresentada e discutida na próxima aula.

- **Os comentários**

Pôde-se verificar nesta aula que, em determinados momentos, há sensações de ansiedade e angústia, dúvidas e fragilidades que se transformam em momentos de pânico como percebidos na descrição acima. Pânicos que vão desde a estrutura técnica, no que diz respeito à falta de manutenção de alguns equipamentos, evidentes com os desgastes decorrentes do tempo de uso e também da falta de preparação da Orientadora de Aprendizagem na utilização dos mesmos.

Um aspecto grave percebido no contexto da aula envolve a dinâmica do telensino, pois, ainda que a emissão da aula fosse ágil, não consegue envolver os/as alunos/as, sendo que, na maioria das vezes, apenas o O.A. e um pequeno grupo as acompanhavam, enquanto outros/as conversavam, perturbando os/as colegas.

Durante a percepção da emissão nesta aula, por exemplo, muitos/as alunos/as não acompanhavam e, conseqüentemente, se esquivavam da participação e mesmo os que participavam, na maioria das vezes, assim o faziam com frágeis intervenções, repetindo de forma isolada palavras e/ou frases ditas nas cenas e/ou nos textos de apoio.

Houve, no entanto, mesmo que raros alunos e alunas capazes de realizar diálogos interessantes sobre o que viram nas emissões, mas que me parecem exceções.

A O.A. incomodada com o frágil grau de compreensão dos alunos e a incapacidade técnica na utilização dos equipamentos passou a trabalhar os conteúdos da disciplina, apresentando-os na forma de explicações verbais, seguidas de anotações e, aí não pôde esconder que por trás de uma mídia tida como “moderna”, ou seja, as emissões, há, também um caráter pedagogicamente tradicional e conservador.

A teleaula acima descrita parece ter se constituído em um caso exemplar de aula tradicional ilustrada por imagens em movimento. Embora, ao final, a tarefa realizada em forma de leitura de imagem e apoio em textos mantivesse os/as alunos/as ocupados/as por mais algum tempo, nessas condições, penso que esse processo pouco contribui para o entendimento dos conteúdos ensinados.

4.2.1.3 Aula 03 (O.A. 3 / Telesala 3)

- **A descrição**

A teleaula inicia quando o O.A. informa o título da aula de nº 45 – Hoje não tem vitamina, o liquidificador quebrou! – e faz uma leitura introdutória do texto, e ao final diz: “A ação do campo magnético sobre uma corrente elétrica” é o assunto da nossa aula de hoje.

A seguir, explica a metodologia solicitando que cada aluno/a deverá ler em voz alta para o restante da turma uma parte da lição. A turma consta, hoje, de 26 alunos/as em uma sala bastante pequena de um sobrado antigo em Alcântara-MA, sentados em cadeiras bastante desconfortáveis.

Os alunos/as parecem bastante motivados e conversam uns com os outros sobre o título da aula em tom de brincadeira: ah!!! Hoje não tem vitamina... (risos).

Iniciam a leitura como explicou o O.A. e estão dispostos a aprender. Após cada leitura, o Orientador explica o conteúdo e parece obter bastante domínio sobre o mesmo. Após o conteúdo apresentado, são propostos exercícios, denominados passo-a-passo e constam nos livros-textos.

O Orientador diz o seguinte: “Quando a gente lê o livro e presta atenção na aula, a gente aprende. O resto é pesquisar para ampliar o assunto e fazer a prática”.

Após resolvidas as questões, o Orientador encerra a aula perguntando – Alguém aí tem um transformador para emprestar? Esse será o assunto da aula de amanhã.

- **Os comentários**

Nesta aula, pôde-se observar o desenvolvimento de uma metodologia vislumbrada para o trabalho em telessalas – em grupos, como fica evidente nas seguintes etapas: 1) problematização; 2) exibição da teleaula, 3) leitura de imagem; 4) livro-texto; 5) socialização das aprendizagens. Também pude verificar trabalhos das equipes de socialização, coordenação, síntese e avaliação.

O Orientador apresentou uma linguagem clara e bem de acordo com a temática desenvolvida, identificando-se com o conteúdo e apresentado domínio sobre o mesmo. Sua figura não era de um O.A, enquanto mediador da aprendizagem, mas de um Professor tradicional, pedagogicamente falando.

A disposição dos/as alunos/as em sala não obedece a formação em círculo, ficando os mesmos em filas, pelo tamanho da sala e o número de alunos existentes.

O trabalho do O.A. não foi desenvolvido através de procedimentos dinâmicos e utilização de TV e Vídeo.

4.2.1.4 Aula 04 (O.A. 4/ Telesala 4)

- **A descrição**

A Orientadora esclarece a turma explicando que esta aula de nº 27 é a continuação da aula de nº 26 que trata sobre os gases e tem como título: Hoje, a torcida está ‘esquentada’! A aula de hoje, segundo a fala da professora, intitula-se: “Águas passadas não movem moinho”!

Alerta aos alunos/as sobre a importância destes/as prestarem atenção, e sem acontecer nenhum tipo de atividade de problematização, inicia a exibição da teleaula.

A Orientadora senta junto com os/as alunos/as, que conversam com outros colegas, e durante toda a exibição anota atentamente.

Na exibição, observou-se a explicação através do diálogo das leis 1ª e 2ª da termodinâmica. A assistência à teleaula pelos alunos segue acompanhada de anotações e leituras do livro.

Alguns/algumas alunos/as chegam atrasados, atrapalhando, em geral, a turma quanto à audiência, pois gerou a perda de atenção. Ao término da exibição, a Orientadora faz uma revisão e solicita que os alunos/as aprofundem os conhecimentos no livro-texto. Após alguns instantes, a Orientadora solicita a organização dos mesmos nos grupos de socialização, coordenação, síntese e avaliação.

As equipes foram formadas em número de 3, sendo que a composição das mesmas ficou com um número elevado de alunos/as. A Orientadora pede, então, que seja formada outra equipe. Não havendo resposta a sua solicitação, a Orientadora faz o seguinte comentário: “Como ninguém toma iniciativa, e não quer se separar eu vou usar minha autoridade escolhendo alguns/algumas dessa equipe para formar outra”.

A Orientadora entrega uma folha para cada equipe, explicando as tarefas:

- 1) Para a equipe de socialização – Quais as impressões que ficaram das falas e das imagens? O que foi mais importante?
- 2) Para a equipe de avaliação – Quais os pontos negativos e positivos da tele aula?

A Orientadora sai para buscar giz, mas enquanto isso as equipes trabalham, apesar de alguns/algumas alunos/as conversarem sobre outros assuntos pessoais nos grupos.

A Orientadora, ao voltar, se apresenta em cada grupo e tira dúvidas. Os grupos fizeram seus comentários sobre o que foi ouvido, visto e lido. Um dos alunos de um grupo indagou sobre o que significava a letra “R” do nome do cientista (R> Clausius). A Orientadora não pôde responder e justificou que o próprio livro não explicitava.

O grupo de leitura da imagem comentou o que viu e ouviu durante a exibição e disse que sentiram muito sono, preguiça e confusão. Já a equipe de avaliação, que se apresentava bastante dispersa, afirmou que de positivo aprenderam o conteúdo a partir das imagens mostradas, e como ponto negativo,

disseram que gostariam de saber todo o nome do cientista já citado anteriormente, mas que estava abreviado e não obtiveram respostas em nenhum material pesquisado.

A aula encerrou com o seguinte comentário da Orientadora: "...o que acontece é que é positivo quando todos prestam atenção... mas, isso nem sempre acontece."

- **Os comentários**

Apesar da busca, pela Orientadora de Aprendizagem, para o desenvolvimento da metodologia definida nesse processo de ensino, as atividades não seguiram o roteiro previsto para a teleaula.

Na fala da Orientadora, fica claro que há uns que falam demais, aí acaba desconcentrando a turma. Outros ficam brincando e não prestam atenção à aula, mas há alguns que se interessam, prestam atenção, mas fazem confusão.

Como se pode notar, as atividades na telesala exigem dos/as alunos/as um alto grau de concentração em função da metodologia, principalmente no momento de ouvir as emissões. Ao conversar com alguns/algumas alunos/as após a aula, pôde-se observar em seus depoimentos que demonstram concordância no mínimo preocupante: afirmam que em sua classe não é possível completar as dinâmicas de cada aula no tem.

Na falta de continuidade e ou falta de tempo, os exercícios solicitados no caderno de atividade não são corrigidos. Às vezes, não dá tempo por causa da emissão que muitas vezes são paradas para explicação, restando pouco tempo para as dinâmicas previstas.

4.2.1.5 Aula 05 (O.A. 5 / Telesala 5)

- **A descrição**

A aula inicia pela problematização onde é apresentada, pelo Orientador, a seguinte questão, contida na aula nº 22 de Física: Estou com febre? Quando alguém está com febre, ele está mais quente ou mais frio?

Dêem uma volta no colégio e detectem em que lugar está mais quente! Como se pode dizer que um lugar está mais quente que outro? O corpo sente?

O Orientador continua a indagar aos alunos/as acerca da temática temperatura. O que fazer para descobrir quando estamos com febre? Temperatura está relacionada a quente e a frio?

Após feitas essas perguntas, o Orientador passa para a exibição do vídeo onde são apresentados alguns conceitos da termodinâmica e funcionamento de um termômetro. A explicação dada em torno da temática, pelo vídeo, é muito interessante e de fácil compreensão, constitui uma linguagem simples e funcional. O livro de estudo é importante para aprofundar os conceitos.

O Orientador distribui papéis e solicita aos alunos/as que coloquem no mesmo uma palavra para fazer a leitura de imagem. Os alunos/as prestam bastante atenção à aula. O orientador relembra com os/as alunos/as as imagens para contextualizar os nomes. A seguir, faz uma revisão a partir das palavras colocadas no papel pelos/as alunos/as e comentou sobre equilíbrio, medição de temperaturas, aquecimento de objetos e indagou sobre por que os objetos aumentam de tamanho quando aquecidos.

Para finalizar a aula, o Orientador propôs alguns exercícios sobre como calcular a dilatação de um objeto e como utilizar o termômetro.

- **Os comentários**

O trabalho do Orientador de Aprendizagem foi muito interessante, partindo da problematização, seguiu uma seqüência pedagógica tal como é proposta pelo sistema telensino. Como o tempo é muito curto, faltou a fase final, onde as equipes discutem a dinâmica empregada. Mesmo assim, os alunos prestaram bastante atenção à aula.

Isto, a meu ver, só foi possível, pois o orientador fez uma boa problematização, criando nos/as alunos/as interesse e despertando motivos para aprender. Além do mais, relembrou com os/as mesmos/as as imagens para contextualizar as palavras relacionadas com os conteúdos e ao final fez uma revisão a partir das palavras colocadas pelos alunos/as na folha de papel utilizada na dinâmica de leitura de imagem.

Nesta aula, as emissões veiculadas foram ágeis e conseguiram envolver os/as alunos/as, fato único entre as aulas observadas. Ao lado de reconhecer que a leitura de imagem aliada à leitura de textos didáticos foi um recurso pedagógico eficiente e assumiu um papel relevante.

4.2.2 Outras observações possíveis realizadas no ambiente das telessalas (O.As. 1/2/3/4/5)

Após cada observação de teleaula realizou-se uma conversa informal sobre o desenvolvimento da referida teleaula. Esta atividade foi feita com todos os/as O.A e alunos/as, com objetivo de tirar algumas dúvidas e perceber a visão dos/as mesmos/as sobre alguns aspectos, especialmente sobre o espaço destinado às aulas e as metodologias/dinâmicas empregadas, sobre as responsabilidades docentes dos(as) Orientadores(as) de Aprendizagem e sobre a visão dos/as alunos/as em torno da tele aula. A seguir, serão apresentadas algumas reflexões que foram possíveis sintetizar no diário de campo, após essas teleaulas, e que estão à parte das entrevistas e questionários aplicados respectivamente para os/as O.A. e os/as alunos/as.

4.2.2.1 Sobre o espaço destinado às aulas e a metodologia/dinâmicas empregadas

As telessalas não são, como eu imaginava e tal qual constava no projeto, salas especialmente construídas para tal fim. Elas são as mesmas utilizadas pelo ensino convencional. São geralmente ladeadas por grandes janelas, do tipo venezianas. Possuem, no seu interior, cerca de quarenta cadeiras, um quadro negro, um armário, uma mesa, além da televisão e o vídeo cassete, localizado acima do quadro negro. Caso não soubesse que esses espaços fossem destinados à teleeducação, não seria possível distingui-los das salas de aula convencionais. Nada há de diferente.

O total inicial dos gastos do Estado com o Projeto Viva Educação (tele-ensino) ficou em torno de 102.575.354,00. As diligências de representação ao Ministério Público do deputado Aderson Lago (PSDB), denunciando o contrato estabelecido com a Rede Globo, sem licitação, como também seu superfaturamento não foram suficientes e ainda foram gastos para além do contrato o valor de 51.903.200,00, perfazendo um total geral dos gastos no valor de 154.478.554,00. Após essas denúncias, o Governo reduziu em 10 milhões o valor do contrato, tendo

sido aceita essa proposta pela Fundação Roberto Marinho. Entre o balanço geral de custos mostra que o telensino consumiu a mais do que seu valor, 50 milhões³²

Embora tenham sido registrados esses gastos, não houve uma preocupação do Governo do Estado em construir salas específicas e equipá-las, tal como consta no Projeto de origem do “Viva Educação” e que são fundamentais para o uso de equipamentos tecnológicos e sua aplicação na educação.

Somente com o desenvolvimento das atividades pude constatar algo que tornava possível distinguir entre uma sala de aula convencional e uma sala com o uso de meios tecnológicos. Refiro-me a alguns procedimentos metodológicos/dinâmicas utilizadas pelos/as Orientadores de Aprendizagem.

Ao iniciar as aulas, às vezes, eram propostos, pelos/as orientadores/as, uma espécie de desafio aos alunos. As atividades sugeridas relacionavam-se, geralmente, com alguma experiência cotidiana.

Andar pela classe, estabelecendo contato com os colegas sugeriu, numa das aulas observadas, a simulação de um passeio, por ruas de uma cidade, a partir do qual foram feitas algumas perguntas e afirmações aos alunos.

Essa atividade se constituiu na introdução de uma das temáticas das aulas observadas da disciplina Física. A seguir, em vídeo, foi exibido o conteúdo: as leis da eletrostática.

O tempo de duração dos vídeos é sempre de quinze minutos, e os conteúdos, geralmente, são apresentados em formato de cena texto. A partir da visualização das cenas e audição do texto são realizadas algumas atividades relacionadas com as imagens percebidas. A seguir, os/as alunos/as, resolvem os exercícios contidos no livro-texto, e ao final da teleaula, às vezes na próxima, equipes com papéis próprios à dinâmica do Telensino, apresentam suas percepções sobre o que puderam aprender em relação à temática. As equipes são especificamente de coordenação, socialização, síntese e avaliação.

³² Dados obtidos a partir da pesquisa publicada no livro intitulado: Ensino Médio e Educação Profissional no Maranhão: delineando o perfil e resignificando os cursos com a participação dos jovens/Formação – Centro de Apoio a Educação Básica/Unicef/São Luís-MA. 2004.

4.2.2.2 *Sobre as responsabilidades docentes dos(as) Orientadores(as) de Aprendizagem*

Cinco O.A. participaram do estudo, sendo dois destes do sexo masculino e três do feminino. Ao se referir sobre as responsabilidades docentes, os/as O.A. ficaram confusos em suas falas. No entanto, todos/as admitem a necessidade de uma formação sólida e confessam que a que foi realizada foi muito superficial, o que provoca, de vez em quando, certo vazio.

Nas observações realizadas nas telessalas das escolas pesquisadas e também nas entrevistas com esses/as orientadores/as, pude constatar que os mesmos assumem responsabilidades/funções que os caracterizam como professores/as, uma vez que são responsáveis pelas ações de apresentação dos conteúdos das diversas disciplinas e a organização do ambiente de ensino-aprendizagem, tanto do ponto de vista técnico como motivacional.

Sobre essa discussão, Farias (1997, p.172), ao apresentar uma compreensão sobre a atividade docente no contexto do processo ensino-aprendizagem do Telensino, afirma que “o orientador de aprendizagem é, antes de mais nada, um docente”.

Nesse sentido, todos/as os sujeitos do estudo enfatizaram, corroborando que é muito importante que o O.A. tenha domínio dos conteúdos das disciplinas, pois fica bastante problemática a falta dessa competência.

Isto ficou constatado, também, quando os O.A. deparam-se com situações nas suas práticas cotidianas idênticas aquelas exercidas por docentes nas salas de aulas convencionais e que tais práticas recaem sobre eles/as.

Essas práticas, devidamente reconhecidas nas entrevistas com os/as O.A. encontram ressonância e se configuram como um problema generalizado, obrigando(a)-os(as) a deixarem suas atividades profissionais como O.A.

O papel/responsabilidade do/a O.A está presente na explicação que pode ser melhor compreendido na fala de um aluno (Telesala 5) quando diz:

Acho que só os professores deviam ensinar. Com a televisão fica complicado porque a gente muita vez não entende. Acho que o professor, porque tá com a gente ao vivo, ensinando aqui, a gente faz pergunta e eles diz, eles responde, diz tudo explicadinho direitinho. Na hora da televisão a gente não pode perguntar pra eles. Mas às vezes nem o professor sabe o que ele está explicando, aí fica complicado.

Durante uma observação de aula, por algum momento ouvi de um dos alunos, das turmas observadas que já tiveram quatro outros/as orientador/as antes desta. “[...] Não sei por que se muda tanto de orientador/a [...]” (Aluno da Telesala 5). Será, esta, sua primeira experiência?

De fato, a orientadora parecia estar mesmo realizando sua primeira experiência de ensino através da TV/Vídeo. Demonstrava estar bastante insegura frente ao processo. Por vezes parecia apavorada diante da reação dos alunos, mas somente após a aula, ao conversar com a mesma, pude descobrir que se tratava de uma professora com pouca experiência em sala de aula e que há pouco tinha iniciado no sistema telensino.

Confirmei o que pensara anteriormente, ou seja, que esta seria sua primeira aula no sistema de telensino. Algumas vezes foi necessário que a supervisora tomasse frente do processo, tal era a insegurança da orientadora.

Isto se contrapõe à fala do professor Daniel Rios Mariz (2001, p. 2), que trabalha com o método do Telecurso 2000, quando diz que “[...] a importância do professor na tele-sala é fundamental e indispensável, pois é ele que vai guiar os alunos para o entendimento dos conteúdos transmitidos pelo vídeo, além de auxiliá-los acerca de qualquer dúvida que venha a surgir”.

4.2.2.3 Sobre a visão dos/as alunos/as em torno da Teleaula

Durante as atividades, pude perceber várias conversas paralelas. Estas, de algum modo, pareciam refletir certo grau de desânimo ou desinteresse das turmas observadas.

Em algum momento, ouvi alguém reclamando do modo como eram dadas as aulas. Mesmo assim, era possível identificar que alguns/algumas alunos/as prestavam atenção no que dizia o orientador(a), faziam os exercícios propostos pela lição e anotavam alguns apontamentos.

Ao final da aula, quando o orientador (a) realizava a avaliação do processo, denominado no sistema de telensino de momento de síntese, foi comentado, por vários (as) alunos (as), que a aula teria sido uma decepção.

Muitos dos que se manifestaram sobre o comportamento de suas turmas durante o momento das emissões, quase todos admitiam que a maioria não se envolve com esse momento das aulas, sendo que alguns/algumas se incluíam nessa

perspectiva. A fala abaixo, proferida por uma aluna da Telesala 1, esclarece esse tipo de comportamento quando diz que:

Tem algumas pessoas que se envolve tá? Mas tem muitos que falam demais, outros ficam brincando, não prestam atenção na aula, e aí a gente se desconcentra. Mas tem uns que já se interessam, prestam atenção e assiste na boa. Quando não se presta atenção a professora manda parar de falar e aí não tem outra, não dá mesmo pra aprender.

Como se pode perceber, concentração é algo que parece difícil durante as emissões do telensino, pois envolve muita atenção e paciência. Isto, conforme as observações e alguns depoimentos, quase não acontecem. Além do mais, na visão dos/as alunos/as perpassa a idéia de que as emissões são rápidas (duram apenas 15 minutos), ruins (de imagem e de som) e quase nunca ou nunca é possível interrompê-las quando julgassem necessário perguntar e discutir com o(a) O.A. e os/as colegas. “Quando o (a) O.A. pergunta o que vocês entenderam da aula de hoje, a gente fica todos calados. A gente é difícil entender mesmo” (Aluno da Telesala 2).

Quanto à rotina diária do Telensino, há um clima de confusão, apatia em decorrência das interrupções, descontinuidades e diminuição freqüente dos tempos dedicados às teleaulas.

No sistema telensino, na telesala, é obrigado trabalhar com as equipes, como o senhor já viu, né? Depois que termina a aula é preciso resolver os exercícios e cada equipe resumir o que viu, só que nem sempre dá tempo entre uma aula e outra. Não dá pra fazer nada... e só depois a gente faz a atividade. Se não der tempo de terminar a atividade na classe aí a gente é obrigada terminar em casa (Aluna Telesala 4).

Os (as) alunas reconhecem, também, a existência de momentos de plena bagunça em suas turmas e em contraponto a esta ordem se estabelece outra – a do(a) O.A. quando imprime sua autoridade. Dessa maneira, as atitudes da classe dependem do grau de permissividade e de autoridade do (a) O.A. Muitas vezes, a autoridade é confundida pela expressão do autoritarismo.

4.2.3 As entrevistas realizadas com os/as orientadores (as) de aprendizagem

Neste tópico, apresentam-se os dados já analisados explicitando-se, assim, a dimensão do pretendido e do percebido. Neste sentido, resgata-se a

autenticidade e a autonomia dos discursos no desenvolvimento dos elementos necessários às análises, que, embora mais críticas, não perdem as características da espontaneidade contida na fala dos depoentes.

Dentre os vários assuntos solicitados nas entrevistas realizadas com os/as O.A, o primeiro bloco refere-se à situação trabalhista. Aqui, as evidências remetidas pelo campo podem reafirmar a realização de uma das ações previstas pelo Projeto Viva Educação. Isto é, a seleção e contratação de professores, supervisores e coordenadores.

Todos os/as O.A. entrevistados(as) em suas falas, afirmam que são oriundos(as) de um antigo contrato feito com o Estado, efetivado após um processo seletivo sem possuir, no entanto, qualquer vínculo empregatício que garantisse seus direitos trabalhistas. Os/as professores/as desse contrato foram organizados em torno de uma cooperativa chamada COODESCOP, criada especificamente para organizar os/as referidos/as professores administrativamente em torno do projeto Viva Educação.

Procurando nos resguardar a esse respeito, observam-se, a seguir, falas dos/as O.A, como se pode ver:

Bom, a situação da gente é prestação de serviço, sem vínculo empregatício nenhum com o Estado. O nosso vínculo é com a cooperativa, nem com a Fundação Roberto Marinho não é, é com a cooperativa (O.A. Telesala 1).

É no regime de cooperativa, no caso seria um contrato entre a cooperativa e a gerência do governo do estado (O.A. Telesala 3).

Nessa mesma direção, com o diálogo prosseguindo sob o ponto de vista administrativo, os/as O.A. comentaram que já estavam trabalhando há 15 meses, com uma carga horária de 20h semanais de trabalho na telesala, e distribuídos nos turnos vespertino e noturno. As reuniões realizadas com a supervisão pedagógica, quando existiam, extrapolavam a carga horária contida nos contratos e tinham como objetivo o redirecionamento de ações, avaliação do trabalho desenvolvido, os planejamentos e os estudos. Isto geralmente acontecia no sábado e não eram remunerados.

Alguns/algumas O.A, além de trabalharem no Projeto Viva Educação, com uma ou até duas turmas, são também nomeados pelo Estado, trabalhando nas mesmas escolas e às vezes em escolas diferentes, em outros bairros e em outros horários. Outros/as mantêm vínculo empregatício com escolas particulares.

Ó, o tempo da gente foi estipulado em 15 meses que é o tempo de duração do tele-ensino aqui no estado. Não passa disso tanto é que vai ter a renovação do projeto, mas ninguém sabe a situação das pessoas que já foram capacitadas que já foi feito todo um investimento né, na questão da qualificação ninguém sabe como vai ficar (O.A. Telesala 5)

São 20 horas semanais, mas na verdade ultrapassa isso porque a gente tem assim muito serviço que não fica só na sala de aula, como corrigir trabalho, planejar.... É ultrapassa isso porque a gente leva trabalho pra casa né, tem muito (?) assim, e o professor de certa forma que tá comprometido em tá passando a metodologia, ele se dedica mais do que isso (O.A. Telesala 4).

Como se pode observar, a situação trabalhista dos/as O.A. é precária e reflete o cenário adverso da realidade brasileira, especialmente a nordestina. Este é um contexto desfavorável, construído a partir de diversas variáveis, definidas pela falta de uma política que possibilite a formação e valorização permanente do(a) professor(as), que coloca em si mesmo a maior responsabilidade pelo insucesso.

Indagados/as sobre suas formações, no segundo bloco, ficou constatado diferentes tipos: 1) formação superior em História, terminando o curso de Serviço Social e em término de monografia de especialização; 2) formação em Artes por uma Universidade Pública; 3) formação superior em Engenharia Civil; 4) formação superior em Pedagogia; 5) Licenciatura em Geografia, com especialização incompleta.

A formação dos/as professores/as (O.A.) entrevistados/as é diversificada, e em função de suas formações, e de esclarecimentos, quando falam sobre suas formações observou-se um desânimo muito grande. Chegaram a comentar que poucos (O.A) defendem abertamente o programa, que a maioria diz que está trabalhando por conta do dinheiro, mas que não concorda com o sistema, que muitos vivem a situação esdrúxula de ministrar aula de física, sendo formado em letras, por exemplo.

Por essa razão, observou-se em uma das falas que

Muitos pediram demissões e estão desempregados, estudando para os concursos que podem vir. Entre vários fatores negativos, existe a insegurança, pois trabalham sem garantias legais e ganham por produção. Eles não respeitam a formação pedagógica dos professores.

O bloco três busca respostas para questão sobre o Projeto “Viva Educação”, relacionados com a capacitação dos 3.750 professores/supervisores e coordenadores que integraram as respectivas equipes.

A capacitação dos professores, de acordo com os documentos oficiais do Projeto, é uma ação que se realizou em módulos e acompanhou as diferentes fases do desenvolvimento do referido projeto.

O módulo inicial teve como objetivos apresentar aos professores o telecurso 2000; vivenciar atividades que possibilitasse a compreensão de sua metodologia; apresentar os objetivos e a fundamentação das disciplinas a serem trabalhadas, além de planejar as atividades das telessalas que se iniciavam e avaliação do processo.

Nesse sentido, a partir das perguntas feitas aos O.A. sobre essas questões pôde-se observar que o processo de capacitação aconteceu no início do processo da seleção, como conta uma O.A. entrevistada:

Olha, a capacitação foi no início pra vê quem ficaria e tinha que ter os critérios lá, que segundo o que foi informado era a maneira de se comportar, a criatividade tinha que ser muito criativo, muito dinâmico saber se relacionar com o grupo, não criar polêmica, não ser polêmica, não ser questionador em relação ao programa isso foi tanto é que algumas pessoas disseram assim: - a eu questioneei muito o programa, então eu não fiquei. Aí além dessa inicial depois disso teve toda na verdade, depois da fase da lavagem cerebral teve todo um acompanhamento das disciplinas que são específicas de cada um então quando teve é... a mudança de um módulo para o outro – de Física pra Inglês... teve uma capacitação e sempre... a única que a gente não recebeu uma capacitação foram essa agora que foram incluído no currículo que é educação artística, artes, sociologia e filosofia... a gente teve... É... agora essas novas que foram incluídas na capacitação foi feita com as supervisoras por uma questão de tá encurtando os gastos, porque capacitação disse eles gastam bastante (O.A. Telesala 2)

Nas falas dos depoentes, também se pôde perceber que durante o processo de capacitação tudo é apresentado com qualidade, tudo é ótimo. No entanto, enfatizam que através da metodologia/dinâmicas realizadas o professor tem que apresentar ao aluno(a) uma visão do cotidiano, interagindo com a realidade, já que a fita e os módulos não se relacionam com a realidade local e o professor se torna o único mediador desse processo, uma vez que o pacote de ensino já vem pronto.

Indagamos aos O.A. se antes de sua inserção no projeto já conheciam alguma publicação relacionada com o uso da TV como instrumento pedagógico. E se já haviam utilizado esses instrumentos. Alguns/as comentaram já terem lido muito rapidamente, mas que vieram conhecer melhor no processo de capacitação, pois os meios que sempre utilizaram foram cartazes, textos, retroprojetor, entre outros.

Isto reafirma o processo de observação de aulas quando se pôde ver a dificuldade que os O.A. têm em lidar com os equipamentos e materiais do programa, por exemplo, as fitas.

Por falar em equipamentos e materiais do programa, ficaram registrado alguns comentários feitos por alguns/as O.A. sobre o local reservado para guarda e conservação e sobre a disponibilidade dos mesmos, como se pode ver na fala a seguir:

O material do telensino fica guardado aqui na sala ao lado , aqui ao lado da secretaria e de acordo com que a professora precisa ela relaciona o material. A chave fica com os professores e a gente pede pra equipe de coordenação ou o orientador mesmo vai pegar o material, mas tem uma chave exclusiva pra pegar o material. [...], não é uma sala especial, é uma parte da secretaria que ficou reservada pra esse material. Não existe uma sala adequada pra esse material. Na escola não existe, mas isso já foi repassado para a Fundação, porque eles querem reaproveitar esse material, então eles tem que ter um lugar adequado (O.A. Telesala 1)

Olha, na realidade isso vai de acordo com a realidade que se tá trabalhando por horário. A tarde que é o turno em que eu estou trabalhando tem fácil acesso na questão. Tipo assim. Fica uma fita pra mim, uma fita pra outra professora, mas à noite que já são mais turmas, então não tem essa disponibilidade assim total porque quando uma turma ta passando a aula a outra ta sem fita esperando que a outra termine (O.A. Telesala 1)

Os depoimentos acima evidenciam a precariedade do sistema telensino implementado no Estado do Maranhão que entre várias causas, se pode apontar a falta de infra-estrutura adequada, de acervos para pesquisa, de material didático específico para esse tipo de ensino e ainda um programa de formação e valorização permanente do docente. Outras causas estão relacionadas com problemas estruturais da educação brasileira e com a ausência de políticas estaduais que garantam as ações necessárias para a universalização e oferta do ensino médio regular de qualidade.

Sobre os problemas práticos para usar os equipamentos e os materiais pedagógicos, ainda foi dito que:

É mas tem uma turma que os cartazes não grudam na parede para apresentar a produção dos alunos e tal... não cola nada, então o trabalho do aluno é botar na parede e no outro dia, ou na mesma hora caiu porque quando esquenta, porque nosso clima é quente demais, então a fita não gruda nada porque esquenta e começa a derreter (O.A. Telesala 3).

Eu esperava que fosse uma sala mais estruturada do que só um vídeo e uma televisão, mas que tivesse como houve a proposta de dizer que vinha som, e o som custou a vim mais veio, mas um único pra todo mundo fazer rodízio... que tivesse uma estrutura melhor, pra reforçar essas cadeiras que a gente tem, que o chão fosse melhor, que tivesse mais estruturado, que a ventilação fosse melhor, então... esse tipo de coisa (O.A. Telesala 5).

A formação dos professores, uma das condições indispensáveis para a construção de uma escola de qualidade, necessita de especial atenção. No entanto, fica constatado nos depoimentos acima que os/as professores/as anseiam por uma escola com uma infra-estrutura adequada para o funcionamento do processo ensino-aprendizagem: materiais adequados, auditório, sala de vídeo, livros didáticos, laboratórios de pesquisas, bibliotecas e tecnologias atuais, tais como computador/internet. Uma escola que seja, também, ampla, limpa e organizada.

Outra temática que se buscou compreender está relacionada com o processo de aula, configurado nas dinâmicas/metodologias. A descrição apresentada pelos(as) orientadores(as) revela que o trabalho desenvolvido nas telessalas se dá mediante o uso de multimeios, com procedimentos dinâmicos, a partir de alguns momentos: 1) Problematização/motivação; 2) Exibição da tele aula; 3) Leitura da imagem; 4 Livro-texto e atividades complementares; 5) Socialização das aprendizagens e 6) Avaliação.

Além das dinâmicas acima descritas, os/as alunos/as organizam-se, nas teles salas, em equipes denominadas: a) Equipe de socialização; b) Equipe de coordenação; c) Equipe de síntese e d) Equipe de avaliação.

A metodologia apresentada está presente nos discursos dos(as) orientadores(as) com descrições diferenciadas, como se pode constatar:

A princípio na aula... do telecurso. A gente faz a problematização né, que é tipo assim. A introdução do assunto da aula que vai ser tratado na teleaula, depois a gente faz a socialização né, e depois vem a apresentação das equipes de síntese, de avaliação e em seguida vem a exibição da teleaula né. E depois a leitura de imagem e as atividades de leitura do livro-texto... né e ... as atividades complementares no final, quando dá tempo (O.A. Telesala 2).

Então, a gente tem uma problematização que eu acho bárbaro que eu trouxe até pra minha realidade no ensino convencional que é aquele levantar, despertar a atenção do aluno pro tema que vai ser trabalhado, eu acho muito bem... muito válido. Depois que a gente faz isso vem a questão da exibição da teleaula, que é fundamental ao processo. Então após essa leitura de imagem onde os alunos vão extrair o essencial da teleaula onde agente vai resgatar as questões também de... o que, que a gente viu aqui na nossa vida pessoal de cidadania do dia-a-dia, e a partir daí depois dessas leituras de imagem a gente vem pras atividades do livro, e pras atividades que a gente chama de atividades complementares que seria exercícios e confecções de cartazes (O.A. Telesala 4).

Essa metodologia é uma metodologia que ela... ela fica... ela mexe muito com o aluno em termo de tirar o aluno da passividade, até mesmo... por exemplo são feitos... é nós fazemos mais dinâmicas, nós incluímos mais dinâmicas, que fazem parte da metodologia de cada aula exatamente pra descontrair o aluno, porque o aluno... a gente tem que analisar hoje assim... quando ele vai pra sala de aula com relação a matéria principalmente matemática e física... ele já vem tenso... assim porque é aquela matéria mais difícil. Na metodologia são inclusos dinâmicas com o objetivo exatamente disso, que o aluno assim ele modifica total, então ele passa, ele perde aquela, aquela tensão sobre a matéria e na dinâmica... na própria dinâmica a gente questiona (O.A. Telesala 3).

A aula depende muito do dia, nem todo dia dá pra gente fazer todos aqueles passos possíveis da tele sala, o pessoal já tem certa tendência, nós já estamos mais pro final do módulo o pessoal já está mais acostumado geralmente a gente faz a problematização. O que é a problematização em si? É levar o aluno a pensar um pouquinho sobre aquele assunto da aula, às vezes você vai da uma aula sobre o ar aí a pessoa começa às vezes indagando o aluno: porque o ar faz parte da nossa vida? Se o ar tem peso? então a gente começa aquela conversa mesmo normal todo mundo sentado a introdução da aula, depois a gente parte pro livro-texto, depois que a gente lê a introdução do livro texto a gente trabalha mais um pouco dessa introdução e começa a passar a fita, que é uns quinze minutos. Depois que terminou a gente chama pra revisão, volta pro livro-texto também algumas partes que são geralmente mais difíceis, a gente tenta explicar pros alunos que têm dificuldade', explica depois a gente reúne em equipes, bota em equipes de novo e pra os que entenderam mais ou que entenderam menos e tentando tirar as dúvidas dos alunos e o orientador fica monitorando aquelas equipes (O.A. Telesala 4).

Assim, a... metodologia deles que foi apresentada é realmente inovadora né, e coloca à disposição da gente pra ta permitindo com que o aluno participe, não resta dúvida e isso pode ser levado para o ensino convencional de ta estimulando o aluno a realmente participar...[...] Considero uma metodologia interessante. Claro que eu tenho críticas quanto a maneira de ser quinze minutos, muito rápido, né pra vê uma gama de conteúdos muito grande (O.A. Telesala 4).

Nas falas, percebe-se certo consenso quanto aos momentos das dinâmicas, isto é, 1) Problematização/motivação; 2) Exibição da tele aula; 3) Leitura da imagem; 4 Livro-texto e atividades complementares; 5) Socialização das aprendizagens e 6) Avaliação.

No entanto, nem sempre há uma seqüência, como nos foi apresentada pela consultora do Projeto "Viva Educação". Isto fica claro na fala de um dos (as) orientadores(as), quando afirma que as dinâmicas dependem do tempo e do conteúdo a ser trabalhado.

Nesse ponto, percebe-se que tais dificuldades relacionadas com o aprofundamento dos conceitos básicos e a mudança de módulos são fatores de maior preocupação e angústia. Assim, enquanto para alguns/algumas orientadores/as, as dinâmicas têm o objetivo de descontração e relaxamento de

tensões, para outros/as servem como momento de questionamentos e reflexão sobre a temática que vai ser tratada na aula. Apesar dos prós e contras acreditam que a metodologia empregada na teleaula é interessante e poderia ser desenvolvida no ensino convencional.

Ao indagarmos sobre as dificuldades em ensinar a partir da TV; se preferem esse tipo de ensino, utilizando a TV e o vídeo como instrumento pedagógico; se exploram os recursos da TV e vídeo e quais os desafios encontrados, obtivemos respostas diferenciadas.

Alguns/algumas orientadores/as comentam que não sentem dificuldade na utilização da TV e Vídeo para ensinar, a não ser quando há problemas com as fitas ou com a TV e Vídeo. Dizem que a exploração desses recursos depende dos conteúdos que estão sendo trabalhados e os maiores desafios estão relacionados com a participação e o entendimento dos alunos relacionados à leitura de imagem, o tempo necessário para o processo de ensino-aprendizagem, a transmissão de conhecimentos que não fazem parte das suas formações acadêmicas e a insatisfação dos/as alunos/as quanto ao ensino supletivo, por televisão.

Pra mim na verdade a maior angústia e desafio porque é... no caso eu tou dando aula de física e não tenho aprofundamento... pois sou professora de português... Acho que três professores facilitariam assim alguns módulos que a gente sente mais dificuldade, por exemplo, matemática, física e química que foi um horror pra mim, até porque é assim... três módulos que contêm assuntos das três séries e tem professor que não é da área. Como por exemplo, um professor de artes jamais iria dominar um conjunto desses conteúdos pra ta dando como se fosse professor da área (O.A. Telesala 1).

Pra ser bem franca os alunos não tão aproveitando o vídeo. Tem dificuldade com a leitura de imagem... eles ficam é com muita dúvida né. É o costume de ver televisão sem fazer crítica. Não têm facilidade de ver a imagem e interpretá-la (O.A. Telesala 2).

Acho que é falta de hábito, como o aluno vem no processo regular tradicional, então quando você pega um processo de televisão, você não tem aquele hábito de prestar atenção, de estar olhando as imagens, então tudo aquilo ali foge do que é normal e causa às vezes até certo desinteresse se você não usa as metodologias adequadas (O.A. Telesala 4).

Afora isso, as entrevistas com os(as) O.A. evidenciam que, como tudo no telensino, as soluções estão, sempre, no uso adequado de dinâmicas de grupo, a forma de garantir a motivação, a criação de hábito que os(as)alunos(as) não têm com a TV/Vídeo no ensino regular tradicional são requisitos para ótimos desempenhos esperados.

Assim, recrutados de todas as áreas de conhecimento, lançados às salas depois de cursos de formação pouco consistentes, ou mesmo sem eles, os(as) O.A. se viam obrigados a “dinamizar” as aulas de todas as disciplinas, numa proposta pedagógica que não compreendiam e/ou com a qual não concordavam.

Num terreno movediço, impregnado de tensões e sem qualquer tipo de apoio institucional, os professores tinham que administrar suas iniciativas dentro dos limites oferecidos pela escola, o que os obrigava a um elenco de precárias improvisações.

Compondo o pano de fundo oficial, o Projeto Viva Educação não somente não lhes criava reais possibilidades de habilitação e consolidação de competências, mas também, omitindo-se em momentos importantes, transferia-lhes responsabilidades que eram impossíveis de serem administradas.

4.2.4 Dos questionários aplicados aos alunos e alunas

De uma maneira bastante objetiva, os(as) alunos(as) responderam questões sobre as quais serão apresentados seus pontos de vista, isto é: O que representa para você o Sistema Telensino (Projeto Viva Educação) e o que você diz das teleaulas? Além disso, ainda, procurou-se indagar sobre a faixa etária, bairros onde moram, profissão dos pais e se estudavam em escolas públicas e ou particulares.

Este instrumento foi aplicado a 105 alunos de ambos os sexos, masculino e feminino, distribuídos nas cinco escolas, em cinco telessalas objeto do estudo, constituindo uma faixa etária bastante diversificada, desde os 15 até acima de 30 anos.

A maioria dos (as) alunos(as) moram em bairros periféricos cuja origem é de ocupação/invasão e advém de estudos em escolas públicas situadas, também, nas periferias das cidades escolhidas para o estudo ou de outras cidades interioranas do Maranhão, cujos pais (pai e mãe) têm baixo nível de instrução, sem acesso à escola ou com a escolaridade obrigatória incompleta.

Nessas condições, dificilmente adaptam-se ao mercado de trabalho e têm como fonte única de renda as ocupações de doméstica, pescador, feirante, lavrador(a), pensionista, comerciante, marisqueiro(a), carpinteiro, encanador, carroceiro, pedreiro, caseiro, vigilante, pintor, ambulantes, aposentado(a), faxineira,

revendedor(a), costureira, zeladora, autônomo(a), entre outras nesse mesmo perfil. Poucos(as) são os(as) alunos(as) cujos pais tiveram acesso a uma profissão como de professora, agente administrativo(a), operador de sistema, bancário, militar e auxiliar de serviços gerais.

Este é um perfil da realidade maranhense que não é muito diferente de algumas regiões como o norte e nordeste brasileiro. Não há quem não reconheça a péssima qualidade dos serviços públicos de atendimento, principalmente na área de educação.

Quanto à faixa etária dos alunos(as), os resultados indicam que a maioria dos(as) matriculados(as) está incluído(a) na faixa de 15 a 19 anos, corresponde ao total de 55 alunos(as), evidenciando um percentual de 62,5%.

Apesar do Programa Viva Educação ter propagado como seu objetivo resgatar os alunos que estavam em defasagem idade-série, com uma oferta de ensino em caráter de suplência, observou-se através desse dado que muitos(as) dos(as) alunos(as) matriculados deveriam estar cursando o ensino médio regular, pois estavam, ainda, com idade correspondente para permanecer por três anos na escola de ensino regular.

Os dados relativos às demais faixas etárias, que vão de 20 a 22, 23 a 26, 27 a 29 e acima de 30 anos mostram um percentual insignificativo de matrícula, considerando-se que eram esses, sim, os(as) alunos(as) a serem priorizados no programa cujo objetivo era resgatar alunos(as) com defasagem série-idade.

A ampliação de matrículas no ensino público não chega a constituir numa novidade original, uma vez que ao longo dos anos a escola pública, em particular, experimentou um substantivo aumento de matrículas, tendo, no entanto, de arcar com uma deterioração sensível da qualidade do serviço ofertado.

Ao longo da década de 70, observou-se, por exemplo, no estado do Ceará, conforme comenta o Bodião (2000, p. 1) que foi gestada uma modalidade de ensino à distância – o Telensino. “Em princípio poderia garantir aos alunos o acesso às escolas, mesmo em localidades onde não houvesse professores, uma forma de pavimentar o caminho do acesso às séries terminais do então, ensino de 1º grau”.

Dessa maneira, movimentos como esses, lançado solenemente no estado do Maranhão, durante o período de matrículas do ano letivo de 2001, têm permitido aos governantes exibirem generosos incrementos nas taxas de cobertura para o

ensino que, aparentemente, parecem estar sepultando os nefastos índices de exclusão praticados pelas políticas públicas.

Penso, no entanto, que, enquanto não melhorarmos significativamente as reais possibilidades de aprendizagem dos jovens que freqüentam a escola pública, estar-se-á, apenas, praticando uma modalidade de exclusão, mais sutil, e, ao mesmo tempo, mais perversa. Assim, pouco adianta que se garantam as matrículas, se ao mesmo tempo, não forem preservados os acessos plenos ao saber.

Nos seus escritos, nos questionários, os (as) alunos (as) comentaram sobre as emissões no telensino. Estes/estas afirmaram que a duração das emissões são pequenas e adjetivam como muito ruins, porque elas não ensinam. Consideram que não aprendiam os conteúdos, porque, no geral, eram rápidas demais, não permitiam interrupções e/ou retornos e eram exibidas uma única vez, além de se evidenciarem, para alguns/algumas, como uma mistura confusa, portanto incompreensível, de sons e imagens.

Apesar dos resultados das entrevistas realizadas com os(as) orientadores(as) de aprendizagem sintetizarem problemas de diversas ordens já comentados no item anterior, relativo às entrevistas, ainda quando solicitados a responder a questão sobre as teleaulas, nas emissões, alguns/algumas os(as) alunos(as) ressaltam os papéis dos O.A. credenciando como as únicas possibilidades de aprendizagem. Como se pode ver a seguir, na fala de um aluno da Telesala 5: “Eu assistia as emissões e me esforçava para entender, mas não conseguia. Agora essa televisão aí eu nem assisto mais não. É não dá certo não. Não sei eu não consigo entender, não. É muito rápido”.

A escrita do aluno acima reitera o argumento de que as emissões do sistema Telensino não são capazes de seduzir à percepção dos(a) alunos(a). Nesse ponto, a maioria das respostas converge para a afirmação de que não assistem ou não prestam atenção, porque não conseguem entendê-las. Isso pôde-se verificar durante a fase de observações das teleaulas quando os(as) alunos(as) durante as emissões, alguns folheavam as páginas dos manuais de apoio para retirar palavras e responder, após as emissões, o que o (a) O.A perguntava.

As respostas dos(as) alunos(as) às questões acima colocadas não diferem muito da percepção dos(as) O.A. quanto ao modo de aprofundar os conteúdos ensinados, quanto à administração do tempo possível para completar as dinâmicas realizadas em cada teleaula no tempo que lhes é reservado e

principalmente comentam e reconhecem a existência de indisciplina ao se referirem ao comportamento na sala de aula.

Ainda que, no olhar dos(as) alunos(as), tais problemas pareçam simplórios, quando afirmam que “o Telensino é assim mesmo, não tem como mudar”, uma das O.A. em seu depoimento admite que as escolas devam ter projetos pedagógicos próprios, discutir e propor uma programação para Sistema, pois a que tem sido apresentada é totalmente fora do controle dos professores.

Em síntese, as respostas obtidas pelas perguntas contidas no questionário e aplicadas aos alunos e alunas mostram as fragilidades dessa modalidade de ensino. Isto foi reconhecido em todos os instrumentos metodológicos utilizados por esse estudo.

Assim, as práticas do telensino devidamente reconhecidas nos depoimentos dos(as) O.A. e nas observações realizadas pelo pesquisador durante o estudo nas salas de aulas, encontram ressonância na quase totalidade das respostas dos alunos e alunas a este instrumento de pesquisa, confirmando que a universalização do sistema Telensino na rede pública estadual do Maranhão não se caracterizou como uma política de democratização do acesso ao saber, mesmo tendo ao seu lado a reconhecida expansão de matrículas sonhada por todos(as).

As respostas emitidas pelos alunos e pelas alunas se configuram numa reflexão interessante. Elas, de modo geral, ao mesmo tempo em que tentam propor modificações para, nos seus modos de ver, garantir a aplicação e a exigüidade do Programa Viva Educação, faz referências à impermeabilidade frente a possíveis modificações. Isto pode ser percebido, de um outro modo, na seguinte afirmação de um aluno quando responde a essas questões sobre o Programa Viva Educação e o sistema telensino:

É uma proposta até legal, mas ela não funciona bem, não... pra funcionar não pode ser o que é. É preciso ser diferente, mais aberta... mas nunca vai dar certo porque as emissões, o que a gente assiste é mandada pra gente já pronta naquele espaço de tempo, como é que vamos acompanhar? Ela ta certinha lá, aqui é complicada (Aluna da Telesala 1).

Pelos dados apresentados e os esforços interpretativos desenvolvidos, cabe dizer que as dinâmicas do Sistema Telensino contribuiu muito mais para a deterioração da imagem da escola pública no que concerne à sua qualidade, através da fragilização da identidade profissional dos professores e das professoras (O.A) e

ao reforço do estigma negativo aos alunos e alunas que freqüentavam essa modalidade de ensino obrigados a ouvirem frequentemente no seu cotidiano o refrão: “Dizem que todos vão passar; não precisa estudar”.

5 CONCLUSÕES

*“E se as letras do abecedário se repetissem pelos estados de Portugal, que letra tocaria ao nosso Maranhão? Não há dúvida que o M – Maranhão, M – murmurar, M – motejar[gracejar], M – maldizer, M – malsinar, M – mexericar, e, sobretudo, M – mentir: mentir com as palavras, mentir com as obras, mentir com os pensamentos, que de todos os modos aqui se mente[...]”.*³³

Pe. A. Vieira.

As posições teórico-metodológicas que aqui se assumiu neste trabalho, bem como as ações implementadas na realização deste estudo e as reflexões por elas suscitadas advêm de uma mesma convicção: a de resgatar a crença iluminista em um processo educacional e cultural que possibilite aos seres humanos, mulheres e homens, se tornarem sujeitos autônomos, protagonistas da emancipação.

Com isso, não se quer negar o caráter dialético e ambíguo da educação e da sociedade capitalista na qual vivemos, que pode conduzir tanto à autonomia, voltada a um projeto de construção social da cidadania emancipada, quanto à barbárie.

Igualmente, sabe-se que a retomada do projeto de Modernidade pelo viés de um projeto crítico-superador implica a difícil tarefa de (re)construção, através de mecanismos capazes de reverter a situação de acomodação em que vive a sociedade.

Não serão apenas reformas educacionais que modificarão radicalmente as condições objetivas que conduziram ao atual processo de semiformação cultural, mas um projeto político-pedagógico que a partir, fundamentalmente, do movimento social por meio da luta entre as classes sociais, a fim de afirmarem seus interesses, tão diferentes e antagônicos, faça emergir pedagogias onde a teoria e o método possibilite a construção de discursos e explicações sobre a prática social e sobre a ação dos seres humanos na sociedade, onde se dá o processo de educação.

Porém, superar uma educação alienante pela sua dimensão crítica, reflexiva, dialógica, e, portanto, superadora é a razão pela qual ainda se podem implementar projetos pedagógicos, como reafirma Pires (2000, p.219), em sua tese de doutoramento:

³³ Palavras pronunciadas no ano de 1654, no começo da colonização portuguesa das terras do norte, no Sermão da Quinta Dominga da Quaresma.

Abrir mão deste compromisso significa compactuar, pela omissão e silêncio com o processo de instrumentalização da razão e de reificação do humano, que se torna ainda mais agudo em tempos neoliberais e globalizados. Assim, [...] recuperar a utopia educacional iluminista – e trabalhar no sentido de viabilizá-la – pode representar a decisiva diferença entre a formação imediatista, limitada à instrumentalização de competências técnico-funcionais para acesso submisso ao mercado, e uma outra, que se projeta para além da estrita instrucionalidade escolar (igualmente necessária), transcendendo sua reflexão na direção da cidadania emancipada, com possibilidade de reconstrução social, a partir dos ideais de igualdade e justiça para todos.

É, pois, nesta perspectiva de educação, para a emancipação, que este estudo foi desenvolvido, embora com limitações de natureza diversas, que se apresentam ao longo da sua leitura, em seus capítulos. Mesmo assim, espera-se que, de algum modo, o referido estudo possa contribuir para a reflexão sobre um processo educacional e de formação cultural possibilitador de sujeitos autônomos, sujeitos da história.

Assim, foram adotados alguns recursos operacionais para efeito de organização da racionalidade interna do texto que compõe o tópico para que sejam expressos sumariamente os entendimentos que foram possíveis de serem apreendidos no diálogo reconstrutivo entre a teoria revisitada e a realidade investigada.

Neste momento, que considero mais um diálogo - como se fossem as últimas palavras, considerações finais ou até mesmo conclusões -, convém retomar a intenção primeira deste estudo, isto é, a questão norteadora e os objetivos anteriormente delineados, na tentativa de apontar a síntese das principais considerações e sugestões, isto é: O Projeto Viva Educação se configurou como um instrumento político-pedagógico formador de sujeitos autônomos, protagonistas de emancipação?

As conclusões a que se pode chegar nos limites de um trabalho que tem como objeto de análise o Projeto Viva Educação, programa de teleeducação adotado como uma estratégia de política educacional, com vistas a corrigir, num período mínimo de um ano e meio, o fluxo de atendimento a jovens e adultos, em todo o estado do Maranhão estão subentendidas ao longo dos capítulos percorridos (especialmente o terceiro), aparecem tanto de maneira tácita, quanto na forma de afirmações provisórias.

Aqui se busca articulá-las, (re)afirmando a necessidade – a partir do material investigado – de compreender que a maioria dos cidadãos e das cidadãs

brasileiros e brasileiras, que se originam das classes populares, também reproduzem na realidade maranhense um processo de seleção que se inicia desde a infância até a maturidade e embora os dirigentes do país, no caso específico do Maranhão, ratifiquem a educação como prioridade nacional para que se realize um projeto de desenvolvimento avançado, isto se dá num contexto político ideologizado.

Apesar de existirem dados que atestam a negação desse discurso, na prática, a definição e a implementação das políticas educacionais reproduzem-se na execução da política do Governo do Estado através da conversão do sistema regular de ensino em sistema supletivo de ensino médio, via Telensino, o qual se tornou incompatível com a realidade concreta em diversos aspectos, especialmente naqueles relacionados com os recursos disponíveis e a infra-estrutura construída, dando-se, desse modo, a impossibilidade de expansão da oferta de novas vagas, de acordo com a demanda existente.

No livro organizado pelas professoras Fátima Félix Rosar e Maria Regina Martins Cabral (2004, p. 181), dados recentes são revelados e confirmam que

O crescimento da matrícula no ensino médio, no estado do Maranhão, se considerarmos apenas a matrícula na rede pública, especificamente, os números indicam um crescimento na rede estadual, no período de 1995 a 2000, da ordem de mais 100%. Mesmo com este significativo aumento na oferta de matrícula, neste período, no Maranhão, dos 217 municípios, apenas 58 possuíam oferta de ensino médio. Em 2000, o governo do estado elaborou um diagnóstico da sua realidade educacional, que contabilizou cerca de 400 mil pessoas fora da escola de ensino médio.

Assim, em virtude do grande número de jovens fora do ensino médio e para resolver o problema da demanda ampliada de matrículas no ensino médio, o Governo do Estado, em maio de 2001, aumentou em 51% a oferta anteriormente existente, com o Projeto “Viva Educação”.

Este Projeto, que deveria matricular apenas alunos e alunas que apresentavam defasagem idade-série, em muitos municípios substituiu o ensino médio regular, constituindo-se como a única alternativa de matrícula para os adolescentes e jovens de 15 a 17 anos, de quase todo o Estado, que foram privados de seus direitos de acesso legal, em escola com oferta de matrícula para cursos com sistema regular de funcionamento previsto, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Fato este que encontra ressonância no depoimento de uma das Orientadoras de Aprendizagem, quando é solicitada em entrevista a falar sobre suas angústias e desafios em torno do referido projeto, diz ela:

Aí vem a minha angústia e também meu maior desafio. É o fato de que o projeto é muito bom. A metodologia é boa, mas de alguns alunos terem sido praticamente forçado, porque tem alunos que não desejavam fazer o supletivo no projeto viva educação. [...] mais o mais angustiante mesmo, por exemplo, é que eu tenho alunos com menos de 18 anos, quer dizer eu to tirando uma chance dessa pessoa, dela ta estudando convencionalmente com muito mais tempo com muita mais tranqüilidade de desenvolver os conteúdos e ela ta perdendo isso.

Pode-se, através do significado que esse depoimento representa, concluir que, a imposição dessa política para o ensino médio, no estado do Maranhão atingiu a LDB, do ponto de vista legal, uma vez que os(as) alunos(as) da faixa etária correspondente ao ensino médio deveriam estar matriculados no curso regular, permanecendo no ensino médio na escola por três anos consecutivos. Por falta de escola, os concludentes do ensino fundamental tiveram dificuldade de prosseguir seus estudos, porque não havia onde se matricular.

Diante dessa problemática significativa, algumas evidências foram sintetizadas a partir do campo de investigação, sem perder de vista o sentido de totalidade e, por conseguinte, sem pretender reduzir a complexidade que se evidenciou tanto pelos dados empíricos quanto pela estrutura conceitual elaborada.

Apresenta-se a seguir a síntese das principais evidências que o estudo permite apontar no sentido de uma reflexão que deveria receber maior atenção das autoridades educacionais.

Acredita-se, portanto, que o tal Projeto não utilizou com êxito a metodologia proposta, quando da sua implantação e implementação, aplicada em larga escala no sistema público, em nível de ensino médio, em decorrência de inúmeras fragilidades pedagógicas que são inerentes à lógica da própria proposta, tais como:

- a) Insuficiência na infra-estrutura das Telessalas, relacionadas com o espaço físico, equipamentos tecnológicos e materiais didáticos (fitas com aulas do TC 2000 – ensino médio, livros do TC 2000 para os/as alunos/as, mapas, dicionários, material de apoio para desenvolvimento das atividades – lápis, papel, caneta, pincel, giz, entre outros);
- b) Problemas legais relacionados com a matrícula de jovens de 15 a 17 anos no sistema, não se configurando como alunos e alunas com defasagem idade-série;

- c) Evidência de uma política de substituição do ensino médio regular por ensino supletivo e de professores(as) especializados(as) por Orientadores de Aprendizagem polivalentes;
- d) Problemas nas relações comunicacionais nas salas de aula, relacionadas com as reelaborações das mensagens recebidas;
- e) Problemas decorrentes da centralização do controle dos tempos, dos conteúdos e respectivos enfoques;
- f) Prática dissonante dos(as) O.A. com o texto oficial que legalizou o funcionamento do Telensino, quando estes(as) confundem suas responsabilidades sobre a organização dos movimentos dos(as) alunos(as) nas suas salas e escolha de dinâmicas de grupo que devem conduzir e motivar os aprendizes, com aquelas que caracterizam as funções de professores(as) de sala de aula convencional, assumindo ações como a apresentação dos conteúdos disciplinares e/ou a definição de suas abordagens;
- g) Problemas decorrentes da lógica operacional da proposta, quando os(as) O.A. são obrigados(as) a trabalhar com todas as disciplinas para as quais não têm competência nem habilitação legal;
- h) Distanciamento muito grande entre o que de fato ocorre nas telessalas e as informações obtidas nos documentos oficiais e aquelas fornecidas pela coordenação do projeto;
- i) Problemas de indisciplina gerada por não compreensão das dinâmicas desenvolvidas nas telessalas.

Esta situação evidenciou alguns dos paradoxos da política educacional brasileira, especialmente a maranhense, ao contrário do que propunha o Projeto Viva Educação no seu objetivo maior – “Oportunizar jovens e adultos de concluírem com qualidade, os estudos no ensino médio, para serem sujeitos autônomos, protagonistas de emancipação”.

O que deveria afirmar-se por uma educação de nível médio, pública, laica, unitária, gratuita e universal. Uma educação omnilateral, tecnológica ou politécnica, formadora de sujeitos autônomos e protagonistas da emancipação que ressaltasse um dos mais importantes ideais da modernidade, isto é, emancipação política e a autonomia moral na construção de um mundo justo, assumem papel de conquista

alcançada por poucos e sonhada pela maioria da população que se mantém excluída de um sistema educativo de qualidade socialmente referenciada.

Nessa direção, Pedroso (2001, p.54) faz uma reflexão sobre os usos das novas tecnologias de informação e comunicação (TIC), comentando que

Essas novas tecnologias (TV, vídeos, computadores conectados à Internet), tendo sido apropriadas pela Indústria Cultural, continuam “produzindo” analfabetos e os chamados analfabetos funcionais bem como, mais recentemente, os “analfabetos ponto com. Tais recursos não vêm resultando em maior conhecimento e participação dos indivíduos nas decisões políticas e nos bens sócio-culturais que ficam restritos a uma pequena minoria, a qual se poderia chamar pelo substantivo “cidadão”. A tentativa de superação dos modismos pedagógicos, buscando uma educação crítica e criativa em direção a objetivos emancipadores, é tarefa ainda a ser realizada.

Não se trata aqui de negar a importância dos meios de comunicação na escola, mas a forma autocrática de concepção e apresentação do Projeto “Viva Educação” como o grande e único possibilitador de autonomia e emancipação.

Sobre esta reflexão, o filósofo francês Pierre Lévy, no seu livro “As tecnologias da Inteligência”, conta que, nos anos 80, a França gastou uma quantia considerável de recursos para equipar as escolas e formar os/as professores/as, na área de informática obtendo resultados frustrantes.

A causa principal do fracasso, no caso, foi a escolha de material de qualidade questionável, inadequado aos usos pedagógicos. Lévy (2004, p. 48) ressalta que “os processos sóciotécnicos raramente são objetos de deliberações coletivas explícitas, e menos ainda de decisões tomadas pelo conjunto dos cidadãos”.

Este exemplo pode ser aplicado com todas as letras ao fenômeno aqui investigado, isto é, o Projeto “Viva Educação” - um projeto que envolveu milhões em recursos públicos, implantado de forma tecnocrática, no sentido onde técnicos decidem em nome da sociedade, sem respeitar a ordem legal e sem ouvir os indivíduos pertencentes a ela.

Não temos a pretensão de, nos limites de um trabalho acadêmico, dar por concluído essa problemática que é uma experiência, ainda, vivenciada em alguns estados brasileiros, como Ceará, Pernambuco, Acre, Bahia, Amazonas e Santa Catarina, conforme nos informou a consultora do Programa Viva Educação.

Aqui nos basta situá-lo enquanto ponto de apoio para futuras análises e proposições concernentes à crítica ao Sistema Telensino que, até onde pudemos

chegar, deverá ser obra daqueles que realmente têm interesse que ocorram efetivas mudanças no campo da educação.

Nesse sentido, várias ações foram desenvolvidas, intencionalmente, contra o Telensino no Maranhão, isto é, o Projeto Viva Educação, na busca de defender os interesses sociais, tais como: inquérito do Ministério Público, ações na justiça por sindicatos, movimentos de protestos de professores, professoras, alunos e alunas, entre outros, como a reafirmar, de certo modo, que autonomia e emancipação significam o mesmo que conscientização de sujeitos protagonistas de sua história.

A educação seria impotente e ideológica se ignorasse esse processo, como também as tecnologias de informação e comunicação se as condições e possibilidades da consciência passassem a descolar-se contínua ou reiteradamente da experiência, realidade ou existência.

Assim, os elementos constituintes do Projeto “Viva Educação”, desenvolvido sob a forma de Telensino, apresentam significativas semelhanças com o que diz Ianni (1999, p. 17)

O que singulariza a grande corporação da mídia é que ela realiza limpidamente a metamorfose da mercadoria em ideologia, do mercado em democracia, do consumismo em cidadania, realiza limpidamente as principais implicações da Indústria Cultural, combinando a produção e reprodução do capital; e operando decisivamente na formação de “mentes” e “corações”, em escala global.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T.W. A indústria cultural. In: COHN, Gabriel (Org.). **Comunicação e indústria cultural**. São Paulo: ED. Nacional, 1978.

ALMEIDA, Terezinha Wiggers de. **Avaliação da experiência de televisão educativa**. Rio de Janeiro: MOBREAL; CETEP; SEPES, 1978.

ANGEL, Miguel Santos. **Hacer visible lo cotidiano**. Madrid: Akal, 1990.

ARENA, E. et al. **A análise econômica da TVE do Maranhão**. Rio de Janeiro: ABT, 1977. (Série de Estudos e Pesquisas da ABT).

ARROYO, Miguel. Educação e exclusão da cidadania. In: BUFFA, E.; ARROYO, M.; NOSELA, P. **Educação e Cidadania: quem educa o cidadão?** 5. ed. São Paulo: Cortez, 1995. (Coleção Questões da Nossa Época, 19).

ASSMAN, Hugo. **Reencantar a educação: rumo à sociedade aprendente**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

BAZARIAN, Jacob. **O problema da verdade: teoria do conhecimento**. 3. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1988.

BELLONI, Maria Luiza. Mídia-educação ou comunicação educacional? Campo novo de teoria e de prática. In: _____ (Org.). **A formação na sociedade do espetáculo**. São Paulo: Loyola, 2002.

_____. **Educação à distância mais aprendizagem aberta**. Trabalho apresentado, sob encomenda no GR 16 – Educação e Comunicação, 21ª Reunião Anual da ANPEd. Caxambu, 1998.

_____. **Educação à Distância**. Campinas: Autores Associados, 2001a.

_____. **O que é mídia-educação**. Campinas, SP: Autores Associados, 2001b. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo).

_____. **Políticas de Educação: a teoria e a prática**. Paris: Universidade PARIS V, Faculté René Descartes, U.E.R. Sciences de l'Éducation, 1984. (Versão reduzida e adaptada da tese de doutorado de 3º ciclo).

BIANCHETTI, Lucídio. **Da chave de fenda ao laptop: tecnologia digital e novas qualificações – desafios à educação**. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

BODIÃO, Idevaldo da Silva. Doutor em didática garante que tele-ensino é um crime contra os maranhenses. **Jornal Pequeno**, São Luís, p. 5, 18 fev. 2001.

_____. O Telensino: que didática é essa?. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO - ANPEd, 23. 2000, Caxambu. **Anais da 23ª Reunião Anual da ANPEd**, Caxambu, 2000.

BOGDAN, R.; BICKLEN, N. **Investigação qualitativa em educação**. Tradução de M. J. Alvarez. Portugal: Ed. Porto, 1994.

BOLLMAN, Maria Graça N. Educação: formação aligeirada. **Jornal Adunicamp**, out. 2000.

BRAGA, Kátia Regina Rodrigues. **A “universalização” do Telensino nas escolas públicas estaduais de 1º grau e a democratização do saber: o caso de Camocim**. Fortaleza, 1997. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará.

BUFFA, Ester. Educação e Cidadania Burguesas. In: BUFFA, E.; ARROYO, M.; NOSELA, P. **Educação e Cidadania: quem educa o cidadão?** 5 ed. São Paulo Cortez, 1995. (Coleção Questões da Nossa Época, 19).

CAMPION, M.; RENNER, W. The Supposed Demise of Fordism: implications for distance education and higher education. **Distance Education**, v. 13, n. 1, 1992.

CAVALCANTE, Maria Marina Dias. **A prática do orientador de aprendizagem na TVE CE - Um estudo comparativo nas décadas de 80/90: o caso de boa viagem**. Fortaleza, 1998. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação da Universidade Federal de Fortaleza, Fortaleza, 1998.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CUNHA, A. G. **Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

DE TOMMASI, L.; WARDE, M. J.; HADDAD, S. (Org.). **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. São Paulo: Cortez; Ação Educativa; PUC-SP, 1996.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Trad. de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DEBRUN, M. **A conciliação e outras estratégias**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

DEMO, Pedro. **Questões para a Teleducação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

DIEUZEIDE, Henri. **Les nouvelles technologies**. Paris: Nathan/UNESCO, 1994.

EVANS, T.; NATION D. Theorizing Open and Distance Education. **Open Learning**, v. 7, n. 2, 1992.

FARIAS, Isabel Maria Sabino de. **A atividade docente do Telensino**: um estudo acerca dos saberes mobilizados na prática pedagógica do orientador de aprendizagem. Fortaleza, 1997. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1997.

FARIAS, Mônica Façanha. **A teleducação do Ceará**: a perspectiva dos professores e dos alunos. Fortaleza, 1997. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1997.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

FERREIRA, A. B. de H. et al. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FERRÉS, Joan. **Vídeo e Educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

FEDERAÇÃO DOS TRABALHOS DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO MARANHÃO - FETEMA. **Carta de Imperatriz**. São Luís, fev. 2001. Mimeo.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. (Coleção Leitura).

FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO – FRM. **Cadernos de Capacitação**: conhecendo o Telecurso 2000. Rio de Janeiro: FRM, 2001. (Edição especial para o Projeto Viva Educação).

FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO – FRM. Educação Supletiva por Multimeios. In: _____. Teleducação no Brasil. **Revista da ABT**, n. 38, 1981.

FURSARI, Maria Felisminda de Rezende e. Televisão e vídeo na formação de professores e crianças. **INTERCOM, Revista Brasileira de Comunicação**, v. 17, n. 1, p. 42-57, jan./jun. 1994.

GANDIN, Luis Armando. Reformas educacionais e curriculares no contexto brasileiro. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO. Os novos caminhos para ensinar e aprender. **Anais...** Bahia: Ed. Universitária, 2003.

GASTALDO, Édison Luis. Notas sobre um país em transe: mídia e copa do mundo no Brasil. **Motrivivência**, ano 12, n. 17, p. 47-68, set. 2001.

GENTILI, Pablo. O discurso da 'qualidade' como nova retórica conservadora no campo educacional. In: GENTILI, P.; SILVA, T.T. da (Orgs.). **Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

GIL, Antonio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1995.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

IANNI, Otávio. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

_____. **O Estado e planejamento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

_____. O príncipe eletrônico. **Perspectivas, Revista de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 22, 1999.

JACQUINOT, G. **Lês genres télévisuels dans l'enseignement**. Paris: Hachette, 1996.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

KRAMER, E. A. W. et al. **Educação à distância: da teoria à prática**. Porto Alegre: Alternativa, 1999.

LÉVY, Pierre. **Tecnologias da Inteligência: o futuro do pensamento na era da informática**. 13. ed. São Paulo: Ed. 34, 2004.

LIBÂNEO, José Carlos. Adeus professor, adeus professora? Novas exigências educacionais e profissão docente. In: **As novas tecnologias da comunicação e informação, a escola e os professores**. São Paulo: Cortez, 1999.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MARANHÃO. Assembléia Legislativa do Estado. **Educação: a vergonha de um estado**. Pronunciamento da Deputada Helena Barros Heluy. São Luís, 12 de março, 2001.

_____. **Contrato nº 033/2000 de Prestação de Serviços - Projeto Viva Educação**. 22 nov. 2000a.

_____. **Parecer técnico e justificativa de preço do projeto Viva Educação.** São Luís: GDH, 2000b.

_____. **Projeto Viva Educação.** São Luís, 2000c.

MARIZ, Daniel. O método de telecurso 2000. **O Estado do Maranhão**, São Luís, p. 2, Cidade, 24 jan. 2001.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade.** São Paulo: Ed. Paulus, 1997.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O Manifesto Comunista.** Trad. Maria Lucia Como. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MASTERMAN, L. **La enseñanza de los medios de comunicación.** Trad. Española. Madrid: Ediciones de la Torre, 1993.

MATTOS, Marcelo Badaró. Sindicatos e dilemas das democracias contemporâneas: razões sindicais às propostas recentes de reforma previdenciária na França e Brasil. In: _____. Educação, comunicação e trabalho. **Universidade e Sociedade**, ano 7, n. 12, fev. 1997.

McLUHAN, Marshall; FIORE, Quentin. **The mediu is the mensage:** na inventory of effects. San Francisco: Hardwired, 1967.

MESQUITA, Maria Elenise de S.; LÚCIO, Maria Eida. Ensino à distância: a experiência do Ceará. In: FUNDAÇÃO DE TELEDUCAÇÃO DO CEARÁ. **Curso para formação de orientadores de aprendizagem. 1ª Unidade. Motivação.** Fortaleza: IOCE, 1995. p. 36-40.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 13. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

NISKIER, Arnaldo. **Tecnologia educacional:** uma visão política. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

NORBIS, G. **Didática Y estructura de los medios audiovisuais.** Buenos Aires: Kapelusz, 1971.

OLIVEIRA, Maria Eline Barbosa. **Educação a distância:** perspectiva educacional emergente na UEMA. Florianópolis: Insular, 2002.

PAIVA, V. **Educação e qualificação para o trabalho**: uma revisão da bibliografia internacional. Rio de Janeiro: IEI, 1989.

PARRA, Nélio. **Metodologia dos recursos audiovisuais**. São Paulo, Saraiva, 1977.

PATRÍCIO, Zuleica Maria. **A dimensão felicidade – prazer no processo de viver saudável individual-coletivo**: uma questão de bioética numa abordagem holístico-ecológica. (Parte da Tese de Doutorado em Filosofia da Enfermagem) Florianópolis: UFSC, 1995.

PEDROSA, Leda Aparecida. Indústria cultural: algumas determinações políticas, culturais e sociais na educação. In: _____. **Indústria Cultural e educação**. CEDES, 2001.

PELLANDA, N. M. C. **Escola e produção de subjetividade**. Porto Alegre: UFRGS, Faculdade de Educação, 1993. [Tese de Doutorado].

PERRIAULT, J. **La communication du savoir à distance**. Paris: Harmattan, 1996.

PETERS, O. Distance Teaching and Industrial Production: A Comparative Interpretation in Outline, in Sewart, D. et al. (Eds), **Distance Education: International Perspectives**. Londres / Nova Iorque: Croomhelm / St.Martin's, 1983.

PIRES, G. de L. A. **Educação Física e o Discurso Midiático abordagem crítico-emancipatória em pesquisa-ação no ensino de graduação. Subsídios para a Saúde?** Campinas, SP, 2000.

POPKEWITZ, T. S. **Sociologia política de las reformas educativas – el poder/saber en la enseñanza, la formación del profesorado y la investigación**. Madrid: Ediciones Morata, 1994.

RAGGATT, P. Post-fordism and Distance Education: a Flexible Strategy for Change. **Open Learning**, v. 8, n. 1, 1993.

ROSAR, Maria de Fatima Felix; CABRAL, Maria Regina Martins (Org.). **Ensino Médio Profissional no Maranhão**: delineando o perfil e ressignificando os cursos com a participação dos jovens. São Luis: Central dos Livros, 2004.

RIOS, Paulo. O Tele-ensino no Maranhão: fraude contra a educação e a sociedade. Vamos reagir? **Jornal Pequeno**, São Luís, p. 10, 20 fev. 2001.

SANTAELLA, Lúcia. **Cultura das mídias**. 2. ed. São Paulo: [s.n.], 1996.

SCHAFF, Adam. **História e verdade**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SOARES, I. Comunicação/Educação: a emergência de um novo campo e o perfil de seus profissionais. **Contato**, Brasília, n. 2, 1999.

SOARES, Maria Clara Couto. Banco Mundial: políticas e reformas. In: DE TOMMASI, L.; WARDE, M.; HADDAD, S. **O Banco Mundial e as políticas Educacionais**. São Paulo: Cortez, 1996.

SUBTIL, M. J.; BELLONI, M. L. Dos audiovisuais à multimídia: análise histórica das diferentes dimensões de uso dos audiovisuais na escola. In: BELLONI, M. L. **A formação na sociedade do espetáculo**. São Paulo: Loyola, 2002.

TELES, M. L. S. **Educação**: a revolução necessária. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.

TORRES, Rosa Maria. Tendências de formação docente nos anos 90. In: WARDE, M. (Org.). **Novas políticas educacionais**: críticas e perspectivas. São Paulo: PUC-SP, 1998.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 1995.

UNESCO. **Éducation aux medias**. Paris: Unesco, 1984.

APÊNDICES

Apêndice A - Termo de consentimento livre e esclarecido a Gerência Adjunta para Educação

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
COORDENAÇÃO DO CURSO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO A GERÊNCIA ADJUNTA
PARA EDUCAÇÃO – GDH/MA**

Prezado (a) Sr (a)

Considerando as determinações da Comissão de ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFSC. Vimos através deste solicitar autorização e ao mesmo tempo convidá-la a participar da pesquisa intitulada: **“O uso da TV/Vídeo no ensino médio – Projeto Viva Educação – na ilha de São Luís e Alcântara”**. Tem como objetivo a análise do uso desses instrumentos para o público jovem do ensino médio, como projeto de tese de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal do Maranhão.

Para conhecer e compreender a realidade a ser estudada adota-se uma metodologia que prevê a coleta de dados nas escolas públicas de São Luís-MA e Alcântara, através de diversos instrumentos, tais como: observação do processo ensino-aprendizagem, entrevistas com orientadores de aprendizagem e questionário com alunas e alunos.

A permanência do pesquisador nas dependências dos estabelecimentos de ensino não afetará o desenvolvimento das atividades, e as informações coletadas serão utilizadas exclusivamente para o desenvolvimento desta pesquisa.

A sua colaboração tornou-se imprescindível para o alcance dos objetivos propostos, considerando principalmente a posição de destaque ocupada por essa gerência de estado.

Agradecemos antecipadamente a atenção dispensada e colocamo-nos à sua disposição para quaisquer esclarecimentos.

E-mail: malubelloni@wanadoo.fr ou agrippa.jr@hotmail.com

Prof^a. Dr^a Maria Luiza Belloni
Orientadora

Prof^o Ms. Agripino Alves Luz Junior
Doutorando

De acordo com o esclarecido, aceito colaborar com a realização da pesquisa estando devidamente informado (a) sobre a natureza dessa investigação, dos objetivos, da metodologia e dos benefícios previstos.

São Luís, ____ de _____ de 2002.

Apêndice B – Termo de consentimento livre e esclarecido aos participantes da investigação (orientadores de aprendizagem e alunos)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
COORDENAÇÃO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO AOS PARTICIPANTES DA INVESTIGAÇÃO (ORIENTADORES DE APRENDIZAGEM E ALUNOS)

Prezado(a) Orientador(a) ou Aluno(a)

Considerando as determinações da Comissão de ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFSC. Vimos através deste solicitar autorização e ao mesmo tempo convidá-la a participar da pesquisa intitulada: **“O uso da TV/Vídeo no ensino médio – Projeto Viva Educação – na ilha de São Luís e Alcântara”**. Tem como objetivo a análise do uso desses instrumentos para o público jovem do ensino médio, como projeto de tese de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal do Maranhão.

Para conhecer e compreender a realidade a ser estudada adota-se uma metodologia que prevê a coleta de dados nas escolas públicas de São Luís-MA e Alcântara, através de diversos instrumentos, tais como: observação do processo ensino-aprendizagem, entrevistas com orientadores de aprendizagem e questionário com alunas e alunos.

A sua colaboração como Orientador(a) ou Aluno(a) tornou-se imprescindível para o alcance dos objetivos propostos por esse trabalho.

Agradecemos antecipadamente a atenção dispensada e colocamo-nos à sua disposição para quaisquer esclarecimentos.

E-mail: malubelloni@wanadoo.fr ou agrippa.jr@hotmail.com

Prof^a. Dr^a Maria Luiza Belloni
Orientadora

Prof^o Ms. Agripino Alves Luz Junior
Doutorando

De acordo com o esclarecido, aceito colaborar com a realização da pesquisa estando devidamente informado (a) sobre a natureza dessa investigação, dos objetivos, da metodologia e dos benefícios previstos.

São Luís, ____ de ____ de 2002.

Apêndice C – Termo de consentimento livre e esclarecido a Fundação Roberto Marinho/MA

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
COORDENAÇÃO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO A FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO/MA

Prezado (a) Sr (a)

Considerando as determinações da Comissão de ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFSC. Vimos através deste solicitar autorização e ao mesmo tempo convidá-la a participar da pesquisa intitulada: **“O uso da TV/Vídeo no ensino médio – Projeto Viva Educação – na ilha de São Luís e Alcântara”**. Tem como objetivo a análise do uso desses instrumentos para o público jovem do ensino médio, como projeto de tese de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal do Maranhão.

Para conhecer e compreender a realidade a ser estudada adota-se uma metodologia que prevê a coleta de dados nas escolas públicas de São Luís-MA e Alcântara, através de diversos instrumentos, tais como: observação do processo ensino-aprendizagem, entrevistas com orientadores de aprendizagem e questionário com alunas e alunos.

A permanência do pesquisador nas dependências dos estabelecimentos de ensino não afetará o desenvolvimento das atividades, e as informações coletadas serão utilizadas exclusivamente para o desenvolvimento desta pesquisa.

A sua colaboração tornou-se imprescindível para o alcance dos objetivos propostos, considerando principalmente a posição de destaque ocupada por essa gerência de estado.

Agradecemos antecipadamente a atenção dispensada e colocamo-nos à sua disposição para quaisquer esclarecimentos.

E-mail: malubelloni@wanadoo.fr ou agrippa.jr@hotmail.com

Prof^a. Dr^a Maria Luiza Belloni
Orientadora

Prof^o Ms. Agripino Alves Luz Junior
Doutorando

De acordo com o esclarecido, aceito colaborar com a realização da pesquisa estando devidamente informado (a) sobre a natureza dessa investigação, dos objetivos, da metodologia e dos benefícios previstos.

São Luís, ____ de _____ de 2002.

Apêndice D – Roteiro de Observação/Diário de Campo

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
COORDENAÇÃO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO

ROTEIRO PARA OBSERVAÇÕES DAS TELEAULAS

TÍTULO DA PESQUISA:**DOUTORANDO:****ORIENTADORA:****Local:****Data:****Horário:**

OBJETIVO: Colher subsídios para compreender o processo de aulas, em suas dinâmicas, princípios filosóficos e a sua contribuição na promoção da cidadania e da inclusão social de jovens e adultos através do Programa Viva Educação.

- **As aulas**

- I. O funcionamento (dinâmicas das aulas);
- II. Diferenças/semelhanças com o ensino regular;
- III. O tempo (ensino regular versus telensino);
- IV. O espaço (as instalações);
- V. O cumprimento das agendas diárias
- VI. O planejamento;
- VII. O processo de avaliação;

- **Os princípios filosóficos**

- I. Participação;
- II. Criticidade;
- III. Reflexão;
- IV. Criatividade;
- V. Autonomia;

- **O(a) Orientador(a) de Aprendizagem**

- I. Condução do processo ensino-aprendizagem
- II. Relação com os(as) alunos(as)
- III. Funções exercidas
- IV. Desempenho

- **Os/as alunos/as**
 - I. Como se comportam (dispersão, desrespeito, violência e impotência);
 - II. Como aprendem;
 - III. Relação com o/a professor/a;
 - IV. Relação com os colegas de classe;
- **As emissões/os materiais**
- **A questão dos conteúdos**
- **Percepções e aprofundamentos**
- **Realização de exercícios, tarefas e correções**

FORMATO DO DIÁRIO DE CAMPO

NOTAS DE CAMPO	ANÁLISE

NOTAS DO PESQUISADOR	ANÁLISE

Apêndice E – Guia de entrevista aos Orientadores(as) de Aprendizagem

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
COORDENAÇÃO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DE
PRODUÇÃO**

GUIA DE ENTREVISTA AOS ORIENTADORES(AS) DE APRENDIZAGEM

TÍTULO DA PESQUISA:**DOUTORANDO:****ORIENTADORA:****Local:****Data:****Horário:**

- **Caracterização da situação trabalhista**
 - I. Situação profissional;
 - II. Regime de trabalho;
 - III. Tempo de serviço;
 - IV. Turno de trabalho;
 - V. Carga horária;

- **Aspectos da formação profissional**
 - I. Nível de formação;
 - II. Curso;
 - III. Instituição;
 - IV. Ano;

- **Sendo Professor (a) do sistema Telensino**
 - I. Acesso aos materiais do programa;
 - II. Uso dos equipamentos e materiais pedagógicos;
 - III. As aulas (diferenças e semelhanças em relação ao ensino regular);
 - IV. Planejamento/preparação das aulas;
 - V. Desafios, angústias e aspirações;

- **Sobre o “Programa Viva Educação”**
 - I. Os objetivos;
 - II. Avaliação;
 - III. Vantagem e desvantagens;
 - IV. Críticas e sugestões

Apêndice F - Guia de questionário aos alunos(as)

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
COORDENAÇÃO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO**

GUIA DE QUESTIONÁRIO AOS ALUNOS E ALUNAS

TÍTULO DA PESQUISA:**DOUTORANDO:****ORIENTADORA:****Local:****Data:****Horário:**

- **Identificação de dados do (a) aluno (a)**

- I. Idade;
- II. Sexo;
- III. Local onde reside;
- IV. Outras informações que considere importante.

- **Dados dos pais**

- I. Profissão;
- II. Outras informações que considere importante.

- **Sobre o Telensino**

- I. O que representa para você?
- II. O que você diz sobre as aulas?
- III. Outras informações que considere importante.

ANEXOS

Anexo A – Projeto Viva Educação: exposição de motivos

PROJETO VIVA EDUCAÇÃO

Fls. nº.	07
Proc. nº.	1416/00
Rubrica	Lu



Exposição de Motivos

A Educação básica tem representado, nos últimos anos, a prioridade maior no âmbito das políticas sociais implementadas pelo Governo do Estado, para a qual têm sido canalizados esforços e investimentos que, hoje, já aproximam o Maranhão da universalização do Ensino Fundamental e elevam o Estado a uma taxa de crescimento anual de matrícula, no Ensino Médio, acima do índice nacional.

Tomando como referência a evolução da matrícula do Ensino Médio no conjunto da rede pública, os índices de crescimento alcançados permitem demonstrar o esforço governamental para transformar esse nível de ensino num expressivo instrumento de inclusão social, por ser considerado base indispensável à inserção produtiva em um mercado de trabalho mais exigente quanto ao nível de escolaridade do trabalhador, favorecendo, também, a sua participação nos vários níveis da cidadania.

Do total de alunos matriculados na rede pública, na ordem de 86.880 em 1995, a oferta passa a contemplar um contingente de 174.478 alunos, no ano de 2000, representando, num período de cinco anos, um aumento de 100.8%. Vale destacar que aí se inclui a oferta da rede pública estadual (121.971 alunos) e aquela oferecida pelos municípios através de convênios firmados com o Governo do Estado, com o apoio financeiro a 98 Prefeituras Municipais, num total de, aproximadamente, R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), garantindo o acesso ao ensino médio a 52.507 alunos.

A parceria Estado/Município, como estratégia de implantação do Ensino Médio, nos pequenos centros urbanos, para fazer face a uma pressão sem precedentes, advindas de todas as regiões do Estado, traduz, de certa forma, o esforço conjunto para o enfrentamento das ambigüidades do sistema educacional na oferta desse nível de ensino.

em

21

Fol. nº. 03
Proc. nº. 1116/00
Rubrica: [assinatura]

EVOLUÇÃO DA MATRÍCULA NO ENSINO MÉDIO
1995 - 2000

ANO	TOTAL		MATRÍCULA POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA			
			ESTADUAL		MUNICIPAL	
	ABS	%		%		%
1995	86.880	-	66.862	-	20.018	-
1996	91.395	5,2	68.202	2,0	23.193	15,9
1997	108.735	19,0	76.611	12,3	32.124	38,5
1998	128.458	18,1	91.573	19,5	36.885	14,8
1999	151.191	17,7	106.843	16,7	44.348	20,2
2000	174.478	15,4	121.971	14,2	52.507	18,4

FONTE: Sinest/GAE/GDH

Entretanto, a reversão dos indicadores educacionais do ensino médio, constitui, ainda, o grande desafio a ser vencido, ao considerarmos os aspectos abaixo:

- taxa de escolarização líquida de 17%, significando que um expressivo contingente de jovens, na faixa de 15 a 17 anos, não teve oportunidade de acesso ao ensino médio;

- 69% dos alunos que se encontram freqüentando o ensino médio apresentam defasagem série/idade acima de dois anos;

- grande concentração de atendimento no turno noturno (62%), cuja clientela constitui-se tipicamente de alunos adultos;

- distribuição irregular da matrícula entre as diferentes regiões do Estado e, principalmente, entre as zonas urbana e rural, dada a falta de condições de oferta;

- 60% dos docentes com atuação no ensino médio, sem a habilitação exigida para o exercício da função docente, principalmente nas escolas municipais.

A expansão da matrícula vem sendo fortemente alimentada por fatores decorrentes da política educacional implementada pelo Governo do Estado, como sejam:

- prioridade ao Ensino Fundamental, onde é cada vez maior o número de crianças matriculadas, aproximando o Maranhão da universalização do acesso a esse nível de ensino;



Fis. nº.	104
Proc. nº.	14.16.142
Rubrica	1ª

- implementação de programas de aceleração de estudos de 4ª e de 5ª a 8ª série, fazendo com que um número maior de alunos conclua mais rapidamente a 8ª série;

- absorção de uma demanda reprimida formada de jovens adultos trabalhadores que não tiveram oportunidade de escolarização na idade apropriada;

- demanda canalizada ao setor público, decorrente da diminuição da oferta de vagas pelo setor privado no Ensino Médio.

A expansão verificada no período recente, possibilitando o atendimento a uma demanda reprimida, em certa medida, acentuou o perfil do ensino médio, no Maranhão, caracterizado por uma clientela de jovens adultos trabalhadores que freqüentam o turno noturno. Convive-se, hoje, com uma Escola de Ensino Médio, onde alunos com idades avançadas e interesses, motivações, expectativas e valores diferenciados compartilham os mesmos espaços de ensino-aprendizagem com jovens de 15 a 17 anos.

Em conseqüência, tem-se, no Estado, uma Escola de Ensino Médio sem identidade própria, que não atende às necessidades da sua clientela, quer seja dos que estão na faixa etária adequada ou com distorção série/idade.

Do ponto de vista do processo pedagógico, o reflexo dessa dualidade de atendimento recai sobre a produtividade do sistema, ora evidenciando o desestímulo do aluno, que, por não se identificar com a escola que lhe é oferecida, termina por abandoná-la, prematuramente, ou nela permanece sem motivação e identificação com os conteúdos e procedimentos metodológicos trabalhados.

Tal situação, quando acumulada durante sucessivos anos letivos, tem sido apontada pela pesquisas educacionais, no âmbito do ensino médio, como um dos principais fatores responsáveis pelo fracasso escolar.

Os indicadores de transição, expressos através das taxas de repetência e abandono, respectivamente, 7,1% e 16,0%, relativos ao ano de 1999, determinam, para o Maranhão, um desperdício, na produtividade do ensino médio, em termos de 23%. Quanto ao rendimento escolar auferido no mesmo período, os indicadores apontam uma taxa de aprovação na ordem de 76,0%, de onde se deduz que, nesse mesmo ano, 24% dos alunos foram reprovados. Pode-se concluir, com base nos indicadores explicitados que, do conjunto dos alunos matriculados, em um ano letivo, aproximadamente, 50% deles expressam o fracasso da escola, seja em termos de permanência ou de rendimento.

Quanto ao impacto de outras variáveis que interferem na qualidade da oferta educativa, destaca-se a formação dos professores que atuam no ensino médio, constatando-se, ainda, a presença marcante de docentes sem a habilitação específica e, muitas vezes,

GO DO ESTADO DO

Fls. nº.	05
Proc. nº.	4416 (6)
Rubrica	(6)

sem contar com a formação requerida em nível de 3º grau, principalmente na rede municipal, o que, certamente, contribui para o comprometimento qualitativo do ensino médio ofertado pelo sistema público.

O impacto dessa variável incide fortemente sobre as possibilidades de atendimento à pressão popular por maior acesso ao ensino médio, em consequência de uma demanda acumulada historicamente, estimada em 400.000 maranhenses em idade produtiva que não tiveram oportunidade de concluir a educação básica, o que pode ser ilustrado pelo fato de que, até 1998, 83 dos 217 municípios maranhenses sequer contavam com essa oferta de ensino.

Para viabilizar o atendimento numa escala que se amplia ano a ano, o Estado tem sido levado à utilização de categorias profissionais inadequadas ao trabalho docente pela inexistência de pessoal devidamente habilitado em nível superior, na grande maioria dos municípios, principalmente na Área de Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias.

Diante dos indicativos pontuados analiticamente - demanda reprimida, distorção série/idade, baixa produtividade e insuficiente e inadequada formação docente - adverte-se para o fato de que a expansão do ensino médio, se não for acompanhada de precauções, pode resultar em maiores desperdícios, levando este nível de ensino a contribuir, cada vez menos, na formação para a competitividade no mundo do trabalho e o exercício responsável da cidadania.

Pelas razões anteriormente alegadas, o Governo do Estado vem buscando identificar propostas de caráter inovador, que contemplem alternativas metodológicas diferenciadas, de modo a ofertar ensino médio de qualidade, adequado a uma clientela heterogênea, viabilizando a institucionalização da Escola Jovem e o atendimento diferenciado aos alunos adultos retardatários.

As experiências em desenvolvimento em outros estados da federação com similaridade sócio-econômica, cultural e geográfica com o Maranhão, a exemplo do Rio Grande do Norte e Ceará, que vêm utilizando, com êxito, a metodologia do TELECURSO 2000, aplicada em larga escala no sistema público, em nível de ensino médio, legitimam a adoção desta alternativa metodológica, em decorrência dos diferenciais qualitativos a seguir:

- material didático elaborado por mais de 100 especialistas de diversas universidades brasileiras;
- relação tempo/escolaridade do aluno;
- relação custo/aluno;
- metodologia específica;
- relação interativa professor/aluno;
- formação continuada de professores em metodologias de multimeios;



(12)

Fls. nº.	111
Proc. nº.	111/16/63
Assinatura de	LL

- professor como mediador, coordenador e dinamizador de aprendizagem com enfoque principal em "aprender a aprender";
- o aluno como sujeito ativo do processo ensino-aprendizagem.

A implantação de uma política de correção de fluxo para alunos com defasagem série/idade, capaz de produzir os impactos que, obstinadamente, o Governo do Estado do Maranhão vem procurando imprimir, no sistema público de ensino, exige a adoção de estratégias de intervenção de amplo alcance, de eficiência comprovada em contextos sociais variados, que garantam a sua aplicabilidade, considerando as características da clientela e as condições diferenciadas em que se desenvolve o ato educativo.

Nessa perspectiva, o Governo do Estado define, como uma das estratégias fundamentais para o enfrentamento da correção série/idade, a implantação de um programa de teleducação supletiva denominado PROJETO VIVA EDUCAÇÃO, com recepção organizada em telesalas para atendimento das demandas de jovens e adultos e formação continuada de professores. O atendimento a essa clientela permitirá ao Estado construir a identidade da ESCOLA JOVEM, para os alunos da faixa etária regular, segundo os princípios da Reforma de Ensino Médio proposta pelo MEC e adotada pelo Maranhão, conforme estabelecem os princípios e diretrizes do Plano Estadual de Ensino Médio/PEM. Permitirá, também, ofertar a jovens e adultos um atendimento supletivo que garanta a terminalidade do ensino médio com qualidade, em um menor espaço de tempo, facilitando, assim, o ingresso e a permanência no mundo do trabalho àqueles que não tiveram acesso à escolarização ou dela ficaram alijados prematuramente.

O PROJETO VIVA EDUCAÇÃO, com o TELECURSO 2000, na modalidade supletiva, pretende corrigir, num período mínimo de um ano e meio, o fluxo de atendimento a jovens e adultos, em todo o Estado do Maranhão, nos seus 217 municípios.

Assim procedendo, o Estado passa a assumir inteiramente o Ensino Médio, conforme determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9.394/96, absorvendo a oferta de, aproximadamente, 53.000 matrículas do ensino municipal, garantidas com recursos financeiros do Estado através de convênios.

É mister destacar que 80% da clientela, com idade/série distorcida e demanda reprimida, terá atendimento de uma só vez, na rede estadual, o que representa, em termos numéricos, 150.000 alunos, envolvendo 3.750 profissionais da educação nesta mobilização.

Os 3.750 professores a serem contratados, mediante processo seletivo, pela Fundação Roberto Marinho, para atuação exclusiva no Projeto, receberão formação continuada, em estilo modular, totalizando 160 horas, durante todo o período de execução do Projeto. Os alunos receberão material didático, na ordem de 22.500 cadernos de exercício,

Fis. nº.	07
Proc. nº.	9416/02
Rubrica	uf

2.850.000 livros, além do que serão utilizadas 75 .000 fitas de vídeo nas
3.750 telessalas implantadas.

O PROJETO VIVA EDUCAÇÃO, pela sua vital importância e
sintonia com processo de desenvolvimento auto-sustentável do Estado,
contará com a participação de diferentes atores, envolvendo as
Prefeituras Municipais, organizações não-governamentais,
representações de classe e a comunidade em geral que, num esforço
conjunto, mobilizarão espaços em escolas e ambientes alternativos para
atendimento de qualidade ao cidadão maranhense envolvido no Projeto.


uf




Anexo B – Parecer Técnico e Justificativa de Preço

27

Fls. nº. 09
 Proc. nº. 1416/00
 Rubrica 40



ESTADO DO MARANHÃO
GERÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO



Parecer Técnico e Justificativa de Preço

A Educação assume, hoje, uma visão estratégica para o desenvolvimento do estado, cabendo ao Ensino Médio, em virtude de constituir-se como a etapa final da educação básica, oferecer um ensino, de modo a fazer com que o jovem exercite papéis sociais diversificados, instrumentalizando-o para atender as exigências do mundo do trabalho.

Esse nível de ensino deve ser entendido, agora, como o direito de educação para todos, incorporando as diversidades culturais, de faixa etária, o que estabelece o princípio pedagógico da diversidade.

O Projeto Viva Educação, proposto pela Fundação Roberto Marinho, como uma estratégia metodológica de telensino, para corrigir a distorção série/idade, no ensino médio, constitui-se a alternativa capaz de oferecer meios para que todos alcancem uma formação condizente com a sua cidadania, uma vez que prioriza a formação e qualificação de jovens adultos que, por razões diversas, não concluíram seus estudos na época própria.

Ao adotar esta metodologia de ensino, o Governo do Maranhão passa a assumir inteiramente o Ensino Médio do Estado, com qualidade e um custo aluno abaixo do registrado na escola de ensino regular.

Com efeito, embora os custos unitários, mensais e anuais sejam maiores no telensino, a relação custo/benefício é mais favorável ao Estado, nessa última modalidade, em razão do menor prazo previsto para conclusão do Ensino Médio e, por conseguinte, da regularização do fluxo.

O custo/aluno/ano do telecurso está estimado em aproximadamente R\$ 709,44, contra R\$ 544,80 no sistema convencional. Visto somente sob essa ótica, o telecurso seria 30,22% mais caro. Entretanto, o diferencial é que, no sistema de telecurso,

M. Reis



28

Fls. nº.	10
Proc. nº.	74610
Rubrica	41

o aluno leva apenas 14 meses para concluir o Ensino Médio, enquanto que no convencional esse prazo é de 3 anos. Isto faz com que se visualize, agora, o custo total médio da permanência do aluno no Ensino Médio, que é de R\$ 827,68 no sistema de telecurso contra R\$ 1.634,40 no convencional. E, agora, a situação se inverte, ou seja, o sistema convencional revela-se 97,47% mais caro que o telecurso.

Por outro lado, é preciso enfatizar ainda que, se não for invertida rapidamente - com tendência a aproximar-se de zero, em curto espaço de tempo, a curva de crescimento da distorção série/idade, formada nos últimos anos, os custos do Estado com o Ensino Médio tenderão a crescer consideravelmente, para atender os alunos em distorção e os egressos do Ensino Fundamental, que também têm aumentado como decorrência da universalização do ensino ocasionada pelo FUNDEF.

Com efeito, será necessário ampliar mais salas de aula, construir mais escolas e contratar mais professores e outros profissionais para o sistema. E isso, naturalmente, gera acréscimos significativos e uma série de despesas, decorrentes das despesas correntes e de capital realizadas, tais como energia elétrica, vigilância de escolas, xerox, material didático, material de consumo, material de limpeza, serviços diversos relacionados ao custeio administrativo e pagamento de pessoal.

Há, ainda, de ser considerado como um grande benefício social, a existência real, em um prazo de 14 (quatoze) meses, de um número bem maior de pessoas, no Estado, com o ensino médio concluído. São pessoas que, hoje, em sua maioria, estão à margem do mercado de trabalho, mas que, brevemente, estarão aptas a adentrá-lo. Com efeito, na medida em que o Estado cresça, sobretudo no setor de serviços (como turismo, por exemplo), as exigências mínimas do mercado de trabalho serão (e já o são) ensino médio concluído e noções de pelo menos uma língua estrangeira.

Por fim, cabe ressaltar ainda, que no valor proposto pela Fundação estão incluídos equipamentos e materiais didático-pedagógicos, necessários, os quais teriam de ser custeados pelo Estado e/ou pelos alunos. E, nesse aspecto, é preciso ressaltar o elevado padrão das aulas do telecurso, sua uniformidade e regularidade, fatores que, seguramente, acompanhados adequadamente pelos professores e supervisores, farão com que haja uma melhor aprendizagem com a devida correção da distorção série/idade.

Considere-se que no valor apresentado para a execução do Projeto Viva Educação, é da ordem de R\$ 102.575.354,00 (cento e dois milhões, quinhentos e setenta e cinco mil e trezentos e cinquenta e quatro reais) estão contempladas despesas como:

- Pessoal e encargos (seleção e contratação de 3.750 professores para atuarem nas telessalas).



Fls. nº. 11
Proc. nº. 9416/00
Rubrica aparelho de 20

- Aquisição de equipamentos para 3.750 telessalas (televisores, vídeo, armários e micro systems).
- Formação continuada de professores, com carga-horária de 160 horas, incluindo despesas com deslocamento, hospedagem, alimentação, locação de estrutura.
- Levantamento e pesquisa de avaliação.

Rita Torquato
Rita Torquato Fernandes Bulhão
Assessora de Planejamento /GDH

M. S. Ribeiro
Maria de Lourdes Sá Ribeiro
Subgerente de Ensino /GDH

GERÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO
GERÊNCIA ADJUNTA PARA EDUC
SUPERVISÃO DE INFORMAÇÃO

EST

GERÊNCI

Chapadinha

Anexo C - Contrato nº 033/2000 de prestação de serviços entre o Governo do Estado do Maranhão celebrado com a Fundação Roberto Marinho



ESTADO DO MARANHÃO



CONTRATO N.º 033/2000 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS que, entre si, celebram o GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO e a FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO.

Aos 22 (vinte e dois) dias do mês novembro do ano de 2000 (dois mil), nesta cidade de São Luís do Maranhão o **ESTADO DO MARANHÃO**, pessoa jurídica de direito público interno, representado pela Governadora do Estado **ROSEANA SARNEY MURAD**, doravante designada simplesmente **CONTRATANTE**; e a **FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO**, instituição sem fins lucrativos, com sede e domicílio fiscal na cidade do Rio de Janeiro, na Av. Paulo de Frontin, n.º 503, Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o n.º 29.527.413/0001-00, neste ato representada por seu Diretor Geral **JOSÉ ROBERTO MARINHO**, brasileiro, separado judicialmente, jornalista, portador da Carteira de Identidade n.º 3.653.668-8 e do CPF n.º 374.224.487-68, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, na Rua Engenheiro Alfredo Duarte, 290, Jardim Botânico, daqui por diante referida como **CONTRATADA**, com base na Adjudicação n.º 409/2000 CPL, de 20/11 de 2000, que dispensou a licitação, tendo em vista o que consta do Processo Administrativo n.º 746/2000, e o despacho autorizativo exarado pelo Senhor Gerente às fls. do mencionado **PROCESSO** assinam o presente **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**, para implantação e execução do Projeto "VIVA EDUCAÇÃO" através do Programa de Teleducação Supletivo do Ensino Médio – TELECURSO 2000 que se regerá pelas normas da Lei n.º 8.666/93 e pelas cláusulas e condições seguintes:

CONSIDERANDO Telecurso 2000 como instrumento capaz de formar e capacitar estudantes, trabalhadores em diversas regiões do País e notória especialidade da **Fundação Roberto Marinho** na realização de serviços técnicos voltados para formação de estudantes e capacitação de pessoal;

CONSIDERANDO o interesse do **Governo do Estado Maranhão** em corrigir a distorção série/idade através do Programa de Teleducação Supletivo do Ensino Médio - **Telecurso 2000**, no Estado do Maranhão;

CONSIDERANDO que o art. 24, XIII, da Lei 8.666/93, dispensa órgãos públicos de realizar licitação para proceder na contratação de instituição incumbida do ensino ou do desenvolvimento institucional, desde que a detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos, categoria na qual se



ESTADO DO MARANHÃO



encaixa a Fundação Roberto Marinho, as partes resolvem firmar o presente instrumento.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto a execução do Projeto "VIVA EDUCAÇÃO" visando a implantação de 3.750 (três mil setecentos e cinquenta) telessalas, para a capacitação e escolaridade média de 150.000 (cento e cinquenta mil) alunos utilizando o "Telecurso 2000" como alternativa pedagógica de aceleração dos estudos do ensino médio, e ainda o licenciamento do "Telecurso 2000", como uma forma de atender alunos com defasagem idade/série;

PARÁGRAFO ÚNICO:

As atividades a serem realizadas pela CONTRATADA constam de Proposta de Implantação do Projeto, anexa ao presente termo, previamente conhecida e aprovada pelas partes e poderá ser adequada segundo as modificações de demanda, com a anuência dos contratantes.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

Os serviços contratados serão realizados sob o regime de empreitada por preço global.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

4.1 DA CONTRATADA / FUNDAÇÃO:

- a) Implantar, conforme indicação da CONTRATANTE, 3.750 (três mil setecentos e cinquenta) telessalas de ensino médio composta por um Kit tecnológico (um TV de 20", um videocassete);
- b) (Licenciar o Telecurso 2000, e demais produtos educativos que produzir e organizar;
- c) Realizar reuniões com a Gerência de Desenvolvimento Humano/Gerências Regionais para definição das diretrizes e moldes da implantação do projeto;
- d) Proporcionar a capacitação dos professores, supervisores e coordenadores em relação à metodologia de trabalho do TC 2000;



ESTADO DO MARANHÃO



- e) Gerenciar os recursos humanos na prestação de serviços incluindo a seleção, contratação e remuneração dos professores que atuarão no projeto;
- f) Conceber e reproduzir o material a ser utilizado na capacitação e no acompanhamento;
- g) Realizar 04 (quatro) momentos de capacitação de 40 (quarenta) horas cada, para os professores das telessalas.
- h) Realizar 04 (quatro) momentos de acompanhamento por amostragem das telessalas implantadas pelo projeto;
- i) Montar, com a participação da **CONTRATANTE**, um sistema de avaliação processual da aprendizagem dos alunos no Telecurso 2000 nas 3.750 (três mil setecentos e cinquenta) telessalas;
- j) Divulgar na mídia impressa e televisiva as atividades a serem realizadas em cumprimento ao presente instrumento;
- k) Realizar uma avaliação externa por amostragem das telessalas implantadas;
- l) Estimular o desenvolvimento de atividades pedagógicas complementares;
- m) Responsabilizar-se pela hospedagem e locação de veículos que atenderão aos profissionais na capacitações e acompanhamentos;
- n) Implantar e implementar a metodologia das telessalas.
- o) Responsabilizar-se em conjunto com a **CONTRATANTE** pelas condições estruturais necessárias à realização dos momentos de capacitação e acompanhamento e atividades complementares;
- p) Designará, em caráter permanente, uma equipe gestora para executar e acompanhar as ações do Projeto.



ESTADO DO MARANHÃO

**4.2 DA CONTRATANTE / GERÊNCIA:**

- a) Elaborar, com o apoio da **CONTRATADA**, um sistema de avaliação processual de aprendizagem dos alunos do Telecurso 2000;
- b) Constituir, com a participação da **CONTRATADA** uma equipe central interdisciplinar de acordo com o perfil definido pelo projeto para realização do atendimento pedagógico aos coordenadores e professores por meio informatizado;
- c) Instalar e manter 3.750 (três mil setecentos e cinquenta) telessalas de ensino médio composta por carteiras, material didático e Kit tecnológico (um TV de 20", um videocassete e respectivos suportes) fornecido este pela **CONTRATADA**;
- d) Desenvolver atividades nas telessalas seguindo a orientação metodológica do projeto;
- e) Acompanhar a **CONTRATADA** no desenvolvimento das atividades de avaliação dos resultados;
- f) Subsidiar a **CONTRATADA** com informações e meios necessários à produção de informativos, spots e vídeo;
- g) Nomear gestor para acompanhar as atividades a serem realizadas;
- h) Adquirir o material didático das 3.750 (três mil setecentos e cinquenta) telessalas, onde se incluem os livros de aulas e professores, bem como as fitas de vídeos necessárias para implementação do projeto;
- i) Disponibilizar programação do canal educativo desenvolvido pela contratada intitulado "Futura" para uso nas telessalas;
- j) Responsabilizar-se em conjunto com a **CONTRATADA** pelas condições estruturais necessárias à realização dos momentos de capacitação e acompanhamento e atividades complementares;

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR DO CONTRATO



ESTADO DO MARANHÃO



serem pagos conforme cronograma constante no anexo I, mediante apresentação de Relatório circunstanciado, a cada etapa executada.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com execução do presente contrato correrão, no presente exercício, à conta da dotação orçamentária:

Fonte 17101 – Gerência de Desenvolvimento Humano

Atividade 2324 – Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Médio.

Fonte: 0110 – Projeto Alvorada/MEC – R\$ 4.420.799,12 P/ MANCENTRO,

ND's:

34.90.39, item 39.063 – R\$ 2.468.019,12

45.90.52, item 52.008 – R\$ 1.952.780,00

Fonte: 0102 – Tesouro Estadual – R\$ 98.154.555,00 P/ MANCENTRO,

ND's:

34.90.39, item 39.063 – R\$ 97.459.835,00

45.90.52, item 52.008 – R\$ 694.720,00

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

O prazo de execução dos serviços será de 18 (dezoito) meses, contados da publicação no Diário Oficial do Estado que correrá às expensas do CONTRATANTE.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS DIREITOS AUTORAIS

Os direitos autorais patrimoniais incidentes sobre as obras audiovisuais disponibilizadas e licenciadas são de titularidade da CONTRATADA.

PARÁGRAFO ÚNICO

Qualquer forma de utilização não autorizada do material acarretará em violação de direitos autorais, nos termos da Lei n.º 9.610 de 19 de fevereiro de 1998 (Lei de Direitos Autorais).

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

CONTRATADA



ESTADO DO MARANHÃO



a **CONTRATANTE** o direito de rescindi-lo, sem prejuízo de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, nos termos da lei.

CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

O presente Contrato não importa em vínculo de natureza trabalhista entre a **CONTRATADA** e a **CONTRATANTE**, e entre este e Terceiros por ser da **CONTRATADA** a responsabilidade do pagamento de salários, encargos e rescisões de trabalho dos empregados contratados para os fins deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA

A **CONTRATADA** fica obrigada a devolver à **CONTRATANTE** a totalidade das parcelas repassadas, sem prejuízo da demais condições estabelecidas neste instrumento, na hipótese de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

A **CONTRATADA** responsabilizar-se-á pelo pagamento de impostos, taxas e contribuições fiscais, previdenciárias e trabalhistas, relativas a acidentes de trabalho e ainda contribuições parafiscais que incidam ou venham a incidir sobre as atividades inerentes ao projeto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

A **CONTRATADA** responderá por perdas e danos que vier a sofrer a **CONTRATANTE** ou terceiros, em ação ou omissão, dolosa ou culposa, da **CONTRATADA** ou de seus prepostos independente de outras cominações contratuais ou legais, a que estiver sujeita.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

Todos os materiais permanentes adquiridos com recursos destinados a execução do Projeto farão parte do patrimônio do Estado.



ESTADO DO MARANHÃO

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA**

A parte que der causa ao inadimplemento de qualquer das obrigações assumidas neste contrato, responderá pelos danos ou prejuízos causados, além de se sujeitar as medidas judiciais e extrajudiciais aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

Fica eleito o foro da cidade de São Luís, Estado do Maranhão, para dirimir quaisquer dúvidas quanto a execução do objeto do presente instrumento, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por assim estarem justas e de pleno acordo as partes firmam o presente instrumento em 03 (três) vias, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.


ROSEANA SARNEY MURAD,
 Governadora do Estado do Maranhão



JOSÉ ROBERTO MARINHO
 Diretor Geral da Fundação Roberto Marinho

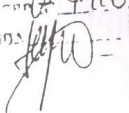
TESTEMUNHAS:

Nome: 
 CPF 45.331.1893-34


em nome do selo

Anexo D - Processo nº 7416/2000 – GDH/ Dispensa de Licitação


ESTADO DO MARANHÃO
GOVERNADORIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

COLÉGIO Nº 114
 RECUSADO Nº 7416
 CURRÍCULO


PROCESSO Nº 7416/2000-GDH
OBJETO: Dispensa de Licitação
RELATOR: Francisco Baptista




Senhor Presidente,
Senhores Membros.

Neste processo a Gerência de Desenvolvimento Humano solicita adjudicação direta, por dispensa de licitação, para contratação dos serviços da **Fundação Roberto Marinho**, objetivando a execução do Projeto Viva Educação, a ser desenvolvido nos 217 (duzentos e dezessete) municípios maranhenses, permitindo que cerca de 150.000 (cento e cinquenta mil) alunos conclua o ensino médio em um período de 14 (quatorze) meses, via programa de teleducação supletiva, que utilizará a metodologia do TELECURSO 2000.

A justificativa do pedido está albergada nos seguintes fatos:

- a) Nos últimos cinco anos o total de alunos matriculados no ensino médio, oferecido pela rede pública, sofreu incremento da ordem de 100.8%: 1995/86.880 – 2000/174.478
- b) 69% desse alunado apresenta defasagem série/idade acima de dois anos e 62% freqüentam o curso noturno, “cuja clientela constitui-se tipicamente de alunos adultos”
- c) Esta clientela diferenciada compartilha “os mesmos espaços de ensino-aprendizagem com jovens de 15 a 17 anos”, o que conduz a uma baixa produtividade do sistema de ensino médio, que acaba por não atender as necessidades nem dos que estão na faixa etária adequada nem dos que apresentam distorção série/idade
- d) As pesquisas educacionais apontavam referida situação como “um dos principais fatores responsáveis pelo fracasso escolar”
- e) A correção do problema série/idade se dará através “de intervenção – de amplo alcance, de eficiência comprovada em contextos sociais variados...”
- f) A aplicação da metodologia do TELECURSO 2000, via modalidade supletiva, vem sendo desenvolvida, com sucesso sucesso, em Estados que guardam características



130



**ESTADO DO MARANHÃO
GOVERNADORIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL**



 Fl. _____
 Promotora de Defesa do Patrimônio Público
 MARANHÃO



sócio/econômica/cultural/geográfica com o Maranhão, como o Ceará e o Rio Grande do Norte

- g) O Estado, com a implantação do Projeto Viva Educação, "passa assumir inteiramente o Ensino Médio, conforme determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9.394/96...", criando "3.750 novas salas completamente equipadas com kit tecnológico e uso de fitas cassetes que viabilizam, a aluno e professor, o acesso aos programas, de modo socializado e particularizado, respeitando os níveis e ritmos diferenciados de ensino e aprendizagem"
- h) No custo do Projeto está incluído:
- Pessoal e encargos, isto é, seleção, contratação e pagamento de 3.750 (três mil, setecentos e cinquenta) professores que irão atuar nas teleaulas;
 - Aquisição de equipamentos para 3.750 teleaulas (televisor, aparelho de vídeo, armários e micro systems);
 - Formação continuada dos 3.750 professores, com carga horária de 160 horas, incluindo despesas com deslocamento, hospedagem e alimentação;
 - Levantamento e pesquisa de avaliação.
- i) O pré-falado Projeto viabilizará distribuição de todo material didático aos alunos e a contratação, mediante processo seletivo, de 3.750 professores, que serão treinados de forma continuada, durante a execução das atividades.
- j) O custo/aluno no sistema de telecurso é de R\$ 827,68 (oitocentos e vinte e sete reais e sessenta e oito centavos), que corresponde a 50.64% do custo/aluno do sistema convencional – R\$ 1.634,40 (hum mil, seiscentos e trinta e quatro reais e quarenta centavos)
- k) O benefício social do Projeto Viva Educação é significativo, quando lembrado que a conclusão do ensino médio poderá facilitar o acesso ao mercado de trabalho desses alunos, antes excluídos do processo de absorção de mão-de-obra, tendo em vista que a maioria das oportunidades de emprego exige o ensino médio completo.

A entidade indicada para desenvolver o Projeto é a Fundação Roberto Marinho, instituição de caráter privado, sem fins lucrativos, e que tem entre seus objetivos o da "promoção, apoio, incentivo e patrocínio de ações nos campos cultural, educacional, social, filantrópico, comunitário, recreativo/esportivo, científico/tecnológico, no Brasil...", e que detém os direitos autorais e patrimoniais, no País, da aplicação do TELECURSO 2000.



Anexo E - Ajudiciação nº 409/2000 - CPL



ESTADO DO MARANHÃO
GOVERNADORIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ADJUDICAÇÃO Nº 409/2000-CPL

REFERÊNCIA : Processo nº 7416/2000-GDH
Dispensa de Licitação

ÓRGÃO : Gerência de Estado de Desenvolvimento Humano.

ASSUNTO : Contrato de Prestação de Serviços

OBJETO : Execução do Programa "VIVA EDUCAÇÃO"

AMPARO LEGAL : Lei 8.666/93, Art. 24, XIII

PRAZO : 18 (dezoito) meses

VALOR : R\$ 102.575.354,00 (Cento e dois milhões, quinhentos e setenta e cinco mil, trezentos e cinquenta e quatro reais).

A Comissão Permanente de Licitação - CPL, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 4º, VII da Lei nº 6.303 de 22 de maio de 1995, regulamentada pelo Decreto nº 14.678 de 27 de julho de 1995, e tendo em vista a aprovação do Relatório (fls. 114 a 116), em Reunião Ordinária realizada em 20 de novembro de 2000, resolve adjudicar o Contrato acima especificado à **FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO**.

São Luís, 20 de novembro de 2000.


FRANCISCO DE SALLES BAPTISTA FERREIRA
Presidente da CPL

À GDH,

Encaminhe-se o Processo nº 7416/2000-GDH, com a Adjudicação nº 409/2000-CPL, para providências.

São Luís, 20 de novembro de 2000.


FRANCISCO DE SALLES BAPTISTA FERREIRA
Presidente da CPL

Anexo F - Dispensa de Licitação – Diário Oficial do Estado do Maranhão

134



ESTADO DO MARANHÃO
GERÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO

Fls. 119
Processo 7416/00
R. 110



EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 7416/00 - Gerência de Desenvolvimento Humano

OBJETO: Execução do Projeto "VIVA EDUCAÇÃO", visando a implantação de 3.750 (três mil setecentos e cinquenta) telessalas, para a capacitação e escolaridade média de 150.000 (cento e cinquenta mil) alunos utilizando o "Telecurso 2.000" como alternativa pedagógica de aceleração dos estudos do Ensino Médio, e ainda, o licenciamento do Telecurso 2.000, como uma forma de atender alunos com defasagem idade/série.

BASE LEGAL: Artigo 24, inciso XIII, da Lei n.º 8666/93 e suas alterações.

FAVORECIDO: Fundação Roberto Marinho.

PRAZO DE EXECUÇÃO: 18 (dezoito) meses.

VALOR TOTAL: R\$ 102.575.354,00 (cento e dois milhões quinhentos e setenta e cinco mil trezentos e cinquenta e quatro reais).

ADJUDICAÇÃO: N.º 409/2000 – Comissão Permanente de Licitação.

RATIFICAÇÃO: Gerente de Estado de Desenvolvimento Humano, em Exercício.

FONTE DE RECURSOS: 17.101 – Gerência de Desenvolvimento Humano
2324 – Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Médio – PI
MANCENTRO – Fonte 110 - Projeto Alvorada / MEC, Fonte 102 –
Tesouro Estadual
ND. 349039 – 459052.

São Luís (MA), 21 de Novembro de 2000.

Osman de Castro Veloso
OSMAN DE CASTRO VELOSO
Presidente da CSL/GDH

DIRETORIA DO DIÁRIO OFICIAL
DECLARAÇÃO
Declaro para o devido conhecimento a publicação no Diário Oficial do Estado do Maranhão, em 21/11/2000, no nº 215, a seguinte matéria:
Publicação nº 119
Tercios
94/11/2000
Edição nº 215
Osman de Castro Veloso

Anexo G - Extrato de Dispensa de Licitação

ESTADO DO MARANHÃO
DIÁRIO OFICIAL
 PUBLICAÇÕES DE TERCEIROS

ANO XXIV Nº 231 SÃO LUÍS, SEXTA-FEIRA, 01 DE DEZEMBRO DE 2000 EDIÇÃO DE HOJE: 06 PÁGINAS

SUMÁRIO

ADITIVO	P.
Gerência de Planejamento e Desenvolvimento Econômico	
Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Maranhão - IPEMAR	01
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio	
Departamento Nacional de Registro do Comércio	
Junta Comercial do Estado do Maranhão	01
AVISO	
Comissão Permanente de Licitação - CPL	02
Associação Comercial do Maranhão	02
COMUNICAÇÃO	
Francisco de Assis Gomes Luz	02
Maria Elza Araújo de Moraes	02
L. C. de Sousa e Outras	02
CONTRATO	
Gerência de Desenvolvimento Humano	03
Gerência de Estado de Qualidade Vida e Outro	02
ONVENIO	
Gerência de Justiça, Segurança Pública e Cidadania	03
Polícia Militar do Maranhão	
ONVITE	
Gerência de Estado da Receita Estadual	04
CONVOCAÇÃO	
Citel Indústria e Comércio Keila S/A	04
DECRETO	
Câmara Municipal de Barra do Corda	04
SPENSA	
Gerência de Estado da Receita Estadual-GERE	04
IDENTIFICAÇÃO DE IMÓVEL	
TERMO- Instituto de Colonização e Terras do Maranhão	04
TERMO DE COMPROMISSO	
Gerência de Desenvolvimento Humano	08

ADITIVO

GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESTADO DO MARANHÃO- IPEMAR
ÓRGÃO DELEGADO DO INMETRO

Extrato de Aditivo a Contrato

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE VIGILÂNCIA ARMADA OSTENSIVA N.º 009/97 - MA

PROCESSO IPEMAR N.º 08561.000014/2000-MA

PROCEDIMENTO LICITATORIO: TOMADA DE PREÇOS n.º 137/97-CP/LMA.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei n.º 8.666/93, e suas alterações.

ARTES: IPEMAR e GUARDIÃ SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA.

OBJETO: Prestação de Serviços de Vigilância Armada Ostensiva, nas instalações do IPEMAR, com um Posto de Vigilância Armada de 24 (vinte e quatro) horas.

PREÇO: Pela execução dos serviços, o IPEMAR pagará, mensalmente, o valor fixo de R\$ 259,19 (quatro mil, duzentos e cinquenta e nove reais e dezenove centavos).

RAZO: O prazo de vigência do presente termo aditivo, será de 12(doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

NOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas com a sua execução, correrão à conta de recursos oriundos do INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMATIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL - INMETRO, alocados no Orçamento do IPEMAR, para o exercício.

ENDEREÇO: Da Comarca de São Luís, Capital do Estado do Maranhão.

DATA DA ASSENATURA: 08/11/2000

Assinado por incorreção

Fernando José Couto de Azevedo
Assessor Jurídico

Jose Maria Fortes Braga
Presidente

Prof. 04112

ATA

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO MARANHÃO

Ata Número: 462

Despachos de 28 de novembro de 2000

DOCUMENTOS DEFERIDOS: SOCIEDADE ANÔNIMA ABERTA - COM CONTROLE ACIONÁRIO ESTABILIZADO: ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA: 00/026503-9 Banco do Estado do Maranhão S/A, SOCIEDADE ANÔNIMA FECHADA - EMPRESA PRIVADA: ATA DE REUNIÃO DE DIRETORIA: 00/026404-0 Sorvane S/A, SOCIEDADE POR QUOTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA - EMPRESA PRIVADA: CONSTITUIÇÃO Escola Pokemon Ltda./024575-5 Oliveira Silva e Oliveira Ltda./025452-5 atriz Engenharia e Comércio Ltda./025113-3 Piroscia e Lobato Ltda./025732-0 W Ltda./026280-3 Nordeste Estruturas Metálicas e Comércio Ltda./026344-3 G S ALTERAÇÃO: 00/021827-8 Fas- Mecanização Ltda./00/024735-9 Tecnomat - Terplanacem, Comércio e Mecanização Agrícola Ltda., 00/025773-7 Construção Eletrônicos Ltda./026598-5 Vega - Serviço De Construção Elet S/A e Civil Ltda., MICROEMPRESA: ENQUADRAMENTO: 00/024596-8 Oliveira G S Da Costa e Cia Ltda./026582-9 Piroscia e Lobato Ltda./00/026345-1 NITEL INDIVIDUAL: CONSTITUIÇÃO/CONTRATO: 00/013703-0 C. Alberto Gardos Mendes/00/025009-0 Ivanete C. Gomes/00/025494-0 E. M. C. Lima Indd 026043-6 Maria Natalia Santos/00/026310-9 Camilo Dennis Tadeu Vieira Santos/00/026418-0 Ivaldo P. Castro/00/026486-5 Denyson Oliveira Lima Pereira Comercio, ALTERAÇÃO: 00/026370-2 Bethvane Magalhães Amorim/00/024734-0 I.F.Peres e Silva/00/023433-8 M. R. Silva Carneiro-Me/00/026210-2 Douglas Pereira Ribeiro Pneus/00/024191-1 M. A. Da S. Batista/00/024194-6 J. C. Da Silva Bento - Me. 00/026444-0 F. R. De Oliveira - Comercio, MICROEMPRESA: ENQUADRAMENTO: 00/026310-4 Ivanete C. Gom 00/026044-4 Maria Natalia Santos/00/026596-0 F. Ribeiro/00/026344-3 G S Dos Santos/00/026424-5 Douglas Pereira Ribeiro Pneus/00/026487-3 Denyson Oliveira Lima, **** DOCUMENTOS EM EMERGENCIA: 00/014197-6, 00/00/025188-7, 00/025572-0, 00/022614-9, 00/024150-4, 00/024528-9, 00/024945-9, 5-4, 00/025720-6, 00/025920-5, 00/025405-3, 00/025461-4, 00/025523-8, 00/02562609-6, 00/026010-0, 00/026031-2, 00/026064-9, 00/025957-8, 00/026001-0, 00/00/026150-5, 00/026159-9, 00/026204-8, 00/026265-0, 00/026276-5, 00/026312-5, 00/026346-0, 00/026488-1, 00/026442-3, 00/026443-1, 00/026464-4, 00/00/026495-4, 00/026499-7, 00/026501-2, 00/026489-0, 00/026492-0, 00/026493-8, 7-6, 00/026539-0, 00/026542-0, 00/026547-0, 00/026560-8, 00/026567-5, 00/026570-5, 00/026573-0, 00/026575-6, 00/026583-7, 00/026600-0, 00/026611-6, 00/026616-7, 00/026620-5, 00/026632-0, 00/026637-0, 00/026642-8, 00/026475-0.

MANUEL XIMENES NETO
SECRETARIO GERAL

Prof. 04081

AGROLUSA AGROINDUSTRIAL LUSITANA LTDA

COMUNICAÇÃO

AGROLUSA AGROINDUSTRIAL LUSITANA LTDA. TORNA PÚBLICO QUE RECEBEU DA GERÊNCIA ADJUNTA DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS - CAEMA, A LICENÇA DE OPERAÇÃO PARA ATIVIDADE DE ABATEDOURO DE SUÍNOS COM VALIDADE DE 28/11/2000 A 28/11/2002. RUA MISARAGALIA-SANTA BARBARA.

TALÃO 2300

FAZENDA MARGE

COMUNICAÇÃO

FAZENDA MARGE torna publico que recebeu da Gerência Adjunta de Meio Ambiente - CAEMA, a licença de instalação de projeto de atividade aquícola (piscicultura) com validade de 30/11/2000 a 30/11/2001, localizada à BR 222, Km 69, no município de Vitória do Meirim, Maranhão.

TALÃO 2209

CONTRATO

GERÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

EXTRATO DE CONTRATO

ADJUDICAÇÃO Nº 409/2000-CPL. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 746/2000. CONTRATO Nº 033/2000 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. PARTES: GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO e a FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO - CNPJ Nº 29.527.413/0001-00. OBJETO: Execução do Projeto "VIVA EDUCAÇÃO" visando a implantação de 3.750 (três mil setecentos e cinquenta) teleaulas, para a capacitação e atualização média de 150.000 (cento e cinquenta mil) alunos utilizando o "Telecurso 2000" como uma forma de atender alunos com defasagem idade/série. VALOR: R\$ 2.575.354,00 (cento e dois milhões, quinhentos e setenta e cinco mil, trezentos e cinquenta e quatro reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 17.101 - Gerência de Desenvolvimento Humano - 24 - Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Médio - Fonte: 0110 - Projeto Alvorada/MEC - 45.90.52 - Obras e Instalações, item 52.008 - Fonte: 0102 - Tesouro Estadual - 45.90.52 - Obras e Instalações, item 52.008. VIGÊNCIA: 18 (dezoito) meses, contados da publicação no Diário Oficial do Estado. FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, no que couber.

São Luis (MA), 28 de novembro de 2000.

Carmen Lúcia Vargas de Sousa
GERENTE ADJUNTO PARA EDUCAÇÃO EM EXERCÍCIO
CPF Nº 036.428.105-78

prot. 04111

GERÊNCIA DE ESTADO DE QUALIDADE DE VIDA

Extrato de Contrato nº 30/2000/GQV

Processo Administrativo nº 004007 - A/2000. PARTES: O ESTADO DO MARANHÃO, através da GERÊNCIA DE QUALIDADE DE VIDA e JORGE HENRIQUE ALVES PRODANOFF. OBJETO: Contratação de Serviços de um Consultor com vistas a execução de Projeto Desenvolvimento e Aplicação do Modelo Hidrodinâmico Computacional para Avaliação da Qualidade das Águas no Complexo Lagunar da Baixada Maranhense (Lagos de Viana, Cajari apui e Penalva). PRAZO: Vigência de 07 (sete) meses, podendo ser prorrogado mediante renovação da "Objeto", do Banco Mundial, desde que não haja interstício de tempo. VALOR: Quarenta e seis mil, quatrocentos e trinta e seis reais e trinta e três centavos). conforme Cronograma de Pagamentos. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: Os recursos necessários para execução do objeto deste Contrato, correrão por conta do Evento 400091 - Esf. 1 - UO 21101 - Programa de Trabalho 18544003423930000 - Fonte 0111440385 - Despesa 349035 - UGR 210101 - PI RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS e serão no montante de R\$ 36.546,33 (trinta e seis mil, quatrocentos e trinta e seis reais e trinta e três centavos), conforme Nota de Empenho nº 01461, de 18/09/2000, resultante do Acordo de Empréstimo nº 4310 - Objeto Termo Aditivo do mesmo Convênio SIGNATÁRIOS JOÃO GUILHERME DE SOUZA, Gerente de Estado de Qualidade de Vida, C.I. nº 66.641 - SSP/MA, CPF/MF nº 011.971.693-34 e JORGE HENRIQUE ALVES PRODANOFF, Engenheiro Civil, CPF nº 01474217-72, CREA nº 891039457/D. TRANSCRIÇÃO: Transcrito em livro próprio desta Gerência.

São Luis, 29 de novembro de 2000

Marlene Costa Machado
Assessora Jurídica/GQV

EXTRATO DE CONTRATO

Processo Administrativo nº 02598/2000/GQV. Contrato nº 37/2000/AJ/GQV. PARTES: O ESTADO DO MARANHÃO, através da GERÊNCIA DE ESTADO DE QUALIDADE DE VIDA e a FIRMAL CONSTRUCOES E INCORPORACOES LTDA. OBJETO: Instalação e Testes de Equipamentos do Hospital Tarquinio Lopes Filho. MODALIDADE DA LICITAÇÃO: Concorrência Nacional nº 031/2000 - CPL Nº 083.237,21 (um milhão, oitenta e três mil, duzentos e vinte e sete reais e cinco centavos). EVENTO 400091 - ESF 2 - UO 21901 - Prog Trabalho 103020042153000 - Fonte 0111360399 - NAT DESP 459051 - UGR 210901 - PI REFORUSUS e NE nº 00566, de 30/10/2000, no valor R\$ 191.159,51 (cento e noventa e um mil, cento e cinquenta e nove reais e cinco centavos). EVENTO 400091 - ESF 2 - UO 21901 - Prog Trabalho

prot. 04107

1030200432153000 - FONTE 3101000000 - NAT DESP 459051 - UGR 210901 - PI REFORUSUS. PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência será de 180 (cento e oitenta) dias. VALOR: O valor global é de R\$ 1.274.396,72 (um milhão, duzentos e setenta e quatro mil, trezentos e noventa e seis reais e setenta e dois centavos). BASE LEGAL: Acordo de Empréstimo BID Nº 951/OC-BR - PROJETO REFORUSUS e Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores. SIGNATÁRIOS: Dr. JOÃO GUILHERME DE ABREU, Gerente de Estado de Qualidade de Vida, CPF nº 011.971.693-34, Carteira de Identidade nº 66641/SSP-MA, pela CONTRATANTE e IRAN SOUZA VIDAL, CPF nº 038125883-15, C.I. nº 6435593-SSP/MA, pela CONTRATADA. TRANSCRIÇÃO: Transcrito em livro próprio desta GERÊNCIA DE QUALIDADE DE VIDA.

São Luis, 29 de novembro de 2000

Marlene Costa Machado
Assessora Jurídica/GQV

prot. 04110

COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO MARANHÃO - CAEMA

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATANTE: Companhia de Águas e Esgotos do Maranhão - CAEMA; CONTRATADA: EMPRESA SOTENGE ENGENHARIA LTDA; CONTRATO Nº 0702/2000-RAJ; OBJETO: Serviços de implantação do sistema de abastecimento de Água do Município de Colinas/MA. VALOR GLOBAL: R\$ 227.934,18; PRAZO: 90 (Nove) dias contados do recebimento da O.S.; RECURSOS: Plano Interno-ÁGUA OGU. Fonte de Recursos Governo Federal/Tesouro Estadual a título de contrato. Classificação Econômica 45.90.51-Classificação Funcional 17.512.0021.1068.0000 código das Fontes 0211 e 3.101, respectivamente; BASE LEGAL: Process. 2150/2000 - Tomada de Preço nº 091/2000/CPL/ São Luis, 23 de novembro de 2000.

APLICAÇÃO DE PENALIDADES

A COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO MARANHÃO - CAEMA, situada à Rua Silva Jardim, 307, Centro, nesta Capital, CNPJ nº 062.74757/0001-50, como CONTRATANTE da FIRMAL AMAZON CARD'S SOCIEDADE CIVIL LTDA, no Contrato nº 013/2000, para fornecimento de cartão de alimentação aos seus empregados, por seu titular, THADEU ANTÔNIO ALMEIDA DE OLIVEIRA PINTO, INFORMA que conforme Processo Administrativo nº 1807/2000, foram aplicadas, em virtude de recusa da CONTRATADA em assinar o instrumento contratual decorrente da CONCORRÊNCIA nº 010/2000-CPL, as seguintes penalidades: multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato e suspensão de participar de licitação e de contratar com o estado e empresas da Administração Indireta, pelo prazo de 02 (dois) anos.

São Luis, 24 de novembro de 2000.

Thadeu Antonio Almeida de Oliveira Pinto
Diretor Presidente da Companhia de Águas e Esgotos do Maranhão

prot. 04113

GERÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE SÃO LUÍS
ASSESSORIA ESPECIAL DE SAÚDE
MATERNIDADE BENEDITO LEITE

RESENHA
CONTRATO

PARTES: A MATERNIDADE BENEDITO LEITE e A FIRMA POI SERVIÇOS GERAIS LTDA.
OBJETO: Contratação de Serviços de Limpeza, Conservação e Higienização.
VALOR: R\$ 6.740,34 (Seis Mil, Setecentos e Quarenta Reais e Trinta e Quatro Reais) mensais e R\$ 40.442,04 (Quarenta Mil, Quatrocentos e Quarenta e Dois Reais e Quatro Centavos) semestral.
VIGÊNCIA: Início 25 de Novembro de 1999 e término 24 de Maio de 2000.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 21.907 - 013 075 0428 - 2.289 - Funcionamento da Maternidade Benedito Leite
3.4.90.39 - Serviços de Terceiros
TRANSCRIÇÃO: Livro nº 1 da Diretoria de Serviços Administrativo e Financeiro, folha 02 - frente e verso.
FORO: Comarca de São Luis, Capital do Estado do Maranhão

São Luis, 28 de Novembro de 2000.

Francisco da Cunha Costa
Diretor Geral
Maternidade Benedito Leite

prot. 04107

Anexo H - Projeto de implantação do Telecurso 2000 no Maranhão

57
 Fls. nº. 33
 Proc. nº. 2916/15
 Rubrica 200

O TELECURSO 2000 NO MARANHÃO

A necessidade de adotar alternativas para atendimento aos alunos que encontravam-se em defasagem idade/série, existentes no sistema de Educação Fundamental e Médio, conduziu a então, Secretaria de Estado da Educação do Maranhão, em 1995, a implantar o projeto Avanço Escolar, utilizando o TELECURSO 2000, como aceleração de estudos .

O "Avanço Escolar" (curso de aceleração de estudos de 5ª a 8ª série) constituiu-se um grande desafio que apresentou uma aprovação de 95% na primeira turma concluinte, em 1997 e 94% e 93%, nos anos seguintes.

PROJETO VIVA EDUCAÇÃO

Oferecer escolaridade a jovens e adultos criando oportunidade de uma melhor qualificação profissional.

8

58



Fls. nº. 351
Proc. nº. 7910
Rubrica

- Oportunizar jovens e adultos de concluírem com qualidade, os estudos no ensino médio.

- Proporcionar capacitação dos professores, em relação à metodologia de trabalho do TC2000.

MUTASE

1-Atender a 150.000 alunos de ensino médio, que estejam em defasagem idade/série de mais de dois anos.

2- CAPACITAR 3.750 professores/ supervisores e coordenadores que integrarão as respectivas equipes.



59

Fls. nº.	45
Proc. nº.	7916/0
Rubrica	153

3-REALIZAR supervisão presencial e a distância .

4-REALIZAR 4 ACOMPANHAMENTO por amostragem, as telessalas.

5-REALIZAR AVALIAÇÃO EXTERNA por amostragem, da aprendizagem dos alunos.

Ações no Viva Educação

1. Seleção e contratação de professores, supervisores e coordenadores
2. Capacitação de professores, supervisores e coordenadores

A capacitação dos professores é uma ação que se realiza em módulos, que acompanham as diferentes fases do desenvolvimento do projeto.

2.1.Do módulo inicial

2.1.1.Objetivos:

- apresentar o TC 2000;
- vivenciar atividades que possibilitem a compreensão de sua metodologia;

60



Fls. nº. 11
Proc. nº 7116/20
Rubrica

- apresentar os objetivos e a fundamentação das disciplinas a serem trabalhadas.
- planejar as atividades das telessalas que se iniciam;
- Avaliação no processo

2.1.2. Conteúdos:

- estrutura e funcionamento do TC2000;
- proposta metodológica;
- fundamentação pedagógica;
- dinâmica da telessala.
- avaliação

2.2- Dos módulos subsequentes

Na elaboração dos módulos subsequentes são considerados os seguintes aspectos:

- dificuldades detectadas nas visitas de acompanhamento quando à metodologia, conteúdo e didática;
- dificuldades dos alunos, observadas pelos professores e através de testes diagnósticos;
- aspectos a serem melhorados, assinalados no instrumento de avaliação da capacitação anterior.

2.2.1. Assim os objetivos são:

- discutir a dinâmica de trabalho;
- buscar alternativas para aperfeiçoar a prática nas telessalas;
- oferecer propostas de atividades complementares;
- planejar e vivenciar teleaulas.

2.2.2. Os conteúdos são:

- as especificidades do trabalho com vídeos e livros do TC2000 e outros materiais didáticos
- dinâmica da telessala;
- plano de aula;
- desenvolvimento de atitudes de :
 - motivação
 - curiosidade intelectual
 - auto-estima

62



Fis. nº. 73
Proc. nº. 2416/0
Rubrica

2.3. A distância

- através de impressos, TV e vídeos, o professor realiza atividades programadas que permitem uma capacitação continuada e a distância.

3- Acompanhamento

3.1-Do Projeto

- supervisão pedagógica de todo o processo
- avaliação do trabalho desenvolvido
- redirecionamento de ações

3.2. Do Professor

- apoio técnico ao planejamento e desenvolvimento de atividades
- orientação para o registro das suas observações
- análise de relatórios
- retorno das análises dos relatórios
- incentivo para a participação em grupos de estudo
- avaliação de desempenho e disponibilização de instrumentos para auto - avaliação

3.3. Do aluno



Fls. nº. 94
Proc. nº. 74/6/00
Rubrica

Sugestões de ações , em função das análises realizadas a partir dos relatórios do Orientador, das visitas às telessalas e dos resultados da avaliação dos diagnósticos.

4-AVALIAÇÃO

A avaliação é um outro elemento constitutivo do TC 2000 que merece atenção especial. Isto porque, no contexto do TC, a avaliação pode ser comparada a um eixo em constante movimento, em torno do qual giram os resultados possíveis. É na avaliação ampla da realidade, que residem as grandes oportunidades de verificação de resultados e do que é preciso ser redimensionado para o atingimento dos objetivos da proposta pedagógica e metodológica do projeto.

A avaliação será praticada continuamente e no processo.

5. CRONOGRAMA DE AULAS

Ensino Médio

Primeira etapa:

DISCIPLINAS	TOTAL DE AULAS
LÍNGUA PORTUGUESA	80 AULAS
BIOLOGIA	70 AULAS



Fis. n.º 45
 Proc. nº 14/1676
 Rubrica L

Segunda etapa:

DISCIPLINAS	TOTAL DE AULAS
MATEMÁTICA	70 AULAS
HISTÓRIA GERAL	36 AULAS
HISTÓRIA DO BRASIL	40 AULAS

Terceira etapa:

DISCIPLINAS	TOTAL DE AULAS
GEOGRAFIA	50 AULAS
QUÍMICA	50 AULAS

Quarta etapa:

DISCIPLINAS	TOTAL DE AULAS
FÍSICA	50 AULAS
INGLÊS	40 AULAS



Fis. nº.	46
Proc. nº	11k/00
Rubrica	

6- PERÍODO DE INTEGRAÇÃO

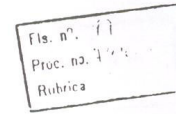
O período de integração é o período que antecede a utilização do programa Telecurso 2000 e tem como objetivo a adaptação dos alunos à telessala.

6.1. OBJETIVOS

- Sensibilizar para a importância do curso em todos os seus aspectos;
- Fazer a integração dos alunos, ressaltando o valor do grupo;
- Diagnosticar a situação da turma em relação aos conteúdos considerados pré-requisitos para iniciar o estudo do Telecurso2000;
- oferecer reforço dos conteúdos citados;
- iniciar os alunos na leitura de imagem e no trabalho de grupo;
- iniciar os alunos na metodologia e trabalho da disciplina Língua Portuguesa

Estratégias:

- dinâmicas de grupo- de socialização, desenvolvimento do potencial criativo e sensibilização para atitudes favoráveis ao aprendizado;
- leitura de textos verbais e imagéticos - gravuras, vídeos, etc;
- técnicas de expressão como dramatização, jogral, etc;
- aplicação de teste diagnósticos;
- trabalho individual e em grupo;
- criação de textos.



MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR

OBJETIVOS	CONTEÚDOS	ATIVIDADES
<ul style="list-style-type: none"> • Informar da existência do projeto • Sensibilizar para a proposta do projeto • Mobilizar para a participação no projeto • Integrar o projeto à escola 	<ul style="list-style-type: none"> • O que é o Telecurso 2000 • Qual a sua proposta e seus objetivos • Qual a metodologia de trabalho • Quem pode cursar • As diferentes formas de atendimento à clientela • O período de realização do curso 	<ul style="list-style-type: none"> • Reunir toda comunidade escolar • Organizar um cronograma de visitas às telessalas • Convidar a comunidade escolar para assistir às aulas • Convidar a comunidade escolar para exposição dos trabalhos realizados nas telessalas • Promover atividades integradoras (gincanas, torneios, festivais, feiras etc) • Produzir material informativo com circulação e atualização periódica (jornal, mural, panfletos) • Divulgar o cronograma de exibição das aulas e disponibilizar o material

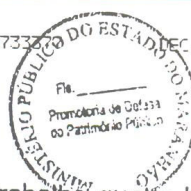
Anexo I - Modelo de gestão do corpo de Orientadores de Aprendizagem do Projeto "Viva Educação"

FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO PHONE NO. : 0550212733377 DEC. 14, 2000 19:12

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Procuradoria de Defesa
da Petição Pública

MODELO DE GESTÃO DO CORPO DE ORIENTADORES DE APRENDIZAGEM DO PROJETO "VIVA EDUCAÇÃO"

1. O modelo de gestão a ser utilizado na execução do Projeto "VIVA EDUCAÇÃO" vem sendo desenvolvido há mais de três anos em diversos estados da federação, tendo sido obtidos excelentes resultados, destacando-se a PRODUTIVIDADE e a QUALIDADE do ensino.
2. O modelo a ser utilizado no "VIVA EDUCAÇÃO" passa todo ele pela AUTOGESTÃO harmônica entre Orientadores de Aprendizagem), Supervisores e Coordenadores, todos eles cooperados entre si, utilizando-se de poderosa estrutura de fluxo de informações em rede e execução matricial em que a QUALIDADE do ensino é avaliada permanentemente.
3. A Fundação Roberto Marinho garantirá a capacitação pedagógica contínua e reciclagem, através de parceria com o ISAE – Instituto Superior de Administração e Economia da Fundação Getúlio Vargas que garantirá a capacitação gerencial e gestão contínua do modelo proposto.
4. A cooperativa formada pelos profissionais já citados, como empresa autogestionada que é, já com estrutura jurídica e física na capital do estado aplicará curso prático específico de COOPERATIVISMO DE TRABALHO EDUCACIONAL, o que simultaneamente implicará na avaliação do candidato-orientador de aprendizagem ao trabalho previsto pelo "VIVA EDUCAÇÃO".
5. O candidato-orientador de aprendizagem ao posto de trabalho, para uma proposta de carga horária/aula em local de sua conveniência, anexará currículo que se enquadre no perfil exigido para o projeto. Os critérios de seleção serão radicalmente objetivos e transparentes.
6. O candidato firmará também previamente o termo de adesão e subscrição de cota-capital à cooperativa de trabalho.
7. A base de remuneração direta e indireta do cooperado-orientador de aprendizagem será calculada em horas/aula ministradas, conforme relatório de produção semanal.



8. Para o orientador de aprendizagem que trabalhe quatro horas/dia, já retidos todos os impostos e contribuições fiscais, empresariais e individuais, será em torno de R\$ 647,00 líquido/mês, acrescido de R\$ 88,00 (retidos), para formação de poupança tradutora dos fundos legais (FATES + FR/DS), garantindo por ano uma poupança de R\$ 88,00 X 12 + rendimentos financeiros das aplicações feitas mensalmente em bloco, através da própria cooperativa dos orientadores de aprendizagem.
9. A cooperativa dos orientadores de aprendizagem se utiliza de poderoso e atualizado sistema de informação permitindo todos os controles de produção e pagamentos dos cooperados realizados "on-line" nos bancos.
10. No Programa de execução do projeto o orientador de aprendizagem terá um mês de descanso remunerado de acordo com o plano de execução proposto.
11. A Fundação Roberto Marinho garantirá paralelamente com o suporte do ISAE/FGV a manutenção de banco de dados para processar informações gerenciais com relação à execução do projeto "VIVA EDUCAÇÃO" contando com suporte logístico para entrega "just in time" aos orientadores de aprendizagem de todo o material de uso e consumo (livros didáticos, cadernos, papéis, fitas, instalação de kit's tecnológicos - TV + vídeo) nas previstas 3.750 telessalas.
12. Vale ressaltar que a cooperativa, dada a sua natureza AUTOGESTIONÁRIA, traduz o seu funcionamento através de ORGANOGRAMA CELULAR e não de ORGANOGRAMA FUNCIONAL, como é utilizado em estruturas hierarquizadas orientando seus resultados para a Produtividade e a Qualidade.

Anexo J - Aluno denuncia ineficiência do Telensino

São Luís, quarta-feira, 20 de junho de 2001

JORNAL PEQUENO**Aluno denuncia ineficácia do telensino**

Aurelio Carvalho

O estudante Norvak Mendes, que cursa o supletivo no Centro de Ensino Médio Gonçalves Dias, procurou o Jornal Pequeno para protestar contra o sistema do telensino, adotado pelo governo do Estado.

Segundo Norvak, a maioria dos alunos da sua classe não está gostando do novo método. "Em primeiro lugar, o supletivo, que antes era de três anos, foi reduzido para 15 meses - o que já é um absurdo. Em segundo lugar, o modo como as disciplinas são ensinadas é totalmente falho. Dessa forma, fica evidente que eles estão querendo nos dar logo um diploma, mesmo sem termos o conhecimento necessário. A maioria da minha turma já percebeu isso", diz.

Atualmente, na Escola Gonçalves Dias, os alunos assistem às aulas sob o comando de um televisor e uma orientadora. Na sala do supletivo, a professora é formada em Biologia e tem que ministrar todas as demais disciplinas. "Tenho até pena dela. As vezes ela fica desorientada, sem saber como explicar algumas coisas para a gente. Mas isso não é o pior. A minha revolta maior é que foram excluídas disciplinas como Filosofia, História do Maranhão e Geografia. Só quem sai prejudicado somos nós", revolta-se o estudante Norvak Mendes.



Alunos revoltados com a má qualidade do telensino

Protestos - Desde o início do telensino, em março deste ano, os protestos vêm acontecendo de forma não muito eficaz. Foi o caso do realizado por alguns alunos do Centro de Ensino Gonçalves Dias.

Mesmo com o apoio da Umes, do Simproesema e da Secretaria de Educação, não foi possível combater a decisão do Governo. "Achávamos que com o apoio

desses órgãos tudo seria mais fácil, mas não foi. A Secretaria de Educação nos aconselhou a fazer as manifestações sozinhos, sem ninguém no meio. Então, vamos tentar essa tática", conta o aluno que resolveu protestar contra o moderno método de ensino.

Norvak Mendes promete procurar o maior número de veículos da imprensa para mostrar sua indignação.

Para isso, já está organizando uma passeata, na tentativa de negociar com a governadora. "Ela tem que se dar conta de que, com isso, está havendo evasão escolar e que pelo menos o supletivo tradicional teria que voltar. Acredito que se todos os alunos que pensassem assim tivessem coragem para lutar pelos seus direitos, seria mais fácil acabar com o telensino", finaliza.

Conselho avalia aplicação de recursos do Fundef

O III Encontro Nacional de Conselhos Estaduais do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef/MEC) começa hoje, 20, e deve levar mais de 90 conselheiros a Brasília para discutir e avaliar o impacto das ações relacionadas ao Fundo, especialmente as voltadas para a aplicação dos recursos. O ministro da Educação, Paulo Renato Souza, participa da abertura dos debates, às 9h de quinta-feira.

Será apresentado no encontro um diagnóstico sobre o funcionamento dos Conselhos Estaduais de Acompanhamento e Controle Social do Fundef. O Departamento de Acompanhamento do Fundef enviou a todos os conselhos estaduais um questionário para ser respondido antes do início do encontro. As informações foram tabuladas em um único relatório. a

ser apresentado durante o evento.

Entre outras questões, o Departamento de Acompanhamento do Fundef pergunta quais os critérios para escolha e nomeação dos integrantes dos conselhos, a periodicidade das reuniões, como é a relação dos Conselhos com as secretarias estaduais de Educação e se há ações de apoio aos conselhos municipais do Fundef.

O Censo Escolar também vai ser discutido no encontro. A ideia é avaliar o trabalho do MEC e dos Conselhos Estaduais do Fundef na fiscalização do levantamento de dados do Censo Escolar, que é realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (Inep/MEC), em parceria com as secretarias estaduais de Educação.

Denúncias - A inclusão do Censo Escolar na pauta do encon-

tro se deve às recentes denúncias de prestação de informações incorretas no levantamento do número de matrículas em duas cidades alagoanas, no Censo de 2000. Os representantes de Alagoas e do Rio Grande do Norte pretendem fazer um relato da situação em seus estados.

Um representante do Inep estará no encontro para, com os conselheiros e técnicos do Fundef, estudar formas mais eficientes de fiscalização do levantamento feito pelas secretarias estaduais de Educação.

O Fundef é um fundo de natureza contábil, formado, no âmbito de cada estado, por 15% da arrecadação com os Fundos de Participação dos Estados e dos Municípios (FPE e FPM), o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e o Imposto de Produtos Industrializados sobre as Ex-

portações (IPIexp). O total arrecadado em cada estado é distribuído de acordo com o número de alunos inscritos na rede pública do ensino fundamental, do município ou do próprio estado. Do total de recursos repassados, pelo menos 60% devem ser destinados a pagamento de professores. Em 2001, o Fundef deve movimentar quase R\$ 20 bilhões em todo o País.

Os Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do Fundef são responsáveis pela fiscalização local dos recursos ao longo do ano, podendo acionar o Ministério Público e os Tribunais de Contas dos Estados em caso de irregularidades. O Poder Executivo é obrigado a prestar contas da aplicação dos recursos a estes conselhos, que também contam com representante das secretarias de Educação

Anexo K - Doutor em Didática garante que Telensino é um crime contra os maranhenses

São Luís, domingo, 18 de fevereiro de 2001

JORNAL PEQUENO

Disque Assinatura 231-1737 5

Doutor em didática garante que tele-ensino é um crime contra os maranhenses

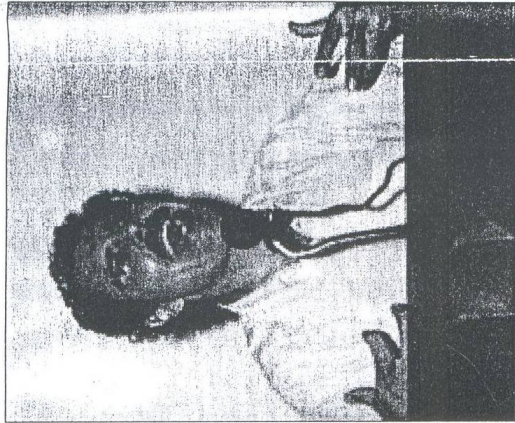
Por Emílio Azevedo

Seu nome é Idevaldo da Silva Bodião, um paulista de 50 anos, com doutorado em Didática pela Universidade de São Paulo (USP). Formado em Engenharia Civil e em Física, tem ainda mestrado em Educação, todos também feitos na USP. Atualmente, dá aulas na Universidade Federal do Ceará e esteve em São Luís na última terça-feira, a convite do Sinterp/Inaop-Açu, para falar sobre o programa de tele-ensino, que será implantado no Maranhão nas escolas da rede pública estadual. Serão gastos mais de 100 milhões de reais neste projeto executado pela Fundação Roberto Marinho.

Idevaldo foi escolhido para a palestra devido ao respeitoável currículo na área de educação e também pelo fato de sua tese de doutorado ter sido sobre o programa de tele-ensino, desenvolvido no Ceará durante muitos anos e que teria servido de base para a implantação no Maranhão.

A iniciativa do governo do Estado de implantar o tele-ensino vem desagradando professores da rede pública estadual. Eles dizem que a implantação do projeto provocará o desemprego em massa na categoria. Argumentam, também, que os alunos perderão muito com a qualidade do ensino.

Na palestra que fez em São Luís, no auditório lotado do Sinterp, o empresário, Idevaldo, do incentivo às ideias de Idevaldo da Silva Bodião.



Idevaldo: "o tele-ensino é um crime contra o indivíduo, é crime contra o cidadão maranhense"

ensino, ele será exatamente isso: um animador de auditório.

JP- Neste projeto, o professor perde muito poder dentro da sala de aula?

IB- Totalmente. As decisões são centralizadas no planejamento do projeto. O professor não pode definir o tempo, o enfoque e conteúdo da matéria. Isso é definido em outra instância. Então, como você disse, a vontade do empresário.


cação dos professores, mas, sim, com a imagem política da governadora?

IB- E exatamente isso. JP - Que outros fatos que levam o sr. a chegar a essa conclusão?

IB- Nós não podemos ser ingênuos. Este projeto tem um ano e três meses de duração. É exatamente o período final do governo de Roseana quando ela sairá para disputar algum outro cargo. Com a conclusão do programa Viva Educação, a máquina já terá sido feita, já que terá sido acelerada a distribuição de diplomas de segundo grau, num processo que não teve o objetivo de formar os estudantes, mas de expulsá-los de sala de aula.

JP - Diante dessa sua avaliação, como você definiria essa iniciativa do governo maranhense de instalar o Tele-ensino?


IB- Eu diria que é um crime. Mas que um crime pedagógico. É um crime contra o indivíduo, é crime contra o cidadão maranhense. O século 21 será o século do conhecimento. O maior bem que uma pessoa poderá ter nesse século é o conhecimento e o saber. É o conhecimento. O diploma sem o conhecimento não vale nada. E preciso saber esse método que estará sendo colocado em prática no Maranhão apenas dá o diploma. Ele dá o diploma da pior forma possível.

 **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS**
ESTADO DO MARANHÃO

AUDIÊNCIA PÚBLICA

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS, comunica a realização de Audiência Pública no dia 21 de fevereiro de 2001, às 09:00 horas, no Plenário "Sírio Estácio da Silveira" para, em cumprimento às determinações da Lei Complementar 100, Lei de Responsabilidade Fiscal, art. 48 Parágrafo Único e art. 49, avaliar a Cessão Fiscal Ordinamentária do Poder Executivo.

São Luís, 16 de fevereiro de 2001.


IVAN SARNEY
Presidente

Excursão
carnaval é com **GILTUR**

FLORIANO-PI

Estamos com ótimas promoções
Venha conferir os nossos preços
E você ainda ganhe brindes ao adquirir o seu passaporte para a folia do novo milênio
TURISMO É COM QUEM SABE FAZER

LIGUE: (098) 231-7065
9974-4608 Fax: (098) 232-6041

Anexo L - Contrato com a Fundação Roberto Marinho é um negócio das Arábias para a Globo

Moisés Matias
Especial para o **Jornal Pequeno**

No apagar das luzes do século XX, o Governador do Maranhão assinou um contrato de 102 milhões de reais com a Fundação Roberto Marinho, para a implantação de 3.750 teleaulas para a capacitação e escolarização, em regime de aceleração, de 150.000 alunos do ensino médio. O projeto, um pacote tecnológico baseado no programa Telecurso 2000, da Rede Globo, não passou por nenhuma discussão com os que fazem a educação no Maranhão, como o sindicato dos professores, os pesquisadores, as universidades, a comunidade escolar e outras instituições com interesse na área.

A compra do pacote tecnológico — produzido com tecnologia de outras praças — além de constituir-se numa prática questionável em qualquer sociedade de regime democrático, implica na transferência de recursos públicos para uma instituição privada, bem como na criação de centenas de empregos na área de produção dos programas, envolvendo profissionais das áreas da comunicação, imagens e dramaturgia, em São Paulo. "Se o programa televisivo fosse produzido em São Luís, a partir da experiência da TVE-MA, seriam criados cerca de 2.000 empregos diretos, na produção das aulas, envolvendo diretor de programação, apresentador, cenógrafo, operador de áudio e muitas outras funções", informa um ex-funcionário da TVE Maranhão.

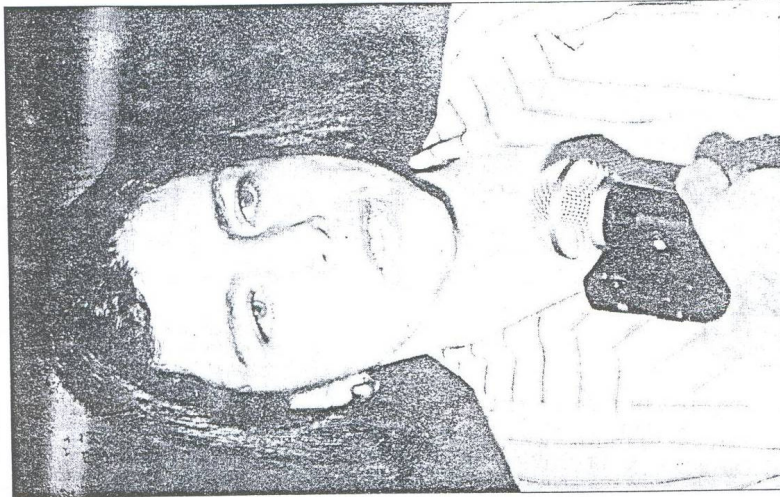
As organizações que aglutinam os profissionais da co-

cação. Lio Ribeiro, presidente do Sindicato dos Artistas do Maranhão, considera como um retrocesso a contratação da Fundação Roberto Marinho, quando o projeto poderia ser desenvolvido no Maranhão, a partir da experiência da TVE-MA. "Os artistas foram totalmente excluídos pelo governo do Estado", informa Lio Ribeiro.

Murilo Santos, profissional da área do cinema e vídeo, avalia que o Governo do Estado, com a compra do pacote tecnológico, deixou de investir na produção e nos valores locais. "Poderia ocorrer a contratação ou a parceria com os profissionais da área de produção, desenvolvendo não só a educação, mas a produção audiovisual, resultando na formação de novos profissionais e na expansão do setor", analisa.

O projeto Viva Educação, como foi batizado pelo Governo do Estado, enfrenta várias resistências, sendo a principal a do Sindicato dos Professores do Ensino Médio do Estado do Maranhão (SIMPROE-SEMA), que promete entrar na Justiça e mobilizar a categoria contra o programa.

Um aspecto que salta aos olhos é a forma autocrática de concepção e apresentação do projeto. O filósofo francês Pierre Lévy, que estuda as novas tecnologias, conta no livro "As tecnologias da Inteligência", que nos anos 80 a França gastou uma quantia considerável de recursos para equipar as escolas e formar os professores, na área da informática, com-



Contrato com a fundação Roberto Marinho é um negócio das arábias para a Globo

O projeto do programa, bem como o contrato assinado pela governadora Roseana Sarney, no final de novembro/2000, somente foram entregues ao SIMPROE-SEMA no início de janeiro. O sindicato, a partir do documento, encaminhou um parecer jurídico sobre a legalidade do programa. O advogado Luiz Henrique Falcão Teixeira indicou uma ilegalidade apenas na proposta de contratação de cooperativa de trabalhadores para a aplicação do convênio. Luiz Henrique afirma, no parecer, que "não se admite a contratação de cooperativa de trabalhadores", por serem as cooperativas "apenas burlas à legislação trabalhista, com o fito de fugir às responsabilidades do pacto laboral", ou seja, as cooperativas não cumprem a legislação e violam os direitos dos trabalhadores.

O advogado recomenda, em função disso, a realização de "processo seletivo que proporcione a aferição da competência técnica desse pessoal". A partir do parecer, o SIMPROE-SEMA promete questionar na Justiça a legalidade do projeto, bem como exigir a contratação de professores segundo as normas da CLT e o Estatuto do Magistério.

Mas o parecer jurídico do advogado trata da questão trabalhista na educação. Outros aspectos podem ser questionados, como o fato do programa ignorar os valores culturais regionais, importantes no contexto educacional, como o sotaque, os costumes, as falas, entre outros, e ter por base um cenário urbano, a realidade do eixo Rio-São Paulo, e não ter uma percepção da realidade de base rural, como é o caso do Maranhão, desconhecendo os aspectos sociológicos, históricos, geográficos, artísticos e culturais do Maranhão.

RECURSOS - Outro aspecto importante é o próprio valor do contrato, R\$ 102.575.354,00 (cento e dois milhões,



Governadora compra pacote tecnológico

tecnocrática, no sentido onde técnicos decidem em nome do conjunto da população, sem respeitar os poderes legais e sem ouvir a sociedade civil.

Nem mesmo as parcerias e as terceirizações, termos em moda no momento, e um caminho para a economia de recursos materiais e o aproveitamento de recursos humanos

mesmo, mas levanta algumas questões relevantes sobre o contexto educacional do Estado. "Falamos de um ensino médio 'aligeirado', feito em 18 meses; isso prejudicará a clientela, alunos pertencentes aos segmentos mais empobrecidos, que após a conclusão do ensino médio, terão poucas chances de aproveitarem os recursos humanos,

Anexo M - O Tele-ensino no Maranhão: fraude contra a educação e a sociedade. Vamos reagir?

10 Disque Assinatura 231-1737

JORNAL PEQUENO

O Tele-ensino no Maranhão: fraude contra a educação e a sociedade. Vamos reagir?

Paulo Rios *

Conheço segunda-feira (12/02/2001), 3.750 orientadores de aprendizagem, em quase todo o Maranhão, deram início à implantação do programa denominado "Viva Educação". Este programa deriva de convênio, no valor de R\$102.575.354, assinado entre a governadora Roseana Sarney e o Sr. José Roberto Marinho, diretor-geral da Fundação Roberto Marinho/Rede Globo e pretende, a partir da utilização da metodologia supletiva do Telecurso 2000, corrigir a defasagem idade-série no âmbito da rede pública de ensino médio, no período de quinze meses. No entanto, denúncias chegam de vários pontos do estado e mesmo da capital, informando que adolescentes com 15 anos estão sendo obrigados a se matricular no sistema supletivo do "Viva Educação".

Trés aspectos imediatos chamam a atenção da sociedade: o grande volume de recursos que serão destinados à uma empresa privada, que terá instalações públicas, pessoal administrativo, água e luz à sua disposição; o elevado percentual de alunos da rede pública que estarão sujeitos a esse convênio, ou seja, 150 mil jovens maranhenses e um currículo, muito grave e preocupante, que é a substituição do ensino médio regular, seriado, por um sistema supletivo, com duração de 15 meses, com a troca de um professor habilitado, por um aparelho de TV-Video, transformando-o num orientador de aprendizagem, que terá que responder a questões de todas as disciplinas, numa polivalência que desqualifica o processo ensino-aprendizagem e que irá contribuir decisivamente para piorar ainda mais a educação pública maranhense.

Segundo o Censo Escolar 2000, o Maranhão tem 206.623 alunos em toda a rede de ensino médio, assim distribuídos: estadual: 121.971; federal: 3.300; municipal: 52.507 e particular: 28.845. Estabelecendo uma comparação histórica entre 1995 a 2000, considerando apenas as redes públicas estadual e municipal, os números indicam um crescimento da matrícula na rede estadual, entre 1995 e 2000, da ordem de 82,4% e de 162,2% na rede municipal.

Conclui-se, portanto, que as redes públicas estadual e municipais, apresentaram um aumento conjunto da ordem de 100,8%, com destaque expressivo para a rede municipal que, sozinha, teve um aumento duas vezes maior que a rede estadual. Mesmo com este significativo aumento na oferta de matrícula, temos ainda cerca de 400 mil pessoas fora da escola de ensino médio no Maranhão, de acordo com as informações da Gerência de Desenvolvimento Humano. Esta questão da demanda é tão séria que, no início deste ano, 12 mil jovens se inscreveram para se submeterem a um processo seletivo para concorrer a 2.565 vagas, no Liceu e no CEGEL.

O artigo 10, da Lei 9394, de 20/12/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB), dispõe sobre as obrigações que as unidades federativas têm com a educação, quando afirma em seu inciso VI, que cabe ao Estado: "assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio".

Pela leitura dos dados acima coligidos, podemos concluir que nestes seis anos de governo da Srª Roseana Sarney, diferente do que tem afirmado a propaganda governamental, os jovens maranhenses ficaram reféns de políticas públicas que assegurassem a sua inclusão democrática na rede pública de ensino médio, segundo os princípios previstos no artigo 3º, da LDB, quais sejam: igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, respeito à liberdade e apreço à tolerância, gestão democrática do ensino público e garantia de padrão de qualidade.

A governadora Roseana Sarney e os titulares da Pasta de Educação, inicialmente, o deputado federal Gastão Vieira, entre 1995/1998, e, desde janeiro de 1999, até a presente data, ainda por fazer o governo em exercício, o Sr. Edson Lobão, não cumpriram com a sua obrigação de

como é o caso das antigas Lojas Abreu, na Rua da Paz e Rua Saranina, de propriedade do Gerente de Qualidade de Vida do Governo Estadual, Sr. João Guilherme Abreu.

Nenhum concurso público foi realizado pelo governo, mas apenas três seleções para contratação temporária de professores. Depois do histórico movimento, que envolveu professores e alunos, coordenado pelo SIMTEP/UPAON-ACU, entre os meses de maio e julho/2000, o qual culminou com uma greve dos professores que durou duas semanas e um acampamento em frente ao Palácio do Governo que durou 37 dias e que, apesar da repressão da Cavalaria da PM, contou com a presença da governadora Roseana Sarney, que suspendeu as demissões dos contratados e garantiu que o concurso seria realizado.

Nos jornais do dia 29/08/2000, o governo anunciou a realização do concurso, através do Gerente de Administração e Modernização, Gerente Luciano Moreira. Ressalte-se que a realização do concurso foi objeto de uma audiência do Gerente Danilo Furtado, junto à Curadoria Especializada do Patrimônio Público, em abril/2000, oportunidade em que este assinou um termo de compromisso, dando a sua palavra e a da governadora de que o concurso para o magistério seria realizado no início deste ano de 2001.

O governo estava mentindo para a sociedade e para os professores, pois ao invés do concurso, o governo apareceu com a mirabolante proposta de implantação de cursos de licenciatura no âmbito do Telecurso 2000, da Fundação Roberto Marinho, mantendo a política de precarização do trabalho docente.

É importante estarmos atentos para os prejuízos que a função do orientador de aprendizagem trará à formação acadêmica desses(as) profissionais, e mesmo à existência de cursos de licenciatura no âmbito das Universidades, haja vista que as Instituições de Ensino Superior não habilitam os profissionais nessa função, pois são habilitados em ciências/disciplinas específicas, com o aprofundamento teórico e prático determinado pela legislação brasileira.

Ressaltamos, portanto, que o convênio com a Fundação Roberto Marinho/Rede Globo, implicará na perda da qualidade do ensino a ser oferecido, bem como em mais demissões de contratados e ameaças sobre os professores efetivos, de redução, de perda da GAM, etc.

Além disso, o governo estadual não realizou investimentos sérios na aquisição de novos recursos pedagógicos e multimeios para melhorar o trabalho dos profissionais da educação, e desta forma, dar mais qualidade ao processo de ensino-aprendizagem. Ao invés de dotar as "bibliotecas" das escolas com os livros necessários, o governo deixou-as no mais completo abandono. É deplorável visitá-las e observar os espaços destinados a estas "bibliotecas", com placas homenageando intelectuais, escritores e educadores maranhenses e não vemos absolutamente livro algum, mas apenas salas vazias e depredadas.

Ao invés de adotar um ensino supletivo no lugar do ensino regular e oferecer com conteúdo algum que expresse a nossa cultura e a nossa sociedade, além de não conter as disciplinas Filosofia, Sociologia, História e Geografia do Maranhão e Artes, o governo deveria investir na melhoria da qualidade da educação, dotando as escolas de bibliotecas devidamente instaladas e com livros à disposição do aluno.

Apesar de ter criado e mantido a primeira versão do Programa de Capacitação Docente - PROCAD, realizado no âmbito da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, ainda na gestão do governador Edson Lobão, o governo da Srª Roseana Sarney abandonou o PROCAD e hoje, a UEMA cobra mensalidades de R\$90,00 para os alunos desse programa, numa atitude ilegal.

O governo penaliza seus professores do ensino fundamental e diz que o convênio é necessário porque no interior não tem professor habilitado em nível de 1º

jovens maranhenses que estudam na escola pública de ensino médio. Afinal, o governo não lhes oferecerá educação de qualidade, pois ao substituir um professor legalmente habilitado por um aparelho de TV-Video e colocar um orientador de aprendizagem, o governo acarretará prejuízos irreparáveis para a cidadania desses 150 mil jovens que estão sendo obrigados a entrarem nesse sistema de supletivo, num desrespeito flagrante aos ditames do artigo 4º, inciso VI, da LDB: "o dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando".

Além de enriquecer ainda mais o Sr. Roberto Marinho, a governadora Sarney lucrificará ainda mais as precárias condições em que se mantém a educação maranhense e levará o nosso estado a um desempenho ainda mais desastroso e sofrível quando das avaliações nacionais feitas pelo MEC. Além, no mesmo mês de novembro em que assinava esse convênio, a imprensa destacava que o Maranhão tinha recuado a índices piores que os obtidos em 1995. Afinal, são apenas os alunos das escolas particulares que têm o direito de ter uma educação de qualidade? E os filhos da classe trabalhadora não são cidadãos com os mesmos direitos?

Esse sistema de teleaulas criado na década de 1960 pelo então governador José Sarney, que se pretendia revolucionário, ao que tudo indica, não se mostrou viável, nem sob o ponto de vista estrutural e nem pedagógico, haja vista o seu abandono lateral pelos sucessivos governos estaduais empossados após a sua criação, bem como as consequências que trouxe na formação de milhares de crianças e jovens maranhenses, gerando toda sorte de controvérsias e polêmicas quanto à sua eficácia. Se o sistema de teleaulas é tão mediano e positivo para os alunos, porque a governadora Roseana Sarney, ao invés de destinar essa enorme quantidade de recursos para a Fundação Roberto Marinho/Rede Globo, não investe na reestruturação e modernização da própria TV? Será que ela está, na verdade, criando o antigo CEMA, numa versão pós-moderna, privatizada e supletivamente aligeirada?

Desde que o termo desse convênio foram sendo conhecidos, temos conclamado a categoria e a sociedade civil reagir em defesa de seus direitos. Inclusive em relação à maneira de contratação dos orientadores de aprendizagem, feita de maneira fraudulenta, através de uma cooperativa de trabalho do Amazonas, chamada Global Coop, que não garantiria nenhum direito trabalhista (férias, 13º, repouso remunerado, etc.) a estes profissionais e que não tem como objetivo estatutário, trabalhar na área da educação. Esses colegas serão superexplorados e desrespeitados na sua condição, precarizando ainda mais a educação. Mas para o governo, estes educadores são mão-de-obra barata e descartável, sem direito a nada.

Na verdade, nesta questão da contratação dos profissionais que irão trabalhar nesse supletivo, o governo estadual mentiu mais uma vez, agora em companhia da própria Fundação Roberto Marinho. A Fundação, em documento datada de 14/12/2000, enviado para a Gerência de Desenvolvimento Humano, em seu item 5, afirmava categoricamente: "os critérios de seleção serão radicalmente objetivos e transparentes". Ora, será que a Rede Globo pensa que somos bobos? Onde foi parar o seletivo que seria realizado pela Fundação Getúlio Vargas? Pode-se chamar de transparente uma seleção feita sem critérios, sem a publicidade prevista na Constituição Federal e na Estadual? Afinal, porque não se publicou uma lista dos aprovados na imprensa, ao invés de ficarem telefonando para a casa de alguns dos candidatos, deixando a grande maioria alheia e sem perspectiva alguma? Isto é sério?

Enquanto massacrava os profissionais da educação maranhense, a governadora anunciava no dia 22/11/2000, que faria concurso para a UEMA e para o CINTRA. Será cômico se não fosse trágico, quase três meses depois, a governadora

terminando o afastamento dos bolsistas e a realização imediata do concurso na rede municipal da capital. Esta será uma grande vitória dos educadores maranhenses!

A guisa de conclusão, gostaria de registrar e, ao mesmo tempo, lamentar o seguinte trecho do discurso da governadora Roseana Sarney no dia da assinatura desse convênio com a Fundação Roberto Marinho/Rede Globo: "O projeto Viva Educação que será desenvolvido com o apoio técnico-científico da Fundação Roberto Marinho (...) vai efetivamente provocar, no período de um ano e meio, uma verdadeira revolução no quadro educacional de nosso estado".

Excelentíssima Senhora Governadora, nós gostaríamos de acreditar na sua palavra, mas é impossível. Na verdade, a Senhora deveria ter estudado mais a questão e levar o nosso estado a um desempenho ainda mais desastroso e sofrível quando das avaliações nacionais feitas pelo MEC. Além, no mesmo mês de novembro em que assinava esse convênio, a imprensa destacava que o Maranhão tinha recuado a índices piores que os obtidos em 1995. Afinal, são apenas os alunos das escolas particulares que têm o direito de ter uma educação de qualidade? E os filhos da classe trabalhadora não são cidadãos com os mesmos direitos?

Esse sistema de teleaulas criado na década de 1960 pelo então governador José Sarney, que se pretendia revolucionário, ao que tudo indica, não se mostrou viável, nem sob o ponto de vista estrutural e nem pedagógico, haja vista o seu abandono lateral pelos sucessivos governos estaduais empossados após a sua criação, bem como as consequências que trouxe na formação de milhares de crianças e jovens maranhenses, gerando toda sorte de controvérsias e polêmicas quanto à sua eficácia. Se o sistema de teleaulas é tão mediano e positivo para os alunos, porque a governadora Roseana Sarney, ao invés de destinar essa enorme quantidade de recursos para a Fundação Roberto Marinho/Rede Globo, não investe na reestruturação e modernização da própria TV? Será que ela está, na verdade, criando o antigo CEMA, numa versão pós-moderna, privatizada e supletivamente aligeirada?

Desde que o termo desse convênio foram sendo conhecidos, temos conclamado a categoria e a sociedade civil reagir em defesa de seus direitos. Inclusive em relação à maneira de contratação dos orientadores de aprendizagem, feita de maneira fraudulenta, através de uma cooperativa de trabalho do Amazonas, chamada Global Coop, que não garantiria nenhum direito trabalhista (férias, 13º, repouso remunerado, etc.) a estes profissionais e que não tem como objetivo estatutário, trabalhar na área da educação. Esses colegas serão superexplorados e desrespeitados na sua condição, precarizando ainda mais a educação. Mas para o governo, estes educadores são mão-de-obra barata e descartável, sem direito a nada.

Na verdade, nesta questão da contratação dos profissionais que irão trabalhar nesse supletivo, o governo estadual mentiu mais uma vez, agora em companhia da própria Fundação Roberto Marinho. A Fundação, em documento datada de 14/12/2000, enviado para a Gerência de Desenvolvimento Humano, em seu item 5, afirmava categoricamente: "os critérios de seleção serão radicalmente objetivos e transparentes". Ora, será que a Rede Globo pensa que somos bobos? Onde foi parar o seletivo que seria realizado pela Fundação Getúlio Vargas? Pode-se chamar de transparente uma seleção feita sem critérios, sem a publicidade prevista na Constituição Federal e na Estadual? Afinal, porque não se publicou uma lista dos aprovados na imprensa, ao invés de ficarem telefonando para a casa de alguns dos candidatos, deixando a grande maioria alheia e sem perspectiva alguma? Isto é sério?

Enquanto massacrava os profissionais da educação maranhense, a governadora anunciava no dia 22/11/2000, que faria concurso para a UEMA e para o CINTRA. Será cômico se não fosse trágico, quase três meses depois, a governadora terminando o afastamento dos bolsistas e a realização imediata do concurso na rede municipal da capital. Esta será uma grande vitória dos educadores maranhenses!

Anexo N - Informe JP Viva Educação

Deputada faz campanha pela melhoria do ensino no Estado

Jorge Vieira
 Editoria de política

Preocupada com a qualidade do ensino médio no Estado e com o elevado índice de defasagem em relação ao primeiro grau, a deputada Teresa Murad (PSB) está lançando a "Campanha pela Qualidade no Ensino, Acerte e Ganhe" com a finalidade de alertar a população para as falácias governamentais sobre os índices educacionais que lhe são apresentados. Através de pesquisa, a parlamentar deseja saber do cidadão maranhense, por exemplo, quantas escolas de segundo grau a administração Roseana Sarney construiu no período de 1995/2000. Os participantes concorrerão a prêmios.

A campanha oferece como atrativo aos participantes que preencherem corretamente o formulário um micro computador completo. Segundo Teresa Murad, a iniciativa poderá

permitir a identificação dos verdadeiros responsáveis pela decadência do ensino de segundo grau no Estado nos últimos anos. "Como eu não tenho conhecimento da construção de um único colégio de 2º grau ao longo dos últimos seis anos, resolvi perguntar à população minha ou se realmente o Estado deixou de cumprir sua finalidade neste setor, considerado vital para o desenvolvimento da sociedade", justifica.

Além do micro, serão sorteados dia 13 de dezembro, às 10h, em frente a Biblioteca Pública, na Praça Deodoro, assinaturas das revistas Veja e Superinteressante, CD rom do Dicionário Aurélio e um super Dicionário Aurélio. A entrega dos cupons na capital poderá ser feita até o dia 12 de dezembro nos postos instalados na Assembleia Legislativa, Praça João Lisboa, Praça Deodoro,

Shopping do Cidadão, Sindicato dos Professores, UFMA, UEMA, CEUMA e no interior até 10 de dezembro, nos diretórios municipais do PSB. Para participar do sorteio "Acerte e Ganhe", a pessoa terá que responder corretamente as seis perguntas existentes no formulário da pesquisa.

Para a parlamentar, a campanha nada tem de pessoal contra a governadora, deseja apenas saber quantas escolas públicas de ensino médio o governo do Maranhão construiu nos últimos seis anos. "A realidade, infelizmente, para o nosso sofrido Maranhão, é que o governo do Estado, na pessoa da governadora Roseana Sarney, não fez nestes últimos seis anos de governo nada para solucionar o ensino de segundo grau. Não fez nenhum investimento no setor para melhorar os vergonhosos índices do ensino médio", critica Teresa.

Disque Assinatura 231-1737

Informe JP

"Viva Educação"

A deputada lembrar que, em recente pronunciamento, a governadora reconheceu que o Estado só possui escolas de segundo grau em sessenta dos 217 municípios, o que já daria para dimensionar o número de jovens que ficaram à margem do processo educacional. Em sua avaliação, o projeto "Viva Educação", teria por finalidade apenas melhorar os índices e alavancar sua candidatura em 2002, já que nestes dois últimos anos de sua administração dificilmente conseguiria se justificar para as 180 mil pessoas que ficaram fora da sala de aula. O que ela está fazendo é um escalabro contra a classe do magistério: é uma falta de respeito com o professor, uma vez que tira a chance da real presença do professor regente", enfatiza.

"Viva Educação" (2)

Na última quarta-feira, dia 22, a governadora Roseana Sarney e diretor-geral da Fundação Roberto Maranhão, José Roberto Maranhão, assinaram convênio no valor de R\$ 114 milhões para a implantação do projeto "Viva Educação". O empreendimento implica a montagem de 3.500 telessalas equipadas com kits tecnológico e material didático e visa atender, até o ano de 2002, cerca de 150 mil pessoas que não tiveram acesso ao segundo grau. O programa, que dar oportunidade aos interessados concluírem o segundo grau em um ano e três meses, está sendo muito criticado, principalmente pelos professores que estavam se preparando para fazer o concurso anunciado pelo governo para suprir carência de docentes nas escolas.

Baixa frequência

Um dos raros deputados presente a solenidade de assinatura do convênio entre o governo do Estado e o Ministério da Reforma Agrária, na última sexta-feira, estranhou a baixa frequência de parlamentares no Palácio Henriqueta de I a Rocque. Conforme a fonte, que possui trânsito livre junto à família da governadora, nenhum deputado federal esteve presente ao ato.

quando se defenderá da acusação de promover propaganda pessoal permeada com a oficial e paga com recursos públicos. Além dessa denúncia da propaganda, tramitam na Justiça mais oito processos sobre abuso de poder econômico e improbidade administrativa. As denúncias envolvem também o vereador Luis Henrique Pinheiro, o suplente José Renato, Boaventura Ferreira Soares e Inaldo Everton e partiram do promotor Cláudio Alencar.

Fábrica de Craques

Os bairros do Anil, São Cristóvão, São Francisco e Anjo da Guarda são apontados como fábricas de craques. Mais de 80 % dos jogadores que foram para o exterior se formaram nos campos desses quatro bairros. O bairro que mais produz é o Anil, logo atrás vem o São Cristóvão, comandado pelo vereador Albino Socorro.

Passe livre

O goleador do Moto Club Jackie Jones dificilmente vestirá a camisa rubro-negra em 2.001. Ele está com o passe livre e vários clubes do Nordeste atrás dele.

Cronograma

São Luís, domingo, 26 de novembro de 2000

ANI

JORNAL PEQUENO

Disque Assinatura 231-1737

3

Anexo O - Tele-ensino não é a maravilha que o governo do Estado alardeia

antes da sua inauguração

PROFESSOR DA UNIVERSIDADE DO CEARÁ AFIRMA:

18/12 "Tele-ensino não é a maravilha que o governo do Estado alardeia"

O programa tele-ensino não é a maravilha que o Governo Estadual alardeia. Esta foi a mensagem principal passada pelo professor - doutor Idevaldo Bodião, da Universidade Federal do Ceará, em palestra proferida na tarde de ontem (13.02), no auditório do Sindicato dos Bancários, uma iniciativa do Sindicato dos Trabalhadores Em Educação da Ilha de São Luís (SINTEP/UPA-ON AÇU).

O programa Viva Educação, também chamado tele-ensino, foi oficialmente lançado na Segunda-feira, 12.02, pelo governador em exercício José Reinaldo Tavares, na presença dos gerentes setoriais, representantes da Fundação Roberto Marinho, em auditório lotado de professores e alunos. O lançamento contou com uma complexa campanha publicitária em outdoor's, anúncios em jornais, rádios, e televisões, veiculada nacionalmente.

O professor Idevaldo, que fez a sua tese de doutoramento sobre o programa tele-ensino do vizinho Estado do Ceará, que, segundo o Governo Estadual, serviu de modelo para o Maranhão, classifica a o programa como "um perigo que vem se alastrando pelo país", pois condensa o ensino médio, antigo 2º grau, em apenas um ano, o que ele chama de 3X1; utiliza a figura do orientador de aprendizagem, chamado de O. A., em sala de aula e exige-se do mesmo uma formação polivalente, uma vez que o mesmo é o responsável pela condução de todas as disciplinas, independente da sua formação específica. "Não temos professores com esse nível de formação", acredita o pesquisador.

Diante da impossibilidade do Orientador de Aprendizagem dominar todos os conteúdos, o programa tele-ensino, de acordo com o professor, apóia-se na autonomia do aluno em assimilar os conteúdos veiculados pela televisão e impressos nos manuais distribuídos em sala. Os teóricos do programa citam o educador Paulo Freire de forma oportunista, dizendo que o programa ensina o aluno a aprender, pois o programa visa assegurar um alto índice de aprovação, mas não garante a aprendizagem.

"Vivemos, no atual momento, a consolidação de uma sociedade do conhecimento, de forma que quem detém o conhecimento controla o mundo. Nada vale um diploma sem o conhecimento e, portanto, trata-se de enganação, de uma exclusão subliminar de jovens dos segmentos mais empobrecidos da sociedade brasileira", analisa.

Segundo Idevaldo o problema do atraso escolar é, na verdade, a manifestação do fracasso do sistema, mas, com o programa tele-ensino os governos que adotam o programa

transferem o problema para os jovens, que saem da escola com diploma mas não conseguem continuar os estudos, passar no vestibular, por exemplo, ou arranjar um bom emprego no mercado competitivo da atualidade. "Os governantes querem fazer uma maquiagem nos números, nos déficit's do sistema educacional.

O pesquisador acredita que é preciso lutar pela inclusão na escola de qualidade, em um modelo que atenda os interesses do usuário da escola pública. Ele exemplifica que no Ceará ocorreu um esvaziamento do conteúdo, ou seja, os alunos perceberam que não era preciso estudar para passar de ano e a escola do tele-ensino acabou virando uma escola não do estudo, mas do prazer e da brincadeira. No caso do segundo grau, no Maranhão, ele prevê o resultado final com "um verdadeiro desastre".

DESVIO DE RECURSOS

A palestra do professor Idevaldo Bodião contou com a presença de representantes de estudantes, professores, sindicalistas, representantes dos partidos de esquerda e dos parlamentares Haroldo Sabóia (vereador PT), Tereza Murad (Deputada Estadual PSB), Helena Heluy (Deputada Estadual PT), entre outros. Haroldo Sabóia, ao usar a palavra, falou que a campanha do programa está sendo veiculada nacionalmente, sinal de que o programa pode fazer parte de uma estratégia montada entre o grupo político do senador Sarney e a Rede Globo. "Estamos assistindo uma armação que transfere recursos públicos para a Rede Globo, que se encarrega de fazer a promoção da imagem pessoal da governadora Roseana Sarney", acredita Haroldo, que, estabelece também uma relação de semelhança com o Governador do Ceará, Tasso Jereissati, uma vez que ambos são detentores de emissoras repetidoras afiliadas à Rede Globo e também tiveram seus nomes lançados como possíveis candidatos à presidência da república. "O interessante é que, apesar do controle dos meios de comunicação, do poder da Rede Globo e da campanha publicitária, o programa tele-ensino está tendo uma repercussão muito negativa por parte da sociedade maranhense", pondera o vereador.

Para os dirigentes do SINTEP/UPA-ON AÇU, o evento foi apenas um ato inicial de uma série de iniciativas que serão adotadas no enfrentamento do programa tele-ensino/viva educação. O SINTEP no final do ano passado acampou por vários dias na frente da sede do governo, na luta pela realização de concursos públicos na área da educação.

Anexo P - Roseana deixa de realizar concurso para professor e contrata o ensino da Globo

São Luis, segunda-feira, 20 de outubro de 2000

JORNAL PEQUENO

Roseana deixa de realizar concurso para professor e contrata o ensino da Globo

Com o programa, governo pretende acelerar o ensino público

JOSÉ MACHADO
Especial para o JP

O Governo do Estado não vai mais realizar o anunciado concurso público com o objetivo de selecionar e nomear cerca de dois mil professores para a rede de ensino estadual. Para suprir a carência desses profissionais, a governadora Roseana Sarney preferiu contratar a Fundação Roberto Marinho, promover um amplo programa, de ensino pela televisão no horário noturno, com a principal finalidade de recuperar alunos que se encontram atrasados em relação à sua idade escolar. Esse sistema exige a presença de apenas um professor-monitor em cada sala de aula, o que compensaria o déficit de professores que a rede do ensino médio enfrenta no momento.

Contrato para esse fim e com vigência de um ano e quatro meses está sendo assinado entre a Gerência de Desenvolvimento Humano e a Fundação Roberto Marinho que, por sua vez, vai terceirizar a gestão do novo programa de tele-ensino do Maranhão à Fundação Getúlio Vargas. Esta é quem executará o sistema já moldado pela fundação que leva o nome do presidente das organizações Globo, detentora e líder da tecnologia de produção de tele-aulas e de sua veiculação.

Contactado pelo Jornal Pequeno, o gerente de Desenvolvimento Humano, Danilo Furtado, confirmou as negociações, "já em fase conclusiva", com a Fundação Roberto Marinho, acrescentando, porém, que é a Fundação Getúlio Vargas, gestora do programa de tele-ensino, quem vai promover um seletivo para contratar os monitores - cerca de 3.500 -, dando prioridade aos mais de dois mil professores classificados que participaram do último seletivo promovido pelo Governo do Estado, muitos deles atualmente em sala de aula, embora com contratos temporários.

Pelo que já teria sido acertado entre os convenientes, o valor dos salários dos professores-monitores será calculado de acordo com a sua qualificação profissional e seguindo uma tabela muito parecida com a que o Governo do Estado se utiliza para remunerar seus mestres.

Danilo Furtado argumentou que a parceria entre o Governo do Estado e a Fundação Roberto Marinho tornou-se necessária para acelerar o processo de ensino-aprendizagem de cerca de 180 mil alunos em todo o Estado, daí o nome de "programa de correção de fluxo", que só o ensino pela televisão poderia pro-



Danilo Furtado confirma contrato com a Fundação Roberto Marinho

opiciar. Esse programa já estaria passando por um atraso de dois anos. Assim, o contrato terá validade até o primeiro quadrimestre de 2002, quando, finalmente, o Governo do Estado, realizaria o concurso. Isso, claro, dependeria dos resultados do programa de correção de fluxo.

A professora Lucimá Goes, presidente do Sindicato dos Professores do Estado do Maranhão, (Sinproesema), disse ao JP ainda não conhecer, em detalhes, o novo programa do governo que vai promover o tele-ensino a aproximadamente 180 mil estudantes maranhenses segundo os moldes da Fundação Roberto Marinho. "Apenas conversei, rapidamente, com o gerente de Desenvolvimento Humano, Danilo Furtado sobre o assunto", adiantou. Na sua

opinião, o conteúdo das aulas e a metodologia aplicada pela Fundação Roberto Marinho são conhecidos, mas tem preocupação quanto ao critério de um só professor-monitor ficar em sala de aula para tirar dúvidas suscitadas pelos alunos sobre as várias disciplinas oferecidas nos cursos de ensino médio.

Lucimá Goes declarou, ainda, que a frustração da classe dos professores com a suspensão do concurso há muito anunciado pelo governo estadual é um fato - quando se sabe que muitos deles já se preparavam para as provas - que poderá ser compensado em parte com o seletivo para a contratação de monitores - mais uma vez em caráter temporário.

Investigação

49
JORNAL PEQUENO

JORNAL PEQUENO



Patrimônio da Humanidade

Nº 19.947 • R\$ 1,00

Fundador: José Ribamar Bógéa - Ano: XLIX

São Luís, segunda-feira, 20 de novembro de 2000

ÓRGÃO DAS MULTIDÕES

ROSEANA DEIXA DE REALIZAR CONCURSO

Professores da rede estadual serão substituídos por ensino da Globo

O Governo do Estado não vai mais realizar o anunciado concurso público com o objetivo de selecionar e nomear cerca de dois mil professores para a rede de ensino estadual.

Página 3



Danilo Furtado confirma contrato com a Fundação Roberto Marinho

ASSINATURA

Anexo R - Governadora diz que Estado mantém escolas de 2º grau em apenas 60 cidades

Governadora diz que Estado mantém escolas de 2º grau em apenas 60 cidades

Assimado, ontem, entre a governadora Roseana e o diretor-geral da Fundação Roberto Marinho, José Roberto Marinho, o convênio que assegura, a partir de janeiro, a jovens e adultos de todos os 217 municípios maranhenses ensino médio (2º Grau) de qualidade.

Informou a governadora que atualmente o Estado mantém apenas 60 das 217 municípios maranhenses e que em janeiro de 2001 todos os municípios vão dispor de, pelo menos, uma sala de telecurso do segundo grau, com monitor treinado e material didá-

tico e de apoio disponíveis. Confirmou Roseana que no programa Viva Educação serão investidos R\$ 124 milhões para equipar 3.500 tele-salas com kits tecnológicos e material didático, incluindo bibliotecas. Até o ano de 2002, segundo ela, serão atendidas 150 mil pessoas que terão a oportunidade de concluir os seus estudos em 1 ano e três meses.

Roseana revelou que 70% dos estudantes maranhenses em decorrência, principalmente, do ingresso tardio nas escolas e de sucessivas repetências estão des-tanciados da faixa etária regular de 15 a 17 anos, correspondente

ao segundo grau.

“A reprovação e a defasagem impossibilitam o acesso de outros jovens as escolas. Então, nos insurgimos e temos lutado obstinadamente desde 1995, de forma pioneira no Brasil, com a implantação de projetos alternativos para reverter esse quadro”, assinalou.

O diretor-geral da Fundação Roberto Marinho, José Roberto Marinho, informou que no Viva Educação será utilizada a metodologia educacional do Telecurso 2º Grau – programa que beneficia brasileiros residentes no Japão, EUA e Timor Leste.



Governadora Roseana Sarney

Anexo S - Roseana admite que seu governo não tem política educacional



JORNAL PEQUENO



Patrimônio da Humanidade
São Luís

O ÓRGÃO DAS MULTIDÕES

Fundador: José Ribamar Bogéa - Ano: XLIX

São Luís, sexta-feira, 24 de novembro de 2000 • Nº 19.951 • R\$ 1,00

Roseana admite que seu governo não tem política educacional

Ao afirmar, na solenidade de assinatura do convênio com a Fundação Roberto Marinho, que no Maranhão só existe ensino médio em 60 dos 217 municípios - pela Constituição Federal, o Estado é obrigado a oferecer o segundo grau à população -, a governadora Roseana Sarney admite que em mais de dois terços das nossas cidades o Governo Estadual não cumpre com sua obrigação. Desde que assumiu, em 1.995, Roseana não construiu uma unidade de ensino Médio em todo o Estado. Em São Luís, os últimos colégios de nível Médio - o Cintra e Edison Lobão - foram inaugurados no governo Lobão. A ausência do sistema de ensino do segundo grau em mais de 70 % dos nossos municípios denuncia, por si só, que o atual governo não possui Política Educacional.

Leia editorial Confissão pública, na página 3

Anexo T - Educação para propaganda

8/3/01

Educação para propaganda

Somente esta semana, em São Luís, houve duas manifestações públicas de protesto ao Projeto "Viva Educação" ou Telensino encabeçadas por entidades que congregam os professores do Maranhão. E a insatisfação também atinge os municípios do interior, como Caxias, Imperatriz, Santa Inês, Bacabal, Pindheiro e Mata Roma.

O Telensino foi lançado pela governadora Roseana Sarney como uma solução para os problemas do 2º grau. No Maranhão, o Estado mantém escolas de Nível Médio em apenas 40 dos 217 municípios. Com a motivação injetada pelos recursos do Fundef, os prefeitos maranhenses ampliaram as matrículas do ensino Fundamental, aumentando nestes últimos dois anos em mais de 30% os concluintes, que buscam matrícula no 2º grau para prosseguir os estudos.

O Governo do Maranhão, nestes últimos seis anos, não fortaleceu sua rede de ensino, para satisfazer a demanda e a situação se agravou. E o Telensino veio como se fosse a tábua de salvação. O Projeto "Viva Educação" foi elaborado com amparo legal na Lei de Diretrizes de Base da Educação, aprovada em 98, que prevê programa de aceleração do ensino para alunos defasados, ou que estejam com mais de 18 anos para ingressar no secundário. Sob este pretexto, o Governo do Estado contratou a Fundação Roberto Marinho para implantar o Telensino para dentro de 15 meses concluir as três séries do Nível Médio.

Houve muito protesto na ocasião do contrato. Os professores cerraram fileiras contra o que classificaram de "Supletívão" por televisão que iria roubar a chance de empregos de milhares deles. Um só monitor estava programado para substituir os professores das disciplinas do secundário. De saída, o Telensino foi apontado como a falência do sistema de Licenciatura da Universidade Federal do Estado do Maranhão-Ufma, que forma professores de curso superior para o nível médio, especificamente para Física, Química, Matemática, História, Geografia, Filosofia ou Letras (Português). Os concursos também sempre foram abertos para cada disciplina e os professores de Física não podiam sequer se inscrever para ensinar Química ou Matemática e muito menos Geografia. Mas o Governo Roseana não promoveu qualquer concurso desde que assumiu o seu primeiro mandato, em 95, e não construiu uma sala de aula para o Nível Médio. As mais recentes inaugurações de unidades do 2º Grau da rede estadual deram-se no governo Lobão com o Centro de Ensino Edison Lobão, no Canto da Fabril; o Barjonas Lobão, no Cohatrac, e o Cintra, no Anil.

Sob protestos do Sinproesemma (Sindicato dos professores Públicos Especialistas em Educação Pública e Servidores Públicos da Educação Estadual do Ensino de 1º e 2º Graus do Estado do Maranhão) e do Sintep/Upaon-Açu (Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Ilha de São Luís), o Governo do Estado contratou a Fundação Roberto Marinho e, no dia 12 de fevereiro deste ano, o Telensino foi implementado com um monitor polivalente, para tirar as dúvidas dos alunos. O programa alcança quase todos os municípios maranhenses e objetiva atender 150 mil alunos. As lideranças sindicais asseguram que a Lei de Diretrizes de Base da Educação, de autoria do saudoso Darcy Ribeiro, foi burlada. No Telensino, matricularam-se estudantes de 15 anos e são muitos com idade abaixo dos 18. Em São Luís, há salas de Telensino até no Liceu.

O Sinproesemma e Sintep/Upaon-Açu não se entendem e não são poucas as farpas venenosas que trocam entre si. Mas, quanto ao Telensino, promovem manifestações de protesto semelhantes. O Sinproesemma admite o Telensino com professor específico para cada matéria e contesta a figura do monitor para todas as disciplinas, enfim admite o ensino a distância como mais um recurso à disposição dos estudantes e também dos professores e propõe a inclusão de Sociologia, Filosofia, Artes, Geografia do Maranhão e História do Maranhão. O Sintep protesta e prega o boicote e a desobediência civil para acabar com o Telensino, argumentando que assim age em defesa de uma educação de qualidade. As duas entidades não só contestam o Telensino como apresentam quase as mesmas soluções: a realização de concurso público e melhoria da qualidade da educação pública. No ensino médio do Maranhão, 60% dos docentes não possuem habilitação exigida para exercer a sua função. E até Zé Doça, município sede de uma Gerência Regional, não dispõe de escola pública de ensino do 2º Grau.

Anualmente, estima-se que nas 80 unidades de ensino (particular e pública) do Maranhão, 30 mil estudantes concluem o 2º Grau, metade pertence à rede estadual. Com o Projeto "Viva Educação" através do Telecurso da Fundação Roberto Marinho, o Governo Roseana Sarney quer aumentar em mais 150 mil, um pulo fenomenal para encher as estatísticas com um aumento de 1.000%, vendendo a imagem de que revolucionou o ensino. O "Viva Educação" é um programa para maquiagem a vergonhosa realidade de um Estado com as tradições culturais do Maranhão, onde os indicadores sociais destacam o seu ensino de Nível Médio como um dos piores do Brasil.

Os protestos do Sinproesemma e do Sintep não sensibilizaram o Governo do Estado, que teima na implementação do Telensino que nestes seus primeiros dias só gerou fracasso e protestos.

A equipe da governadora Roseana Sarney continua a defender o Telensino, que custou ao Estado mais de R\$ 102 milhões e que distribuirá, no mês de maio do próximo ano, 150 mil diplomas do curso secundário a jovens despreparados, sem nenhuma condição de ingressar no mercado de trabalho e muito menos numa Universidade.

Com seu Projeto "Viva Educação", Roseana certamente pretende colher dividendos eleitorais. O próximo ano será o da sua sucessão e ela distribuirá os diplomas no mês de maio, época que praticamente abre o período eleitoral.

O IMPARCIAL

GRANDE SÃO LUÍS

São Luís, quarta-feira, 15 de agosto de 2001

Coordenador: Ribamar Passeres - sub-coordenador: Samartany TELEFONE: (098) 235-2030 / celular 243 - FAX: (098) 235-5028 - E-mail: proseres@pacellibo.com.br

MP aperta cooperativa do telensino

HÁ SUSPEITA DE IRREGULARIDADES NA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES. COODESCOOP NEGA O FATO

Por Edvânia Kátia
da equipe de O IMPARCIAL

Fecha-se o cerco à Cooperativa de Desenvolvimento Solidário do Maranhão (Coopescop - MAR), que presta serviço para o projeto Viva Educação. Uma lista de irregularidades é apontada pelo Ministério Público do Trabalho que está reunindo argumentos para ingressar com uma ação pedindo a regularização dos contratos. Para o Ministério Público, os contratos ferem a lei. Antes de ingressar com a ação o MP ainda vai fazer uma última tentativa de acordo. Vai propor um termo de ajuste para regularização dos contratos dos professores. Se a tentativa não resultar em nada deve propor uma ação contra o governo do Estado, Fundação Roberto Marinho, Instituto Superior de Administração e Economia (Isae) e Cooperativa de Desenvolvimento Solidário do Maranhão (Coopescop-MAR).

Na cooperativa, a diretoria executiva tenta provar que não há nenhuma irregularidade na formação da entidade e que ninguém está tentando burlar a legislação. A Fundação Roberto Marinho discorda da tese do Ministério Público. Procurado ontem, o gerente de Descri-



Aulas do programa Viva Educação estão ameaçadas pela investigação do MP do Trabalho. Alunos podem ficar sem professores contratados

Professores só trabalham

A investigação é para saber se os professores estão tendo seus direitos lesados. Como explica o procurador Maurício Pessoa Lima, a competência do Ministério Público do Trabalho é esta. Segundo ele há várias irregularidades no processo de formação da cooperativa. As mais graves são as que contrariam o princípio da dupla qualidade e da redistribuição pessoal diferenciada.

"Nenhum dos dois princípios está sendo cumprido. O primeiro se configura quando o cooperador, além de ser um trabalhador é ao mesmo tempo um sócio. "Não é o caso. Na cooperativa, os professores apenas trabalham para a cooperativa. Eles não têm poder de decisão", afirma. "A outra exigência é que, para ser considerada legítima a associação, o cooperador deve se encontrar em melhores condições de trabalho do que se estivesse trabalhando por conta própria, o que não é o caso", afirma o procurador.

A ex-coordenadora da Coopescop-AMA, Maria de Lourdes

Anexo V - Confissão Pública

personagem atuando como jornalista [cutura

CITESE

PESQUISA CIENTÍFICA DO LUIS.

EDITORIAL

Confissão Pública

Na solenidade de assinatura do convênio do Governo do Estado com a Fundação Roberto Marinho, a governadora Roseana Sarney admitiu em seu discurso que o telecurso "não substituiu os cursos regulares do segundo grau. Mas, com certeza, atenderá a todas as áreas onde há defasagem escolar de dois anos ou mais e aquelas onde o Estado não oferece o ensino". E pela Constituição Federal o Estado é obrigado a oferecer o ensino Médio à população. No entanto, no Maranhão só existe o 2º Grau ou ensino Médio apenas em 60 dos 217 municípios maranhenses. Portanto, em mais de dois terços dos nossos municípios, o Governo Estadual não cumpre com sua obrigação.

Desde que assumiu, em 1.995, Roseana não construiu uma unidade de ensino Médio em todo o Estado. Em São Luís, os últimos colégios de nível Médio - o Cintra e Edison Lobão - foram inaugurados no governo Lobão. E a falta de ampliação da rede escolar do ensino Médio está criando estrangulamento. Milhares de jovens que concluem o Fundamental, não têm como prosseguir os estudos porque faltam escolas do nível Médio. Uma prova de que o Maranhão se descuidou da formação dos segmentos mais pobres de sua população se patenteou com a inscrição de mais de 20 mil concludentes do Fundamental para disputar as três mil vagas oferecidas pelo Liceu e Edison Lobão.

Se, nesses seis anos de seu governo, Roseana empacou o ensino Médio no Estado não construindo uma sala de aula, os adolescentes pertencentes à classe média de nossa sociedade não sentem esse descaço, pois podem se dar ao luxo de escolher bons Colégios particulares, localizados na área do Renascer, ou se matricular no Batista, Maristas ou Santa Teresa. Esses Colégios cobram altas mensalidades, impedindo que pobres neles ingressem. E hoje, o Maranhão ostenta o título de Estado mais pobre do Brasil, com 64,28 % de sua população sobrevivendo com menos de R\$ 60,00 por mês e apresen-

tando um índice de 33,52% de analfabetismo, só ficando atrás de Alagoas - 34,07%. Como o Estado não ampliou, nestes últimos seis anos, sua rede de ensino de nível Médio, até pobre no Maranhão que conclui o Fundamental e deseja continuar o estudo é obrigado a entrar em Colégio particular. Em São Luís, há dezenas de Colégios do 2º Grau instalados em bairros populares. A maioria deles funciona precariamente e o ensino que oferece não é de boa qualidade.

A própria governadora declara que "é importante esclarecer que o programa "Viva Educação" não substituiu os cursos regulares do segundo grau. Mas, com certeza, atenderá a todas as áreas onde há defasagem escolar de dois anos ou mais e aqueles onde o Estado não oferece o Ensino". Ora, o Estado só oferece ensino de nível Médio em 60 municípios; logo, em 157 cidades maranhenses não se faz presente, porque o ensino Fundamental é obrigação dos municípios. No governo Fernando Henrique, as Prefeituras passaram a receber recursos do Fundef.

Desde 1995, os municípios maranhenses, por falta de recursos para ampliar sua rede de ensino Fundamental ou de primeiro grau, adotaram o tele-ensino celebrando convênios com a Fundação Roberto Marinho. Povoados de Porto Franco e Imperatriz instalaram suas tele-aulas para substituir os professores, que, naquele momento, não existiam. O sistema de tele-aula só é aconselhável onde não se pode contratar professores, porque o método a distância não desenvolve o questionamento crítico e o aluno sem o professor perde a construção e reconstrução de seu próprio conhecimento. Hoje, mais de 100 municípios maranhenses recorrem às tele-aulas para suprir a deficiência de professores. O Diretor Geral da Fundação Roberto Marinho, José Roberto Marinho, afirmou que o telessala não substituiu o professor e Roseana esclareceu que só optou pelas telessalas, porque a defasagem escolar no Maranhão atinge índice muito alto. E, de fato, a repetência

e a evasão no Maranhão figuram como as de maiores índices no Brasil e cresceram assustadoramente nestes últimos seis anos.

Associado aos problemas de evasão e repetência, a ausência do sistema de ensino do segundo grau em mais de 70 % dos nossos municípios denuncia, por si só, que o Governo Roseana não possui Política Educacional. Pelo seu próprio discurso, Roseana Sarney destacou o descaço como trata a Educação. Ela vai implantar um sistema que reconhece ser inferior ao regular com professores para cada disciplina; a vantagem das telessalas consiste em exigir uma estrutura de pessoal menor, facilitando levá-lo a todos os municípios, além de dispensar a realização de concurso para professores, a fim de contratar amigos através do convênio.

No primeiro semestre de 2.002, o "Viva Educação" permitirá que Roseana Sarney distribua mais de 150 mil diplomas de conclusão de ensino Médio. É isto que ela quer, mesmo sabendo que o "Viva Educação" será uma mera indústria de expedir diplomas a alunos despreparados. Se ela quisesse adotar pra valer o sistema de tele-ensino, equiparia a TV Educativa, antigo Centro de Ensino do Maranhão (Cema), para produzir os programas dentro da realidade maranhense. As peças geradas na Fundação Roberto Marinho refletem a realidade cultural do Sudeste, completamente diferente da nossa e de difícil assimilação para nossos alunos. A TV Educativa é pioneira e foi orgulho para o Maranhão no final da década de 60 e nos anos 70, e possui em seus quadros técnicos altamente especializados.

Com o Convênio Estado - Fundação Roberto Marinho, Roseana Sarney repassa para a poderosa Rede Globo R\$ 124 milhões dos magros cofres maranhenses só para preparar, assim, a falsa imagem de governadora que acabou com os índices negativos do ensino Médio do Maranhão, para avançar sua campanha de 2.002.

Anexo W - Professores protestam contra o tele-ensino e vaiam o vice-governador José Reinaldo

Gabinete da Deputada HELENA BARROS HELUY

Jornal	Página	Editoria/Coluna	Data
Veja	10	Expressão	10/10/01

Justiça pra toda vida

Professores protestam contra o tele-ensino e vaiam o vice-governador José Reinaldo

Após ser vaiado por duas ou três vezes, ontem, quando lia a mensagem de abertura dos trabalhos da Assembléia Legislativa, o governador em exercício José Reinaldo Tavares (PFL) demorou um pouco para deixar o plenário, saindo pela ante-sala, porque temia novas manifestações de professores que estavam no local protestando contra o programa de teleensino pelo qual a Rede Globo vai levar R\$ 102 milhões do Estado. Ao sair, Tavares foi abordado por um batalhão de repórteres, que tratou basicamente do enfraquecimento do PFL em função das disputas do Congresso Nacional e do relacionamento do governo Roseana com os parlamentares.

Quando tinha respondido vários questionamentos, no finalzinho da entrevista coletiva improvisada um repórter colocou em pauta o protesto dos professores, ao perguntar: governador, como o senhor analisa as críticas ao programa de teleensino? José Reinaldo ficou visivelmente contrariado com a abordagem do assunto, mas respondeu que o programa vai permitir que milhares de estudantes que passaram da idade mínima exigida, concluam o 2o Grau, e foi enfático:

- Estão criticando só a tecnologia, mas fomos os pioneiros no ensino à distância através da TV Educativa.

- Mas, por que o Estado não utilizou a TVE para implantar o programa, perguntou o repórter.

- Acontece que a TVE não tem estrutura para dar uma cobertura estadual, respondeu o governador.

Não houve mais tempo para que o governador fosse questionado sobre os motivos pelos quais a TVE não foi dotada dessa estrutura.

Sobre os demais assuntos, o José Reinaldo Tavares disse, por exemplo, que "o PFL nacional está destroçado" e admitiu a possibilidade que os

integrantes do partido no Estado deixem a legenda. Garantiu, no entanto, que isso só vai ser discutido após a governadora Roseana Sarney retornar dos Estados Unidos. Uma das alternativas seria o PMDB, onde já se encontra o ex-presidente José Sarney. O governador em exercício cuidou de prevenir que uma eventual troca de legenda não representará oposição ao presidente FHC.

O novo líder do Governo, Antônio Bacelar (PFL), também estreou na função sob vaias ao defender o

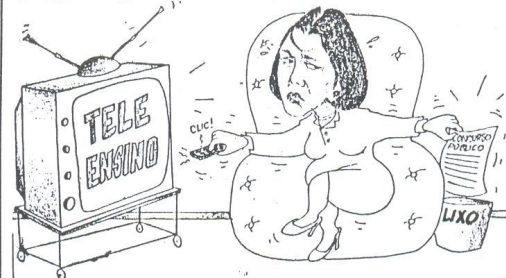
Governo Roseana na abertura dos trabalhos da Assembléia. Os professores estavam bastante irritados nas galerias. Bacelar cuidou logo de mudar de assunto, mas derrapou no Português, ao tentar elogiar as eleições para a Mesa Diretora da AL. Segundo o novo líder, aqui as disputas nunca teriam descido "ao baixo escalão", enquanto no Congresso Nacional aconteceu justamente o contrário. Lá, a disputa chegou, é claro, às palavras de baixo calão trocadas entre Jader Barbalho e ACM.

Lojistas tiram dúvidas sobre cupom fiscal

Anexo X - Roseana anuncia o tele-ensino e sindicatos se mostram indignados

IBMC reuniu 30 casais no Hotel Praia Mar, arrematando o evento com uma queima de fogos nos fundos do Hotel, na praia da Ponta da Areia.

NILTON



niltoncharge@starmedia.com

Roseana anuncia tele-ensino e sindicatos se mostram indignados

Confirmando a notícia dada com exclusividade pelo *Jornal Pequeno*, a governadora Roseana Sarney convidou, ontem, todos os prefeitos maranhenses para a assinatura do convênio com a Fundação Roberto Marinho, que acontecerá no último dia do Seminário de Integração Regional – Estado Município. O convênio vai permitir que 150 mil alunos do ensino médio sejam colocados em 3.700 tele-salas. “Vamos promover uma verdadeira revolução, implantando o segundo grau em todos os municípios, mediante sistema de tele-educação”, explicou.

O Programa vai atender principalmente os alunos de ensino médio que têm dois anos ou mais de defasagem escolar. As aulas, que serão acompanhadas por um orientador de aprendizagem, serão ministradas num período de um ano e quatro meses. Com essa decisão, o governo do Estado não mais realizará o concurso público para professores que havia anunciado.

O gerente de Desenvolvimento Humano, Danilo Furtado, disse que o programa será concluído em 2002. “Nós queremos atender essa defasagem para que possamos ter mais recursos e oferecer o ensino médio aqueles jovens com idade adequada”, explicou.

Sindicatos reagem – O Sintep/Upaon Açú e o Mosep reagiram à notícia e se mostraram indignados, dizendo não entender como após anunciar a realização de um novo concurso público para o magistério estadual, “com toda a pompa nos jornais do dia 29/08/2000”, o governo do Estado voltou atrás e resolveu manter a política de contratação temporária para a área da educação.

Naquele dia 29 de agosto, lembraram os sindicatos, os jornais estampavam as declarações do Gerente Luciano Moreira: “Não vamos mais recorrer a contratação temporária ou promover seletivos” ou ainda “No próximo mês de setembro, o Governo divulgará o Edital do Concurso para Professor do Ensino Médio. Três mil vagas serão oferecidas”. “Todas as regras e programação sobre o concurso serão divulgadas no Edital e através da Internet, logo após a criação do site pela Fundação Carlos Chagas”.

Segundo os dois sindicatos, “este fato revela bem como o governo manipula as informações como quer e é preciso dizer que esse sistema de tele-aulas com um monitor tendo que saber todas as disciplinas, em vez do professor legalmente

habilitado, não implicará em melhoria ou solução dos problemas que afligem a educação maranhense, que tem ficado sempre nas últimas posições nas avaliações nacionais feitas pelo MEC”.

Garantiram os sindicatos que a promessa do governo, feita em agosto, foi uma resposta, naquele momento, à greve e às manifestações realizadas pela Sintep/Upaon-Açú, que mobilizara a categoria e garantiria a permanência dos professores contratados no emprego. “Lamentavelmente, essa política significará novamente a demissão de cerca de dois mil contratados” – disse o professor Paulo Rios, coordenador da entidade. Segundo ele, “o governo Roseana enganou toda a categoria ao anunciar o concurso e decidir não mais fazê-lo, além do que o ensino noturno, segundo os artigos 4º, VI e 37, da LDB, deve ser regular, de qualidade e de acordo com as características do alunado, que deveria ter sido ouvido, o que não ocorreu. Na verdade, esse convênio com a Fundação Roberto Marinho, além de enriquecer ainda aquela instituição, significa tão somente uma verdadeira desova de cerca de 150 mil jovens do ensino médio, que terão o seu diploma, mas que estarão condenados ao mercado de trabalho como sub-empregados”.

Sugere Rios que o governo poderia muito bem utilizar o dinheiro que vai gastar “com esse convênio de cerca de 114 milhões de reais”, e promover um amplo programa de construção de escolas de ensino médio, reforma das atuais, realização do concurso e investimento na qualificação dos seus profissionais do magistério, “para que, realmente, a educação maranhense saia da posição vexatória que tem ficado ao longo de todas essas décadas, e cumpra com o seu dever, que é garantir a educação para todos e não obrigar os jovens e suas famílias a situações de constrangimento e desespero, como vimos recentemente quando da realização das inscrições para o seletivo para o Liceu e Cegel, em que a maioria absoluta dos jovens ficará mais um ano sem condições de estudar”, enfatizou Rios.

Hoje, o sindicato realizará, às 17 horas, uma Assembleia Geral para discutir o assunto e retomar a mobilização da categoria pela realização do concurso público, pela reposição salarial e pelo não pagamento de mensalidades no Procad II realizado pela Uema.

JORNAL PEQUENO

São Luís, terça-feira, 21 de novembro de 2000

www.jornalpequeno.com.br

Anexo Y - Fundação Roberto Marinho começa a se desentender com o governo Roseana

TELENSINO

Fundação Roberto Marinho começa a se desentender com Governo Roseana

(Agência Folha) O Governo do Maranhão e a Fundação Roberto Marinho rebaixaram em R\$ 10.767.150,00 o valor do contrato para a implantação, no Estado, do Telecurso 2000, um programa de supletivo do ensino médio. Ambas as partes descumprem o que ficou acertado no contrato. A diminuição, contudo, é proporcionalmente inferior à diferença entre os resultados do projeto e aqueles previstos em compromisso celebrado no dia 22 de novembro do ano passado.

Há 17% menos salas de aula do que o acordo determinava. O número de alunos é 21% mais baixo. O valor do pagamento que o Estado está fazendo à fundação caiu apenas 10%.

O Maranhão se comprometeu a pagar R\$ 102.575.354,00 pela instalação de 3.750 telessalas (salas de aula em que a lição é apresentada em vídeo) do Telecurso 2000. Haverá 150 mil alunos do ensino médio, o antigo segundo grau, a serem atendidos dessa forma.

Só foram implantadas 3.094 telessalas (17% a menos). Do total de alunos previstos, inscreveram-se 119.090 (menos 21%). De acordo com a Fundação Roberto Marinho e o Ministério Público do Estado do Maranhão, o valor contratual foi

reduzido em R\$ 10.767.150 (10%); para R\$ 91.808.204,00.

O governo estadual, procurado 28 vezes desde a quarta-feira da semana passada, dia 15, não se pronunciou.

O prazo do contrato é de 18 meses -vai até maio de 2002. O curso, cujas aulas começaram em fevereiro, dura 15 meses.

Nas telessalas, as lições são apresentadas em vídeos. A colocação dos videocassetes e dos aparelhos de televisão (de 20 polegadas) é de responsabilidade da Fundação Roberto Marinho.

O contrato também obriga a entidade a treinar, remunerar e gerenciar professores (que reforçam o conteúdo dos vídeos), supervisores e outros profissionais envolvidos na operação.

Segundo a fundação, dos 3.750 professores previstos, estão trabalhando (sendo pagos) 3.094 em telessala. 1968, 224 e 100 supervisores iniciais, continuam 201. Os 18 coordenadores seguem em seus postos.

De acordo com os prazos contratuais originais, já teriam sido entregues R\$ 73,9 milhões -o restante seria liquidado em três parcelas de R\$ 9,6 milhões cada, uma em setembro, outra em novembro e a última em janeiro. Com a mudança no contrato, ocor-



Governo e Fundação não estariam cumprindo tudo que ficou estabelecido no contrato

rida no mês passado, não se sabe as partes não informaram quanto já foi pago.

Investigação

O Ministério Público Estadual instaurou inquérito civil para investigar o contrato. O procurador José Henrique Marques Moreira, que

conduz a apuração, buscou fundar no ajuste de condutas das partes para se formular os valores na g...
Avisado sobre a mudança do contrato, o procurador começou os cálculos para saber se os gastos da Fundação Roberto Marinho justificam o recebimento da remuneração agora redefinida.

O projeto implantado no Maranhão recebeu o nome de "Viva Educação". Seu objetivo é combater a distorção entre a idade dos alunos e a

série até a qual eles estudaram. O método escolhido pelo Maranhão foi o Telecurso 2000, supletivo que permite diminuir de três anos (educação regular) para um ano e três meses o tempo do curso no ensino médio.

O telecurso é propriedade da Fundação Roberto Marinho, instituição sem fins lucrativos criada em 1977 pelos controladores das Organizações Globo.

A fundação foi contratada sem licitação. A Lei 8.666/93 dispensa licitações "na contratação de instituição brasileira, incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional (...), desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos".

Os livros didáticos e os vídeos do telecurso não são fornecidos pela Fundação Roberto Marinho, mas comprados pelo Estado por R\$ 16,8 milhões do único fornecedor existente: a Editora Globo, empresa das Organizações Globo. Também nesse caso não houve licitação. A governadora Roseana Sarney (PFL) assinou pessoalmente o contrato com a Fundação Roberto Marinho, quando o programa estadual foi iniciado. Sua família é dona da TV Mirante, afiliada da Rede Globo no Maranhão.

Journal "O Debate"
Política, p. 2
S. Luis - 24/8/2001

Luz Junior, Agripino Alves

Projeto “Viva Educação”: entre a promessa de autonomia e emancipação e a realidade das classes do telensino de escolas públicas estaduais do Maranhão / Agripino Alves Luz Junior. – Florianópolis, 2007.

191 f.

Impresso por computador (fotocópia)
Orientadora: Maria Luiza Belloni

Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, 2007.

1. Projeto Viva Educação – Política educacional – 2. Telensino – Jovens e adultos – Maranhão. I. Belloni, Maria Luiza. II. Título

CDU 37.014